REFLEXÕES E INOVAÇÕES NACIONAIS NO SÉCULO XXI EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, VOLUME 2

Organizador - Daniel L. S. Braga

DOI 10.55232/1082027 ISBN: 978-65-997239-9-5

REFLEXÕES E INOVAÇÕES NACIONAIS NO SÉCULO XXI EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, VOLUME 2

Organizador - Daniel L. S. Braga

DOI 10.55232/1082027 ISBN: 978-65-997239-9-5

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores.

Organizador

Daniel L. S. Braga

Corpo Editorial

George Luiz Néris Caetano
Edson Da Silva De Oliveira
Maria Daniela Vieira Da Silva
Ediane Teles de Matos
Adilson dos Santos
Leonardo Souza De Oliveira
Maria Aparecida Das Dores
Patrícia Prudente Costa
Isabela Monteiro Naves
Rodrigo Gomes Xavier
Ana Luiza Machado de Santos
Ana Julia Pompeo
Maria Aparecida de Santos Souza
Felipe Gomides Ferreira

www.institutoscientia.com
contato@institutoscientia.com

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

APRESENTAÇÃO

O presente livro trata-se de uma coletânea dos artigos científicos acadêmicos multidisciplinares das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com capítulos compostos por diversos autores de todo o Brasil, organizado e publicado pelo Instituto Scientia no ano de 2022 e disponibilizado na internet de forma gratuita, em prol da democratização da ciência.

DOI: 10.55232/1082027
ISBN 978-65-997239-9-5

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.
Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Corpo Editorial deste Evento, tendo sido aprovados para a publicação.

www.institutoscientia.com
contato@institutoscientia.com

SUMÁRIO

Capítulo 1 - ICÓ/CE, A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES PRESERVACIONISTAS E A ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - Página 8

Capítulo 2 - A NAÇÃO: BREVE ANÁLISE MULTIMODAL DO VÍDEO DE APRESENTAÇÃO DE COMMONWEALTH EM "THE WALKING DEAD" - Página 19

Capítulo 3 - ROSA LUXEMBURGO E SILVIA FEDERICI: UM DIÁLOGO SOBRE A LUTA DAS MULHERES PROLETÁRIAS E O PAPEL DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA - Página 39

Capítulo 4 - ENSINO JURÍDICO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS EM FACE DA PANDEMIA DO COVID19 - Página 49

Capítulo 5 - POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL: ENTRE PARADIGMAS E EPISTEMOLOGIAS - Página 60

Capítulo 6 - A GUERRA NA SÍRIA E A MIGRAÇÃO. UMA QUESTÃO HUMANITÁRIA (2021). - Página 69

Capítulo 7 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. A REALIDADE DO PROJETO INCLUIR.(2021). - Página 80

Capítulo 8 - OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS CURRICULARES DO ENSINO DE FILOSOFIA NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - Página 87

Capítulo 9 - SANEAMENTO BÁSICO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE CHAPADA DO PINTO- JOCA MARQUES-PI. - Página 103

Capítulo 10 - EMPREENDEDORISMO NA PRÁTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA - Página 120

Capítulo 11 - NAVIO NEGREIRO: UMA CONCEPÇÃO EM REDE - Página 143

Capítulo 12 - EXPANSÃO URBANAE RISCO DE INFECÇÃO POR LEISHMANIOSE VISCERAL NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO - Página 153

Capítulo 13 - PERSPECTIVAS NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DIALÓGICA E INTERATIVA - Página 165

Capítulo 14 - REFÚGIO NO BRASIL E A EFICÁCIA DA LEI Nº 13.445/17 - Página 176

Capítulo 15 - A JUSTAPOSIÇÃO DO CURRÍCULO OFICIAL AO OPERACIONAL (REAL) ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS COM AS PRÁTICAS INOVADORAS LIGADAS À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADÃ DO CENÁRIO DA COVID-19. - Página 188

Capítulo 16 - ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL, ENTRE 2000 E 2014, ORIUNDAS DA PLATAFORMA CAPES-CAFE - Página 201

Capítulo 17 - ACORDO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA: UMA ABORDAGEM SOBRE A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL BRASILEIRO - Página 224

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 18 - REFLEXOS DO CAPITALISMO NEOLIBERAL NA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA - Página 240

Capítulo 19 - DIREITO À SAÚDE: DIREITO CONSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL - Página 253

Capítulo 20 - AGENCIAMENTO ENTRE ESCRITORES: EM BUSCA DE UMA BASE CONCEITUAL ATRAVÉS DA MINERAÇÃO DE TEXTOS - Página 267

Capítulo 21 - TRILHAS E CAMINHOS: RELATO DE UMA VIVÊNCIA DO GRUPO ECOS DE PESQUISA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE - CE - Página 298

Capítulo 22 - O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL CARTA PESSOAL: REFLEXÕES ACERCA DE IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS DOS ALUNOS - Página 308

Capítulo 23 - O ENSINO DO DIREITO PENAL A SERVIÇO DO APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO OPRESSOR POR MEIO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA - Página 316

Capítulo 24 - UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL NA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL EM BARREIRAS-BA. - Página 343

Capítulo 25 - TECNOLOGIA AMBIENTAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL RURAL: O CASO DA COMUNIDADE TERAPEUTICA REDENÇÃO. - Página 351

Capítulo 26 - BARREIRAS UM VALE PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL: DA REALIDADE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÕES TENOLÓGICAS - Página 367

Capítulo 27 - O PODER LEGISLATIVO EM IBIRITÉ E O SEU PAPEL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - Página 369

Capítulo 28 - GESTÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Página 371

Capítulo 29 - O DECRETO PRESIDENCIAL E A AÇÃO PENAL 1044/DF - Página 373

Capítulo 30 - ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BAIRROS ADJACENTES DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA - Página 375

Capítulo 31 - ASPECTOS SOBRE O ENSINO E OS PAPÉIS DOS SEUS AGENTES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM - Página 377

Capítulo 32 - ANÁLISE LÉXICA DAS FALAS DOS PARTICIPANTES DO PAA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ EM 2020. - Página 379

Capítulo 33 - PERFIL SOCIOECONÔMICO E PRODUÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ. - Página 381

Capítulo 34 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ NO ANO DE 2020. - Página 383

Capítulo 35 - CRÍTICA AO CÁLCULO CONTÁBIL COMO EXPRESSÃO DA RACIONALIDADE ECONÔMICA MODERNA - Página 385

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 36 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL: O PROCESSO DE MATEMATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E SUA APROPRIAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS. - Página 387

Capítulo 37 - SEGUE O CARTÓGRAFO EM SUA BICICLETA RELATANDO OS ACIDENTES VISTOS NA ESTRADA E AS AFIRMAÇÕES DA VIDA NOS TERREIROS DA COMUNIDADE CHICO GOMES (CE). - Página 389

Capítulo 38 - FUNÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL DOS QUINTAIS PRODUTIVOS. - Página 391

Capítulo 39 - CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA PRODUÇÃO EM QUINTAIS PRODUTIVOS NO SÍTIO PARELHAS/JUCÁS CEARÁ EM 2021. - Página 393

Capítulo 40 - PERFIL DOS AGRICULTORES DO SÍTIO PARELHAS/JUCÁS CEARÁ EM 2021 QUE PRODUZEM EM QUINTAIS PRODUTIVOS - Página 395

Capítulo 41 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA - Página 397

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 1 - DOI:10.55232/1082027.1

ICÓ/CE, A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES PRESERVACIONISTAS E A ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Antonio Jose Lima Pereira

RESUMO: Este capítulo faz parte da dissertação intitulada Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação, resultado do estudo que tem por objeto a educação patrimonial, inserida na linha de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memória do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Regional do Cariri - URCA. O estudo busca compreender a patrimonialização e a preservação do patrimônio cultural local, a partir do processo de tombamento e das ações educativas. Dentre estas ações, a elaboração de materiais didáticos para suporte ao trabalho docente com a temática da educação patrimonial e que aborda a história local. Assim, foram analisados os livros, cartilhas e manuais elaborados pelo IPHAN e Secretaria Municipal da Educação, destinados aos professores da cidade de Icó/CE, com o objetivo de levantar dados sobre os conceitos abordados e as estratégias didáticas propostas. Como resultado, a pesquisa apontou para o fato de que a elaboração dos materiais didáticos ocorreu como uma das ações do processo de patrimonialização, resultado do tombamento do patrimônio cultural local, realizado de forma técnica e sem a participação da comunidade, tornando necessárias as ações educativas para viabilização das ações preservacionistas.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação Patrimonial, Icó/CE

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objeto a educação patrimonial, a partir do processo de patrimonialização e das ações preservacionistas. Compreendendo o processo de patrimonialização como as ações e decisões para reconhecer o lugar com um bem cultural a ser tombado, considerando as ações decorrentes do tombamento para a preservação da memória e para manutenção da integridade dos bens imóveis. Sendo a educação patrimonial um dos meios para possibilitar a preservação e colaborar para ações em prol do patrimônio cultural. Neste trabalho apresento a elaboração de materiais de educação patrimonial, como um dos temas abordados na pesquisa sobre o processo de tombamento e das ações preservacionistas na cidade de Icó/CE, que resultou na dissertação intitulada *Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação*, inserida na linha de pesquisa *Saberes históricos em diferentes espaços de memória* do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Regional do Cariri – URCA, com defesa aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um. O estudo foi apresentado no XII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História – ABEH, 2021, sendo publicado nos Anais do referido evento.

A cidade de Icó está localizada no sertão cearense, às margens do Rio Salgado e teve seu conjunto urbano tombado como Patrimônio Nacional, por força da Notificação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN publicada no Diário Oficial da União n. 218 de 11 de novembro de 1997, resultado do Processo de Tombamento n. 968-T-78, homologada pela Portaria Ministério da Cultura n. 237 de 10 de julho de 1998, publicada no D. O. U. n. 131 de 13 de julho de 1998. O Tombamento reconheceu a materialidade dos prédios como documentos e registros de um passado da história nacional, dos séculos XVIII e XIX, como marco da expansão territorial do Nordeste e da economia baseada na criação de gado bovino e algodão, além de ter sido um importante centro de trocas comerciais.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Passados vinte e dois anos do parecer inicial do arquiteto Augusto Telles em defesa da preservação do patrimônio cultural na cidade de Icó, o Processo de Tombamento n. 968-T-78 foi reaberto em 1996, por força do Memorando IPHAN N. 727/96 de 22/11/1996. O conjunto arquitetônico e urbanístico permanecia íntegro, apesar de alguns prédios terem ruído, outros terem sido descaracterizados ou sofrido alterações. O tombamento, portanto, foi resultado de um processo técnico, sem envolvimento direto da comunidade ou de representantes do poder público municipal. Dessa forma, se estabeleceu uma relação conflituosa entre os diferentes agentes, principalmente em relação às limitações ao direito de propriedade, uma vez que recaiu o tombamento sobre um considerável número de imóveis privados e públicos[1].

Analisando o contexto, não se pode afirmar que antes do tombamento não havia identificação da comunidade com o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, ou que não existiam ações em defesa de sua preservação. Mas, pelo fato de ter sido o tombamento realizado de modo estritamente técnico, justificado na urgência da manutenção de sua integridade, o processo de patrimonialização necessitou de reforços, por meio de ações preservacionistas, em que as ações educativas se tornaram necessárias e com isso a elaboração de materiais didáticos, cuja análise compôs esta pesquisa, em que parte das análises serão aqui apresentadas.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO AÇÃO PRESERVACIONISTA

A educação patrimonial segundo Horta; Grumberg; Monteiro (1999, p. 4) consiste em

[1]O conjunto é formado por duas grandes áreas: a poligonal de tombamento composta por 26 quadras e a poligonal de entorno composta por 48 quadras, correspondendo a um total de 428 imóveis. A poligonal tombada corresponde ao núcleo original da cidade e os principais exemplares arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX. E a poligonal de entorno, área de proteção, composta por ruas, praças, imóveis e áreas nas imediações dos bens de destaque, cuja proteção se justifica pela possibilidade de dar visibilidade aos bens e a manutenção da harmonização do conjunto

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Partindo desta concepção, as práticas educativas em educação patrimonial possibilitam não somente a compreensão sobre o passado e memória, mas a construção de uma relação da sociedade atual com o seu passado, com a memória e os bens culturais. Constituindo elementos identitários, mas também, meios para refletir sobre o presente, onde as ações preservacionistas e educativas colaboram para este processo.

Em relação ao contexto dos efeitos do tombamento na cidade de Icó/CE, principalmente no tocante aos conflitos gerados pelas limitações impostas ao direito de propriedade sobre os bens imóveis, que recaiu não somente aos bens que são exemplares da arquitetura dos séculos XVIII e XIX, mas todo um conjunto urbanístico, a educação patrimonial se tornou um importante elemento para as ações preservacionistas. Isto ficou claro nas recomendações da Conselheira Cléo Pinto de Oliveira em seu parecer, ao afirmar que

> apesar do grande desafio representado pela construção de um bom relacionamento após 16 anos de tombamento, acredito que a educação patrimonial seja um instrumento essencial para qualificar e intermediar o diálogo entre Iphan, o poder público e a população e possa contribuir muito para que sejam estabelecidas parcerias que se reflitam na boa gestão do patrimônio local. (Despacho 28/2014/Conselho Consultivo/PRESI/IPHAN - Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2014, p. 436)

No caso em análise, as ações em educação patrimonial são apontadas como alternativas para superar conflitos em torno do patrimônio cultural tombado, fazendo com que os diferentes

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

agentes construam um diálogo e repensem a gestão do patrimônio. Num cenário em que o ideal preservacionista não foi pauta construída em meio ao processo de tombamento, sem um diálogo efetivo com a sociedade local, as ações educativas se revestem muitas vezes de caráter informativo para orientar sobre o uso do patrimônio material, evitando sua descaracterização ou perda.

Sobre este tema, Ricardo Oriá (2020, p. 138) afirmar que:

> Isso explica, em grande parte, as constantes depredações e violações ao patrimônio histórico por parte da própria população. Ela não se vê nos ícones, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação estatal, não se identifica com um passado remoto e com uma memória que não lhe diz respeito. Em outras palavras: ela não se sente corresponsável pela preservação de seus bens culturais, na medida em que ela mesma não foi consultada acerca do que deve ser preservado ou não.

Neste sentido, se torna necessária a construção de diálogo entre a sociedade local e o patrimônio tombado, como meio para que as ações preservacionistas tenham êxito e o patrimônio cultural possa fazer sentido para a sociedade local, assim

> a Educação Patrimonial tem, desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a "promoção" e "difusão" de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural (FLORÊNCIO, 2015, p. 23)

Ao passo que a educação patrimonial possa ser usado como meio de promoção de diálogos da sociedade com o patrimônio, a autora alerta para os riscos de torná-la apenas um instrumento para divulgação ou meros informativos técnicos. O objetivo da educação patrimonial precisa alcançar objetivos formativos e servir de recursos para a promoção de um diálogo entre os diferentes agentes em torno do patrimônio cultural, para que haja sentido em preservar, em manter os marcos de memória e para gerir de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

maneira positiva.

A ELABORAÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS PARA A CIDADE DE ICÓ/CE

A pesquisa sobre a trajetória do tombamento e da preservação do patrimônio cultural na cidade de Icó/CE revelou que após o tombamento foram elaborados e distribuídos diferentes materiais para a população, escolas e professores, para servir como informativos, de divulgação para o turismo ou destinados à educação patrimonial. Contudo, aqui apresento os materiais didáticos elaborados para subsidiar as ações educativas.

Cartilhas de História Local e Educação Patrimonial

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/CE elaboraram duas cartilhas voltadas para a educação patrimonial em Icó/CE, intituladas *Icó: história, cultura e tradições* e *Educação Patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes*. Os materiais foram construídos com a colaboração de professores da educação básica da rede municipal de educação e foram propostas como recursos didáticos em história local e educação patrimonial. Em suas apresentações, os materiais ressaltam que "os frutos deste trabalho trarão benefícios para as áreas cultural e educacional e formarão pessoas conscientes e conhecedores da história local" (SENAC/CE, 2009, p. 5), além de subsidiar os professores na elaboração de ações didáticas, bem como, para promover atividades com o envolvimento da comunidade local e escolar (SENAC/CE, 2009, p. 5).

A cartilha que tem por foco a história local apresenta a geografia como justificativa para a ocupação e povoamento do lugar, traçando uma trajetória histórica atrelada aos aspectos econômicos como a produção da pecuária e agricultura nos séculos XVIII e XIX. Em relação ao patrimônio material, o texto destaca as construção dos prédios como reflexo da economia e

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

da sociedade no período, como exemplares da arquitetura colonial e cujos traços estilísticos justificam o seu tombamento e preservação. Sobre os aspectos culturais, o material apresenta como tradições do lugar a religiosidade e elenca eventos promovidos na cidade como bens imateriais.

A cartilha sobre a educação patrimonial aborda a temática a partir de conceitos e informações técnicas. Apresenta a legislação como fundamento para as ações de tombamento e preservação, situando os estudantes no tocante às normas que justificam as ações educativas e preservacionistas. O material aborda aspectos sobre a cidade, sua história e cultura, perpassando fatores econômicos e sociais que justificam o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico. Bem como, apresenta aspectos sobre a atualidade, como meio de relacionar o passado ao presente e justificar a manutenção da memória. Como atividades em educação patrimonial o material sugere "[...] desenvolver atividades de pesquisa; entrevistar pessoas idosas sobre a história oral; identificar documentos; visitar cartórios para pesquisar a origem das famílias; [...]" (SENAC/CE, 2009, p. 5).

Florêncio (2015) ao tratar sobre a elaboração de materiais com objetivo de promover a educação patrimonial, ressalta que estes devem ser construídos na perspectiva de aliar os interesses preservacionistas com os anseios da comunidade local, numa construção coletiva em torno do pertencimento e manutenção dos bens tombados. Dessa forma, não podem se limitar a prestar informações técnicas ou indicar estratégias preservacionistas, mas sim, servir de instrumento para mediação e diálogo da comunidade com seu patrimônio. Os materiais analisados contam com uma boa qualidade no material e informações apresentadas, mas, carece de propostas didáticas e pedagógicas para que os professores possam utilizá-los como meios para estudos em história local e educação patrimonial, servindo em alguns pontos para justificar o tombamento e conscientizar para o uso e preservação dos bens materiais.

Livro de História do Icó para o Ensino Fundamental I

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

O livro Construindo Icó e seu encarte Um passeio por Icó, foram elaborados como recurso didático para atender às turmas do Ensino Fundamental I, segunda a proposta para o ensino de História e Geografia dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, como parte do projeto Infância e Patrimônio, da Secretaria da Educação do Ceará e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com apoio do Banco do Nordeste.

O livro possui um excelente trabalho gráfico-editorial, onde se destaca uma composição de textos em fontes de tamanho adequado para a leitura por crianças, o uso de fotografias, mapas e ilustrações que permitem uma leitura visual e facilitam o acesso às informações. O material é composto por 6 (seis) unidades temáticas que abordam conteúdos relacionando a História e a Geografia com os aspectos locais, bem como os aspectos que justificam o reconhecimento do conjunto arquitetônico e urbanístico como patrimônio cultural.

O livro inicia abordando conceitos para a compreensão histórica, como fontes históricas, tempo e memória, relacionando o presente com o passado, na unidade intitulada *Tempo e Espaço*. A unidade seguinte, *Terra e Trabalho*, apresenta a geografia local e o processo de ocupação do território pelos povos indígenas e o processo de colonização, relacionando à economia pecuária bovina e a formação dos primeiros povoamentos. A unidade *Política e Democracia* retrata fatos políticos locais, contextualizando com fatos regionais e nacionais, destacando a participação de alguns personagens locais. Os aspectos culturais estão presentes na unidade *Sociedade e Cultura,* em que são destacados elementos da cultura indígena, africana e afro-brasileira e sua contribuição na formação da sociedade local.

O patrimônio material e ambiental são abordados na unidade *Patrimônio e Natureza,* onde o espaço natural e o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado estão integrados e se observa um incentivo para a preservação destes elementos. O livro finaliza com uma abordagem sobre o contexto atual e aborda na unidade *Infância e Cidadania* conceitos sobre a proteção das crianças e adolescentes, tendo na educação um meio para a construção da cidadania. O encarte *Um passeio por Icó* complementa o material e a partir da proposta de uma visita guiada pelo

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

conjunto urbano tombado, faz uma breve apresentação dos prédios tombados, sugerindo que os estudantes percebam sua importância histórica e a necessidade de sua preservação.

Os materiais embora apresentem alguns pontos que não estão adequados ao nível proposto, como mapas, gráficos e documentos mais complexos. A sua proposta didática se pauta no suporte aos professores para desenvolver atividades de pesquisa e observação, principalmente ao trabalhar com eixos temáticos e propor a relação entre passado e presente. A abordagem histórica segue uma visão do branco colonizador, colocando indígenas e escravizados em segundo plano ou como coadjuvantes no processo de construção histórica local, sendo um desafio aos professores superar esta visão e estimular o senso crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de materiais educativos como propostas para a educação patrimonial, principalmente num contexto em que o tombamento ocorre como uma proposta técnica e sem envolvimento com a comunidade local, requer um olhar atento para os objetivos que se deseja alcançar. Sobre a elaboração destes materiais, Simone Scifoni (2015, p. 197) afirma que:

> isso significa repensar a Educação Patrimonial recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que produtos pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais, mas à visão preconcebida dos técnicos a respeito dos lugares onde atuam. A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo.

Sobre o objeto estudado, observamos que as estratégias preservacionistas direcionadas para a cidade de Icó/CE, reflete bem a afirmação da autora, de que os materiais produzidos para

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

subsidiar as ações em educação patrimonial em muito reflete uma posição vertical, tal como no processo de tombamento, reservados a prestar informações que justifiquem a patrimonialização e sirvam para divulgação das ações de preservação. Assim, estes e outros materiais informativos, alcançam um fim em si mesmos, mas não conseguem transpor os anseios da comunidade para a relação com o patrimônio cultural.

A educação patrimonial precisa ser pensada na perspectiva dialógica, entre as instituições públicas e a comunidade, como processo construtivo de alternativas para o desenvolvimento local, respeitando e valorizando os bens historicamente herdados. Onde professores podem assumir o papel de mediadores neste diálogo, com ações para o patrimônio junto aos estudantes. Dessa forma, os materiais, como os analisados neste estudo, por possuírem informações importantes sobre a história local e o patrimônio cultural, podem subsidiar atividades didáticas, possibilitando aos professores atuarem e colaborarem nas ações preservacionistas.

REFERÊNCIAS

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Processo de Tombamento n. 0968-T-78**: Conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó, Estado do Ceará. Volumes I, II, III e IV. Cópia digitalizada.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e Ensino de História**. BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2020.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor/IPHAN**, p. 21-30, 2015.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

SENAC-CE. Cartilha: **Educação Patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes**. Fortaleza: Editora SENAC-CE, 2009. 48 p. ISBN 978-85-99723-06-7.

SENAC-CE. Cartilha: **Icó: história, cultura e tradição**. Fortaleza: Editora SENAC-CE, 2009. 36 p. ISBN 978-85-99723-07-4.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patricia Pereira. **Construindo Icó: Ensino Fundamental I**. 1. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. 160 p. v. 1. ISBN 978-85-7529-507-6.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. **Um passeio por Icó**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

SCIFONI, Simone. **Para repensar a educação patrimonial. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais**. Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Seculfor/IPHAN, p. 193-206, 2015.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 2 - DOI:10.55232/1082027.2

A NAÇÃO: BREVE ANÁLISE MULTIMODAL DO VÍDEO DE APRESENTAÇÃO DE COMMONWEALTH EM "THE WALKING DEAD"

João Pietro Meili Bridi

RESUMO: O presente trabalho foi desenvolvido para conclusão da disciplina de Estudos Culturais e Pós-coloniais do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS-Erechim. A pesquisa visa analisar o Vídeo de Apresentação da comunidade fictícia de “Commonwealth”, existente no universo da série televisiva “The Walking Dead”, a partir de sua multimodalidade. De forma mais específica, analisar como os modos semióticos - ou linguagens - são articulados para representar, em um discurso, a maneira que se organiza "Commonwealth" dentro de seu ideal de nação, a partir da Gramática do Design Visual (GDV) e do aporte metodológico da Análise Crítica do Discurso. Em especial três pontos se sobressaíram em cada uma das subfases de análise e, apesar de curto, o VA possui extremo potencial de análise em relação aos conceitos de nação e poder. Os resultados obtidos demonstram como o produto cultural de massa dos Estados Unidos da América, um seriado com a temática de ficção científica e sobre zumbis, tem força de representação e discussão no campo das Ciências Humanas. “The Walking Dead”, até o fim de sua exibição, pode contribuir muito para discussões acerca de sujeito e linguagem, e avançar os estudos em GDV, especialmente para imagens dinâmicas, como filmes ou seriados de televisão.

Palavras-chave: discurso, identidade, poder.

INTRODUÇÃO

Alguns estudiosos já trouxeram à tona a relação do seriado “The Walking Dead” com a sociedade contemporânea. Além dessa, outras séries de drama ou comédia acabam por apresentar representações e releituras da contemporaneidade - e suas problemáticas - a partir de óticas particulares e panos de fundo peculiares.

“The Walking Dead” é uma série televisiva que colocou em foco, no dia 31 de outubro de 2010 - exatamente no Dia das Bruxas - um dos ícones mais característicos do terror em foco: zumbis. Entretanto, a série de ficção fala mais sobre a humanidade dos sobreviventes e suas relações do que diz respeito aos mortos-vivos. Um ponto chave a respeito disso é a constituição de pequenas comunidades após o apocalipse, em busca da reestruturação e identificação do conhecido passado para os personagens.

A série encerra em 2022 e no contexto da última temporada, o grupo principal do qual o espectador acompanha desde a primeira temporada passa por dificuldades. Sua comunidade “Alexandria”, que possui aliança com outras duas comunidades “Hilltop” e “Oceanside”, está em uma situação precária: com pouca estrutura física, alimentar e recursos humanos.

Na primeira de três partes da temporada final, o grupo se divide e a série passa a acompanhar três narrativas em diferentes episódios. Neste estudo o foco é no grupo formado pelos personagens Eugene, Ezekiel, A Princesa e Yumiko. Os quatro seguem em busca de uma comunidade que Eugene teve contato pelo rádio, a fim de encontrar ajuda e suporte para “Alexandria” e aliados. Contudo, ao chegarem no local são surpreendidos por uma espécie de guarda militar que os cercam e os rendem. A partir de então o grupo passa por uma série de atividades, entrevistas e reflexões para entender se devem permanecer no local ou não.

Este local é denominado “*Commonwealth*”, uma comunidade liderada pela personagem “Governadora Pamela Milton”, que possui um “rigoroso sistema de seleção” para aceitação de novos entrantes. Quem é aprovado neste processo tem a oportunidade de assistir a um Vídeo de Apresentação (VA) de *Commonwealth*, que dispõe todos os diferenciais dessa comunidade - sendo um deles o de possuir tecnologia para gravação, edição e exibição de vídeos após mais de sete anos de um apocalipse.

Sendo assim, essa pesquisa analisa este Vídeo de Apresentação em busca de discursos de relações de poder e controle para quem é - como o próprio vídeo coloca - aceito no processo

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

de seleção. Essa análise tem como base a Gramática do Design Visual (KRESS E VAN LEWEEUN, 2006), uma perspectiva semiótica da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016), que busca compreender de que forma as linguagens são articuladas para representação de um discurso. Ou seja, analisar como os modos semióticos - imagem, efeitos de câmera, enquadramento, verbalização falada ou escrita, música ou efeitos musicais e sonoros - do VA são selecionados para representar a maneira que se organiza *Commonwealth* dentro de sua ideia de nação.

É válido registrar que esse trabalho foi desenvolvido para conclusão da disciplina em Estudos Culturais e Pós-Coloniais do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Erechim.

REVISÃO DE LITERATURA

A sociedade, em todas as suas trocas, precisa da linguagem. E não apenas a linguagem verbal, executada de forma oral ou escrita, mas sim os diversos símbolos postos no dia a dia. Um exemplo fácil para explicar as diferentes formas de linguagem é a Língua Brasileira de Sinais. Na Libras, cada gesto feito com a mão - em conjunto com todo o corpo e expressões faciais - representam alguma coisa. Cada sinal possui um significado.

No início do livro "O Corpo Fala", os autores Weil e Tompakow (1995) trazem essa ideia de símbolos e significados. Segundo os autores, muitas vezes o símbolo, a linguagem não verbal, pode comunicar o mesmo que a linguagem verbal. "A placa de “PARE”, e o sinal vermelho do semáforo, por exemplo?" (WEIL E TOMPAKOW, 1995, p. 9).

A visão dos autores auxilia a compreender as inúmeras manifestações de significados através da linguagem. Para a pesquisa, haverá o entendimento de que as linguagens são modos semióticos, que se apresentam de diversas formas - som, imagem, gestos, escrita - e que podem ser acionadas individualmente ou reunidas e articuladas para dar ou reforçar um significado e, assim, criar um discurso.

Os Estudos do Discurso

O discurso é constituído de linguagem. Ou, ainda, a linguagem é discurso[1]. Com o avanço dos estudos linguísticos surgem as denominações de caráter interdisciplinar como

[1] (SAUSSURE *apud* MARCUSCHI, 2008, p.28)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

análise do discurso. E é aí que entram os principais nomes da área, na perspectiva desta pesquisa: Michel Pêcheux[2], Michel Foucault[3], Mikhail Bakhtin[4] e Norman Fairclough.

Fairclough (1941) traz uma visão mais recente dos estudos do discurso. O estudioso britânico é um dos responsáveis por dar início a uma nova perspectiva de Análise do Discurso, tendo muita influência de Michel Foucault. A Análise Crítica do Discurso, ou Análise do Discurso Crítica no Brasil, observa o discurso em textos - sobretudo os da mídia - e analisa a influência das relações de poder, tanto na forma da redação, observando quem escreve, quem lê, qual o conteúdo, quanto por tomadas de turno, tempo e escolha de palavras.

Para o autor, a ACD é uma forma de analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social. Segundo ele, o discurso constitui a realidade social - as relações sociais, sistemas de crenças e identidades sociais[5] - ao mesmo tempo que é constituído por ela. Fairclough entende que qualquer evento discursivo, ou seja, quando utilizada a língua e a linguagem, como sendo, ao mesmo tempo, um texto, uma prática discursiva e uma prática social - a chamada perspectiva tridimensional do discurso.

Gêneros do Discurso

Bakhtin (2003) é um filósofo que trouxe a questão dos gêneros do discurso à tona para estudar a organização dos textos e suas representações. Segundo ele, a utilização da língua se dá em forma de enunciados e, conforme a escolha das palavras e o contexto em que elas são ditas, os enunciados se constituem. "Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso" (BAKHTIN, 2003 p. 279).

[2] Pêcheux (1938-1983) é o grande nome da Análise do Discurso francesa, tendo sido seu fundador. Ele teorizou sobre a materialidade do discurso - em sua história e linguística - com influências do colega Louis Althusser (1918-1990) a respeito da materialidade ideológica. Com isso propôs a semântica do discurso, ou seja, a produção de sentidos nos enunciados, conceito que dá nome a um dos livros mais referenciados do autor.

[3] Foucault (1926-1984) é conhecido principalmente pela relação entre saber e poder, da qual ele traz em diversas de suas obras. É neste ponto que ele, também sob influência de Althusser, já diverge em relação à ligação entre discurso e ideologia. Dentre seus livros mais conhecidos estão A Arqueologia do Saber, As Palavras e as Coisas, História da Sexualidade e Vigiar e Punir.

[4] Bakhtin (1895 - 1975) traz em seus estudos influências de Marx, tendo (e podendo até ter sido ele o escritor) como fruto o livro Marxismo e Filosofia da Linguagem. Ele está ligado à Análise Dialógica do Discurso, entendendo que um discurso é formado por outro, e que um gênero do discurso pode ser formado por outro gênero.

[5] Esses três efeitos correspondem, respectivamente, a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso - relacional, ideacional e interacional. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95 e 96)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

De forma dinâmica podemos entender os gêneros do discurso como os diversos textos que lemos no nosso dia a dia. Ao acessar o e-mail, ver uma foto, ler um jornal, assistir televisão. Ainda, ao atravessar a rua, ir ao banco, ao cinema, ao teatro. Todos esses textos, que acabam por repassar alguma mensagem, são gêneros do discurso. Esse artigo científico é um gênero do discurso, assim como a série televisiva "The Walking Dead".

Com isso em mente, vale perceber que os gêneros do discurso são constituídos por outros gêneros do discurso. E que em um gênero podem haver inúmeras linguagens.

> Um texto falado nunca é apenas verbal, mas também visual, combinando-se com modos como expressão facial, gesto, postura e outras formas de auto-apresentação. Um texto escrito, da mesma forma, envolve mais do que linguagem: está escrito em alguma coisa, em algum material (papel, madeira, pergaminho, pedra, metal, pedra, etc.) e é escrito com alguma coisa (ouro, tinta, (en) gravuras, pontos de tinta, etc.); com letras formadas como tipos de fonte, influenciados por considerações estéticas, psicológicas, pragmáticas e outras; e com o layout imposto à substância material, seja na página, na tela de computador ou uma placa de latão polido. No entanto, a multimodalidade dos textos escritos, em geral, foi ignorada, seja em contextos educacionais, em teorias linguísticas ou em senso comum popular. Hoje, na era da "multimídia", isso pode ser percebido subitamente novamente. (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006, p. 41)

Kress e Van Leeuwen são estudiosos que defendem a ideia de que um texto pode ser formado por diversas linguagens ou modos semióticos. Na perspectiva dos autores, quando um texto/gênero do discurso traz mais de um modo semiótico ele é multimodal.

Multimodalidade

O uso de várias linguagens na construção de um discurso possibilita mais poder de representação. Quando um texto/gênero do discurso apresenta em sua maioria a linguagem imagética, há uma gramática visual presente (KRESS E VAN LEEUWEEN, 2006). Uma Gramática Visual deve descrever como os elementos combinados em imagem contribuem para a elaboração do discurso. Essa combinação de várias linguagens para formular um texto é chamada de multimodalidade.

Para analisar os textos multimodais, Kress e Van Leeuwen (2006) desenvolveram a Gramática do Design Visual (GDV). A intenção é analisar e descrever como os elementos presentes no texto visual - no caso da série televisiva: personagens, objetos, ângulos, cores, falas, escritas, efeitos sonoros, efeitos de câmera - se combinam criando seus significados. Vale sublinhar que a GDV é baseada nos pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), de Halliday (1978).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A GSF propõe três metafunções que são abarcadas pela Análise Crítica do Discurso e remodeladas para a GDV: metafunção ideacional, que se refere a transferência de experiências e visões de mundo; metafunção interpessoal, para permitir a interação e compreensão da dimensão produzida na esfera da alteridade[6]; e metafunção textual, para se compreenderem as formas de organização da linguagem como mensagem inteligível e coesa.

Na visão de Kress e Van Leeuwen, essas metafunções da GSF se referem a significados dentro da GDV: a metafunção ideacional está ligada aos significados representacionais[7], que descreveriam os participantes da ação; a metafunção interpessoal aos significados interativos[8], que descrevem a interação social construída por meio da imagem, como a proximidade ou formas de olhar para o leitor; e a metafunção textual diz respeito aos significados composicionais[9], para buscar aprender de que forma os elementos que constituem a imagem são combinados e ajustados a uma proposição coesa e coerente, por exemplo o que é posto ao lado esquerdo ou direito da tela pode ter uma ou outra significação (CARMO *in* ALMEIDA, 2016, p. 96).

É a partir desses significados que a leitura dos textos multimodais é realizada, podendo representar padrões de experiência, interação social e posições ideológicas ou de poder. Nas notas de rodapé são melhor discriminadas as categorias de análise, mas elas também são expostas durante a análise e os resultados.

[6] Diz respeito ao que é do outro.

[7] Os significados representacionais se dividem em duas estruturas: narrativa - quando há um participante representado de quem parte uma ação - e conceitual - representa os participantes em termos de sua "essência", sendo constituída por meio de três tipos de processos: os processos classificacionais – se dá por haver um participante subordinado e um subordinador; os processos analíticos – onde a relação entre os participantes é representada segundo uma estrutura de parte (Portador) e todo (Atributo Possessivo); e os processos simbólicos – estes se referem ao que o participante significa (Portador) ou é (Atributivo Simbólico).

[8] Os significados interativos se apresentam na relação entre quem está na imagem e quem a observa. Eles incluem o contato - classifica a imagem a partir do olhar do participante representado (quem está ça imagem), sendo olhar de demanda (quem está na imagem olha diretamente para quem a observa) ou de oferta (quando a interação é indireta), distância social - dada pelo enquadramento e proximidade que o participante representado é colocado na imagem; atitude ou perspectiva - expressando envolvimento, pode ou igualdade pelos ângulos, cores, profundidade, nível dos olhos; e por fim a modalidade - diz respeito ao grau de veracidade da imagem, como sendo de relevância abstrata, naturalística, científica ou sensorial.

[9] Os significados composicionais estão relacionados com os valores informacionais expostos pelo layout do gênero do discurso. Sendo assim, a imagem é dividida ao meio verticalmente: sua parte esquerda representa a informação Dada - o ponto de partida da leitura ocidental, já conhecido do observador - e sua parte direita seria a informação Nova a ser discutida. Quando dividia ao meio horizontalmente, o que fica na parte de baixo da imagem é a informação real e o que está acima é a informação ideal. Também, o valor informacional do que está posto ao Centro da imagem seria maior do que o que está composto nas Margens. Ainda se analisam a Moldura e os tipos de conexão entre os elementos dispostos na imagem e a Saliência, escolhida pelos efeitos na imagem - cores, saturação, foco, zoom, tamanho, profundidade.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A Análise do Sujeito no Mundo Televisivo

Antes de adentrar na parte metodológica, vale elucidar os conceitos que irão contextualizar a interpretação do discurso por parte do pesquisador. Em uma das funções da ACD - interpessoal -, também presente na GDV, Fairclough foca na construção das relações sociais e do 'eu' no discurso. Perceber o eu, o sujeito e sua identidade no texto da série televisiva será de grande valia para perceber as relações impostas no discurso inserido no VA de *Commonwealth*, "as formas como que o discurso contribui para processos de mudança cultural em que as identidades sociais ou os 'eus' associados a domínios e a instituições específicas são redefinidos e reconstituídos" (FAIRCLOUGH, 2016, p. 181).

Em uma análise do discurso crítica, a partir da função interpessoal, Fairclough dá atenção a inúmeras particularidades a serem percebidas no discurso. São detalhes como esse que contribuirão para a análise de relações de poder e controle evidenciadas no VA presente no episódio da série "The Walking Dead".

> O controle interacional é sempre exercido, até certo ponto, de maneira colaborativa pelos participantes, mas pode haver assimetria entre os participantes quanto ao grau de controle. As convenções de controle interacional de um gênero [do discurso] corporificam exigências específicas sobre as relações sociais e de poder entre os participantes. A investigação do controle interacional é, portanto, um meio de explicar a realização e a negociação concretas das relações sociais na prática social. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 200)

Foucault postula, em seu livro "Microfísica do Poder", que existem diversas formas de relações de poder e que essas relações ocorrem em inúmeros contextos, locais e formações discursivas sem que necessariamente o Estado esteja colocando sua ideologia. Essa ideia se deve às suas análises genealógicas do poder. Foram elas que produziram um deslocamento com relação à ciência política, que limitava ao Estado o fundamental poder. "Sempre lhe pareceu evidente a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz" (MACHADO, 2014, p. 13).

Na análise de Foucault, os poderes se exercem em níveis variados, em pontos diferentes da sociedade. Assim, os micropoderes podem ou não estar integrados ao Estado. Ainda, para o autor, o poder não existe apenas para reprimir, mas também para organizar, produzir e direcionar a sociedade. "Foucault situa sua análise no nível em que o poder intervém materialmente e atinge os indivíduos (...) e penetra no seu cotidiano" (BRAIT, 2006, p. 43).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Essa perspectiva foucaultiana diz que o poder cria corpos dóceis e os disciplina para agirem como sujeitos na vida social. Ou seja, o poder disciplinar não destrói o indivíduo, mas fabrica o sujeito nas práticas e o coloca em determinados papéis no discurso. Importante salientar que Deleuze (1992) atualiza esse pensamento de Foucault, em relação a sociedade disciplinar, apresentando a sociedade do controle na pós-modernidade e o indivíduo como divisível em diversas identidades, senhas, estatísticas, demonstrando o poder agindo em inúmeras instituições - como a fábrica, a escola, as redes sociais virtuais, o marketing.

"O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração infinita e descontínua" (DELEUZE, 1992, p. 224). Indo ao encontro do que coloca Deleuze, Stuart Hall contribui com a ideia de que na pós-modernidade o indivíduo é fragmentado. "O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades" (HALL, 2011, p. 12).

Sendo o marketing um grande instrumento de controle da atualidade (DELEUZE, 1992), a mídia, classificada até como um Quarto Poder e a globalização acabam por afetar as identidades culturais ao redor do mundo. Essas identidades culturais se referem às identidades nacionais (HALL, 2011).

> (...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. (...) a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu "poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade" (SCHWARZ, 1986, p. 106). (...) uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (HALL, 2011, p. 49 e 51).

A ideia de nação, de uma cultura nacional, é um discurso que produz sentidos. Mas, mais que isso, é também uma estrutura de poder cultural. A seguir resumo os principais pontos considerados por Hall para exemplificar a ideia de poder cultural do estado-nação: 1) a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, que subjugou povos e suas culturas e tentou impor uma hegemonia cultural; 2) as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero; 3) as nações ocidentais modernas foram também os centros de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

METODOLOGIA

Na categorização de gêneros de séries televisivas, “The Walking Dead” se enquadra como drama - tudo o que não é comédia - de ficção científica. A escritora, jornalista e comediante inglesa Natalie Haynes (*apud* SEABRA, 2016. p. 140) postula que “toda ficção científica conta duas histórias: uma sobre o mundo onde ela se passa e outra sobre o mundo onde foi escrita”. Sua colocação vai ao encontro do que Fairclough entende como discurso. Ou seja, que ele é constituído pelo mundo, assim como o constitui.

Para realizar a pesquisa, foi entendida que há uma correlação entre os discursos de mundo da ficção e da sociedade contemporânea. Portanto, com o aporte da Análise Crítica do Discurso, e com fundamentação de pesquisa bibliográfica, o trabalho tem como universo de análise a série "The Walking Dead", mais especificamente o Vídeo de Apresentação inserido no episódio 05 da 11a e última temporada da série televisiva.

A delimitação do corpus de análise está entre os minutos 05:17 e 06:48[10] do episódio supracitado. É neste instante que Eugene, Ezekiel, A Princesa e Yumiko assistem ao Vídeo de Apresentação após o aceite para entrar em *Commonwealth*.

Para selecionar etapas do VA aproveita-se a metodologia de Baldry e Thibault (2005 *apud* ALMEIDA, 2016) para análise multimodal de textos fílmicos. Estes autores sugerem a divisão desse gênero em seis níveis de desmembramento: texto integral, macrofases, fases, subfases, *shots*, quadros de transitividade visual. Assim, entende-se aqui que o texto integral é o episódio completo e a macrofase analisada é o Vídeo de Apresentação, entre os minutos selecionados. As fases, então, são sequências menores que tratam dos mesmos assuntos e são constituídas de subfases.

A perspectiva de análise entende a série televisiva como um gênero do discurso constituído de diversas linguagens, ou seja, multimodal e busca analisar como essas linguagens são escolhidas na construção do VA para representar ideais de nação, de controle cultural, relações de poder e de tornar os corpos dóceis de seus membros. A análise é realizada a partir dos significados da Gramática do Design Visual: representacional, interacional e composicional.

[10] Disponível na versão dublada em https://youtu.be/5MQW02gF39Q, entre os minutos 00:18 e 01:48. Acesso em 22/10/2021.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

ANÁLISE E RESULTADOS

Para realização da análise foram separadas 2 fases do VA. E em cada uma delas foi realizada análise de três subfases. A análise listada a seguir mistura os três significados da Gramática do Design Visual, levando em conta cada situação ou conceito que surge no decorrer da explanação. Ao final de cada subcapítulo, que fala sobre cada subfase, é posto um parágrafo com o que mais se sobressaiu.

Fase 1 – Boas Vindas

Esta fase se refere a primeira parte do Vídeo de Apresentação, a qual é constituída pela apresentação de "*Commonwealth*", seu nome, seu brasão, imagens internas do local, além de personalidades da comunidade para recepcionar o espectador do vídeo.

Fase 1 - Subfase A - Abertura

A subfase A foi analisada em cada um dos três significados. Mas inicia-se destacando o interpessoal. É importante perceber que esse momento do episódio vem após o *Cold Open*, ou seja, a cena inicial de curta duração que inicia o episódio, combina com a abertura da série e abre o primeiro bloco de comerciais, deixando o espectador na expectativa do que vem pela frente.

Pois bem, ao analisar a série a partir dos significados interativos o que se destaca é que o leitor acaba tendo a mesma perspectiva do personagem. Ao assistir na televisão, essa subfase ocorre logo após os comerciais, dando a impressão que o leitor ainda está sendo impactado por um comercial de televisão. O que fica é a sensação de que o leitor está realmente na perspectiva dos personagens.

O VA inicia, portanto, com um fundo vermelho e um círculo ao centro. Ao analisar a subfase a partir dos significados composicionais entende-se que o que está ao centro da imagem tem mais valor informativo que o que está à margem. Pois bem, ao centro da imagem surgem pequenos *shots* de comerciais antigos norte-americanos. São exibidas situações do cotidiano (pré-apocalipse), dando valor às "coisas boas da vida" - andar de bicicleta, correr no campo com as crianças, apreciar um bolo de aniversário decorado, praticar esportes - que não existem mais.

Ao mesclar essa análise com os significados representacionais, percebemos que os participantes atribuem o simbolismo dessas ações ao dia a dia de *Commonwealth*, pois, ao

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

encerrar essa sequência é o brasão da comunidade que aparece ao centro. Ainda, vale ressaltar a música escolhida, com instrumentos de corda a sinos, trazendo certa positividade e realmente vendendo esse produto aos espectadores.

Figura 1 - Abertura do VA

Fonte: The Walking Dead (2021)

O Brasão de *Commonwealth* surge pela primeira vez na série e é, também, a primeira vez que o público - e os personagens - se deparam com o nome da comunidade. Em tradução livre *Commonwealth* pode ser: comunidade, povo, estado democrático e nação. Junto ao nome, as cores do brasão são as mesmas da bandeira dos Estados Unidos da América, país que valoriza a pátria e a nação. Sendo que a série se passa nos EUA, o brasão reforça a ideia de nação norte-americana, com seus valores e normas e claro, o sonho americano.

Nesta subfase o que mais é construído, a partir dos três significados, é o valor informacional que *Commonwealth* tem para os novos entrantes. O valor de uma nação, de uma volta à rotina. A partir das imagens de pessoas animadas e da cor do brasão, o vídeo passa a representar a possibilidade de uma identificação em ser um cidadão norte-americano novamente.

Fase 1 - Subfase B - Conhecendo Lance Hornsby

Importante salientar que nesta subfase a perspectiva do leitor, na análise dos significados interativos, ainda é a mesma do personagem, mas novas características de interação com o leitor começam a se sobressair. Após o brasão de *Commonwealth* desaparecer gradativamente, o espectador (e o personagem) é impactado por um simpático “Olá!”, seguido da apresentação, “Eu sou Lance Hornsby. Bem-vindo a *Commonwealth*”.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Lance olha diretamente para o leitor, o que demonstra um olhar de demanda, um desejo de encontro, de procura por alguém para recepcionar, para interagir de fato. Essa necessidade de interação aumenta na categoria de distância social, quando o participante representado (Lance) se aproxima cada vez mais da tela, mantendo um plano que vai do impessoal (aberto) a um plano social (médio). Essa sociabilidade e humanização de Commonwealth é reforçada quando Lance abre os braços para recepcionar o leitor (tanto quem assiste a série quanto os personagens).

Figura 2 - Bem-vindo a *Commonwealth* | Você foi aprovado

Fonte: The Walking Dead (2021)

Após uma sequência de imagens que representam a vida em *Commonwealth* - ligando aos significados representacionais da Subfase A da Fase 1 -, Lance se aproxima mais ainda do espectador, passando de um plano social para um plano íntimo/pessoal (fechado).

Ao chegar nesse plano mais fechado ele diz “se você está assistindo esse vídeo é porque passou pelo rigoroso processo de triagem da comunidade de *Commonwealth* e foi aprovado para se juntar a nós”. Essa é a primeira vez que Lance confirma que o leitor é de fato bem-vindo, estando em um quadro pessoal e dizendo que a pessoa se juntou à comunidade. Importante atentar aos termos “rigoroso processo de triagem” e “aprovado para se juntar”, demonstrando essa busca por aprovação, por fazer parte de uma nação, possuir uma identidade, se sentir um sujeito.

Lance Hornsby traz o poder de *Commonwealth* e a necessidade de aprovar seus membros. Ao analisar o personagem num significado representacional, em especial em sua estrutura conceitual, ele simboliza uma posição de alto escalão. Está usando terno, com cabelo penteado, tendo um cargo selecionado enquanto Diretor de Operações. São elementos que

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

representam seu poder simbólico e de fato dão ênfase ao seu lugar dentro da nação, incluindo permitir ele apresentar, conversar com os novos membros e passar a mensagem de aprovação em participar da comunidade.

Ainda, para auxiliar na representação de *Commonwealth* como novidade, ao observar a subfase nos significados composicionais, Lance aparece vindo da esquerda para a direita, ou seja, vindo de um ponto dado para o ponto novo da tela. Ele passa a apresentar *Commonwealth* ao espectador como novidade.

O que mais se sobressai nesta subfase é a interação direta e próxima de Lance com o espectador do VA. Cada vez mais ele se torna mais próximo, ao mesmo tempo que demonstra estar em um nível especial dentro do organograma da nação. Também, *Commonwealth* como sendo uma novidade é reforçada nos significados composicionais.

Fase 1 - Subfase C - A classificação dos indivíduos

Na subfase C o discurso de uma sociedade do controle surge de forma mais específica associada ao poder cultural da nação. Dentro dos significados interpessoais, Lance permanece interagindo diretamente com o leitor, em um olhar de demanda. E traz a informação de que a comunidade está sob a liderança da Governadora Pamela Milton e é formada por mais de “50 mil (pessoas) fortes”.

Ao se referir aos membros dessa nação, Lance inicia seu discurso “com cada pessoa especialmente designada e selecionada para o trabalho mais adequado ao seu conjunto de habilidades para manter essa comunidade próspera”. Nesse instante, diferentes profissões são postas em cena, com participantes representados gerando ações que simbolizam o trabalho.

Figura 4 - Cada pessoa especialmente designada

Fonte: The Walking Dead (2021)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Nos significados interacionais, esses participantes não olham diretamente ao espectador, o que significa um olhar de oferta, oferecendo essas ações a quem está assistindo. Já há uma expectativa de quem está observando de que, se cada pessoa possui um papel, logo elas devem descobrir qual será seu papel dentro da comunidade para "mantê-la próspera".

A palavra "próspera" está ligada ao sucesso, ao bem-sucedido, ao que se desenvolve, progride. Nesta subfase, "próspera" significa controlada, acontecendo da melhor forma, com cada um tendo um papel dentro da nação, girando suas relações de poder. Tendo a Governadora, o Diretor e os demais membros representados em jardineiras, padeiros, pintores, marceneiros, etc. Um espelho da sociedade contemporânea acontecendo internamente em um apocalipse zumbi.

Ainda, se por um lado a prosperidade está relacionada ao acúmulo de bens e riqueza. Em outras, como em discursos religiosos, a prosperidade é atingida ao seguir as normas e leis da igreja e do divino. Este é outro ponto que é trazido de forma sutil na construção do VA, mas que busca o simbolismo para o leitor. Ao Lance citar o termo "próspera" é a imagem de um grupo de pessoas praticando Yoga, uma prática espiritual e que, na postura representada na imagem, todos os personagens erguem os braços ao céu, como se estivessem a louvar a Deus.

Figura 5 - Prosperidade

Fonte: The Walking Dead (2021)

Nesta subfase o que mais se sobressai é o funcionamento da nação, como a prosperidade provém do controle e da disciplina - a positividade do poder que Foucault comenta. O discurso que aparece é de que as pessoas são fragmentadas a partir de suas estatísticas, seus dados e

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

informações para serem selecionadas a um ou outro trabalho dentro da nação. A interação de demanda com o espectador e a perspectiva do personagem permanecem nesta etapa.

Fase 2 – Pilares de *Commonwealth*

Esta fase é a segunda parte do Vídeo de Apresentação. Depois de recepcionar os sobreviventes aceitos, agora eles são apresentados aos princípios que direcionam a prosperidade do local.

Fase 2 - Subfase A - O futuro começa aqui

Após uma sequência de *shots* com imagens internas da comunidade de *Commonwealth*, quanto cenas de bancos de vídeos - semelhantes ao mostrado na subfase a da Fase 1 - agora Lance Hornsby aparece em um ambiente interno de *Commonwealth*, que aparenta ser algo como um prédio da governança, ou algum local oficial. O ambiente é escuro, muito diferente das cenas e do ambiente anterior a que ele aparece.

Figura 6 - O futuro começa aqui

Fonte: The Walking Dead (2021)

É um ambiente sombrio. Com baixa luminosidade. Mas Lance permanece observando o participante interativo com olhar de demanda e um sorriso simpático. Ele surge de um plano aberto para um plano fechado, novamente se aproximando do leitor, e caminhando do lado esquerdo para o direito, ou seja, pelos significados composicionais, ele novamente surge mostrando o novo. Contudo, desta vez, o que aparece ao lado direito da imagem são militares.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

"Esta orientação te dará um gostinho do que temos reservado para você. O futuro começa aqui". Durante a fala de Hornsby, o movimento de câmera ocorre de baixo para cima. Ainda nos significados composicionais, o valor da informação de um objeto no texto imagético muda conforme seu local abaixo ou acima - assim como o que está à direita ou à esquerda, ou no centro e na margem. Pois, enquanto Lance cita o que está reservado para os personagens a tela se move do Real (base) para o Ideal (topo), saindo, inclusive, do escuro para a janela por onde a luz do sol adentra. É como a luz no fim do túnel.

Nos significados representacionais, o poder de Lance - mantendo a sua roupa, sua fala, seu cabelo - é reforçado pela estrutura conceitual da cena. Atrás dele estão os militares, ou seja, sua base, reforçando seu poder, embasando "o que temos reservado para você". Após essa cena, novamente *shots* de vídeos semelhantes aos da subfase a da Fase 1 surgem na tela. O que mais se acentua nesta subfase é a apresentação dos militares e uma certa dúvida sobre o que *Commonwealth* tem guardado para o público.

Fase 2 - Subfase B - Comunidade, Cuidado e Segurança

Em uma rápida transição da sequência de cenas, a câmera se move da esquerda para a direita (do dado para o novo, nos significados composicionais). Lance agora está posicionado no centro da tela, atrás dele um monumento em homenagem aos soldados da Primeira Guerra Mundial, e então ele fala "Comunidade". Uma criança corre ao encontro de Lance, eles se olham, e ambos olham para o leitor (olhar de demanda) e sorriem.

Figura 7 - Comunidade | Cuidado

Fonte: The Walking Dead (2021)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Uma nova transição em formato de coração apresenta um casal de idosos sorrindo, olhando para o lado direito da tela, para o novo, o futuro. A câmera se move de baixo para cima, do real para o ideal, quando Lance fala "Cuidado". Isso busca representar que em *Commonwealth* as pessoas podem viver bastante tempo e terem perspectiva de futuro.

A seguir há uma transição da direita para a esquerda, ou seja, da informação nova para a informação dada. Surgem os militares e em seguida Lance fala "Segurança" e coloca as mãos na cintura, como uma espécie de "sentido" dentro do exército. Uma forma de mostrar estrutura. Novamente os militares aparecem ao fundo de Lance.

É válido perceber que, no *storyline* da série, o grupo que está assistindo ao vídeo - e o espectador - já conhece os militares, por isso a transição vem da direita para a esquerda Antes de serem aceitos no processo de triagem, os quatro personagens são capturados pela guarda e passam por diversas situações até serem aceitos no processo. Ao analisar os militares enquanto significado representacional, a guarda está vestida com roupas semelhantes aos Stormtroopers de StarWars[11], que são um exército de clones treinado para trabalhar pelo Império sem registro de nenhuma outra ideologia, e ainda vestes que lembram os Pacificadores em Jogos Vorazes[12], uma guarda civil controlada pela Capital a fim de manter a ordem em toda a nação de Panem.

Figura 9 - O jeito *Commonwealth*

Fonte: The Walking Dead (2021)

Tendo isso em mente, o que o vídeo representa são as "medidas de segurança" que *Commonwealth* precisa tomar para manter a comunidade próspera. Esse pilar é o que possui

[11] Star Wars é uma franquia do tipo space opera estadunidense criada pelo cineasta George Lucas, que conta com uma série de nove filmes de fantasia científica.
[12] Uma série de filmes americana baseada nos livros homônimos da autora americana Suzanne Collins.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

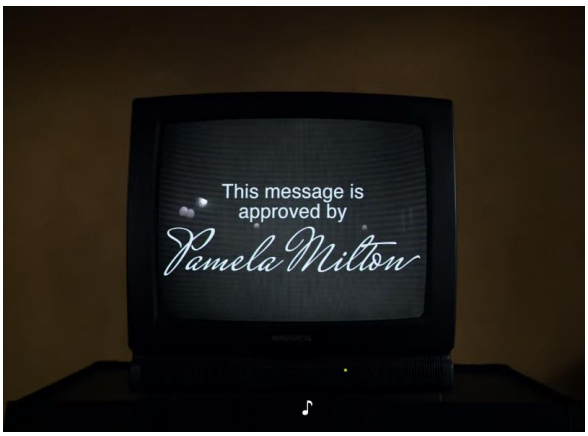
mais valor informacional no VA, pois é o que aparece por mais tempo no Vídeo, além de os militares - o que representam a segurança neste caso - terem aparecido em outros momentos do VA, eles também recebem uma sequência de imagens exclusivas atuando na comunidade, registros de placas e cartazes internos que são exibidos no vídeo e, ainda, é com este grupo ao fundo que Lance Hornsby encerra o vídeo dizendo "Esse é o jeito *Commonwealth*".

O que se sobressai nesta subfase é a identificação da nação norte-americana com o termo Comunidade, ao surgir um monumento da Primeira Guerra Mundial. Além do reforço de perspectiva de futuro ao apresentar a criança e os idosos olhando para o lado direito da imagem. E por fim, o aviso aos espectadores do que já é conhecido deles em relação às medidas de segurança.

Fase 2 - Subfase C - Saindo da perspectiva

Ao começar o encerramento do Vídeo, o brasão de Commonwalhth começa a surgir. E neste ponto a câmera passa a mostrar a tela da televisão que os personagens estão assistindo, finalmente separando a perspectiva do espectador e a do personagem.

Figura 10 - Pamela Milton



Fonte: The Walking Dead (2021)

Ao final aparece escrito na tela: "Essa mensagem foi aprovada por Pamela Milton", em uma fonte manuscrita, representando tanto o poder da líder em aprovar as ações desenvolvidas dentro da comunidade, como a forma da escrita representar a assinatura da líder. Por fim, um

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

novo personagem surge para desligar a televisão, colocando os personagens e o espectador na realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma análise multimodal do Vídeo de Apresentação em *Commonwealth*, trazendo aspectos evidentes de nação e busca por controle e disciplina de quem busca "se salvar" dentro de seus muros. Em especial três pontos se sobressaíram em cada uma das subfases de análise: a divulgação de um local possível para se reencontrar em meio ao apocalipse - uma nação, uma identidade; o contato direto em levar ideologias e normas ao espectador, com o olhar de demanda de Lance Hornsby e sua aproximação do leitor a cada momento do vídeo; e por fim a ideia de que *Commonwealth* é uma novidade, mas as "medidas de segurança" já são conhecidas por parte de quem assiste ao Vídeo de Apresentação.

Apesar de curto, o VA possui extremo potencial de análise em relação aos conceitos de nação e poder. Esta pesquisa é apenas uma introdução a todos os resultados possíveis. As análises poderiam ser ainda mais aprofundadas, em busca de representações dessa "prosperidade". Contudo, vale encerrar a pesquisa mostrando pontos que acabaram não tendo espaço para discussão: o uso da cor vermelha - uma cor de sedução, de encontro, de aproximação. O vídeo inicia com essa cor, que também está no brasão, mas ela aparece em diversos momentos no Vídeo de Apresentação; as escritas espalhadas pelo vídeo, que traziam "o jeito *Commonwealth*" de se estruturar; o uso de crianças e suas risadas, representando essa perspectiva de futuro que funciona na publicidade; a própria semelhança do VA com um Comercial Institucional ou político, buscando vender uma ideologia; e as falhas, como imagens que pulavam ou distorções na áudio ou no vídeo, que trazem esse aspecto de que há algo de errado nesse discurso.

Por fim, vale salientar que os resultados obtidos demonstram como o produto cultural de massa dos Estados Unidos da América, um seriado com a temática de ficção científica e sobre, tem força de representação e discussão no campo das Ciências Humanas. "The Walking Dead", até o fim de sua exibição, pode contribuir muito para discussões acerca de sujeito e linguagem, e avançar os estudos em Gramática do Design Visual, especialmente para imagens dinâmicas, como filmes ou seriados de televisão.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de (org). Novas perspectivas em análise visual: do texto ao contexto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

BASTOS, Dorinho; PEREZ, Clotilde; FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em comunicação. 5 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2006 .

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAIT, Beth (org). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRIDI, João Pietro Meili. Duas Chinas: uma análise do discurso multimodal na reportagem televisiva do Globo Repórter. 2014. 54p. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Comunicação Social - habilitação Jornalismo. Universidade de Cruz Alta: Cruz Alta/RS, 2014.

CINZAS, Fora das. (Temporada 11, Episódio 5). The Walking Dead [Seriado]. Direção: Greg Nicotero. Produção: Robert Kirkman, David Alpert, Denise Huth, Greg Nicotero, Joseph Incrapera, Scott M. Gimple, Gale Anne Hurd, Angela Kang, Frank Darabont. Nova Iorque: AMC Studios, 2021. StarPlus (46 min.), son., color.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. 2 edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. Reading Imagens: the grammar of visual design. London: Routledge, 2006.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

SEABRA, Rodrigo. Renascença: a série de TV no século XXI. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOARES, Neiva Maria Machado (org). Multimodalidade, gêneros e discursos: teorias e análises. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O Corpo Fala. Editora Vozes, 1995.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 3 - DOI:10.55232/1082027.3

ROSA LUXEMBURGO E SILVIA FEDERICI: UM DIÁLOGO SOBRE A LUTA DAS MULHERES PROLETÁRIAS E O PAPEL DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Rosilene Alves da Silva Vitorini

RESUMO: O presente artigo discute de forma breve, as contribuições do pensamento das autoras Rosa Luxemburgo e Silvia Federici, voltadas a uma reflexão crítica sobre aspectos relacionados diretamente ao contexto político, social e histórico da luta das mulheres. O objetivo do estudo é refletir sobre uma possível confluência de ideias a partir das obras das autoras, tendo como premissa a influência do Estado na sociedade capitalista e os resultados para a vida social das mulheres da classe proletária. Além de Luxemburgo (2018) e Federici (2019, 2021), foram realizados estudos com referências nas obras de autores como Engels (2008, 2019), Marx (2008) entre outras e outros. Após a análise dessas obras, foi possível identificar a importância da ação das mulheres na busca por mudanças sociais; o processo de formação do Estado e as consequências para as mulheres; a relação entre reforma e revolução a partir de um olhar feminino. Constatou-se a necessidade de ampliar o debate sobre a valorização da participação das mulheres da classe trabalhadora, na luta diária e histórica contra as opressões impostas pela formação, consolidação e continuidade de um Estado onde os interesses capitalistas prevalecem.

Palavras-chave: Mulheres, Estado, Sociedade.

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre as lutas das mulheres e a função do Estado, têm sido intensificadas nos últimos tempos, principalmente em razão de importantes mudanças no contexto das legislações e dos números alarmantes de atos de violências contra as mulheres, os quais escancaram de forma recorrente a estrutura social capitalista de base patriarcal.

Nesse cenário, o debate volta-se para as diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres na sociedade capitalista, em especial, para as mulheres da classe trabalhadora, da periferia dos centros urbanos, as campesinas, as indígenas, as quilombolas, entre tantas outras, invisibilizadas, silenciadas, desvalorizadas. Os estudos da história das lutas de classe, devem perpassar pela luta dessas mulheres.

Para compreender os objetivos dessa luta diária e histórica, é necessário antes, entender a relação direta entre Estado e os modos de produção, o que envolve consequentemente relações de poder para a manutenção do *status quo*.

O presente trabalho constitui uma breve abordagem a respeito do pensamento da filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo e a filósofa e ativista feminista Silvia Federici, além de outras e outros pensadores, e as contribuições para uma análise crítica referente ao campo da luta de classes, especificamente no contexto das mulheres proletárias, a partir da formação e intervenções do Estado, por meio de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa.

Para isso, na primeira etapa do trabalho, aborda-se os fatores que estão diretamente ligados no processo da concepção do Estado, reforma e revolução e os direitos das mulheres, a partir das contribuições dos estudos sociais de Luxemburgo. Em seguida, discute-se a partir do contexto social e histórico, as circunstâncias de exploração do trabalho, característica fundamental e base para o capitalismo, e que imprime marcas na trajetória da luta das mulheres trabalhadoras, considerando o pensamento de Federici, numa perspectiva de transformação mediante a compreensão das condições de opressão.

AS IDEIAS DE ROSA LUXEMBURGO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMININA MARXISTA.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Ao longo da história, as teorias referentes à função do Estado passaram por várias concepções, desde uma administração voltada para a imposição de estabilidade de conflitos, a partir de um modelo de sistema político, onde o Estado concentrava todo o poder, e articulava as ações de acordo com seus interesses, até modelos onde enfatizava o papel do Estado como promotor das liberdades individuais e do direito à propriedade. São visões polarizadas quanto à interferência do Estado na sociedade, mas que convergem em determinados pontos, segundo as críticas da teoria marxista.

O Estado nas concepções de base absolutista ou de base liberal, é considerado imparcial e/ou equânime diante do conjunto social. Porém, para Marx (2008), na prática social e histórica, o que acontece é exatamente o oposto, o Estado se coloca como representante e ratificador dos interesses da classe dominante, inclusive com aparatos legais e ideológicos. Neste sentido, para a teoria marxista, o Estado sendo instrumento de interesses e dominação específico de uma classe, provoca os conflitos, e consequentemente, a luta de classes. Ainda segundo a teoria marxista, é a luta de classes que faz o movimento da história, tendo como resultado as transformações nas sociedades, sejam essas para a manutenção da conjuntura de hierarquização e opressão, sejam para a busca de melhoria nas condições de existência.

Partindo da teoria marxista, frente às inquietações basilares sobre as estratégias mais eficazes para promover mudanças do contexto social e político capitalista, para um contexto social de equidade entre as classes, Rosa Luxemburgo (2018) fomenta as reflexões e os debates referentes às propostas de reforma ou revolução. Neste sentido a autora:

> [...] defende a ideia de que reforma e revolução não se opõem, mas que a luta por reformas é a maneira de educar politicamente o proletariado, de levá-lo a adquirir consciência de classe. No entanto, as reformas não alteram o caráter básico do capitalismo, nem resolvem suas contradições. (LUXEMBURGO, 2018. p. 36).

Segundo a pensadora, as reformas seriam como “recursos didáticos” de formação da classe trabalhadora, uma das etapas de nova configuração social. Mas, não poderia-se limitar o processo apenas nas reformas. Cabe notar que a filósofa recebeu inúmeras críticas pela defesa de suas ideias, inclusive de seus companheiros de luta. Necessário também observar que o pensamento de Rosa não foi linear em sua trajetória de produção científica, assim como a maioria das e dos principais pensadores. Isso não significa que sua obra foi contraditória na linha de defesa e na sua prática de luta junto aos movimentos da classe operária, mas que houve

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

aprofundamento e revisões ao longo do tempo, resultantes do processo de maturidade e das experiências compartilhadas e/ou vivenciadas.

Rosa demonstravam uma forma de pensar um pouco diverso dos seus companheiros contemporâneo de luta, no que tange sobre a teoria que deveria partir do contexto social das trabalhadoras e dos trabalhadores, ou seja, não poderia ser uma teoria descolada da prática social, nem ter um status de imposição dos preceitos teóricos sobre a prática. Além disso, em muitos aspectos da sua obra, a autora defende que a luta, que a revolução social de fato só poderia ocorrer a partir da mobilização da classe do proletariado conforme pode-se observar no trecho a seguir:

> A luta cotidiana prática por reformas sociais, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e de trabalhar no sentido de atingir o objetivo final: a conquista do poder político e a abolição do sistema de assalariamento. Para a social-democracia existe uma conexão indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução: a luta pelas reformas sociais constitui o meio, mas a revolução social constitui o fim. (LUXEMBURGO, 2018. p. 37).

Para Luxemburgo, a prática da luta cotidiana impulsiona as reformas sociais, a qual é um processo, uma etapa importante para a revolução. De acordo com essa compreensão, é na vivência do dia a dia que se tem contato direto com as contradições do sistema capitalista, um sistema opressor, desigual entre os sujeitos. Considerando a premissa em que as reformas contribuem para a consciência de classe, da classe operária, seria então relevante pensar quais são os fatores intrínsecos nessa consciência. Entre eles estaria a questão do valor do trabalho, as relações de trabalho, e a divisão social do trabalho, todos transpassados pela contradição do pensamento capitalismo.

Todos esses fatores intrínsecos na formação da consciência da classe trabalhadora também podem estar relacionados à questão da formação da consciência da luta das mulheres, não no sentido que as reivindicações feministas sejam separadas da luta de classe, mas no centro dessas lutas deve se valorizar a atuação das mulheres proletárias, periféricas, camponesas, negras, indígenas, ou seja, para além do debate econômico, ampliando-se para as questões políticas, históricas e culturais.

> A espetacular sacudida política e sindical das massas do proletariado feminino nos últimos quinze anos apenas se tornou possível porque as mulheres do povo trabalhador, apesar de serem privadas de direitos, tomam parte ativa na vida política e nas lutas parlamentares de sua classe.(LUXEMBURGO, 2018. p. 104).

É interessante observar que Rosa Luxemburgo não fazia parte dos movimentos feministas da sua época, porém em alguns textos escreveu sobre os direitos das mulheres em

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

votar. Ao defender a consciência de classe a partir das experiências da classe operária sua teoria contribui grandemente para a reflexão sobre os percursos de formação da consciência crítica e social das mulheres. Nota-se que não estamos falando dos movimentos feministas das mulheres burguesas, e que seria uma contradição defender a ideia de um movimento feminista hegemônico. De acordo com a pensadora:

> [...] as mulheres do proletariado são economicamente autônomas, elas são produtivamente ativas para a sociedade na mesma medida que os homens. Não no sentido de que ajudam o homem, por meio do trabalho doméstico, a garantir, com um salário exíguo, a existência diária da família e a educar as crianças. Esse trabalho não é produtivo no sentido da ordem econômica capitalista de hoje, ainda que ele possa, por meio de milhares de tantos e tão variados esforços, constituir uma gigantesca contribuição em termos de autossacrifício e dispêndio de forças.[...]. Como produtivo vale – enquanto durarem a dominação do capital e o sistema salarial – apenas aquele trabalho que cria mais-valia, que dá origem ao lucro capitalista. [...] Isso parece absurdo e desumano, mas corresponde exatamente à brutalidade e absurdidade da atual ordem econômica capitalista, e apreender essa verdade brutal de modo claro e aguçado é a primeira necessidade para as mulheres proletárias. (LUXEMBURGO, 2018. p.109).

O ordenamento econômico capitalista, voltado para os interesses de acumulação de capital e amparado pelo aparelhamento do Estado, faz com que as mulheres das classes trabalhadoras e periféricas do sistema social sejam duplamente exploradas, conforme pode-se notar na afirmação acima. São exploradas no contexto produtivo, assim como os homens, mas também são exploradas pelo sistema nas funções domésticas e de cuidados, conforme será analisado a seguir nas contribuições de Federici.

A LUTA DAS MULHERES DA CLASSE PROLETÁRIA, CONSIDERANDO O PENSAMENTO MARXISTA, NAS OBRAS DE FEDERICI

A história deve ser vista e estudada de forma dialética, que avança em alguns aspectos, mas que tem retrocessos em outros. A história da luta das mulheres trabalhadoras também passa por essa forma dialética de construção histórica. Partindo da ideia de propriedade privada e relações de poder, pode-se afirmar, a partir das contribuições de Engel (2019) fundamentadas nos estudos de Morgan, que a exploração e a subordinação das mulheres ratifica-se com a ideia de propriedade privada. Em uma análise do texto intitulado “A revolução será feminista, ou não será!” da escritora e jornalista Elaine Bezerra, pode-se observar as seguintes observações no pensamento de Engels e Marx:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> Friedrich Engels, em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, afirma que a primeira opressão de classe dá-se com a opressão do masculino sobre o feminino. [...].No entanto, para Marx, embora a propriedade seja o elemento fundante da sociedade de classes, é a partir da organização do modo de produção que ele vai basear sua análise, derivando daí a opressão da mulher dentro do capitalismo.[...].Sinteticamente, pode-se dizer que, para o pensamento marxista, a origem da opressão da mulher tem origem com: a propriedade privada, a família e a exploração do trabalho assalariado. Dá-se, assim, uma articulação entre exploração e opressão, funcional para a reprodução da sociedade de classes. (BEZERRA, 2020. p.54).

Nesse sentido, para a autora, há uma complementação entre o pensamento de Engels e Marx, no sentido que tanto a questão da propriedade privada como a questão das relações de trabalho promovem a opressão, a qual é estratégica para a continuidade e a reprodução da sociedade capitalista.

É importante colocar a relação direta e indireta do papel do Estado para a manutenção e a continuidade nesse contexto opressor principalmente para as mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente. A reprodução da sociedade de classes citada pela autora não corresponde apenas a geração de novos trabalhadores, mas também em proporcionar as condições básicas de subsistência, de cuidados tanto das novas gerações quanto dos mais idosos, de transpor uma responsabilidade que seria do Estado para as mulheres. Cabe ressaltar, como já observado anteriormente, que a história é dinâmica, dialética, tendo suas contradições e evoluções, ou seja, atualmente é possível observar contextos familiares onde as tarefas da casa e do cuidado com os filhos, são compartilhados, porém ainda de forma geral, essas atribuições são vistas, de forma estrutural e culturalmente, como responsabilidade das mulheres.

Segundo o IBGE[1] (2010), 37,3% das famílias no Brasil tinham as mulheres como principais responsáveis pelo sustento. É provável que no próximo censo esse percentual seja maior, considerando as atuais crises políticas e econômicas que proporcionaram a formação de um excedente de mão de obra desempregada. As mulheres em situações de escassez de recursos para subsistência de suas famílias, submetem-se a trabalhos informais ou com redução de seus salários.

Além disso, a maioria dessas mulheres enfrentam todos os dias desgastes físicos, emocionais e psicológicos devido às condições dos trajetos entre a casa e o trabalho, o qual pode se mostrar como um ambiente de violência. Os meios de transportes públicos muitas vezes também não são ideais, apresentam-se superlotados, com itinerários que aumentam o tempo de

1Fonte: IBGE (2010).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

deslocamento dessas trabalhadoras, com alto valor das taxas para o serviço prestado, falta de vagas nas creches em tempo integral para deixar os filhos, etc.

Enfim, somente nesses poucos exemplos das condições de remuneração, de deslocamento, de violência e de oferta de serviço público, pode-se visualizar ação ou omissão do Estado, as quais influenciam diretamente nas condições de vida das mulheres da classe trabalhadora, e mais especificamente nas formas como elas se organizam para produzir a existência.

As relações de produção e as demais relações sociais, como na família, na religião, entre outras, possuem uma conexão entre si. Fazendo uma crítica às relações de produção capitalista e as práticas do chamado socialismo burguês, Marx (2008) afirma:

> Uma segunda forma desse tipo de socialismo, menos sistemática porém mais prática, tenta tirar da classe operária o gosto por todo movimento revolucionário, afirmando que o que lhe pode ser útil não é tal ou qual mudança política, mas somente uma mudança das condições materiais de vida, das condições econômicas. Por mudança das condições materiais de vida, esse socialismo não entende, de modo algum, a abolição das relações burguesas de produção, só possível por via revolucionária, mas melhoras administrativas a serem realizadas no âmbito das mesmas relações de produção; que, portanto, não mudam nada na relação entre capital e trabalho assalariado e, quando muito, diminuem os custos da dominação para a burguesia e simplificam o trabalho administrativo de seu Estado. (MARX, ENGELS. 2008. p. 58).

De acordo com Marx (2008), as mudanças na estrutura social de fato, só poderiam ocorrer com a revolução, mas essa não era prática defendida pelos chamados socialistas burgueses, os quais acreditavam que bastaria haver reformas das estruturas econômicas e políticas. É interessante pensar que esse movimento revolucionário do pensamento marxista também é defendido por Luxemburgo e por Federici. De acordo com Marx (2008), o capitalismo obtém vantagens para sua manutenção e expansão nas crises, o que a princípio parece contraditório pois, exatamente nas crises econômicas e políticas que há um excedente de produção, mas também um excedente de mão de obra, o que impulsiona a revisão por exemplo, de direitos trabalhistas e previdenciários, a desvalorização da renda básica das famílias da classe proletária, o aumento no endividamento, gerando juros e aumentando das riquezas e poder da classe burguesa. Nestes momentos de crise e de acentuação da violência física e simbólica do Estado, para manter os privilégios de uma classe sobre a outra, é necessário efetivar soluções para alterar o percurso dessa realidade opressora. Federici (2019) aponta alguns critérios importantes para o desdobramento da revolução, valorizando a atuação das mulheres nesse processo de transformação social:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> [...] o ponto zero é tanto um local de perda completa quanto um local de possibilidades, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução. Neste sentido, falar de "o ponto zero da revolução" é tanto o reconhecimento de realidades vivas quanto um chamado para uma política de reversão na qual as mulheres desempenham um papel especial como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade. (FEDERICI, 2019. p. 15).

Para a pensadora, se para o capitalismo os contextos de crise fazem o aumento de capital dos burgueses, para a classe trabalhadora é o momento propício e crucial para a revolução, em todos os aspectos sociais. O ponto zero pode ser o nada a fazer, a derrota, o fim, ou a contagem regressiva para um recomeço, para a revolução, e isso depende fundamentalmente da formação da consciência crítica da classe trabalhadora, a qual as mulheres dessa classe têm um papel estratégico.

É no limite do "ponto zero" que se concentram as práticas mais intensas de violência e exploração com origens nas crises econômicas e políticas. Enfim, para Federici (2021), não é possível a transformação de um contexto de opressão e exploração, sem a mudança radical do modo de produção capitalista e da relação entre os sujeitos:

> Muito mais importante para a política feminista que qualquer projeção ideal de uma sociedade pós-capitalista são a crítica implacável de Marx à acumulação capitalista e o método elaborado por ele, a começar pela leitura do desenvolvimento capitalista como resultado de relações sociais antagônicas. [...] o Marx que nos interessa é o teórico da luta de classes, que recusou qualquer programa político que não fosse enraizado em possibilidades históricas reais. (FEDERICI, 2021.p. 96).

Apesar das críticas de parte dos movimentos feministas em relação à abordagem marxista não especificar as questões direcionadas às mudanças na configuração das famílias e das relações entre homens e mulheres, Federici faz uma observação importante quanto a contribuição da essência dessa teoria para fundamentar as reflexões e compreender a materialidade da realidade das mulheres.

CONSIDERAÇÕES

Apesar de não viverem na mesma época e contexto histórico, Rosa Luxemburgo e Silvia Federici estabelecem um diálogo similar e aproximado sobre a luta das mulheres proletárias e

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

o papel do Estado na sociedade capitalista. Ambas fundamentam suas reflexões a partir da obra de Marx, e compreendem que as mudanças de fato somente ocorrerão por via revolucionária.

A partir das obras citadas, foi possível entender a influência direta do Estado nas condições e na definição dos papéis dos sujeitos na estrutura social. Verificou-se que apesar das diversas concepções de formação do Estado, este sempre estará alinhado aos interesses da classe burguesa dentro do modo de produção capitalista, ou seja, nesta prática social as hierarquias e as desigualdades prevalecem, entre as classes e entre os sujeitos, considerando as questões de gênero, classe e raça.

Diante desse debate, fundamentado na formação e no papel do Estado, com base nas obras consultadas, reconhece-se que o conceito de sociedade é diferente nos diversos tempos históricos, e que a luta de classes perpassa pelos interesses e pelas relações de poder as quais estão interligadas no interesse de acumulação do capital. Para que haja o progressivo aumento no processo de acumulação, o sistema de produção capitalista utiliza-se de estratégias como por exemplo a exploração da mão de obra da classe proletária ou mesmo de violências físicas e simbólicas, estratégias essas que impactam diretamente na vida das mulheres dessa classe.

A partir das contribuições das autoras e autores consultados para este estudo, foi possível visualizar possibilidades de romper com paradigmas que remetem a inércia dos movimentos que buscam transgredir as estruturas do capitalismo. Cabe notar que o sistema capitalista é um modo de produção no qual a força de trabalho é vista como mercadoria e é remunerada para sua reprodução. O que as autoras destacadas para este estudo defendem é que exatamente nesse processo de reprodução, ou seja, no suporte e muitas vezes na subsistência da mão de obra que produzirá a mais-valia para acumulação de capital, que está centralizada a mulher. E quando essa mulher é da classe operária, além do papel de suporte do processo de formação de mão de obra, ela também é explorada na venda da sua força de trabalho, nas fábricas, nas empresas, no campo, etc.

Enfim, o estudo buscou destacar a importância da conscientização crítica dessas mulheres, para que a transformação real da sociedade opressora e que objetivo de ruptura, sejam de fato conquistados, de acordo com Rosa e Silvia, por meio da revolução.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, E. A revolução será feminista, ou não será! In: Os desafios do feminismo marxista na atualidade. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

FEDERICI, S. O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. O Patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos 2010. Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%). Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128&ind=4704 Acesso: 20/12/2021.

LUXEMBURGO, R. Reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, K; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. São Paulo Expressão Popular, 2008.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 4 - DOI:10.55232/1082027.4

ENSINO JURÍDICO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS EM FACE DA PANDEMIA DO COVID19

Alan Rocha dos Santos

RESUMO: O Ensino Jurídico tem se apresentado ao longo da história do Direito como uma construção social, técnica e política, que configura a formação do profissional do Direito. Como marco no Brasil, temos o período Imperial e o Republicano que apresentam por meio da legislação específica, determinar os conteúdos e formas de ministrar o ensino. Porém, na conjuntura atual da pandemia do SarsCovid19, houve a necessidade de refletir, reestruturar e utilizar-se de novos meios de ensino que não faziam parte do ensino jurídico tradicional. Assim, o estudo sobre os caminhos possíveis para o ensino jurídico, apresenta-se como cada vez mais necessário, pois novas ferramentas surgiram como possíveis na perspectiva de auxiliar o ensino jurídico e que antes estavam relegadas ao segundo plano.

Palavras-chave: Ensino Jurídico, Constituição, História do Direito, Pandemia, Metodologia.

INTRODUÇÃO

Na Constituição Federal, o Ensino Superior encontra-se entre as etapas da Educação Nacional, Artigo 207, todavia, o mundo educaional em todas as suas etapas foi abalado com a obrigação do ensino à distância devido a calamidade pública como está presente na Lei n.14.040/20 Art.3º, seguindo o Decreto nº.10.229/20.

A abrangência dos diplomas legais, portanto, ao referir-se ao Ensino Universitário não foram menos, impactantes. Pode-se dizer que "de uma hora para outra", as Intituições de Ensino tiveram que adaptar, treinar e reestruturar suas equipes, para atenderem à nova realidade.

Assim, a pandemia tornou a reestruturação do Ensino Jurídico um desafio mais também, possiblilitou, novas reflexões e perspectivas para auxiliarem a prática docente com as novas ferramentas diponíveis.

O objetivo geral do artigo é conhecer a história e a legislação que estrutura o Ensino Jurídico no Brasil. Dentre os objetivo especifícos estão: Refletir sobre as novas perspectivas para o Ensino Jurídico face à pandemia do SarsCovid19 e levantar possibilidades da adequação do Ensino Jurídico frente às novas ferramentas surgidas e utilizadas durante a pandemia.

Buscou-se responder a problematização**:** O Ensino Jurídico, frente ao desafio da Pandemia, trouxe novas perspectivas para uma metodologia de ensino mais adequada às novas ferramentas de ensino? Para responder, o estudo focou-se numa pesquisa bibliografica, por meio de análise de livros, artigos e períodicos que tratam da temática do ensino jurídico.

O artigo está organizado em três capitulos. O primeiro: Capítulo 1.Ensino Jurídico no Brasil breve análise. O capítulo focará a trajetória do ensino jurídico no Brasil desde seu primórdio aos dias atuais. Capítulo 2: Ensino Jurídico durante a pandemia do SarsCovid19.O capítulo abordará o ensino jurídico e o impacto da pandamia do Covid 19, como os intitutos tiveram que se adaptar. E por último o Capítulo 3: Novas perspectivas ao Ensino Jurídico. Nesse capítulo, levanta-se as perspectivas que as novas ferramentas e a pandemia trouxeram para o ensino jurídico.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

1. ENSINO JURÍDICO NO BRASIL BREVE ANÁLISE

A temática da analise sobre o ensino jurídico no Brasil apresenta-se como um dos focos de estudo quando se depara com a qualidade do curso de Direito. Com a populari-zação dos Institutos de Ensino Superiores, cada vez mais o curso de Direito tem se propa-gado e titularizado inúmeros acadêmicos que desde o ano de 1827 até o presente repre-sentam um segmento acadêmico com ampla respeitabilidade e status social reconhecido.

Para entendermos a história do Ensino Jurídico no Brasil deve-se retomar aos primórdios até os dias atuais. Sabe-se que no processo de colonização não houve preocupação em criar cursos que capacitassem os locais para a formação superior.

Afinal, a relação entre colônia e metrópole impedia que certas formações se estabelecessem fora da metrôpole. O Reino de Portugal tinha como centro de formação jurídica a famosa faculdade de Coimbra, onde ocorria a formação dos futuros advogados da colônia.

Essa situação somente viria a mudar no ano de 1827, após a proclamação da Independência, com a criação do Curso de Direito nas cidades de São Paulo e Olinda. Tadavia, como um curso para formar dirigentes administrativos, a formação tinha carater exclausivamente eletista (RODRIGUES ,1988).

Essas caracteristicas do período imperial, mantiveram-se até a Proclamação da República, com o acrescimo das ideias positivistas e a criação de Faculdades Livres por parte da iniciativa prívada mediante incentivo do poder público.

Na primeira metade do século XX, o Brasil sofreu profundas mudanças como o processo de urbanização e industralização. Assim, o curso de Direito expandiu-se para além das grande cidades, afim de suprir a necessidade e demandas advindas das relações econômicas e sociais que surgiram com o processo de industrialização.

Assim, as conjunturas sociais e econômicas também influenciaram a necessidade de mudança no currículo e ensino jurídico, tornonando-o mais tecnicista.

Não é de pouco monte, a figura do técnico nesse período da história. O profissional do Direito, assim como outras profissões, ganhou status de ascensão social que caracterizou as décadas de 30, 60 e 70.

Todavia, nas décadas finais do século XX para o início do século XXI, surgiu uma nova conjuntura política e social, a Globalização. Logo, o próprio curso de Direito

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

transformou-se para atender uma demanda crescente por formação e qualificação para o mercado de trabalho.

O ensino nessa fase buscou atingir o maior número possível de alunos, o que levanta a questão do número versus a qualidade, como aponta o relatório de 2014 do Conselho Federal da OAB,(2022).

Além disso, boa parte da formação está voltada para a realização de exames ou atendimento imediato às demandas do mercado de clientes. Esta fase pode ser conhecida como um ensino jurídico com caracteristicas mais positivistas e pragmáticas.

Esse modelo vem sofrendo fortes criticas, pois na contemporaneidade, os aspectos epistemologicos e axilogicos da ensino jurídico estão assumindo papeis cada vez mais relevantes em uma sociedade que sofre transformações cada vez mais rápidas.

Na Modernidade liquida como preceitua BAUMAN (2003), valores e modelos são facilmente tranformados ou substituidos para atenderem a novas necessidade e com o ensino jurídico não poderia ser diferente. Da complexidade da sociedade surge o questionamento da própria forma de ensinar e de aprender as disciplinas jurídicas.

Cabe aqui um ponto relevante para entender esse “mal-estar” dos atuais modelos de ensino jurídico: a política de ações afirmativas.

Com a propagação do Curso de Direito e a consequente abertura para a privatização do Ensino, ocorreu também a entrada de uma parcela negligênciada da sociedade, que antes não podia realizar o curso por pertencer a um grupo “excluido” dos bancos universitários.

A política de cotas e os programas de financiamento estudantil, são exemplos que demonstram a mudança da clientela dos cursos de Direito no Brasil nas ultimas décadas. Inclusão educacional em nivel superior e sua expansão nos institutos superiores privados, inegavelemente oportunizou que houvesse um aumento consideravel de bacharéis no Brasil, mas novamente levanta-se o dilema entre quantidade e qualidade.

Desse dilema, outros aspectos são relevantes. Dentre eles, a relação professor/aluno e ensino/aprendizagem, que também influenciam na qualidade do ensino e diretamente na formação dos futuros operadores do direito.

Muitos professores, por mais que conheçam suas disciplinas, têm dificuldade de alcançar o alunado e construir um conhecimento que faça sentido para eles. Boa parte dos docentes do curso de direito, não possuem formação pedagógica que capacite-os para o exercício da docencia. A mera titulação na área afim, não garante as habilidade necessárias para sanar as dificuldades que fazem falta por uma formação pedagógica.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Fechadas em si, as aulas, acabam sendo mero exercício expositivo, previlegiando o aspecto conteudista de repetição e memorização para uma posterior avaliação classificatória. A ligação entre a prática dos conteúdos com as espectativas dos docentes, acaba ficando em segundo plano.

Nessa conjuntura, repete-se o que dizia PAULO FREIRE (2013), uma educação bancária, onde o professor é detentor de todo o saber, o aluno somente um receptáculo de conteúdo, que muitas vezes está longe da prática jurídica.

Outro caminho seria pensar em uma metodologia participativa, que desafiasse o universitário a ter uma postura crítica e reflexiva sobre os conteúdos e práticas do dia-dia jurídico.

Buscando aproximar essa espectativa das orientações legais, em 2018 por meio da Resolução Nº5, o curso de Direito passa por uma reformulação. São instituidas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, que tem como elemento principal o foco nas competências cognitivas, instrumentais e pessoais dos graduandos em atualização com o mundo presente.

Dentre esses elementos, o Artigo 4º em seu inciso XI E XII, elenca que na formação, o aluno deve compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica, bem como possuir o seu domínio.

Mas tal abertura é também um desafio ao docente, pois ao abrir “a caixa de pandora” pode se colocar em uma postura questionável de sua própria prática docente.

Portanto, exigir do docente uma postura crítica e reflexiva, inevitavelemente, exigirá do docente novas formas de abordagem e metodologias.

Esse aspecto, a tecnologia, tem oportunizado, pois cada vez mais, os alunos verificam em tempo real as informações e conteúdos transmitidos pelos professor atraves dos meios de comunicação. A realidade moderna, desafia o corpo docente a estar atualizado e bem formado. Essa questão será melhor abordada a seguir.

2. ENSINO JURÍDICO DURANTE A PANDEMIA DO SARSCOVID19

O modelo de ensino jurídico apresentado inicialmente, sofreu um grande abalo durante a fase mais rígida da pandemia do Sarscovid19 no mês de Março do ano de 2020.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

rapidamente, as faculdades de Direito, tiveram que adaptar sua metodologias de ensino e capacitar seu corpo docente para o ensino remoto.

Houve o desafio de reinventar o ensino jurídico, que como foi possível perceber anteriormente, estava mais voltado à aulas presenciais e expositivas, para em tempo recorde serem ministradas à distância por meio de novas tecnologias.

A legislação brasileira já havia regulamentado por meio da Portaria nº 2.117 de 2019, do Ministério da Educação (MEC), a permissão de que 40% (quarenta por cento) da carga horária fosse na modalidade à distância (EaD). Portanto, boa parte dos Institutos de Ensino Superior (IES) apresentavam disciplinas na modalidade à distância mesmo antes da pandemia.

Todavia, somente com as Portarias nº 343 e nº 345 (MEC) é que houve a autorização para o uso da EaD de forma massiva no meio acadêmico. Ambas as portarias, surgiram no mês de Março, início da quarentena pelo país.

Diante do agravamento sanitário, foi publica a Medida Provisória Nº 934 de 2020 em 1º de Abril desobrigando os IES de observarem o limite de dias letivos, o que foi regulamentado pela lei Nº14.040 em seu artigo 3º, § 1º no que tange a utilização do ensino remoto.

Diante desse cenário, os Institutos de Ensino Superior, docentes e alunos, depararam-se com uso imediato de novas ferramentas. A questão agora era qual ferramenta utilizar e como engajar os alunos virtualmente, como realizar a formação para utilizá-las?

No aspecto da interação professor/aluno, houve dúvidas de como realizar essa interação por meio do ambiente virtual e cada instituição deve que escolher sua plataformas bem como produzir conteúdo para adequar-se às novas exigências.

Porém ao mesmo tempo que foi um desafio, também trouxe novas oportunidades. Diferentemente do ensino básico, acredita-se que o aluno do Ensino Superior, utiliza-se no seu cotidiano de ferramentas digitais com mais frequência. Dessa forma, a modalidade de ensino remoto se impôs. Como provam dados do MEC, no qual constata que em 2019 houve a ultrapassagem histórica da marca de alunos matriculados em cursos EaD em relação ao curso presencial. Na relação de 50,7% por 49,3%. O aumento foi de 378,9%.[1]

A ações tomadas durante a pandemia do COVID19, oportunizaram inovações nos processos de ensino e aprendizagem não por mero modismo tecnológico, mas como resposta às novas exigências do mundo contemporâneo.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Nesse aspecto, o ensino jurídico ao adaptar-se, pode romper a disfuncionalidade das práticas tradicionais, possibilitando a utilização do universo on-line, que por si mesmo já é sistêmico e interativo na medida que o docente seja a mediação necessária.

Porém, se por um lado houve a abertura para o novo, não se pode negar que o confronto entre o tradicional, o já conhecido e o comodismo, nunca foram tão presentes como nesses anos de pandemia.

Professores que de "uma hora para outra" tiveram que reaprender a ensina por meio de ferramentas e plataformas, a má qualidade da internet e dos meios digitais, bem como alunos carentes da presença em sala de aula, foram alguns dos empecilhos no inicio do processo de adaptação.

Mas, também não se pode negar, que a "barreira" foi rompida. Buscar novas formas de atingir e envolver o aluno por meio das ferramentas vrituais é algo que veio para ficar.

A utilização das novas mídias e do ciberespaço é um incentivo para a utilização desses ambientes virtuais como apoio ao ensino presencial. A ênfase sempre deve ser na proposta do conteúdo e desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem, mas é quanto ao meio que se vislumbra novas perspectivas.

Essas novas perspectivas, ao contrário do ensino tradicional, conteúdista, bancário e tecnicista, privilegiam o papel do educando, estimulando sua autonomia e pró-atividade. Ao educando é dada a possibilidade de decidir sobre seu aprendizado, valorizando suas experiências.

Dentre as metodologia utilizadas durante a pandemia, ocorreram as ferramentas e plataformas de reunião, como Google Sala de aula, youtube, Microsoftmeet, etc, que utilizaram as aulas expositivas para a formação e discussão de conteúdos que podiam ser compartilhados com maior facilidade.

Por meio de computador, tablet ou celular, o aluno acessa a plataforma ao vivo ou gravada. Não iremos aqui exaurir as ferramentas e plataformas utilizadas, pois cada instituição utilizou ou teve que fazer parceria com empresas para por a disposição dos docentes as ferramentas necessárias para seu trabalho via home- office.

Termos como o já citado Home-office, aulas hibrídas ou assicrónicas, passaram a fazer parte do cotidiano educacional. Todavia, não somente a utilização de novos termos mas sim, a busca por um ajuste na melhoria do ensino jurídico para a melhor adaptação das necessidades de distanciamento social e o desenvolvimento de habilidades profissionais adequadas a esta configuração.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Todavia, implementar o uso dessas tecnologias no ensino demanda gastos. Investir no quadro docente, produzir material didático e equipar a infraestrutura tecnológica, são elementos importantes na contabilização entre investimento e retorno. Os resultados dos investimentos se alcançam na medida em que os custos fixos e variáveis da EaD passam a ser consideravelmente menores do que o ensino tradicional como aponta o relatório do Congresso ABED 2008[2.]

Dessa forma, percebe-se que ao contrário do período anterior à pandemia, o ensino jurídico teve que se adaptar à mentalidade neoliberal, característica de nosso tempo, pela qual deve-se formar profissionais que ponham em prática habilidades e competências capazes de se impor no mercado de trabalho.

Como aponta (MORIN,2000) uma educação equilibrada com os novos desafios e incertezas como vimos nessas anos de pandemia, devem necessariamente, levar o educando a pensar o imprevisto, pensar a incerteza, para então, intervir no futuro do presente, por meio das informações obtidas no tempo presente.

Ficar parado em um saudosismos de certeza, ensino tradicional ou positivista, não coaduna com as incertezas do tempo presente. A pandemia evidenciou essas incertezas, e preparar o educando com novas formas de pensar, agir e estudar são urgentes.

Diante dessa realidade irreverssível, discutiremos as possibilidades e horizontes que por causa da pandemia se abrem para o ensino jurídico no Brasil.

3. NOVAS PERSPECTIVAS AO ENSINO JURÍDICO

Diante da utilização “obrigatória” do ensino remoto durante o período da pandemia do SarCovid19, o ensino jurídico se vê diante de uma oportunidade de reestruturação capaz de utilizar-se das experiências advindas desse período para uma reformulação de sua metodologia de ensino.

Assim como todo o sistema educacional no Brasil, os Institutos de Ensino Superior (IES) também sofrem fortes críticas quanto ao sucateamento e sua massificação com foco mais no aspecto econômico do que na qualidade do ensino.

A modernização socioeconômica, como reflexo do crescimento econômico, nem sempre esteve presente no Ensino Jurídico, que apresenta-se reticente ao novo e apegado

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

às velhas tradições tecnicistas e positivistas que refletem na metodologia do ensino adotada.

Essa ruptura entre o modelo tradicional de ensino e as novas abordagens baseadas no aluno protagonistas, já constitui objeto de estudos teóricos que previlegiam a reflexão, a análise crítica conforme o atual estágio de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Com os novos meios tecnológicos, a comunicação e a partilha de conhecimento se tornam mais democráticos. Ao contrário de um ensino vertical, falamos em um ensino horizontal BITTAR (2006) que privilegia a participação e troca de experiência entre aluno e professor.

Para tanto, para que essa troca exista, os docentes devem passar por atualização periódicas. Prepará-los para a utilização de novas ferramentas de ensino, não deve ser um mera burocratização para uma melhor avaliação junto ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), mas sim, a oportunidade de oferecer o suporte pedagógico aos docentes frente a novas exigências do mundo complexo.

Mudar a metodologia de ensino, de tradicional para participativo e construtivo, oferece não somente uma mudança de paradigmas pedagógico, como também, a busca pela qualidade do ensino ministrado. Afinal, o discente ao se vê protagonista do ensino, ao ser desafiado por meio de problematizações, assume o papel de sujeito e construtor de conhecimento.

O ensino jurídico, por meio das nova formas de ensino adotadas durante a pandemias, podem adequar-se a uma visão que não busque somente o aprendizado de normas jurídicas, como também o envolvimento do aluno com a sua realidade de modo crítico e reflexivo. Pois, ao sair dos bancos acadêmico é esse mundo que se coloca diante dele.

Dessa forma, o ambiente acadêmico não deve ser um “mundo a parte”, distante da realidade presente, das novas formas de comunicação e aprendizado, e sim, inserido e partícipe desse universo.

Eis um desafio tanto para alunos quanto para os professores, superar antigas visões estratificadas na qual somente o professor ensina e o aluno aprende. A crítica a aula expositiva e presencial que não oportuniza essa troca, torna-se cada vez mais urgente, necessária e atual.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os desafios impostos pelas medidas sanitárias durante o período da pandemia do SarsCovid19, deixaram marcas impactantes no Ensino Jurídico no Brasil. Desde sua criação, até o tempo presente, poucas mudanças ocorreram na forma de ministrar os conteúdos.

Basicamente focado em aulas expositivas, presenciais e que privilegiam a formação da uma elite técnica, o curso de Direito tem sofrido criticas quanto à resistência em adotar novas metodologias de ensino.

Por meio da Portarias nº 2.117/19, os Institutos de Ensino Superior (IES) passaram a ter em sua grade o percentual de 40% de disciplinas ofertadas no modelo de Educação à Distância (EAD).

Assim, com as restrições ocasionadas pela Pandemias, de certa forma, alguns institutos já estavam utilizando essa forma de ensino. Algo que foi modificado totalmente com a lei Nº14.040 em seu artigo 3º, § 1º no que tange a utilização do ensino remoto.

Todavia, a reestruturação foi mais profunda pois repentina e drasticamente, tanto professores e alunos se viram no ensino remoto. Adequa-se ao novo, mudar mentalidades e transformar posturas, tornou-se um desafio mas oportunizou novas perspectivas para um ensino mais participativo e proativo.

As tecnologias vieram para ficar, mas saber usá-las como auxilio ao ensino, ainda é tarefa para a docência, de um magistério que esteja preocupado com a inserção da vida acadêmica com a vida cotidiana.

Repensar o ensino jurídico no Brasil é ter a coragem de mudar não somente técnicas e tecnologias de ensino, como também estimular a pesquisa e o papel do alunado para a construção do conhecimento.

Para tanto, os docentes devem aperfeiçoar-se constantemente afim de acompanhar as mudanças de um mundo cada vez mais complexo e uma sociedade “líquida”.

Atrelar as conquistas do ingresso no Ensino Superior com a qualidade do ensino, deve ser um dos objetivos de inserir novas tecnologias no ensino. Pois, o ensino está voltado para o aluno, na busca por sua capacitação para o trabalho, melhoria de vida e como expressão de justiça.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Roberto A. R. de. Habilidades: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro:DP&A, 2004. BOAVENTURA, E.M. A Educação e o Direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil:promulgadaem 5 de outubro de 1988. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

BITTAR, Eduardo C. B. Crise da ideologia positivista: por um novo paradigma pedagógico para o ensino jurídico a partir da escola de Frankfurt. In: "Direito, sociobiodiversidade e soberania na Amazônia, 15., 2006, Manaus. Anais. Manaus: Conpedi, 2006.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Exame da Ordem em Números. Volume II. Disponível em:https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/exame-de-or-dem-em-numeros-vol2 . Acesso em 23 Fev.2022.

MARISETE TAVARES, CRISTTOFER RODRIGUES SILVEIRA.REFLEXÃO sobre o caráter dogmático do ensino jurídico brasileiro: a relevância da abordagem crítico-social dos conteú- dos como tendência pedagógica indispensável à docência jurídica.Revista Ciência Contemporânea-jun./dez.2018,v.4,n.1,p.139-152.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. Reflexões sobre o Ensino Jurídico: aplicação da obra de Paulo Freire aos cursos de Direito. Revista Âmbito Jurídico. disponível em: . Acesso em: 21 Fev. 2022.

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Trad. de Catarina Eleonora f. e Jeanne Sawaya. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, Brasilia. DF: UNESCO.2000.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. O ensino Jurídico de graduação no Brasil contemporâneo: análise e perspectivas a partir da proposta alternativa de Roberto Lyra Filho. Dissertação (Mestrado emDireito).UniversidadeFederaldeSantaCatarina,1987.Diponível:https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75379/916 97.pdf. Acesso em 2 abril de 2022.

SITES:

[1] https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a

distancia-se-confirma-como-tendencia. Acesso: 29/04/2022.

[2] http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/5122008124343AM.pdf. Acesso:22/04/2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 5 - DOI:10.55232/1082027.5

POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL: ENTRE PARADIGMAS E EPISTEMOLOGIAS

Silena da Fonseca Pimentel Paizan

RESUMO: Esse artigo intitulado "Por uma educação escolar decolonial, entre paradigmas e epistemologias", apresenta o conceito paradigma e o conceito epistemologia e sinaliza o embasamento teórico e mesmo a aplicabilidade de ambos junto à sociedade contemporânea. Apresenta ainda, a realidade da colonialidade e suas arestas de manipulação que poderão ser desconstruídas com a proposta da tradução intercultural, que possui como premissas a política, a cultura e a ética focalizando assim a construção da educação decolonial. O objetivo deste estudo é a promoção da educação escolar decolonial fruto da reconstrução paradigmática e epistêmica interculturalizadas. A pesquisa bibliográfica focalizou-se nas obras de Thomas Kuhn, Denis Domeneguetti Badia, Boaventura Souza Santos e Catherine Walsh. Com o embasamento dos textos foi possível sinalizar a importância da ressignificação paradigmática e epistemológica para decolonialidade. Por conseguinte, a conclusão obtida, foi que existe a necessidade da mudança paradigmática e epistêmica fruto da emancipação social, para a concretização da educação decolonial.

Palavras-chave: Educação escolar; interculturalidade; emancipação social.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Ao refletir sobre os conteúdos apresentados durantes as aulas da disciplina e buscar certa proximidade com minha realidade acadêmica e profissional percebo que o conceito de decolonialidade ilustra a sociedade pós-moderna em vários viéses e pode contar com o do conceito de paradigma como uma de suas fecundas raízes. A princípio conceitos antagônicos que se distanciam perante cada realidade social, contudo pensando no processo emancipatório que focaliza ou deveria focalizar a educação, percebo que o incômodo causado pela caracterização dos conceitos os aproxima.

Os paradigmas são entendidos como modelos, exemplos a serem seguidos. Porém qual a origem desses exemplos? Eles emergem da realidade social ou são conceitos ideológicos, deveras utópicos e idealizados como fruto de uma realidade colonial e eurocêntrica?

Com esse direcionamento, caminhamos para o conceito de decolonialidade, sua origem latino-americana e sua realidade pós-moderna, presenciada nos quatro cantos do mundo, dentro da desumanização do homem em um mundo com muitos adjetivos e poucos substantivos.

Continuemos, pois nossa realidade canaliza para a educação escolar, seja ela seu princípio, seu meio ou seu fim ela está presente em todas as realidades sociais e certamente o contexto social será condutor desse progresso contínuo e deveras fragmentado e ilustrado por fatores anteriormente citados, como os paradigmas e a ideologização colonial.

Por conseguinte, o presente artigo busca reafirmar a importância da educação escolar decolonial desnuda de paradigmas e epistemologias coloniais, que divergem progressivamente da realidade latino-americana, a qual estamos inseridos. E a valorização da interculturalidade que se inicia com o reconhecimento, com a valorização e com o respeito.

1. O conceito de paradigmas e sua realidade latente.

Falar sobre o conceito de paradigmas talvez seja o maior desafio do presente artigo, esse que nos acompanha desde nossa origem enquanto hominídeo, e que ainda hoje, após milhares de anos de evolução da espécie, ainda representa um desafio, uma

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

meta a ser atingida, um modelo a ser seguido, um exemplo pré-fixado que apresenta realidade imposta, aquém dos interesses dos sujeitos.

Temos como embasamento do paradigma a idealização, o paradigma da perfeição que funciona de maneira ideológica muitas vezes escondendo a realidade factual. É sabido que o conceito de paradigma surge a princípio como fruto da relação homem versus mundo, porém a partir de estudo realizados por Thomas Kuhn (1991), relacionando agora não apenas o homem ao mundo, mas o homem ao mundo e a ciência caracterizando assim estudos da Filosofia da Ciência. Para Kuhn, os "paradigmas são as realizações cientificas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência" (Kuhn, 1991, p.13). A partir de Kuhn, o conceito de paradigmas passa então a ser visto com um viés científico e nesse ínterim, recebe influências diretas não apenas do cientista, mas do contexto. Sendo assim, o conceito de paradigma, acompanha diretamente a cultura que o produz, seria a descaracterização ou descontinuidade do conceito?

Percebemos que para Kuhn, os paradigmas podem e devem ser descontruídos ao ritmo do advento científico, sendo assim, os paradigmas não representam verdades absolutas de maneira estanque, mas sim verdades que atendem determinadas necessidades científicas momentâneas e que poderão funcionar de embasamentos para o surgimento de novos paradigmas que atendem aquela realidade, aquele tempo e aquele espaço de determinada realidade científica.

Seria pertinente nesse momento, fazer um apontamento: A realidade científica em questão atende aos interesses da classe dominante e certamente esses interesses destoam dos interesses da classe dominada ou mesmo da classe em processo de dominação.

Percebemos nesse ponto, talvez o ápice do presente estudo. Os paradigmas utilizados na sociedade brasileira e mesmo na sociedade latino-americana, atendem os processos culturais de maneira significativa? Certamente atingir toda a sociedade seja uma utopia, as verdades paradigmáticas utilizadas mesmo no processo da educação escolar possuem o mesmo ponto de partida? A realidade educacional é homogênea a nível mundial?

2. Um exemplo paradigmático na educação contemporânea.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

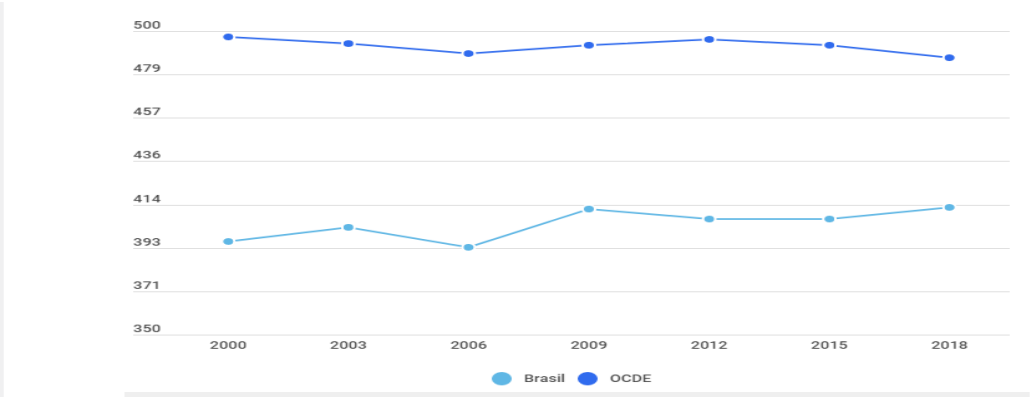
Existem instituições a nível internacional que realizam estudos que comprovam a heterogeneidade dos índices atingidos, novamente nos deparamos com o conceito de paradigmas, apresentarei brevemente o PISA.

O Programa internacional de avaliação de alunos (PISA), possui como objetivo motriz avaliar os níveis da educação de maneira global, para tanto, os estudantes são avaliados principalmente nas áreas: das ciências, da matemática e da leitura. Tanto da área privada como da área pública de ensino

De acordo com as premissas do PISA, o programa foi criado com o objetivo de verificar como cada nação está preparando seus estudantes para exercer corretamente seu papel de cidadão na sociedade contemporânea.

Com o auxílio do gráfico abaixo, percebemos os índices obtidos em um de seus mais recentes recenseamentos:

Evolução média no PISA: Brasil versus OCDE



Percebemos que os índices obtidos junto aos alunos brasileiros destoam de maneira significativa em relação aos índices obtidos junto aos alunos da OCDE, que pode ser entendida como: Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico, uma organização intergovenamental, composta de 38 países, fundada em 30 de setembro de 1961 com sede em Paris, na França.

Ao analisar as linhas do gráfico é notório o distanciamento progressivo dos índices obtidos, contudo ao analisar nas entrelinhas do gráfico percebemos muitas informações que estão subentendidas, como:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

- As ciências, a matemática e a leitura brasileira possuem o mesmo embasamento para se solidificar na educação escolar e atingir números relevantes de avanço como os mesmos índices obtidos juntos aos países que compõem o OCDE?

- Analisando não apenas os índices obtidos, mas previamente, a estrutura que objetiva o programa. Ser cidadão no Brasil, possui a mesma significância e a mesma contextualização de ser cidadão no OCDE?

- As regras externas podem fidelizar um paradigma?

Com o auxílio das palavras de Kuhn (1991, p.69), os problemas e técnicas da pesquisa que surgem numa tradição não estão necessariamente submetidos a um conjunto de regras, encontramos talvez uma resposta única a todos os questionamentos previamente apresentados. Por conseguinte, inúmeros questionamentos poderão surgir ao analisar os índices obtidos, contudo o conceito que direciona esse estudo encontra nessa análise um reforço para sua concretização: se faz necessária a desconstrução dos paradigmas anteriores e sua reconstrução. A exemplo do proposto por Kuhn (1991), conforme citado na seção anterior. Para Kuhn, “o desenvolvimento da maioria das ciências têm-se caracterizado pela contínua competição entre diversas concepções de natureza distintas”. (Kuhn, 1991, p.22). Essa reconstrução paradigmática, ou parafraseando Kuhn, o desenvolvimento científico, se fideliza com a proposta da educação decolonial, visto ser impossível uma padronização de paradigmas perante sociedades tão díspares.

3. A decolonialidade e a educação escolar

O conceito de decolonialidade surge simbolizando a emancipação social, partindo inicialmente da dignidade e do respeito. Parafraseando Boaventura de Souza Santos percebemos que são notórias as diferenças entre forças de dominação colonial e resistência social. E essa lacuna entre forças antagônicas repercute diretamente na educação escolar.

Boaventura de Souza Santos caracteriza o conceito epistemologia, em entrevista oferecida no dia 16 de janeiro de 2012 ao Projeto Alice, o qual é coordenador, e nos brinda com a fala:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> O conhecimento eurocêntrico foi construído para não valorizar outras experiências. A decolonialidade busca novas maneiras de fazer ciência através de outras ciências que podem ser conhecidas como ciências simbólicas. (SANTOS, Boaventura. Epistemologias do Sul. Entrevista concedida ao Projeto Alice.16/01/2012).

Ainda em referência aos estudos de Boaventura (2012), notamos a importância da tradução intercultural, para uma aproximação das realidades coloniais e decoloniais, realidades essas que possuem epistemologias distintas. Assim, percebemos duas vertentes da teoria educacional: A interna; epistemologia baseada nos valores do povo, seus princípios, ritos e mitos que produzem o universo cultural e que aqui será caracterizada por epistemologia decolonial. E a externa; epistemologia baseada em valores eurocêntricos, coloniais que também possuem seu universo cultural e aqui será caracterizada por epistemologia colonial.

Conhecemos a proposta da interculturalidade, que preconiza a valoração da multiplicidade cultural, seja ela fruto do colonialismo ou do decolonialismo. Contudo, a epistemologia colonial predomina, disseminando os interesses dos colonizadores de ontem, detentores do poder de hoje. Onde estarão, os valores decoloniais, suas raízes? Existem?

Certamente essas raízes estão dentro de cada sujeito latino americano, que luta por seu reconhecimento, por sua raça, por sua cultura, por suas matrizes ora africanas, ora indígenas, mas que possuem como característica singular a resistência. Talvez tenhamos nesse momento, conseguido estabelecer um adjetivo para ilustrar a epistemologia decolonial: resistência.

Estudos de Catherine Walsh (2009), sinalizam exemplos da interculturalidade aos moldes europeus, ou aproximando nosso estudo a este documento, a ideologização epistemológica colonial, junto à sociedade latino americana contemporânea.

> A “Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural” de 2005 é um exemplo claro deste interculturalismo europeu. Declarar a diversidade cultural como “patrimônio da humanidade, fonte de democracia política e fator de desenvolvimento econômico social”, e enfatizar a importância de que “os estados estabeleçam políticas culturais, promovam a colaboração entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil” direcionado a um desenvolvimento humano sustentável como maneira de garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, a Declaração da UNESCO defende a diversidade sem denunciar o mudar o capitalismo globalizado. (WALSH, 2009, pgs.5-6).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Ao analisar a citação acima, percebemos seu caráter ideológico, a diversidade cultural é preservada de fato? Os valores de culturais de todas as classes sociais são respeitados em sua íntegra? Sabemos que não, que o reconhecimento é fraturado, que o conhecimento não é semeado e sim imposto com o objetivo de estender e perpetuar a dominação colonial fruto de realidades muitas vezes, totalmente destoantes das realidades dos sujeitos da decolonialidade.

Essa realidade a nível global se estende de maneira progressiva e avassaladora e culmina moldes da dominação epistemológica colonial também dentro da educação escolar.

Buscamos a educação escolar que promova a subjetividade, que sinalize o caminho a ser construído, que valorize cada raiz que está dentro de cada sujeito, dentro de cada cultura, dentro de cada nação. Queremos a interculturalidade, parafraseando Virgílio Hernandez: A interculturalidade é simplesmente a possibilidade de uma vida, de um projeto [...] alternativo que questiona profundamente a lógica irracional instrumental do capitalismo que neste momento vemos.

Entendemos que essa valorização deverá partir exatamente da educação escolar que deverá desvencilhar-se de valores epistemológicos coloniais e utilizar como embasamento epistêmico a política, a sociedade e a ética. Essa mudança epistemológica, certamente é um processo cíclico, mas inevitável quando buscamos a educação decolonial.

4. Provocações finais

É possível perceber, que o conceito paradigmas proposto por Kuhn (1991), caminha em paralelo como conceito de epistemologia proposto por Santos (2010), ambos sinalizam modelos, parâmetros impostos racionalmente a sociedade, mas conceitos passíveis de reconfiguração, conceitos que podem receber a uma adequação, social, cultural e política e nesse caminho esses conceitos se reconfiguram, não perdendo sua valoração anterior mas partindo para novos vieses, conduzido por novas verdades.

Percebemos que tanto os paradigmas quanto as epistemologias evidenciadas em suma nos países da América Latina, possuem os interesses dos princípios coloniais e esses destoam radicalmente dos princípios decoloniais.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Na composição desse estudo foram utilizados exemplos para caracterizar a imposição paradigmática e epistêmica que ideologiza valores da colonialidade que hierarquizam e fragmentam os sujeitos latino americanos de sua realidade cultural, política e social.

Esse processo, coloca em evidência a exploração do trabalho, desqualificando os sujeitos e sua existência. Nesse caminho notamos a necessidade da readequação dos paradigmas, partindo de valores decolonial.

Nossa proposta se inicia na educação escolar, valorizando a racionalidade e subjetividade dos sujeitos latino-americanos, encontrando valores construídos historicamente, fruto da relação cronológica do homem com o mundo em que está inserido de fato. Desta forma buscamos desmistificar os paradigmas da desumanização perpetuados pela colonialidade.

Colocando a interculturalidade em evidência parafraseando Walsh (2019), o conhecimento científico deverá utilizar como uma de suas premissas a ancestralidade como o proposto pela constituição equatoriana. Por conseguinte, buscamos a construção de paradigmas e epistemologias que sejam oferecidas na educação escolar evidenciando os saberes, os seres respeitando a diversidade e a primazia da empatia em detrimento aos paradigmas e epistemologias etnocêntricos propostos até então. Concluímos valorizando a importância da resistência, mas sobretudo clamando pela mudança.

REFERÊNCIAS

- BADIA, Denis D. Paradigmas, valores e educação. Educação e pesquisa, São Paulo, volume 47, setembro, 2009.

- KUHN, Thomas. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva,1991.

-HERNANDEZ, V. “(De)Construir a interculturalidade. Considerações críticas desde a política, a colonialidade e os movimentos indígenas e negros no Equador”, em Interculturalidade e Política, Norma Fuller (ed.). Lima: Rede de Apóio das Ciencias Sociais, 2002, 139.

- REDAÇÃO LICEUM. O que é o pisa afinal.liceum.com.br, São Paulo, 26 de julho de 2019. acesso em 11/01/2022. Disponível em:< https://blog.lyceum.com.br/ranking-de-educacao-mundial-posicao-do-brasil/#O_que_e_o_Pisa_afinal>

- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

- SANTOS, Boaventura. Epistemologias do Sul. Entrevista concedida ao Projeto Alice.16/01/2012.

- WALSH, Catherine. Interculturalidade e (des) colonialidade. Perpectivas críticas e políticas. XII Congresso ARIC, Florianópolis, Brasil, 29 de junho de 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 6 - DOI:10.55232/1082027.6

A GUERRA NA SÍRIA E A MIGRAÇÃO. UMA QUESTÃO HUMANITÁRIA (2021)

Claugildo de Sá

RESUMO: O presente artigo científico, marca uma triste história complexa já retratada por inúmeros pesquisadores, e que remonta desde os tempos de Jesus Cristo, o filho de Deus e seus pais, que foram perseguidos, e foram também obrigados a se tornar uma família refugiada, a depender de cada interpretação feita pelos cristãos de cada denominação religiosa, bem como o povo de Israel. Mas iremos aqui tratar de assuntos relacionados exclusivamente a migração do povo Sírio, sem que enviesemos para uma temática religiosa, considerando a sua diferença da percepção científica e das opiniões que as pessoas tem da temática, o que fazem divergirem do assunto. É até impossível tratarmos da questão da migração e o sofrimento de incontáveis seres humanos e não se emocionar com as atrocidades praticadas e que talvez os mais inocentes nem sabem porque passam por esta tragédia social, política, cultural que vivem no dia-a-dia. Costumeiramente as pessoas não compreendem tamanha desumanidade que se pratica nestas zonas de guerra. O que se tem são pessoas com vidas ceifadas, que chegam a quase meio milhão de pessoas, sendo que as que não morreram se espalharam pelo mundo, refugiados pela fome, pela guerra, mutilações e pela peste que assola aquele país. É, portanto, para tratar desta migração que se propõe este trabalho, bem como apontar o advento da migração destas pessoas para a América Latina, especificamente para o Brasil, numa corrida desesperada pela sobrevivência. Os motivos da aflição daquela nação é a ditadura de Bashar Al Assad, governo atroz, injusto, opressor. As cidades de Aleppo e a Capital Damasco são as mais atingidas, porém é possível vivenciar a catástrofe humana nas vilas de toda a região da Síria. Assassinatos, tortura, sequestro, são acontecimentos corriqueiros nesta zona de conflitos e nem mesmo as crianças estão livres de tais atrocidades. Elas são as maiores vítimas desta guerra que não tem fim. Ressaltaremos os impasses entre os Estados Unidos e Rússia, que cravam divergências quanto ao estado islâmico, sua permanência ou seu fim. Temos então um território de fogo cruzado, onde as pessoas pagam pela vida pela insanidade de governos e grupos de extremistas existentes naquela região. O que é mais triste e ao mesmo o tempo para eles um alívio é sem dúvida a migração, a liberdade de um país que oprime, que causa tanto mal a sociedade.

Palavras-chave: Migração. Brasil. Crianças. Fome. Peste. Síria. Bashar-al-Assad. Guerra. Rússia. E.U.A. Extremistas.

INTRODUÇÃO

Abordar um tema tão complexo como as guerras é de fato uma responsabilidade muito grande, sem dizer que ao mesmo tempo em que temos esta responsabilidade, como pesquisadores, o que nos deve fazer impassíveis, apesar de que outrora nos sentimos envolvidos com a temática, submergindo nosso lado emotivo, o que entendo que não deveria ocorrer, pelo bem da ciência e da pesquisa, mas, outrora, sabemos do quanto é pesaroso, já que também estamos imbuídos sentimentos tais.

Deveras, o sentimento emotivo, mesmo que de indignação não pode permear o trabalho científico, ainda que penetrado nas nossas almas. Vivenciar as imagens como as que ocorrem nas guerras é uma situação no mínimo indígna, pra não dizer revoltante, repugnante. Não podemos acostumar com estas coisas como se a vida não tivesse nenhum valor.

Por outro lado, o trabalho científico, a pesquisa, a informação necessita ser desenvolvida e revelada para que haja debates assertivos e propostos de autoridades mundiais para buscar soluções diplomáticas no sentido de não tolerar que seres humanos sejam assassinados, bombardeado, de forma brutal; civis que não sabem sequer porque estão tendo suas vidas ceifadas, sem que nada seja feito; e se feito, muito pouco.

Não deveríamos mais abrigar governos extremistas que prega a guerra ao invés de cuidar da humanidade, da sua saúde, da educação das nossas crianças, do lazer e da paz da nossa gente, adolescentes e idosos. São pragas de ditadores, um cancro, que precisa ser desenraizado.

Nunca a paz foi tão necessária, e nunca se viu tanta urgência o desenvolvimento de um diálogo mais efetivo, assertivo, principalmente nas últimas décadas, de modo que inclusive sejam ajustados protocolos, com interferência direta da ONU- Organizações das Nações Unidas.

O crescente número de países que elegem governos com propostas de implementarem ditaduras é flagelante, notadamente uma exaltação antidemocráticos que beira a ruína, ao caos mundial, que carece urgentemente de pacificação social e entendimento do que de fato representa a repressão.

Isto não se confunde com comunismo de maneira alguma, como alguns querem fazer a sociedade mundial confundir, e é sob a justificativa desta ideia de comunismo que as pessoas aceitam este tipo de personalidade política aparecerem no cenário político, como líderes, e quando descobrem já estão à beira do abismo.

DESENVOLVIMENTO

Conforme anotação em sites de consulta que se segue sobre a migração: no dicionário online, migração é uma movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida. Essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%Adria

Para contextualizar, sobre a Síria, como se vê, é um país no Médio Oriente: Síria, oficialmente República Árabe Síria é um país localizado na Ásia Ocidental, Capital Damasco, Presidente Bashar al-Assad.

O território sírio de jure faz fronteira com o Líbano e o Mar Mediterrâneo a oeste; a Turquia ao norte; o Iraque a leste; a Jordânia ao sul e Israel ao sudoeste, com população de cerca de 17,07 milhões em (2019), segundo Banco Mundial. A moeda Libra Síria. O idioma oficial é o Árabe.

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA SÍRIA

Síria é um país localizado na Ásia Ocidental. O território sírio *de jure* faz fronteira com o Líbano e o Mar Mediterrâneo a oeste; a Turquia ao norte; o Iraque a leste; a Jordânia ao sul e Israel ao sudoeste, é o lar de diversos grupos étnicos e religiosos, inclusive árabes, gregos, armênios, assírios, curdos, circassianos, mandeus e turcos. Os grupos religiosos incluem sunitas, cristãos, alauitas, drusos, mandeus e iazidis. Os árabes sunitas formam o maior grupo populacional do país.

Antigamente, o nome de "Síria" era sinônimo de Levante (conhecido em árabe como Xame ou Axame), enquanto o Estado moderno abrange os locais de vários reinos e impérios antigos, como a civilização eblana, do terceiro milênio a.C. Sua capital, Damasco, está entre as mais antigas cidades continuamente habitadas do mundo. Na era islâmica, a cidade se tornou a sede do Califado Omíada e uma capital provincial do Sultanato Mameluco do Egito.

A Síria moderna foi estabelecida após a Primeira Guerra Mundial durante o Mandato Francês e era o maior Estado árabe a surgir na região do Levante, que antigamente era dominada pelo Império Otomano.

A Síria conquistou a independência como uma república parlamentar em 24 de outubro de 1945, quando a Síria tornou-se membro fundador da Organização das Nações Unidas, um ato que legalmente pôs fim ao antigo domínio francês — embora as tropas francesas não tenham deixado o país até abril de 1946.

O período pós-independência foi tumultuado e vários golpes militares e tentativas de golpe abalaram a nação árabe no período entre 1949 e 1971. Entre 1958 e 1961, a Síria entrou em uma breve união com o Egito, que foi encerrada depois do golpe de Estado de 1961.

A República Árabe Síria surgiu no final de 1961 depois do referendo de 1 de dezembro, mas se tornou cada vez mais instável até o golpe de Estado de 1963, após o qual o Partido Baath assumiu o poder.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A Síria esteve sob uma lei de emergência entre 1963 e 2011, o que efetivamente suspendeu a maioria das proteções constitucionais de seus cidadãos, além de seu sistema de governo ser amplamente considerado como autoritário.
Bashar al-Assad é o presidente do país desde 2000 e foi precedido por seu pai, Hafez al-Assad, que governou a Síria entre 1970 e 2000.

O país é membro das Nações Unidas e do Movimento Não Alinhado, mas está atualmente suspenso da Liga Árabe e da Organização para a Cooperação Islâmica e autossuspenso da União para o Mediterrâneo. Desde março de 2011, a forte repressão imposta a um levante contra Assad e o governo baathista, como parte da Primavera Árabe, contribuiu para a criação de uma grave guerra civil, o que tornou o país um dos menos pacíficos do mundo. O governo provisório sírio foi formado pelo grupo da oposição Coalizão Nacional Síria, em março de 2013. Os representantes deste governo alternativo foram posteriormente convidados a assumir o assento da Síria na Liga Árabe. FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%Adria

Feita a localização e as demais informações básicas sobre o país, a partir deste momento, vamos compreender o que de mais grave existe nesta relação de golpes militares a décadas na Síria de Bashar-al-Assad.

A princípio, começo este trabalho com uma das imagens a qual é de se considerar das mais tristes de todas as guerras, talvés por se tratar de uma criança, de um inocente ser desprovido de qualquer entendimento, e que nos deixa profundamente abalados com tamanha insensatez, de quem promovem estas violências contra civis.

A mídia naquela época repetiu por inúmeras vezes a imagem desta criança morta na Costa da Turquia em 2015, como forma de sensibilizar as autoridades e a ONU, os Direitos Humanos internacionais. O fato gerou comoção e incomodou o mundo inteiro; senão vejamos:

Policial paramilitar turco investiga o local onde apareceu o corpo de uma criança imigrante numa praia de Bodrum, na Turquia (Foto: AP)

FONTE: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html

São imagens fortes que nos faz repensar a cada dia o quanto vale uma democracia em um país, onde seu povo pode ter liberdade de ir e vir.

Os estudantes, intelectuais foram os primeiros precursores de uma luta em defesa desta liberdade tanto clamada nas lutas sociais, ainda no acender das luzes do Século XVIII. Este movimento na época ficou conhecido como o século das luzes por assim

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

imaginar que as pessoas daquela época pudessem sair de um comando opressor onde a fé religiosa era a arma que a Igreja Católica e tinha no eurocentrismo que exploravam, massacravam as pessoas, iludia e extorquiam os mais fervorosos. Usavam os Tribunais das Santas Inquisições, bem como as chamadas indulgências para praticar crimes.

O cidadão não se imaginava sem seguir a fé religiosa, sob pena de serem castigados no inferno; desta maneira submetiam aos mais atrozes sofrimentos que os dogmas religiosos lhes impunham.

A ciência não poderia ter valor diante da vida, que só pertencia a Deus e ao enviado dele na terra, que neste caso era o papa, representante maior. O restante perdia sentido e seria uma afronta que geralmente era acompanhado por castigos cruéis.

Com o advento do iluminismo e o seu lema de liberdade, igualdade e fraternidade, iniciou se então uma nova era, pois o movimento intelectual foi capaz de influenciar o mundo e gerações inteiras durante séculos, o que fizeram aos poucos a sociedade deixar as trevas para viver a luz através da Declaração Universal dos Direitos do Homem da França.

> "A democracia é um sistema que permite se submeter a lei e a ordem, sem subverter a ordem. A democracia é o bem depois da vida dos mais preciosos que se tem, porque ela permite a vida, e a vida é a liberdade, é a não aceitação da submissão, são os direitos fundamentais básicos dos seres humanos. "a democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo." **Abraham Lincon (1809-1865).** O político e jurista brasileiro dizia que: "A pior democracia é preferível a melhor das ditaduras" **Rui Barbosa (1849-1923).**

A democracia é um termo grego antigo (governo do povo), que quer dizer demos ou povo, surgiu em Atenas na antiguidade clássica, a primeira experiência democrática.

Retomando o tema sobre a Síria, o país sempre sofreu a crise do desemprego, corrupção, e o que é mais grave, a falta de liberdade, Bashar al-Assad, que sucedeu seu pai, Hafez, após sua morte em 2000.

Índice de democracia no mundo em 2019.
FONTE; https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Democracia

As forças de segurança do governo da Síria prometem acabar com o que ele chama de terrorismo apoiado por estrangeiros. Ainda temos as organizações jihadistas, extremistas, como grupos islâmicos Al-Qaeda.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

É uma lástima admitir que cerca de 500,000 mil pessoas morreram nestes conflitos, entre desaparecidas. São dados do observatório Sírio para Direitos Humanos, de dezembro de 2020.

A Rússia com suas bases militares tem dado muito apoio a Síria até antes mesmo da guerra, fez campanha aérea em 2015, o que reforça o poder de fogo do governo sírio.

Em artigo de 13 de junho de 2017, em novo relatório sobre conflitos urbanos na Síria, do comitê Internacional da Cruz Vermelha: "vi uma cidade morrer". Sammi, 29 anos Mossul, Iraque

Mossul, Iraque. CC BY-NC-ND / CICV / Andre Liohn
FONTE: https://www.icrc.org/pt/document/vi-minha-cidade-morrer

O que mais nos deixa deveras comovidos são as atitudes dos representantes, autoridades políticas, diplomatas, chanceleres de nações em um momento como as que ocorrem na nossa história, principalmente quando se trata de migração. Por exemplo, uma das mulheres mais poderosas do mundo, a chanceler Alemã Ângela Merkel considera a migração uma questão vital em todo o mundo, enquanto outros a ignora. Usou de um tom emocional para explicitar sua opinião sobre a migração:

> "Ou encontramos uma solução para que, na África e além, as pessoas sintam que somos guiados por valores e que defendemos o multilateralismo e não o unilateralismo, ou ninguém acreditará nos nossos valores, que nos tornaram tão fortes". **Ângela Merkel (2018). RC/lusa/rtr/dpa**

Não se vislumbra outra saída senão estender a mão para estes refugiados que perambulam pelas fronteiras pedindo socorro as autoridades.

A Chanceler esteve nos centros das atenções em toda a Europa, e a pressão maior foi sofrida pela União Europeia sobre o tema. Ela chegou a abrir as fronteiras da Alemanha, por onde possivelmente tenha entrado cerca de um milhão de refugiados ainda em 2015.

A política migratória, e as pressões de organizações como a União Social Crista (USC) obrigou que a Alemanha cedesse as pressões e fechasse as fronteiras. Imagem chocantes mostram a situação migratória no mundo.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A guerra é uma situação muito difícil, porque o que não está na conta não é somente a violência física.

Para corroborar esta situação, desde 1942 vivemos umas das histórias mais traumáticas quando referimos a Anne Frank que em sua obra diz:

> (...) “emigramos em 1933 para a Holanda, onde meu pai se tornou diretor da Travis A-G. Éramos judeus (...), a nossa vida decorria com as aflições de costume, pois as pessoas da família que ficaram na Alemanha não escaparam as perseguições de Hitler. Depois dos pogroms de 1938, os dois irmãos da minha mãe fugiram para a américa” (...) (**Anne Frank (1998, p.19)**.

Anne segue relatando em seu diário sobre a guerra e a capitulação, a miséria e o sofrimento que vivenciaram naqueles anos tenebrosos:

> (...) “A uma lei ditatorial seguia-se outra; e, em especial para os judeus, as coisas começaram a ficar feias. Obrigaram -nos a usar a estrela e a entregar as bicicletas. Não nos deixavam andar nos bondes e muito menos de automóvel. Os judeus só podiam fazer compras de 3 as 5 horas, e só em lojas judaicas. Não podiam sair à rua depois de oito horas da noite e sequer ficar no quintal ou na varanda” (...) (**Anne Frank (1998, p.19)**.

O diário oficial de Anne Frank encontra se na casa de Anne Frank), em Amsterdã, Holanda, na Rua Prinsengraght, 263, onde se localizava o anexo secreto, que serviu de esconderijo. Tombado e restaurado, o prédio preserva as instalações como eram na época em que Anne e sua família viveram lá.

O sofrimento desta família está descrito neste Best-Seller ilustrado com fotos autênticas deste diário.

As imagens marcam o sistema migratório nas guerras para não morrer na berlinda conforme se vê na ilustração abaixo:

A Deutsche Welle é a emissora internacional da Alemanha e produz jornalismo independente em 30 idiomas.

As imagens que marcaram a crise migratória

FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%Adria

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A meta: sobreviver**.** Uma jornada combinada com sofrimento e perigo para corpo e alma: para fugir da guerra e da miséria, centenas de milhares de pessoas, principalmente da Síria, viajaram pela Turquia para a Grécia em 2015 e 2016. Ainda há cerca de 10 mil pessoas nas ilhas de Lesbos, Chios e Samos. De janeiro a maio deste ano, chegaram mais de 6 mil novos refugiados.

O Brasil abriga 3.800 sírios reconhecidos como refugiados, em condições que se complicou a partir da COVID-19, esta pandemia que tem assolado todo o mundo, e em especial o Brasil que já tiveram milhões de mortos.

Muitos sírios vivendo no Brasil já tem uma vida parcialmente estabilizada, muitos deles são capacitados, com nível superior de escolaridade; no entanto, a questão da revalidação de diploma destes profissionais continua sendo um entrave na vida destes migrantes.

O idioma também sempre é um empecilho na vida de qualquer pessoa que vive em um país que não fala sua língua oficial. Tudo é dificultado para ser aceito, para compreender o outro, a culinária, a cultura etc.

Quanto as condições de sobrevivência, eles costumam viver a vida trabalhando, muitas vezes com produtos em feira livres, desenvolvendo sua culinária, comercializando pizza, bolo, quentinhas e outros alimentos em sua própria casa, muitas vezes improvisadas, ou até mesmo abrindo um pequeno comércio.

É notório que em um momento de crise política e econômica tão presente neste momento já podemos chamar esta pandemia de sindemia. A crise sanitária está assolando as nossas vidas e a nossas finanças.

Na outra esteira, quando o assunto são os traumas da guerra, as marcas doem, machucam as pessoas, por mais que sejamos pesquisadores e somos obrigados a deparar com estas atrocidades, que choca toda a humanidade.

Estamos a falar de orfandade em uma guerra que já dura anos, o abandono dos seus lares, a separação de famílias. As histórias são comoventes.

Vamos aos números reunidos pela UNICEF 2021, em razão dos Conflito na Síria, 10 anos depois: 90% das crianças precisam de apoio, já que a violência, a crise econômica e a pandemia de Covid-19 levam as famílias a uma situação limite. Vejamos em http://www.google.com/amp/s/noticias.r7.com/internacional/

Quase 12 mil crianças mortas ou feridas na última década, de acordo com dados verificados – uma média de mais de três crianças por dia.

Mais de meio milhão de crianças menores de 5 anos na Síria sofrem de atraso no crescimento como resultado de desnutrição crônica.

Quase 2,45 milhões de crianças na Síria e um adicional de 750 mil crianças sírias nos países vizinhos estão fora da escola; 40% delas são meninas.

De acordo com dados verificados, entre 2011 e 2020:

- Quase 12 mil crianças foram mortas ou feridas;

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

- Mais de 5.700 crianças – algumas com apenas 7 anos de idade – foram recrutadas para a luta;
- Mais de 1.300 instituições educacionais e de saúde e seus funcionários foram atacados;
- O número relatado de crianças com sintomas de sofrimento psicossocial dobrou em 2020, já que a exposição contínua à violência, ao choque e ao trauma teve um impacto significativo na saúde mental das crianças, com implicações de curto e longo prazo.

Não haverá a oportunidade de ratarmos da questão da fome destes migrantes e destas crianças, bem como o fornecimento de água potável e outros insumos necessários a vida; assuntos que certamente terão temas mais extensos para um debate mais assertivo.

É muito duro o sofrimento destas crianças e de suas famílias, é muito cruel o que vemos no dia-a-dia, e a sociedade mundial, a ONU (Organizações das Nações Unidas), os Institutos Internacionais de Direitos Humanos precisam explicar.

A seguir no site https://noticias.r7.com/internacional/fotos/traumas-de-guerra-criancas-sirias-trazem-no-corpo-as-marcas-de-quatro-anos-de-conflitos-08052015 vou falar de Rhana, que vai representar as crianças da Síria, ela tem 10 anos de idade. Rhana está com deficiência visual, sua família deixou o país toda e perdeu a escola. Rhana sempre fica em casa e nunca sai.

Reprodução/DailyMail - Magnus Wennman – IBL/REX - Shutterstock

Este trabalho precisa expor a imagem de Rhana por uma questão de apostar que um dia haja o mínimo de humanidade, talvez sonhando que um mundo seja mais feliz, que a nossa diplomacia possa fazer algo por estas crianças, por todos os nossos irmãos, mesmo que pertencente a outra nação. Dentre elas, estão inúmeras crianças deformadas, completamente cegas, mutiladas.

Quando se fala dos direitos das mulheres e seu acesso a educação não é possível concluir este artigo sem falar sobre a maior defensora destes direitos, e que sofreu ataques por parte de extremistas do Talibã.

Malala representa a liberdade feminina contra o discurso de ódio, o terrorismo mundial, e sem dúvida a citação dela não poderia deixar de existir. A garota do Paquistão é um símbolo da defesa social, que viveu a miserabilidade extrema.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Muitas vezes este extremismo e a supressão da liberdade se confundem com a religião das pessoas, que dispõem de dogmas que impedem o desenvolvimento das pessoas, sobretudo quando o assunto é a mulher.

> (...) “Os corpos eram despejados na praça a noite, para que todos os vissem na manhã seguinte, a caminho do trabalho. Cartazes presos a eles diziam coisas como: “Isto é o que acontece com quem apoia o exército”, ou “Não toque este corpo até onze horas, ou você será o próximo” (...) **(Malala, 2013, p.157)**.

“Malalai foi morta pelos britânicos, mas suas palavras e sua coragem, inspiraram homem à virar a batalha”. **(Malala, 2013, p. 23).**

CONCLUSÃO

A sugestão que fica para a conclusão deste artigo é que nossa sociedade deveras adoecida tanto por uma sindemia, como psicologicamente abalados por um sobressalto em razão da falta de segurança. Como não bastasse, estamos convivendo com este massacre insensato das guerras no mundo, sobretudo, no assunto a qual é tema deste trabalho, que é a Guerra na Síria.

É necessário discutir a importância da vida, da orfandade na Síria, nas famílias do povo que migrou para diversos continentes do mundo, para o tratamento de saúde das crianças e demais pessoas que ficaram com resquício desta guerra.

As questões físicas e psicológicas estão intrínsecas para sempre na memória daquelas pessoas, inclusive, faz se necessário a busca pelo acompanhamento, e quem tem a capacidade de fazer isto são as autoridades democráticas no mundo.

Não é possível que ainda aceitemos este tipo de governos que causam mal a nossa gente. As ditaduras não podem mais sobressair como regimes que ainda persistem no mundo.

As imagens deste documento falam por si só na sua inteireza, os documentários e as notícias na TV chocam a sociedade do mundo inteiro, não obstante refletir que uma das mulheres mais poderosas do mundo tentou dizer a toda a Europa e o mundo o sofrimento.

Dizer que as situações das guerras mundiais estão pacificadas é uma inocência, é uma aberração; dizer que o cessar fogo em momentos de rajadas dos canhões não resolve, é um absurdo, porque é um ato momentâneo, que só faz nossas crianças e suas famílias, os civis pensarem em como seria malvado o porvir. Sabemos que o que virá é doloroso, e a dor que já faz qualquer ser humano sofrer; é muito infeliz, é queimar o que já está queimando.

O mundo não pode permitir por outro lado que extremistas espalhem terror na sociedade. Mas não se resolve os problemas com os extremistas, ceifando a vida de milhões de inocentes, tirando-lhes a liberdade, a vida, o bem maior.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

O mundo carece criar alternativas de cessar definitivamente os conflitos, é preciso trazer a independência a Palestina, é necessário a intervenção dos E.U.A na produção e controle de armas de guerra, faz se necessário a imediata diplomacia russa nestas questões.

Não se pode mais continuar construindo a história para nossos livros didáticos, tendo como nossas crianças sendo submetidas a esta terrível guerra. É preciso destruir, sobremaneira as ditaduras que ainda restam e lutar veementemente para que outras não surjam.

REFERÊNCIAS

YOUSAFZAI, Malala. Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Diário de Anne Frank" é um livro escrito por Annelies Marie Frank entre 12 de junho de 1942 e 1º de agosto de 1944 durante a Segunda Guerra Mundial. Editora Pé da Letra 1ªed.2017.

https://www.google.com/search?client=firefox-d&q=A+NMIGRA%C3%87%C3%83O

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%Adria

https://noticias.r7.com/internacional/fotos/traumas-de-guerra-criancas-sirias-trazem-no-corpo-as-marcas-de-quatro-anos-de-conflitos-08052015

https://www.google.com/search?client=firefox-b d&q=A+NMIGRA%C3%87%C3%83O,

https://www.icrc.org/pt/document/vi-minha-cidade-morrer

http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 7 - DOI:10.55232/1082027.7

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. A REALIDADE DO PROJETO INCLUIR.(2021).

Claugildo de Sá

RESUMO: O artigo científico tem por objetivo avaliar a inclusão, que se torna uma verdadeira exclusão dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais e as inúmeras dificuldades visíveis de entrosamento destes alunos aos demais colegas, de turma, que, comumente já se encontram no ambiente escolar com seus grupos formados de acordo com as suas características culturais, gostos, condições sociais e, o arraigado preconceito de todas as formas, o que é mais danosa neste trabalho de inserção desta nossa sociedade. Fica latente a separação entre estes alunos e os demais, que se não pelo professor de apoio, não existe quem se aproxime deles. A adaptação física para receber os alunos muitas vezes não é adequado. Quando o acompanhamento é feito em salas de aulas comuns, juntamente com os demais alunos. É uma lástima o atendimento a estes alunos, os materiais pedagógicos de acompanhamento deveriam ser adaptados e monitorados, com cartilhas, seguindo um roteiro interdisciplinar. Quanto as salas de recursos, verifico que existe um ambiente agradável para a aprendizagem, no entanto, falta treinamento e apoio para desenvolver as atividades. Isto posto, estas mazelas não são privilégios de uma escola, mesmo que algumas nem dispõe destas salas. A Inclusão não é apenas assentar um aluno em uma cadeira e deixá-lo entregue ao sono, ao isolado no canto de uma sala, e o que é pior, aqueles que não dispõe de laudo médico para se ter direito ao professor de apoio fica ainda mais esquecido, ocupando apenas um lugar como se não fosse um ser humano. É inclusive, indigno o tratamento a estas pessoas.

Palavras-chave: Educação, inclusão, escolas, políticas públicas

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho de pesquisa científica, de cunho acadêmico, teremos a oportunidade de conhecer as várias faces do Projeto inclusão nas Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais e sua realidade, em especial, na escola empregada como base para minha investigação. Educação Especial foi uma Política Pública implantada no Brasil somente a partir do ano 2000, uma necessidade que se viu ainda em 1994 com a Declaração de Salamanca, na Conferencia Mundial de Educação Especial.

Objetivando a conclusão desse trabalho, irei apontar nestas linhas com propriedade de causa, sendo assim para uma melhor compreensão do leitor sobre o desenvolvimento do tema, delimitei-o e em alguns momentos e focalizei este trabalho no Projeto Incluir da escola do Município de Palmópolis, Estado de MG, em específico a Escola Estadual Governador Clóvis Salgado no ano de 2020.

Quando me direciono a escola em específico, a razão é bem simples. Considerando que por diversas ocasiões, convivi lecionando em minhas turmas de Ensino Fundamental e médio para alguns alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais em sala de aula, através de um professor de apoio (profissional que acompanha alunos com dificuldades especiais e que dispõe de laudo médico detectando tal deficiência).

A atenção especial geralmente é parcialmente suficiente por parte do professor de apoio, no entanto, com as salas de aula bastante lotada, e a falta de conexão, e sobretudo, o preconceito dos demais alunos com o Portador de Necessidades Educacionais Especiais é mesmo um entrave para a aprendizagem dos alunos nessas condições.

Ao longo dos anos, era perceptível que em tarefas que requeiram a composição dos alunos em grupos, dificilmente os colegas, alunos da mesma turma se dispunha pertencer a estes alunos, ou se juntar ao grupo do Portador de Necessidades Educacionais Especiais. Por muita insistência do professor, ou quando o mesmo fazia a distribuição dos alunos, havia menores resistências. Geralmente eram postos de fora da socialização dentro de um projeto cujo objetivo é a inclusão.

Quanto ao trato sobre o recreio escolar, percebia se claramente o isolamento social destes alunos até o retorno a sala de aula. Resta esclarecer que quando se trata de alunos cuja família tem uma condição social privilegiada na sociedade, um pouco mais abastada, a aproximação é maior, a tentativa de contribuir para a inserção é maior, o empenho dos profissionais também é notado.

Com a experiencia em outra escola, lidamos com uma Portadora de Necessidade Educacional Especial, na qual a agressividade era um fator preponderante para dificultar o relacionamento da mesma com o restante dos alunos, mas o que havia de maior problema era mesmo a indisciplina da turma, que atrapalhava o avanço desta aluna. Vejo uma inclusão que exclui, mesmo que com as melhores das intenções. Percebia se que sua agitação se dava em razão da falta de adaptação na turma, completamente indisciplinada.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa inicia-se, portanto, com uma análise sucinta do significado que traz a palavra inclusão. Inclusão é o mesmo que dizer inserção, portanto, lugar onde alguma coisa se fixa pelo que o dicionário nos remete a compreender.

Até aqui tudo bem, podemos dizer que alguma coisa se fixou de fato, pelo menos no que diz respeito à acessibilidade no ambiente escolar com a adaptação feita as novas construções arquitetônicas.

Na Revista Dialogo nº. 40, de Outubro de 2005, escrita por Julio Andre Dela Corte fala sobre inclusão:

> (...) Assim, por inclusão, entende-se a oferta de escolaridade em sistemas regulares de ensino para educando que tem necessidades Educacionais especiais (MEC-Ministério da Educação e Cultura, 1994), já citados. (...)

Recentemente visitei uma sala do Projeto Incluir da Escola Estadual Governador Clóvis Salgado no Município de Palmópolis MG para solicitar alguns materiais para desenvolver este trabalho, e pude notar o quanto a sala do projeto encontra se organizada, fixada e bem localizada nessa ocasião, inclusive respeitando as normas de acessibilidade.

O problema mesmo é que não basta se fixar espaço físico sem que haja desenvolvimento da aprendizagem destes alunos. É preciso existir inclusão com responsabilidade, para não excluirmos ainda mais nossas crianças.

Não basta, portanto, a adaptação física. É urgente uma adaptação pedagógica, e quando se fala em adaptação pedagógica, vale ressaltar que ela deve estar relacionada ao apoio ofertado pelo profissional a estes Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, desde o funcionário que desempenha função de Auxiliar de Serviços Gerais na escola, pessoal das secretarias, Gestores e professores preparados (com capacitação), para receberem estes alunos. Mas isso não é uma teoria apenas no papel, deve ser uma prática. “**Não basta acolher. A ordem do dia é garantir que os estudantes com deficiência avancem nos conteúdos” (...). (Nova Escola ano XXII Nº 206, Outubro de 2007, Thais Gurgel. p 39).**

Muitas vezes, o que vem acontecendo nas escolas é que os profissionais atuantes nestas salas de inclusão estão despreparados para a realidade com que foi imaginado o projeto. Alguns, atendendo a requisitos pré-estabelecidos pela Secretaria do Estado da Educação do Estado, estando muitas vezes nas salas apenas com o objetivo de atender a resoluções no que trata de designação para composição de quadro de pessoal nas escolas. João Batista Araujo Oliveira, em sua obra A Pedagogia do Sucesso lembra que: **"Ninguém pode negar a importância, a necessidade e o impacto de políticas e instrumentos adequados de formação inicial e treinamento de professores" (p.44 - 5 Ed. Saraiva 2000.)**

Enfim, sem a devida capacitação para o exercício do cargo que este profissional ocupa; que na minha concepção ultrapassa a formação legal exigida, é impossível um atendimento para inclusão. Esta preocupação perpassa entre nos educadores, especialistas e pesquisadores até os dias de hoje. Veja o que diz Júlio André dela Corte ainda na Revista Dialogo de Outubro de 2005 p. 21.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> (...) E exatamente aí que começam as dificuldades para se implantar tal pratica inclusiva. Em minha atividade docente, tenho testemunhado a dificuldade dos educadores em efetivar as premissas de inclusão, por falta de formação especifica e por medo de falhar e de serem considerados incompetentes nesta árdua tarefa, (...) Revista Dialogo p, 21 n. 40 Outubro/2005,

É necessário também que haja parcerias na comunidade para que o projeto dê certo. Precisa haver consonância entre os órgãos governamentais locais e Gestores, dividindo responsabilidades para que este trabalho realmente funcione na prática.

Aqui na nossa comunidade, o atendimento é tão deficitário, que os alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, inclusive, os que tem dificuldade de locomoção chegam a pé na escola, porque eu já presenciei, exceto, aqueles em que os pais tem carro para levá-los.

A Constituição de 1988, ressalta o papel de ensinar, que será efetivado mediante seu Art. 208, Inciso III, do dever do estado, com a educação será efetivado: "**atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.**"

E ainda a Revista da Educação Especial continua:

> (...) O Sistema Educacional Inclusivo está fundamentado na constituição federal de 1988, que garante a educação como um direito de todos, e no Decreto nº 6949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), assegurando o direito pleno de acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas (SEEMG/MEC - Inclusão, Revista da Educação Especial V.5 Nº 1 Janeiro/Julho 2010.)

Primeiro, quando se fala em inclusão, é necessário que o próprio educador esteja ou pelo menos se sinta incluído para que consiga, com firmeza, transmitir a estes alunos a verdadeira inclusão, senão sujeitamos a mera condição de repetir à velha história do **"faça o que digo, mas não faça o que faço"**, como retrata a música cantada por Renato e seus Blue Caps, e escrita por **(Jean Gil em 1999.)**

Quando se trata da má remuneração dos profissionais da educação, por si só já estamos padecendo a falta de inclusão para com os profissionais da área. A grande falta de respeito que o estado vem demonstrando ter para com a classe, agindo muitas vezes com um poder coronelista num estado democrático de direito.

Mas, voltemos à questão da inclusão que ainda é um entrave na educação do nosso país. Veja a seguir trecho de um trabalho acadêmico do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvido por Kátia Regina Xavier da Silva:

> (...) A expressão *inclusão em educação*, criada na década de 90 pela comunidade científica para expressar o ideal de educação para todas as pessoas, causou e ainda vêm causando muitos conflitos entre a comunidade acadêmica e os professores que estão no campo, gerados,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> talvez, pela tentativa dos pesquisadores de homogeneizar as práticas inclusivas de acordo com parâmetros externos ao contexto no qual as diversas formas de exclusão acontecem (...)

Desde a Constituição de 1988 até os dias de hoje, nota se a existência de inúmeras resoluções, leis e decretos tratando da questão da educação especial. Dentre estas, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 que dedica 01 de seus capítulos (Capítulo V) exclusivamente a Educação Especial. Logo em 2001 a lei que aprova o Plano Nacional de Educação Especial com 28 objetivos e metas. Cita-se a meta 1.

> (...) "Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creche." (Meta do Plano Nacional de Educação Especial "(...)

Ao longo da pesquisa, pude notar que a falta desta parceria é um dos fatores que tem interrompido o bom andamento quando se trata da oferta e do ensino nas escolas, a falta de parceria entre os gestores municipais e das direções das escolas, ocasionado muitas vezes por divergências políticas.

> (DECRETO No- 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004) CAPÍTULO II DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO. (...)Art. 5o Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (...)

Leis no tempo é o que não faltam. Já se discute oficialmente a questão dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais desde 1845, quando Dom Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos do Rio de Janeiro.

De lá para cá, outras leis inovadoras surgiram e de fato aperfeiçoaram o atendimento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, no entanto, a família e a sociedade, bem como os governos das três esferas precisam andar juntos para que o atendimento não se efetue de uma forma preconceituosa essas políticas.

É muito grave que existam famílias ocultando seus Portadores de Necessidades Educacionais Especiais porque tem medo de que eles sofram muito mais na escola do que com o problema que já tem. Tem governantes locais se eximindo da responsabilidade que te cabe de transportá-los até a escola.

Talvés este se torne o caso mais grave desta pesquisa, a necessidade de implementar projetos capazes de sanar essas anomalias. Falta, portanto, esforços de psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais capazes de tirar da escuridão estes Portadores de Necessidades Educacionais que sequer conhecemos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

CONCLUSÃO

Concluo o meu trabalho compreendendo que a Educação Especial passa por necessidade de reestruturação. É impossível falarmos em Projeto Incluir nas escolas, se os mesmos muitas vezes são excluídos desde o seio familiar que esforça se muito pouco para lutar pelo devido respeito ao seus Portadores de Necessidades Educacionais Especiais.

Eles sofrem todo tipo de preconceito da sociedade. O medo de apresentar seu filho a sociedade já é uma forma preconceituosa de agir. Depois vêm os órgãos governamentais que não oferecem o apoio para a locomoção dos mesmos.

Precisamos como pessoas que fazemos parte desta parcela de formadores de opinião, lutarmos para que a verdadeira inclusão aconteça.

O cuidado é fundamental para que não corramos o risco de falar sobre inclusão no mesmo momento que excluímos.

Precisa mesmo respeitar nossos alunos e possibilitar acessibilidade, assim estaremos respeitando o direito a tarefas básicas elementares. É imperioso insistir que haja uma força tarefa para que os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais façam parte do cenário, e que possa ser protagonista nesta grande oportunidade que é a de estar em um ambiente escolar, ter a chance de aprender e estar inserido na sociedade.

Afinal de contas, a liberdade é uma independência, é uma autodeterminação que toda pessoa humana precisa gozar dela. Diante disso, este artigo tem o condão de alertar as autoridades educacionais quanto a este cancro no ensino dos alunos especiais.

Rever os conceitos é fundamental para que tenhamos uma aprendizagem no mínimo digna, onde seja elaborado material interdisciplinar, reduzir o quantitativo de alunos nas turmas onde estão inseridos Portadores de Necessidades Especiais, capacitarem educadores para lidar com estes alunos e estabelecer limites de respeito, trazendo o tema preconceito como projeto de ensino.

REFERÊNCIAS

EGLÉR, Maria Teresa, GAVIOLI, Rosângela. Inclusão escolar. Pontos e Contrapontos. SP, 2006.

AQUINO, Júlio Groopa.Diferença e Preconceito na Escola 5ªed.Alternativas Teóricas e Práticas.São Paulo:Summus, 1988.

UMA ESTRATEGIA POLITICA PARA CORRIGIR O FLUXO ESCOLAR E VENCER A CULTURA DA REPETÊNCIA.A Pedagogia do Sucesso - Ed. Saraiva 5 Edição, 2000 SP.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS- Minidicionário HOUAISS de Português- 2 Edição 2004, RJ.

TEXTO CONSTITUCIONAL DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 Constituição da Republica Federativa do Brasil - Senado Federal-Secretaria de Edição Técnica, 2010.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Revista Dialoga-Revista de Ensino Religioso INCLUSAO DEFICIENCIA E POTENCIAL HUMANO ANO X-N, 40 OUTUBRO DE 2005.

SEEMG/MEC - Inclusão, Revista da Educação Especial V.5 Nº 1 Janeiro/Julho 2010.) (Revista Nova Escola ano XXII Nº 206 Outubro de 2007.

LDB- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 175º da Independência e 108º da República - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 20 DE Dezembro de 1996 2 *Paulo Renato Souza* ,Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.1996,www.planalto.gov.br.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 8 - DOI:10.55232/1082027.8

OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS CURRICULARES DO ENSINO DE FILOSOFIA NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Joelson Juk

RESUMO: O capítulo investiga os desafios e perspectivas do ensino de Filosofia no Instituto Federal do Paraná, com aderência de pesquisa no Grupo de Trabalho - Cultura, Currículo e Saberes. Estuda-se o pensamento de Adorno, Amaral Filho, Arroyo, Bosi, Chauí, Cury, Deleuze, Gramsci, Guattari, Horkheimer, Kuenzer, Marx, Pegoraro, Saviani e Valls. Os resultados obtidos, são advindos de pesquisa teórico-empírica, orientada pelo método marxista de exposição e de investigação. Para cumprir o objetivo central do trabalho, em uma perspectiva de educação profissional integral, o texto possui dois subtítulos. No primeiro, as reformas do ensino técnico no Brasil contemporâneo, chega-se à percepção dos (d)efeitos da dualidade entre a educação geral e a técnica, dualidade esta advinda da lógica instrumental positivista, que recoloca a histórica visão tecnicista para os trabalhadores e a visão clássica para demais estudantes. Nessa concepção paradoxal, reside a investigação mais aprofundada acerca da função desempenhada pela Filosofia nos currículos técnicos. No segundo, desafios e perspectivas curriculares do ensino de Filosofia no IFPR, a partir do levantamento de dados significativos sobre o currículo dos cursos técnicos subsequentes, concomitantes e integrados, ofertados pela instituição, se verifica a existência concreta de grandes desafios/perspectivas curriculares: 1. transformação da obrigatoriedade legal do ensino da Filosofia, em todas as séries/períodos do ensino médio, em obrigatoriedade pedagógica, no ensino técnico; 2. defesa de participação isonômica de docentes técnicos e de humanistas na concepção, elaboração e execução dos projetos de cursos e de suas respectivas matrizes curriculares; 3. oferta de conhecimento nos cursos técnicos voltados para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho. Espera-se contribuir para a criação de uma cultura técnico-humanística, que possibilite currículos técnicos com caráter politécnico.

Palavras-chave: Cultura. Currículo. Saber. Filosofia. IFPR.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa teórico-empírica, sobre *os desafios e perspectivas curriculares do ensino de Filosofia no Instituto Federal do Paraná*. A investigação no IFPR[1], deveu-se ao fato dessa instituição pública federal de ensino, criada pela Lei nº 11.892/08, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ter finalidades institucionais aderentes ao Grupo de Trabalho - Cultura, Currículo e Saberes. Destaca-se, resumidamente, as finalidades que corroboram com essa afirmação: a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades; a formação em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; e, propósito de ser um centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular. O núcleo finalístico da instituição sintetiza-se em *cultura*, *currículo e saberes*.

Para se verificar efetivamente em que medida a instituição cumpre com tais propósitos institucionais, a pesquisa se orientou pelo método de exposição e pelo método de investigação, conforme defendido por Marx na obra O Capital[2]. Isso significa que o presente trabalho partiu do referencial teórico acerca do contexto das reformas do ensino técnico no Brasil contemporâneo; da apropriação dos dados referentes ao IFPR, por meio de análise de documentos (Projeto Pedagógico de Cursos, Matriz Curricular de Cursos); das vivências na instituição, durante três anos; e, da legislação educacional nacional (Parâmetros Curriculares Nacionais, Referencial Curricular Nacional de Nível Técnico, Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Cumprida essa tarefa, o movimento real do objeto investigado pôde ser exposto como totalidade e reproduzido como matéria de reflexão crítica.

Como o escopo central desta comunicação de investigação consiste em pesquisar o espaço didático-pedagógico das ciências humanas (Filosofia) em uma instituição de ensino técnico (profissionalizante), em uma perspectiva de educação profissional integral, optou-se por dois subtítulos: o primeiro trata das reformas do ensino técnico no Brasil contemporâneo;

[1] Para entender o funcionamento e a organização do IFPR (2015), sugere-se uma visita ao endereço eletrônico, a saber: <http://reitoria.ifpr.edu.br/>. Para ler na íntegra as finalidades, acessar o endereço eletrônico: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/missao-e-valores/>. Acesso em: 13 ago. 2015.

[2] A explicação do processo de exposição e de investigação foi realizada, pelo próprio Marx, no posfácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de «O Capital». Está disponível no endereço eletrônico: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/01/24.htm>. Acesso em: 13 ago. 2015.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

o segundo trata dos desafios e perspectivas curriculares do ensino de Filosofia no IFPR. Eis a tarefa filosófica proposta: refletir para compreender e agir, compreender para refletir a ação.

REFORMAS DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL

O olhar filosófico crítico sobre as reformas do ensino técnico no Brasil contemporâneo, revelou, entre outras problemáticas, os (d)efeitos da dicotomização entre a educação geral e a educação técnica profissionalizante, sucumbida a uma lógica instrumental, aos moldes do que foi denunciado por parte dos teóricos frankfurtianos, especialmente Adorno e Horkheimer. Onde estão os indícios dessas reformas citadas? No final do século 19 e início do século 20[3]. No Brasil, a conjuntura mundial explica a emergência de um arsenal discursivo de justificação das políticas de reforma institucional e de reforma educacional[4].

Por essa razão, sentiu-se o reordenamento da educação nacional significativamente com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública/MEC (1930), com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946)[5]. No período, observa Saviani (2011, p. 245), "conclui-se, portanto, que a Educação Nova busca organizar a escola como um meio propriamente social para tirá-la das abstrações e impregná-la da vida em todas as suas manifestações".

Assim surgiu o questionamento sobre o sistema educacional, no início do século passado, colocando em suspensão a pretensa harmonização dos interesses individuais com os coletivos, que em seu bojo levava inevitavelmente a uma dicotomização entre cidadãos[6]. Por

[3] Vale registro: 1) metamorfose do trabalho com novas tecnologias de materiais e de administração taylorista/fordista nos Estados Unidos; 2) grandes guerras mundiais; 3) revolução bolchevique em 1917; 4) crise do sistema econômico capitalista com o *crash* da bolsa de Nova Iorque em 1929; 5) crise nos ideais da razão iluminista da modernidade; 6) reconfiguração política mundial; 7) discursos homogeneizantes/globalizantes.

[4] Dentre elas, vale ressaltar: Reforma Benjamin Constant (1890-1), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915), Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz (1925), Reforma Francisco Campos (1932), Reforma Capanema (1942).

[5] Outros órgãos criados ou leis educacionais desse período e seguintes, revelam o surgimento de uma presença robusta do Estado no estabelecimento da educação como veículo para o desenvolvimento do campo e das cidades, a equidade social, o avanço tecnológico, a empregabilidade, a produtividade e a competitividade.

[6] Conforme Kuenzer (1999, p. 88): "a formação profissional como responsabilidade do Estado inicia-se no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais." Essas escolas foram criadas pelo Decreto n.º 7.566, de 23 setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha. Podemos entender, assim, como os Institutos Federais têm parentesco institucional com os Centros Federais de Educação Tecnológica, com as Escolas Técnicas Federais e com as Escolas de Aprendizes e Artífices.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

um lado, aqueles com cidadania plena e detentores de uma suposta formação intelectual clássica e, por outro lado, os trabalhadores considerados, como até hoje o são em alguns ambientes, inclusive acadêmicos, como mão-de-obra à disposição do mercado e da lógica presente nas concepções economicistas e desenvolvimentistas do Estado. Como Kuenzer (1999, p. 89) afirma, "para os primeiros, a formação acadêmica, intelectualizada, descolada de ações instrumentais; para os trabalhadores, formação profissional em instituições especializadas ou no próprio trabalho, com ênfase no aprendizado, quase que exclusivo, de formas de fazer a par do desenvolvimento de habilidades psicofísicas." Segundo Cury (2000, p. 75), "a educação reflete uma estrutura social, mas, por outro lado, fermenta as contradições". Isso porque é um processo regido pela transmissão do saber que gera poder social, na medida em que revela como a sociedade está organizada e como ela funciona com seu modo de produção da vida e das coisas. Pode superar a contradição, mas Cury (2000, p. 80) alerta que isso "depende da função política que ela assumir". Entende-se, assim, porque as reformas do ensino técnico profissionalizante não resultaram em democratização ou emancipação educacional, para além das classes sociais, mas quase sempre um aprofundamento das diferenças classistas.

O caminho para essa superação, depende de conjuntura e de estrutura, de vontade política socialmente referendada e de mudanças na essência do ordenamento jurídico-legal que tangencia todo processo educacional em sua complexidade. A educação, como é de conhecimento geral, geralmente, nas crises institucionais ou do desenvolvimento econômico, se torna uma espécie de *tábua de salvação*. No entanto, as reformas educacionais citadas e as legislações educacionais, como a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, não conseguiram criar um sistema público de ensino independente do sistema de produção liberal, como se vê no "Art. 108. O poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico." Nessa direção, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, determina em seu Art. 5º, § 2º que na formação especial de currículo, "a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciarão para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;" e, ainda, "b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados."

A inclusão de disciplinas técnicas nos currículos dos cursos, como efeito imediato, trouxe a diminuição da carga horária de algumas disciplinas, como Geografia e História, que se transformaram em ciências sociais e, a exclusão de outras, como Filosofia e Sociologia. Na

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

visão de Bosi (1983, p. 135), "[...] o golpe do poder tecnoburocrático foi mais estrondoso e ostensivo do que em qualquer outro setor da educação superior brasileira." A Filosofia abria um campo vasto para a crítica social e política e isso provocou as reações dos setores conservadores que invocaram o princípio da segurança nacional. Aos profissionais humanistas da educação, restou o estigma do não-especialista desqualificado para o perfil de mercado.[7] Esse discurso ajudou a encobrir o incômodo causado pelas ciências da humanidade que, inerentes ao seu ofício, oferecem a discussão sobre o *status quo*, no caso, a sociedade brasileira sob a batuta do regime militar e, sua vinculação direta ou indireta a um projeto político de mundo que transcende a territorialidade desse ou daquele país, isto é, o projeto que estava (está?!) ancorado na lógica neoliberal globalizante.

A inclusão das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos, laureia o surgimento das *matérias* mais adequadas ao moralismo nacionalista e a pedagogia tecnicista, que, como alerta Amaral Filho (2006, p. 21): "fortemente marcada pelo modus faciendi dos processos de produção industrial, alicerçada no mito da neutralidade da racionalidade técnica e científica, nos ideais de eficiência e produtividade, organizando a escola como se fosse uma fábrica". Não se deve estranhar, portanto, que tal ideologia tenha afastado o interesse dos estudantes pelas disciplinas humanísticas, de modo especial da Filosofia, como lembra Pegoraro (1986, p. 9): "o movimento de repressão cultural impediu o desenvolvimento do raciocínio e crítica no país."[8]

Para uma compreensão estatística dessa situação, vale o caso da realidade do Estado mais rico e populoso do país, conforme relatado por Chauí (1978, p. 8): "dos duzentos e cinquenta colégios estaduais de São Paulo, apenas dezessete conservaram Filosofia na qualidade de optativa; nos demais colégios, desapareceu." Continuando o relato, a autora diz

[7] "Não seria equivocado ver nestes dispositivos clara intenção de reestruturar a educação de modo a adequá-la às necessidades da vida produtiva, em rápida e constante mudança tecnológica e, assim, torná-la mais eficaz para responder aos desafios que o novo patamar de competitividade, agora em escala global, vem colocando para as nações" (SENAI-DN, 1997, p. 11).

[8] Da década de 1970 até a década de 1990, o ensino da Filosofia foi brutalmente alijado pelo currículo tecnicista, provocando, por um lado, o desinteresse e a ideia de inutilidade de seus ensinamentos e, por outro lado, uma lacuna na formação docente. Deste modo, confirma Pegoraro (1986, p. 11), que "os professores formados antes de 64 ficaram muito tempo sem poder dar aulas e por isso estão, hoje, defasados, situados em outros espaços culturais". Em sentido semelhante, Valls (1983, p. 42), denuncia que "no passado recente brasileiro, os professores mais brilhantes foram aposentados ou expurgados das universidades, o pensamento crítico foi perseguido e desestimulado, o pensamento dogmático, representante do arbítrio, instalou-se nas escolas." Para Arroyo (1980, p. 17), "a organização do trabalho educativo em bases empresariais levou os ordeiros professores a se sentirem não servidores do público, mas força de trabalho vendida a um patrão chamado Estado. Este dado novo acrescenta um elemento importantíssimo na configuração da educação e definição de seus rumos".

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

que “esta situação precária terminará definitivamente a partir de 1978, quando as grades curriculares feitas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo determinaram o curriculum do secundário; a Filosofia foi inteiramente extinta.” (CHAUÍ, 1978, p. 8). A extinção da Filosofia nos currículos do ensino médio e superior, especialmente na rede pública de ensino, e a introdução de disciplinas baseadas na reprodução do saber, na repetição de fórmulas ou certezas, nos estudos compartimentados e desconexos, favoreceu uma geração de estudantes com déficit no desenvolvimento das competências e habilidades humanísticas, alicerçadas na reflexão sobre os problemas da vida e do mundo do trabalho, na perspectiva da complexidade e da diversidade axiológica, epistemológica e ontológica.

No contexto histórico analisado, a rigor, nota-se que se fortaleceu o argumento da justiça educacional a partir da eficiência econômica, sendo o Estado responsável pela educação básica, controle institucional e o repasse dos recursos orçamentários para a formação profissional e superior. As políticas educacionais refletem as pressões para os ajustes estruturais neoliberais e a diminuição, cada vez maior, da presença do Estado no sistema educacional. Na educação profissional, ressalte-se os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que abrem espaço para a organização de um sistema paralelo, formalmente separado da estrutura regular de ensino. No art. 40, prevê que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” Para lembrar Saviani (1998), esta lei tem caráter flexível, inespecífico e minimalista, sendo, portanto, carregada de anacronismos.

Não menos preocupante, o Decreto n.º 2.208, de 17 abril de 1997, foi aprovado com a ideia de articulação entre a educação profissional e os setores empresariais, entendendo esses como responsáveis pela composição dos currículos, a administração e o financiamento das instituições. Aponta Kuenzer (1999, p. 105), que a educação profissional passa a ser financiada “com recursos do FAT, dos agentes financeiros internacionais, particularmente Banco Mundial, Banco Interamericano e dos setores privados, (Sistema S, empresas e instituições privadas).” Os documentos do Banco Mundial (1995, p. 8), também indicam isso: “a educação profissional dá melhores resultados quando realizada com a participação direta do setor privado em sua oferta, financiamento e direção.”

Na análise de documentos educacionais, fica patente um sistema educacional paradoxal. As atuais diretrizes para o ensino médio, ao justificar a necessidade da reforma profissional, separam o ensino profissional do ensino regular, recolocando a histórica visão tecnicista para

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

os trabalhadores e a visão clássica para estudantes em geral. Destaco que com elementos fundantes de uma visão de educação profissional integral, do homem como um ser social e político, é que a proposta dessa comunicação se coaduna. Nessa concepção pedagógica, ontológica e sociológica, reside a investigação mais aprofundada acerca da função desempenhada pela Filosofia[9] nos currículos técnicos profissionalizantes do IFPR.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS CURRICULARES DO ENSINO DE FILOSOFIA NO IFPR

Questões primordiais da educação técnica profissionalizante, no contexto amplo do sistema educacional brasileiro, foram analisadas até aqui. Passamos para a exposição dos resultados de pesquisa que indicam certos desafios e perspectivas curriculares para a demarcação do campo de saber da Filosofia, no interior do IFPR.

No caso concreto estudado, o IFPR, parte-se de algumas informações gerais acerca de sua forma de seleção discente para o ano de 2015[10]. A primeira tarefa consistiu-se na coleta de informações sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio. Foram ofertados 122 cursos com 4.587 vagas, entre técnicos e superiores, para esse ano letivo, nos 22 *campi* do IFPR, distribuídos em todas as regiões do Estado do Paraná. Desses, cerca de 90 cursos foram ofertados como cursos técnicos de nível médio, com mais de 3.408 vagas, das quais, 80 % destinadas à política de inclusão. Vale observar que os cursos técnicos integrados ao ensino médio, são destinados para os discentes que já concluíram o ensino fundamental. Os cursos técnicos subsequentes se destinam aos discentes com ensino médio completo, conferindo habilitação profissional técnica de nível médio. Os cursos técnicos concomitantes são ofertados para os discentes que cursam o ensino médio em outra instituição de ensino, mas que estejam

[9] Observam Horkeimer e Adorno (1985, p. 227): "a filosofia não é síntese, ciência básica ou ciência-cúpula, mas o esforço de resistir à sugestão, a decisão resoluta pela liberdade intelectual e real." A superação da razão instrumental pela razão filosófica, ocorre em um processo educacional que estimula a imaginação, a criação, a crítica e a autocrítica filosófica. Deleuze e Guatarri (1992, p.13), explicam então que a filosofia "é a disciplina que consiste em criar conceitos. [...] Os conceitos não nos esperam inteiramente quietos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam". Amaral Filho (2003, p. 23), lembra que "nosso mundo nunca é meramente constituído por aquilo que nos chega através dos sentidos, mais além, pelo sentido que lhe damos."

[10] Para analisar os dados da seleção de candidatos para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, consultar o Edital IFPR nº. 05/2014, disponível em: <http://fauel.org.br/edital_05_2014_processo_seletivo_ifpr_2015_tecnico_medio.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

no 2º ano do ensino médio regular: em paralelo e em contraturno, cursam o ensino médio em instituição pública/privada e o curso técnico de nível médio no IFPR.

Salienta-se que o currículo técnico profissionalizante é um fenômeno educacional amplo e complexo, que aponta em que direção político-pedagógica a instituição pretende se dirigir. Em sentido restrito, expõe a concepção de ensino e de aprendizagem e, em sentido geral, revela a missão, visão, valores e finalidades institucionais. Não é uma simples organização cronológica, lógica e quantitativa de disciplinas e conteúdos programáticos. Para além de ser mera compilação de disciplinas, o currículo é uma importante ferramenta de identificação das diretrizes educacionais alicerçadas em concepções de mundo e em formas de pensar e agir pedagógico. Ao compreender a espinha dorsal do currículo, compreende-se o projeto político pedagógico e, portanto, o pensamento pedagógico que sustenta a instituição. Pode-se distinguir, se uma determinada escola/instituição de ensino sustenta sua proposta pedagógica na reprodução de conhecimentos ou na construção crítica dos saberes. No primeiro caso, se caracteriza a pedagogia tecnicista, centrada somente nas disciplinas técnicas. No segundo caso, se caracteriza a pedagogia crítica, centrada nas disciplinas técnicas e humanísticas. Nas Tabelas 1 e 2, apresentam-se os dados a esse respeito, a serem analisados após a identificação, mensuração e estatística das informações:

Tabela 1 – Cursos Técnicos Subsequentes

Eixos Tecnológicos	Cursos	Carga Horária (Total)	Carga Horária (Filosofia)
Ambiente e Saúde	Enfermagem	1.819 horas	nenhuma
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica	1.680 horas	nenhuma
Desenvolvimento Educacional e Social	Orientação Comunitária	1.200 horas	nenhuma
Gestão e Negócios	Administração	1.120 horas	nenhuma
Informação e Comunicação	Informática	1.000 horas	nenhuma
Infraestrutura	Desenho de Construção Civil	1.200 horas	nenhuma
Produção Cultural de Design	Arte Dramática	800 horas	nenhuma
Produção Industrial	Cerâmica	1.860 horas	nenhuma
Recursos Naturais	Agroecologia	1.460 horas	nenhuma
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Cozinha	1.172 horas	nenhuma
	Total da Carga Horária:	13.311 horas	nenhuma

Fonte: Dados organizados pelo autor, com base nas informações do IFPR.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Tabela 2 – Cursos Técnicos Concomitantes

Eixos Tecnológicos	Cursos	Carga Horária (Total)	Carga Horária (Filosofia)
Informação e Comunicação	Informática	1.200 horas	nenhuma
Recursos Naturais	Agroecologia	1.200 horas	nenhuma
	Total da Carga Horária:	2.400 horas	nenhuma

Fonte: Dados organizados pelo autor, com base nas informações do IFPR.

Nas Tabelas 1 e 2, apresentam-se os dados que revelam a dualidade educacional no IFPR, de modo particular, analisando-se os cursos técnicos subsequentes e os cursos técnicos concomitantes, por razões demonstradas, na sequência da análise. Do universo de cursos técnicos de nível médio, filiados aos eixos tecnológicos respectivos, fez-se uma análise baseada em certa amostragem significava, na modalidade presencial, considerando-se os cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes e concomitantes. Grandes desafios e perspectivas curriculares para o ensino de Filosofia foram detectados no levantamento, de modo particular, quando isolados os cursos técnicos em seus formatos específicos de oferta. Essa separação é relevante, dado que cada formato de curso atende público-alvo distinto, como já mencionamos anteriormente. O que os dados revelam?

Na Tabela 1, referente aos cursos técnicos subsequentes, apresentam-se 10 eixos tecnológicos e 1 curso de cada eixo tecnológico. Na Tabela 2, referente aos cursos técnicos concomitantes, apresentam-se 2 eixos tecnológicos e 1 curso de cada eixo tecnológico (foram encontrados 2 cursos nos 22 *campi*). Verificou-se a carga horária total de cada um desses cursos, prevista nos respectivos projetos pedagógicos de cursos e verificou-se, também, a carga horária destinada à Filosofia. A seleção de cursos foi realizada aleatoriamente, mas de modo que cada um dos 22 *campi* do IFPR fosse contemplado no levantamento. Optou-se por não identificar cada *campus* com determinado curso, para reforçar a ideia de compreensão do *modus faciendi* da formação técnica profissionalizante ofertada, ou seja, a totalidade. Os números da Tabela 1 e da Tabela 2 revelam que, do total de 15.711 horas-aula dos 12 cursos destacados, em média, temos 1.309 horas-aula por curso, quantidade suficiente para uma formação profissional exigida no mercado de trabalho brasileiro. Chama a atenção o fato de que *nenhuma* carga horária foi destinada para a disciplina de Filosofia. Em um ou outro caso, por exemplo, no curso de Orientação Comunitária, a Filosofia aparece ao lado de outra disciplina, como a Sociologia,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

com o conteúdo programático de ´introdução`, ´noções básicas`, ´domínio de conhecimentos gerais de Filosofia`, entre outros.

Tabela 3 – Cursos Técnicos Integrados

Eixos Tecnológicos	Cursos	Carga Horária (Total)	Carga Horária (Filosofia)
Ambiente e Saúde	Biotecnologia	3.300 horas	160 horas
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	3.600 horas	160 horas
Gestão e Negócios	Administração	3.920 horas	120 horas
Informação e Comunicação	Informática	4.000 horas	160 horas
Infraestrutura	Edificações	4.295 horas	160 horas
Produção Alimentícia	Agroindústria	3.532 horas	160 horas
Produção Cultural de Design	Processos Fotográficos	3.880 horas	120 horas
Produção Industrial	Petróleo e Gás	4.280 horas	120 horas
Recursos Naturais	Agroecologia	3.600 horas	160 horas
	Total da Carga Horária:	34.407 horas	1.320 horas

Fonte: Dados organizados pelo autor, com base nas informações do IFPR.

Na Tabela 3, referente aos cursos técnicos integrados, apresentam-se 9 eixos tecnológicos e 1 curso de cada eixo tecnológico. Da maneira como feito na análise das amostragens das Tabelas 1 e 2, verificou-se a carga horária total de cada um desses cursos, prevista nos respectivos projetos pedagógicos de cursos e verificou-se, também, a carga horária destinada à Filosofia. A seleção de cursos também foi realizada aleatoriamente, mas de modo que cada um dos 22 *campi* do IFPR fosse contemplado no levantamento. Optou-se, novamente, por não identificar cada *campus* com determinado curso, para reforçar a ideia de compreensão do *modus faciendi* da formação técnica profissionalizante ofertada, ou seja, a totalidade. Os números da Tabela 3 revelam que, do total de 34.407 horas-aula dos 9 cursos pesquisados, em média, temos 3.823 horas-aula por curso, quantidade suficiente para uma formação profissional exigida no mercado de trabalho brasileiro. Diferentemente das tabelas anteriores, que não registram qualquer carga horária destinada para a disciplina de Filosofia, a Tabela 3 aponta para uma realidade concreta mais favorável. Do total de 34.407 horas-aula destinadas para as disciplinas técnicas e/ou, como vimos, para as disciplinas mistas ou indefinidas (Tecnologia,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Sociedade e Trabalho, Projeto Integrador, entre outros), destina-se para a Filosofia o total de 1.320 horas-aula (3,8 %), o que resulta, em média, em 146 horas-aula por curso. Levando-se em conta que os cursos técnicos integrados têm duração de 3 ou 4 anos, nos cursos com duração de 3 anos, verificou-se, em média, 120 horas-aula por ano e nos cursos com duração de 4 anos, verificou-se, em média, 160 horas-aula por ano. Sabe-se que cada ano letivo tem 40 semanas de aula, em média, aproximadamente 10 meses de aula, então, deduz-se que a Filosofia está contemplada nesses cursos pesquisados, com 1 hora-aula por semana ou 40 hora-aula por ano.

O que se percebeu, já que este estudo ainda é preliminar e suas conclusões precárias e limitadas ao formato de comunicação, é que existe certo reconhecimento da importância da Filosofia nos currículos técnicos, porém, a ignorância do correto significado da presença dessa ciência humana nos currículos de cursos e a resistência automática advinda da ideia de sua inutilidade científica frente aos problemas de ordem prática e técnica, são forças proibitivas que empurram a Filosofia para áreas periféricas do currículo técnico. Assim, a Filosofia perde sua potencialidade de ciência humana autônoma no projeto pedagógico de cursos. Por consequência, é desse modo que se fortalecem os discursos e práticas pedagógicas que insinuam ser a Filosofia, uma disciplina curricular meramente temática e transdisciplinar. Observa-se que os conhecimentos filosóficos são vistos como dispensáveis na prática profissional e, seus conteúdos, podem ser providos em temas transversais, distribuídos nas disciplinas da matriz curricular e lecionados pelos docentes dessas respectivas disciplinas.

Aqui se identifica a dualidade ainda reinante na formação profissional, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. A Filosofia parece ser identificada como disciplina da mera especulação, se essa impressão estiver correta, frente aos dados analisados. Essa característica lhe confere o descarte curricular aceitável e compreensível, na medida em que os cursos técnicos são vistos como instrumentos de qualificação profissional essencialmente práticos, em atendimento às expectativas de perfil mercadológico, qual seja, o de técnicos que saibam *como fazer* e não o de técnicos que saibam *porquê fazer*. Destaca-se que essa cultura curricular tecnicista enraizada nas convicções ou pseudoconvicções pedagógicas impedem um saber integral, domínio epistemológico ímpar para o ensino humanista. Daí a conclusão provisória de estarmos diante de um *currículo técnico anti-humanista*, inibidor da reflexão filosófica, de práticas e processos argumentativos diversos, contrários entre si, mas não contraditórios. Aliás, o télos fundamental de todo processo educativo reside no respeito às diferenças que tornam possível a unidade.

Em síntese, são três os desafios e as perspectivas curriculares para o ensino de Filosofia

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

no IFPR. Por essa razão, este artigo convida os gestores, pedagogos, docentes (especialmente os filósofos) e discentes da instituição, ao diálogo pedagógico, que transforme o *status quo* da matriz curricular dos cursos técnicos subsequentes e concomitantes, alicerçada no ensino tecnicista e consolidado na resistência ao ensino das áreas humanas, em geral, e da Filosofia, em particular. Elenca-se a seguir esses desafios e essas perspectivas:

- Primeiro desafio/perspectiva: transformar a obrigatoriedade legal do ensino da Filosofia, em todas as séries/períodos do ensino médio, estabelecida pelo Parecer CNE/CEB 38, de 07 de julho de 2006, e pela Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, em obrigatoriedade pedagógica no ensino técnico. A cultura tecnicista da matriz curricular, investigada, gradativamente, será substituída por uma cultura técnico-humanista (integrada). A ideia de ´humanização do currículo técnico` requer um esforço, a partir de uma iniciativa institucional, para o resgate dos conteúdos humanísticos e para a consolidação de uma cultura epistemológica de agregação das competências humanas nas competências técnicas e, vice-versa. Isso indica que, na matriz curricular dos cursos técnicos subsequentes e concomitantes, se faz necessária a inclusão da Filosofia com a previsão de 2 horas-aula por semana, independentemente se o curso seja organizado por período semestral ou anual. Isso indica também que, na matriz curricular dos cursos técnicos integrados, já organizados por período anual, se faz necessário o acréscimo de 1 hora-aula de Filosofia por semana, em todos os cursos. A emancipação, a integração e a sensibilização são palavras-chave para essa mudança de pensamento e de prática educacional.

- Segundo desafio/perspectiva: a matriz curricular dos cursos técnicos, presente nos projetos pedagógicos dos cursos, pesquisados, é proposta e organizada, primeiramente, por especialistas das áreas técnicas e pelos técnicos de educação. As contribuições ou participações de docentes das áreas de humanas ocorrem, geralmente, em um segundo momento (quando ocorrem). O docente e o discente, executam o plano de ensino pré-elaborado. A participação isonômica de docentes técnicos e de humanistas na concepção, elaboração e execução dos projetos de cursos e de suas respectivas matrizes curriculares, contribui para o estabelecimento de uma proposta pedagógica com respeito às especificidades das disciplinas e de seus estatutos científicos, numa perspectiva solidária de construção do conhecimento integral.

- Terceiro desafio/perspectiva: o conhecimento pretendido nos cursos técnicos, estudados, respondem às demandas do mercado de trabalho e não do mundo do trabalho. O ensino que torna o conhecimento humanístico secundário ou desprezado, resulta de uma produção em série, como simulacro do que acontece na produção fabril. A matriz curricular é

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

composta por disciplinas com conteúdos próprios e independentes entre si. A integração curricular é uma estratégia de ensino, é um processo dialético de superação da realidade educacional anacrônica e dualista, porque demanda uma atitude cooperativa, comprometida e consciente de diálogo pedagógico. Se os docentes trabalham em sincronia didática e com espírito crítico, a consequência imediata é a influência positiva sobre as condutas afetivas, axiológicas, cognitivas e pedagógicas dos discentes envolvidos na práxis educacional. Assim, o mundo do trabalho é contemplado em suas dimensões amplas e complexas, favorecendo a formação profissional para a vida, nas suas manifestações, formatos, harmonias e contradições, e não mera qualificação para demandas efêmeras do mercado do trabalho.

A superação dos desafios e a implantação das perspectivas apontadas, requerem a mudança da cultura institucional tecnicista, pelo debate epistemológico e pelo enfrentamento da realidade concreta, encontrada nos cursos técnicos. Dessa mudança, espera-se o surgimento de novas metodologias de ensino, nova mentalidade de gestão educacional, nova formação docente e discente. Vislumbra-se que os recursos, os métodos e as técnicas de ensino, nessa concepção, passem ao segundo plano; e, que as relações humanas intelectivas e práticas passem para o centro do processo educacional, com mediação de conteúdos ensinados/apreendidos de modo cooperativo, participativo e socialmente responsável. Afinal, as competências humanas e técnicas, no sentido verdadeiramente ontológico, decorrem de uma mesma fonte: o *ser humano*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo que ora se encerra, arrazoou as bases de uma compreensão intelectiva filosófica, fundamentada e legitimada na concepção de ensino politécnico no IFPR, inicialmente apresentadas no XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, o III Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE e o IX Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar – ENAEH. Essa compreensão provoca a desconfiança na razão instrumental e no pragmatismo pedagógico, desvelando e desocultando os interesses evidentes e subjacentes, que sustentam um pensamento reducionista e mecanicista do ensino técnico. A tarefa da Filosofia, nesse sentido, consiste em auxiliar no repensar dessa realidade educacional concreta, em vista da emancipação das subjetividades dos indivíduos ofuscadas pelo poder de dominação da lógica de mercado de/o capital. A sensibilização dos agentes públicos que administram, pensam, organizam ou executam os projetos pedagógicos de cursos, é relevante para a construção de uma proposta de currículo

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

profissionalizante cujo lócus privilegiado seja o pensamento esclarecido, que cumpre a função histórica de revelação do entorpecimento da mentalidade técnica, que se reproduz como prática de execução irrefletida. Apontar-se, desse modo, para a direção de intervenção filosófica na construção da formação politécnica no IFPR, por meio do currículo integral (base humana e técnica). Nesse currículo, a perspectiva para o ensino da Filosofia, com quantidade suficiente e necessária de horas-aula semanais, se torna real.

Esse entendimento de formação filosófica ampliada não pretende negar o espaço de intervenção das demais disciplinas de humanas, nem técnicas.

Afinal, os currículos politécnicos devem conter os conteúdos científicos dos variados campos. As bases epistemológicas, as modalidades de ensino, os princípios pedagógicos, enfim, o arsenal formativo ofertado aos discentes, deve ser adequado para a formação integral. Essa, por sua vez, gera competências e habilidades, para além da simples qualificação empírico-formal. Chama a atenção, no entanto, o fato de que o Ministério da Educação segue na contramão disso, ao assimilar o imperativo do pensamento dualista e tecnicista, usando no final da classificação das disciplinas escolares o termo ´tecnologia`, como se vê nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio[11]. O mundo do trabalho, pela ótica filosófica politécnica, substitui o mercado de trabalho da lógica do capital. A politecnia é pluriprofissional e se contrapõe à divisão do trabalho em células isoladas (disciplinas), enfatizando o trabalho pedagógico coletivo (disciplinas humanas e técnicas). Os desafios que a Filosofia tem para reconquistar espaço e importância nos currículos do IFPR, assim sendo, por um lado, são múltiplos. Por outro lado, são estímulos de pesquisa e de intervenção ativa. Pode-se falar, em uma ´Filosofia da Técnica` a ser adotada nos currículos dos cursos técnicos. Por essa filosofia, os conteúdos das disciplinas técnicas complementam os conteúdos das disciplinas humanas. Quando isso não é possível, os campos de saber são respeitados, como representativo de uma nova cultura educacional: a *cultura técnico-humanística dos currículos*. Engenheiros, tecnólogos e licenciados podem construir essa nova cultura, juntos, mas, para isso, precisam saber que é possível!

[11] Nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio 2006, o 1º volume é chamado de Linguagens, códigos e suas tecnologias, o 2º Ciências da natureza e suas tecnologias, o 3º Ciências humanas e suas tecnologias. A preocupação curricular, com o ´mundo tecnológico`, fica evidente no art. 36, seção I, da LDB/96: "destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania." Ainda, no inciso I do § 1º, o legislador insiste que ao final do ensino médio o educando tenha "domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna".

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. A estética máxima. Chapecó: Argos, 2003.

_____. Presença distante, distância presente: uma reflexão sobre a EaD. In: Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional / Universidade Tuiuti do Paraná. Programa de Pós-graduação em Educação. Mestrado e Doutorado em Educação. Curitiba: UTP, 2006.

ARROYO, Miguel. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1980.

BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para la educación. Examen del Banco Mundial. Washington, D.C., 1995. Disponível em: <http://wwwwds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/13/000160016_20050613172136/Rendered/PDF/14948010spanish.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BOSI, A. Cultura Brasileira. In: MENDES, D. T. (Coord.). Filosofia da educação Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20.12.96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm#art1>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL/MEC. Orientações curriculares para o ensino médio. Disponível em: <http://portal.

mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13558&Itemid=859>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Parecer CNE/CEB nº: 38/2006. Disponível em: <http://www.filoeduc.org/gt/pceb 038_06.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CHAUÍ, Marilena. A situação da Filosofia. Porto Alegre: Correio do Povo, 1978.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Edital IFPR nº. 05/2014. Disponível em: <http://fauel.org.br/edital_05_2014_processo_seletivo_ifpr_2015_tecnico_medio.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Finalidades. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menuinstitucional/institucional/missao-e-valores/>. Acesso em: 10 ago.2015.

_____. Site. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 10 ago. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico e suas consequências. In: Educação Profissional: tendências e desafios. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 1999.

MARX, Karl. Posfácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de «O Capital». Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/01/24.htm>. Acesso em: 13 ago.2015.

PEGORARO, O. Filosofia: A ressurreição depois do banimento. In: A Política da Filosofia no II grau. Rio de Janeiro: SEAF, 1986.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

SENAI-DN. A LDB e a Educação Profissional. Rio de Janeiro, 1997.

VALLS, Á. A Filosofia no II grau. Porto Alegre: Correio do Povo, 1983.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 9 - DOI:10.55232/1082027.9

SANEAMENTO BÁSICO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE CHAPADA DO PINTO- JOCA MARQUES-PI.

Paulo Rogério Brito dos Santos

RESUMO: RESUMO: O presente Artigo trata sobre os impactos socioambientais, vivido pela população do distrito de Chapada do Pinto no município de Joca Marques-Pi. Por meio de observação direta, contato com os agentes comunitários de saúde e pesquisas de campo foi possível perceber que na comunidade como não existe sistema de coleta de resíduos sólidos, a população despeja o lixo a céu aberto sem nenhum cuidado em relação ao local de descarte e ao tipo de lixo que está sendo despejado. Poluindo assim o meio ambiente e ocasionando proliferação de animais nocivos à saúde. Vale também ressaltar a escassez de esgoto sanitário adequado nas residências acompanhado com a carência de água potável em todos os domicílios e na oportunidade foi mostrado um fragmento da origem do distrito em estudo. O objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos ocasionados pela falta de saneamento básico na comunidade supracitada. E como metodologia foi realizado uma pesquisa de abordagem bibliográfica e documental, entrevista aos agentes comunitários de saúde da localidade, bem como aos habitantes locais, através de questionário qualitativo, enquanto a coleta dos dados, foi de forma online, aplicado por meio da plataforma Google Forms e, divulgado por meio de e-mail e WhatsApp.

Palavras-chave: Lixo, Esgoto e Impactos.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente a população rural formavam-se residências distantes uma das outras, com o passar do tempo essa realidade sofreu mudanças. As famílias começaram a se aglomerar, formando assim as vilas, cada uma com suas características peculiares. Em paralelo a essas mudanças possibilitou o acesso aos produtos industrializados e consequentemente aumentou a quantidade de lixo. Com isso surgiu a necessidade de saneamento para dar mais qualidade de vida à população.

Visto que, no distrito em estudo fica perceptivo a carência do conjunto de todos os serviços como pavimentação das ruas, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e limpeza das ruas. Com o Artigo 2º da Lei nº 11.445/07,

> foi cunhado o conceito de saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas. (BRASIL, 2013. Art. 2o)

O conceito de lixo ou resíduo sólido é muito relativo, no referente a quem está descartando o resíduo. Já que, o que é lixo para uma pessoa de classe alta residente na zona urbana, pode não ser lixo pra outra de classe baixa da zona rural. Pois, lixo é tudo aquilo que não serve mais para um determinado tipo de pessoa que não tem mais valor comercial ou não tem utilidade e precisa ser descartado. Segundo Monteiro (2001, p. 25) caracteriza como lixo ou resíduos sólidos, “todo material sólido ou semissólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta em qualquer recipiente a este ato.”

De modo que, a falta de saneamento básico e os Impactos socioambientais, têm como consequência fatores desencadeadores de doenças e pragas na zona rural do Município de Joca Marques-PI. Desse modo, considerando como amostragem a população da comunidade Chapada do Pinto, zona rural do município de Joca Marques-PI. No entanto, por não existe sistema de coleta de resíduos sólidos, a população em sua grande maioria jogam lixos a céu aberto, sem nenhum cuidado em relação ao local de despejo e ao tipo de lixo que está sendo descartado. Poluindo assim o meio ambiente e ocasionando a proliferação de animais nocivos à saúde e por outro existe a escassez de esgotamento sanitário adequado.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Figura 3 - Imagem de satélite do distrito de Chapada do Pinto.

Fonte: Google Earth (14 de outubro de 2019, às 15hs)

Chapada do Pinto, localiza-se ao sul do município de Joca Marques, à 13,300km da sede. Situa-se na latitude 3°35'41.14"S e longitude 42°28'25.88"O. E cortado pela PI-326. É uma região de planalto, fica na área de transição do domínio mata dos cocais. Porém, esta pequena porção localiza-se em uma área que tem semelhanças com domínio do serrado. As características são de terras de chapadas, solo ácido e compacto, arvores de casca grossa de pequeno porte, água profunda que para se conseguir é por meio de poços tubulares em grandes profundidade. Sendo uma região de terras boas para cultivos de mandioca, plantio de caju, manga, etc. As arvores impressionam, por estarem sempre verde.

Por meio de um levantamento feito pelo próprio autor, foi quantificado um total de 490 (quatro cento e noventa) habitante no presente distrito em estudo.

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos ocasionados pela falta de saneamento básico no distrito Chapada do Pinto. E de maneira mais especifica conhecer as características ambientais e socioeconômicas; identificar os principais fatores causadores de impactos socioambientais e examinar de maneira mais detalhada os impactos à saúde das pessoas em consequência da falta de sistema de coleta de resíduos sólidos e esgotamento sanitário adequado. Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais os impactos socioambientais evidenciados pela falta de saneamento básico no presente distrito pesquisado?

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo pesquisa aplicada, do tipo descritiva e analítica de abordagem qualitativa. Usou-se como técnica de coleta abordagem bibliográfica e documental, coleta de dados na secretaria municipal de saúde do município, entrevista aos agentes comunitários de saúde da localidade, assim como também aos habitantes locais através de questionário qualitativo.

Na coleta dos dados, utilizou-se questionário online, aplicado por meio da plataforma Google Forms. O qual foi divulgado por meios de e-mail e WhatsApp. Todos os dados obtidos foram organizados e tabulados na analise dos resultados em forma de gráficos.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção abordou-se introdução desta pesquisa; enquanto que na segunda sobre o controle dos resíduos sólidos, já a subseção da mesma trata-se dos impactos socioambientais proveniente da deposição dos resíduos sólidos e em seguida vem a segunda subseção trazendo as alternativas para solução no tratamento dos resíduos sólidos; na terceira seção trata-se acerca dos esgotamentos sanitários; na quarta refere-se um pouco da história da origem do distrito chapada do pinto; na quinta mostra-se um fragmento da origem do distrito Chapada do Pinto, na sexta faz-se a análises dos resultados e encerrando com as considerações finais seguida das referências.

RESIDUOS SÓLIDOS

O espaço em que vivemos deve ser cuidado e mantido sempre limpo, desta forma previne-se de varias doenças nocivas à saude. Visto que, o meio ambiente bem cuidado é sinomino de saude, conforto e bem estar. Nesta perpectiva o espaco ambiental que nos circunda torna-se nosso maior patrimonio, potencializando desta maneira a importancia do manejo correto dos residous sólidos.

Figura 1 – Residuos sólido em Chapada do Pinto – 2021

Fonte: Arquivo pessoal Paulo Rogério

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Na comunidade em estudo as pessoas convivem com os resíduos sólidos a poucos metros de suas residências, pois, ao sair de casa encontra-se lixos em terrenos baldios e nas margens das estradas, uma realidade não tão diferente do restante do país, já que, segundo Zacarias (2000), no Brasil se convive com a maioria do lixo que é produzido. A interação destes resíduo na alimentação do ser humano pode ocasionar vários de tipos de complicações à saúde. Montanari (2008, p.185) confirma:

> [...] os resíduos sólidos domiciliares podem oferecer riscos ao homem e ao meio ambiente. O contato dos mesmos com o meio ambiente pode, por exemplo, interagir na cadeia alimentar do homem. O desafio dos municípios está justamente em coletar e dar um destino correto ao "lixo". (MONTANARI, 2008, p. 185)

No tocante a proteção ao meio ambiente é responsabilidade primeiramente da população local em proteger o espaço em que convive e em seguida a aplicação das políticas publicas de proteção por parte dos entes federativos. Porém, esse cuidado com o meio ambiente deixa a desejar por parte dos responsáveis. Neste ponto pode-se citar lição de Pedro Lenza (2010, página 367), quando versa sobre as atribuições administrativas dos municípios**:**

> [...] trata-se de competência comum aos quatro entes federativos, quais sejam, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, prevista no artigo 23 da CF/88 (art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;) (PEDRO LENZA 2010, p. 367).

Portanto, para sanar essa problemática precisa-se elaborar planos de políticas publicas feito com a participação popular. E durante este processo de consulta pública, deve-se criar também um Conselho Municipal de Saneamento Básico(CMSB), para dar inicio à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico(PMSB). A implantação e execução do plano municipal de saneamento básico, irá contribuir para a redução dos impactos ao meio ambiente causados pela falta de saneamento. Além de reduzir também os impactos sociais, trazendo desta forma mais qualidade de vida para às pessoas.

Os impactos socioambientais proveniente da deposição dos resíduos sólidos

São vários os tipos de impactos ao meio ambiente causado pelo lixo jogado a céu aberto principalmente a poluição do ar, da água, danos à fauna, a saúde das pessoas etc. Segundo Luís Paulo Sirvinskas (2010, p. 456), relata que:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> O que se entende por deposito ao céu aberto, será a disposição de lixo em locais não destinados à essa finalidade, acabando por desencadear uma série de danos ao ar atmosférico e ao solo, subsolo, mananciais, ao lençol freático, aos rios, à flora, à fauna, enfim a todo o ambiente e principalmente, à saúde humana. (SIRVINSKAS 2010, p. 456)

Na comunidade em estudo, por não haver opção as pessoas descartam os resíduos sólidos a céu aberto, e às vezes fazem a queima, mas, a maioria fica exposto ao meio ambiente. Em todas as áreas periféricas da comunidade se encontra focos de lixos, devido a grande dificuldade que as pessoas têm em fazer um descarte correto. Segundo Roversi (2013, p. 11) cita que a questão dos resíduos sólidos é uma "[...] temática especialmente preocupante quando relacionada às áreas rurais, onde praticamente não há coleta de lixo e os resíduos são queimados ou despejados na natureza, muitas vezes, às margens de cursos d'água".

Enfatiza também Andreoli (2014, p. 533), que segundo ele:

> A problemática que envolve a questão dos resíduos sólidos não está apenas relacionada com a quantidade gerada, mas sim, e principalmente, pela forma de destinação final; ao descartar os resíduos em áreas a céu aberto, conhecidas como lixões, as consequências de poluição ambiental causadas por essa forma de destinação podem acarretar na contaminação tanto do solo quanto dos recursos hídricos. (ANDREOLI 2014, p. 533)

Portanto, percebe-se a carência implementação de politicas públicas voltada para a implantação de sistema de coleta de lixo, favorecendo condições adequadas para uma correta destinação dos resíduos sólidos. Pois, por mais que se custe caro, no que se refere aos recursos financeiros, por ser um projeto implantado na zona rural, porém os impactos positivo ao meio ambiente e à saúde pública serão muito maiores.

Alternativas para solução no tratamento dos resíduos sólidos

Enfatiza-se aqui algumas alternativas viáveis, de baixo, médio e alto custo. Que tem como opção minimizar a redução destes resíduos no meio ambiente. Que funciona por meio da coleta seletiva, conforme Mota et al apresenta: "a coleta seletiva de resíduos se apresenta como uma solução indispensável, pois permite a redução da quantidade de lixo que se destinará para aterros sanitários". (MOTA et al, 2009, p. 9). Dentre as alternativas de redução aos impactos socioambientais, está o aterro controlado, aterro sanitário e incineração.

O aterro controlado é um sistema de baixo custo, que do contrário do lixão onde o lixo é jogado a céu aberto, no aterro controlado os resíduos são controlados por meio de uma

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

cobertura de solos, evitando assim a proliferação de roedores, do Aedes Aegypti e intoxicação de animais que são criados a soltos. Entretanto, ainda contamina o solo por não receber impermeabilização, nem sistema de dispersão dos gases como o metano e tratamento do chorume gerado pela decomposição dos resíduos. Segundo afirma Fogaça(2014):

> [...] existem ainda os aterros controlados, que são lugares onde o lixo é disposto de forma controlada e os resíduos recebem uma cobertura de solos. No entanto, os aterros controlados não recebem impermeabilização do solo nem sistema de dispersão de gases e de tratamento do chorume gerado, ou seja, os aterros controlados são uma categoria intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, sendo geralmente uma célula próxima ao lixão, que foi remediada, recebendo cobertura de grama e argila. (FOGAÇA, 2014)

O aterro sanitário de acordo com Sirvinskas (2010) são as formas de destinação do lixo mais adequadas e econômicas, onde o solo é preparado com o nivelamento, impermeabilizado por plástico e em seguida recebe selagem na base com argila. Possuindo um sistema de drenagem para o chorume sendo que, este tal é monitorado por meio da construção de poços tubulares nas proximidades do aterro sanitário, onde as suas águas são monitoradas constantemente. Quanto aos gases metano que saem do seu interior, são queimados ou reaproveitado para a produção de energia. Segundo Andreoli et al (2014, p. 544):

> O aterro sanitário é uma alternativa de disposição final que consiste na compactação dos resíduos sólidos em camadas. O solo é impermeabilizado, o chorume coletado e posteriormente tratado, evitando a contaminação das águas subterrâneas. O gás metano gerado em virtude da decomposição anaeróbia da matéria orgânica no interior do aterro, muitas vezes, é queimado, podendo também ser realizado o aproveitamento energético para geração de energia elétrica. (ANDREOLI et al, 2014, p. 544)

Já a incineração utilizada nos chamados incineradores praticada de acordo com as normas técnicas de saneamento básico é uma das alternativas mais utilizada pelos países desenvolvido, apresentando também altos custos financeiros. Dificultando assim a prática por países subdesenvolvidos. A incineração se apresenta hoje como uma das formas mais segura para o destino dos lixos, principalmente aqueles mais perigosos. E quanto as cinzas produzidas são levadas para aterros sanitários. Conforme ainda Andreoli et al(2014, p. 544):

> A incineração é a técnica de queima de resíduos, a qual é altamente utilizada nos países desenvolvidos e que possuam indisponibilidade de área e capacidade de altos investimentos. Esta técnica visa à diminuição da quantidade e volume de resíduos, bem como a sua toxicidade. No entanto, gera o problema da geração da cinza após a queima, a qual ainda necessita de um destino final adequado. (ANDREOLI et al, 2014, p. 545)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Entretanto, o aterro sanitário é o que se demonstra mais viável para cidades pequenas, o qual contribuirá para promover a segurança hídrica, prevenção de doenças, preservação do meio ambiente e a poluição de forma geral.

ESGOTAMENTOS SANITÁRIOS

Esgotamento sanitário constitui-se pelas atividades de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato de dejetos humanos com a população.

Do ponto de vista sanitário a comunidade Chapada do Pinto ainda está exposta aos risco que os dejetos oferecem. Já que, quando se percorre pela floresta das proximidades da vila detecta-se muitos vestígios de fezes e papel higiênico, fato esse que comprova a real insanidade desta localidade. De acordo com a Funasa (2006), "o destino adequado dos dejetos humanos objetiva, fundamentalmente, evitar a poluição do solo e dos mananciais e o contato de moscas e baratas (vetores) com as fezes, controlando e prevenindo as doenças a eles relacionadas". (FUNASA, 2006).

Dentre os tipos de fossas existentes pode-se citar: fossa rudimentar ou negra, a fossa séptica e a fossa séptica biodigestora. Sendo esta última a que apresenta as tecnologias de tratamento dos dejetos mais adequadas para o meio rural.

Em um passado não muito distante, o que predominava na comunidade Chapada do Pinto eram as fossas rudimentares, onde era um buraco escavado no solo, em seguida colocavam-se uns pedaços de madeira por cima fazendo assim uma espécie de tampa a qual era deixado uma abertura no meio para se defecar. Com o tempo essa mesma fossa foi modificada, já não colocava mais a madeira para servir de tampa e sim uma tampa feita de concreto, mas, continuava com a abertura ao meio para se defecava diretamente na fossa. Segundo a Embrapa e Fundação Banco do Brasil(2010, p. 9):

> [...]as fossas rudimentares, também chamadas fossas "negras", que nada mais são do que buracos abertos na terra. Sem isolamento seguro, essas fossas permitem a infiltração de resíduos de fezes e de urina no solo. Assim, acabam contaminando a água do poço, que é retirada do subsolo, onde estão os lençóis subterrâneos de água, causando diversas doenças aos moradores da zona rural. Em casos extremos, pode causar até a morte! (BRASIL, 2010, P. 9).

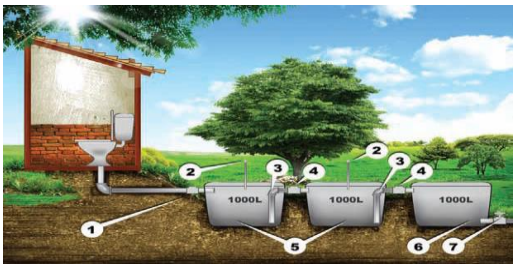
ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A fossa séptica é um intermediário entre a fossa negra e a fossa séptica biodigestor. Sendo que ela começa o processo biológico de purificação com a retenção dos sólidos porém, não conclui, pois om processo de filtragem, é feito diretamente no solo, contaminando o solo de maneira parcial. Segundo Andreoli(2009, p. 29) relata que,

> Esse tipo de fossa consiste em um tanque enterrado, que recebe os esgotos (dejetos e água servidas), retém a parte sólida e inicia o processo biológico de purificação da parte líquida (efluente). Mas é preciso que esses efluentes sejam filtrados no solo para completar o processo biológico de purificação e eliminar o risco de contaminação. (ANDREOLI 2009, P. 29).

A fossa séptica biodigestora é uma inovação desenvolvida especialmente para comunidades rurais, onde o sistema de esgoto é de difícil acesso. Que tem como intuito fazer o tratamento do esgoto doméstico, substituindo assim as chamada fossas rudimentares ou fossas negras. O sistema constitui-se por escavações no solo, cujo local coloca-se três caixas de mais ou menos 1000 litros cada. Cada caixa é composto por três manilhas de concreto (cilindros). Antes da primeira caixa, deve ser instalada uma válvula de retenção para a colocação da mistura de esterco e água, a qual é formada por um fundo impermeável e uma tampa. Já na segunda caixa é formada por três cilindros, um fundo e uma tampa, enquanto que, no meio desta segunda caixa existe uma tampa falsa por cima do primeiro cilindro, onde é colocado brita nº 4 e por ultimo coloca-se um cano de 100ml passando pelos três cilindro levando os efluentes para o sumidouro, que é o terceiro buraco formado também por trêscilindros e uma tampa.

Figura 2- Fossa séptica Biodigestora



Fonte: Novaes 2001

A fossa séptica biodigestor é um sistema de tratamento do esgoto de dejetos humanos, cujo intuito é substituir o esgoto a céu aberto e as atuais fossas utilizadas em propriedades rurais, em razão dos benefícios que podem ser gerados pela mesma (NOVAES *et al*., 2006).

A biodigestão é um processo de fermentação anaeróbico de matéria orgânica que ocorre na ausência de oxigênio gerando o biogás e um resíduo líquido rico em minerais que pode ser utilizado como biofertilizante.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Portanto, das fossas apresentadas, a fossa séptica biodigestora é a que oferece melhor sanidade, porém, o custo se torna alto para a população rural. Já a fossa séptica, apesar de não fazer o processo de purificação completo, torna-se mais acessível para o meio rural.

ORIGEM DO DISTRITO CHAPADA DO PINTO

Segundo morador 1, em um depoimento, o qual foi transcrito, em sua própria residência na localidade Chapadinha em 2010, relatou que:

> Em Chapadinha dos Corrêa, hoje conhecido apenas como Chapadinha, morava João Joaquim. Ele vivia da agricultura de subsistência e do extrativismo do coco babaçu, era casado com Maria Monteiro Lopes (conhecida como Maria Tuníca) e tinha cinco filhos.
>
> Naquela época os proprietários tinham os encarregados que cuidavam da fiscalização das terras. E em alguns setores, havia os arrendadores, que tinha como função, arrendar parte das terras por um tempo determinado para os agricultores cultivarem, cujo a renda era de cinco por uma de tudo que produzia. Tinham também como atribuição comprar o coco babaçu dos moradores da propriedade e revender em outros mercados. Como no setor tinha apenas o arrendador, o preço do coco era muito abaixo do mercado, pois os mesmos já ganhavam encima daquele produto de forma exploratória. (MORADOR 1, 2010)

Por meio de uma conversa com o morador 2, o qual foi o terceiro morador do povoado Chapada do Pinto, o qual tive a honra de conversar pessoalmente, em agosto de 2011, na sua própria residência, no assentamento Cadóis. O qual relatou o seguinte depoimento:

> A desvalorização do coco babaçu na região, por parte dos patrões, fez com que João Joaquim passasse a vender o coco babaçu de forma clandestina em outras regiões vizinhas, que tinha um valor melhor. E por outro lado, além da desvalorização, ainda tinha o roubo das balanças, pois existia duas balanças, a de compra e a de venda. Aí ele começou a tirar o coco e vender para outros compradores de fora da propriedade. Como João, vivia na extrema pobreza, onde seus filhos sofriam com a fome e escassez de roupas. (MORADOR 2, 2011)

Segundo o morador 3 por meio de um depoimento oral, o qual foi transcrito, relatou em 2005, na localidade Chapadinha que,

> Quando foi descoberto o comercio clandestino de João Joaquim. Mandaram uma ordem para o tenente Mulato Carvalho, expulsar João Joaquim. Mulato, residia no povoado Pinto, à 6 km de Chapadinha, era um tenente aposentado, mas que fazia trabalhos particulares. O pedido foi feito pelo proprietário Gervásio Lages. E junto com essa ordem levaram um bode de gratificação ou recompensa. Como o tenente Mulato, era também um dos compradores do coco de João, com isso, Mulato Carvalho faz apenas um acordo com mesmo. Onde fez um pedido para que ele saísse de Chapadinha dos Corrêas (atual Chapadinha) e fosse morar nas terras de chapada ali próxima, há três quilômetro. E continuasse com o extrativismo e comercio do coco babaçu de forma clandestina. Ou seja houve apenas um acordo e não uma expulsão.(MORADOR 3, 2005)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Segundo o Morador 4, em depoimento na localidade Chapada do Pinto em 2013, o qual foi transcrito, relatou que, “em 1958 viajava com seu pai por essa região, e lembra muito bem de ter presenciado João Joaquim morando nestas terras e de acordo com o local e a casa ele tinha chegado recentemente”. Então a provável data da chegada de João Joaquim e, origem do povoado Chapada do Pinto tenham sido em 1958.

Segundo o Morador 5 em agosto de 2011, na sua própria residência, no assentamento Cadóis. Relatou que,

> João Joaquim construiu sua casa de morada e na frente fez um campo de futebol. Em seguida começou a promover jogos, enquanto estavam jogando, ele trabalhava na venda de bebidas. Como o negocio estava dando certo, fez também um clube de festa, onde realizava festas populares, boiada, cantoria e tambor.
>
> A origem do nome Chapada do Pinto, se deu por ser mesmo uma região de “Chapada”, e já o sobrenome “Pinto”, por ser próximo ao povoado Pinto. Daí ouve a junção Chapada do Pinto, querendo dizer, que a Chapada, pertencia à vila Pinto. Em Chapada do Pinto, as terras eram soltas, ou seja, públicas, pertencentes ao estado, qualquer pessoa podia demarcar uma porção de terra e fazer moradia sem nenhum impedimento, pois eram publicas. (MORADOR 5, 2011)

Na época o povoado Pinto era um dos pequenos centros comercial da região e gerador de trabalho para a população circunvizinha.

ANALISE DOS RESULTADOS

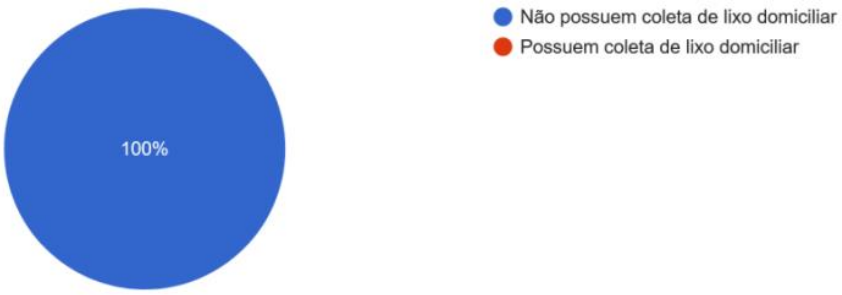
Para comprovar a veracidade dos fatos e hipóteses levantadas no presente artigo, foi feito uma pesquisa com os moradores do distrito Chapada do Pinto. Para a coleta de dados, utilizou-se questionário online, desenvolvido e aplicado através na plataforma Google Forms. A divulgação ocorreu por e-mail e através do WhatsApp. O questionário foi composto por 4 (quatro) questões pessoais e outro com 9 (nove) questões referente ao saneamento básico do presente distrito. A análise dos dados foi feito com base do referencial teórico da pesquisa.

Ao todo foram entrevistados de forma aleatória 30 (trinta) pessoas. Das quais 76,7% do sexo feminino e 23,3% do sexo masculino; Numa faixa etária de idade, cujo 30% tinham 25 anos, 46,7% entre 26-35 anos, 6,7% entre 36-45, 16,7% entre 46-59 anos de idade; já a escolaridade dos respondentes 3,3% cursaram apenas do 1º ao 5º ano, 23,3% do 6º ao 9º ano, 13,3% tem o ensino médio incompleto, 36,7% tem o ensino médio completo e 23,3 tem curso superior. E com relação a renda mensal dos respondentes 51,7% disseram que ganham apenas ¼(um quarto) do salário mínimo (R$ 261,25), 10,3% ganham ½ (meio salário) salário

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

mínimo (R$ 522,50), 20,7% ganham 1 (um) salário mínimo (R$ 1.045,00), 10,3% ganham 2 salário mínimos (R$ 2.090,00) e 6,9% ganham mais de 2 salário mínimos.

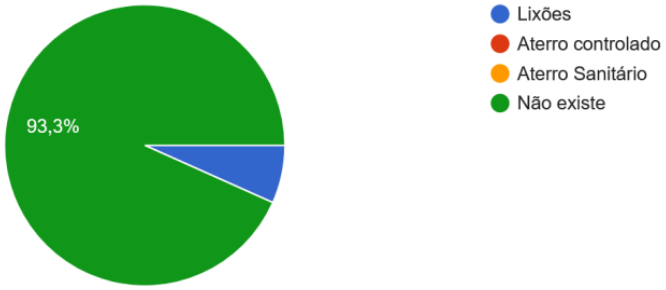
Gráfico 1 - Coleta de lixo no domicílio.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do formulário google forms.

Conforme verificado, foi indagado se "no domicílio possui coleta de lixo?" 100% dos 30 entrevistados responderam que não possui coleta de lixo domiciliar. Fato esse que comprova o real descaso do poder público para com a população desta localidade. Contudo, a falta de coleta de resíduos sólidos, gera acúmulo de lixo nos quintais, nas margens das estrada e diversos focos de lixões na natureza. Podendo ocasionar proliferação de animais nocivos à saúde como ratos, baratas, moscas, mosquitos, etc. Os quais podem transmitir diversos tipos de doenças infeciosas e parasitárias. Além de contaminar o solo e consequentemente as águas subterrâneas.

Gráfico 2 - Unidade de Processamento de Resíduos Sólidos

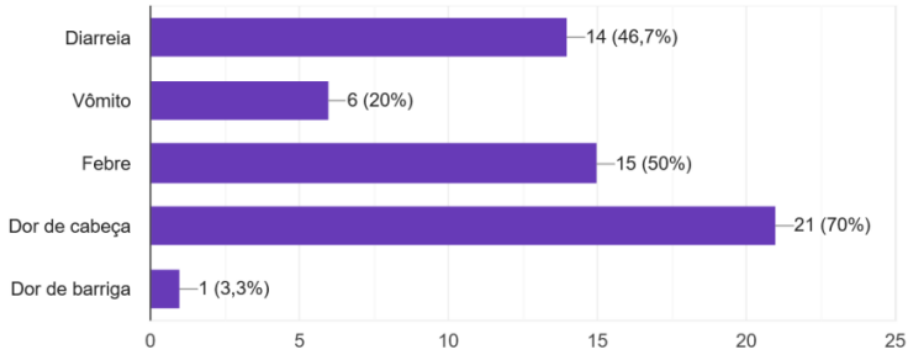


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do formulário google forms.

Foi perguntado se "na comunidade existe uma Unidade de Processamento de Resíduos Sólidos?" 93,3% responderam que não existe e 6,7 disseram que tem lixão.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

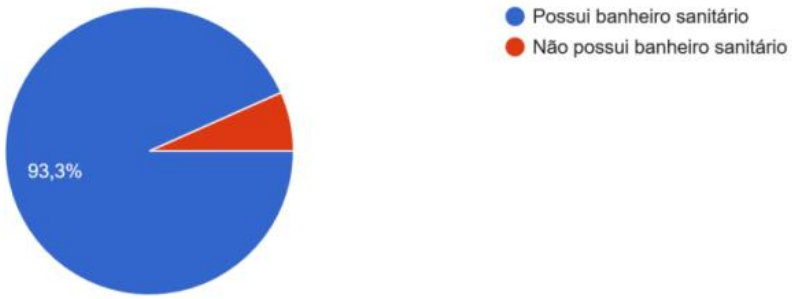
Gráfico 3 - Tipos de sintomas mais comuns que afetam os membros de famílias quando adoecem.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do formulário google forms.

De acordo com a pesquisa foi indagado "Quais os tipos de sintomas mais comum que afeta os membros de sua família quando adoecem?'' Esta pergunta foi "caixas de seleção" que é um tipo de pergunta simples e fechada que possibilita que os respondentes selecionem várias respostas em uma lista definida de opções. Cujo 70% disseram que são atingidos por dores de cabeça, 50% por febre, 46% por diarreia, 20% por vômito e 3,3% por dores de barriga. Todos esses sintomas citados são característicos de doenças infecto parasitárias decorrente da falta de saneamento básico.

Gráfico 4 - Banheiro sanitário no domicílio



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do formulário google forms.

Foi questionado se, "no seu domicílio possui banheiro sanitário?" 93,3% responderam que possui banheiro sanitário e 6,7% disseram que não possui banheiro sanitário. Percebe-se que a maioria da população tem banheiro sanitário, um item essencial no saneamento doméstico.

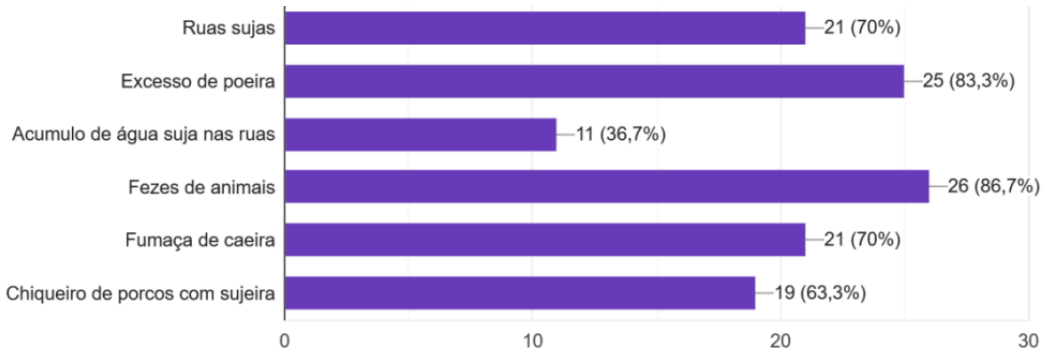
Já em uma pergunta aberta de resposta curta, foi solicitado que: "descrevesse as características da fossa do banheiro sanitário." Obteve-se 23 (vinte e três) respostas as quais estão escrita abaixo na forma original em que os respondentes descreveram: Banheiro com fossa e suspiro; Formada por dois buracos ,os quais cada um composto por três manilhas

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

de concreto com tampa e sem fundo e um respirador de gás metano; é uma escavação circular com aproximadamente um metro e vinte de diâmetro com aproximadamente dois metros de profundidade com paredes revestidas de tijolos; vaso sanitário; no quintal feita com tijolo e tem dois metros de profundidade, com tampa de concreto; manilhas de concreto; não tenho banheiro sanitário; com manilhas de concreto; Buraco fundo feito tijolos, cimento e tampa com um suspiro; uma escavação com laterais de concreto; totalmente coberta de cimento, sem mal cheiro; feita de manilhas de concreto; chuveiro e vaso sanitário; séptica; uma fossa comum feita de tijolos; fossa no quintal de casa; é uma escavação revestido com tijolos coberto com uma tampa de cimento; é feita com cimento e tijolos e não é revestida no fundo para que o líquido possa sumir; fossa negra; a céu aberto; uma escavação com um e meio de fundura feita de tijolos; ela é composta por três manilha de cimento no chão; feito em um buraco rodeado de tijolos e uma tampa feita de cimento com um furo em cima.

Pelos depoimento analisados foi possível perceber que a maioria das fossas do esgotamento sanitário, são fossas rudimentares ou negras. Esses tipos de fossa faz com que as fezes e urinas se infiltrem no solo, contaminando tanto o solo quanto o lençol freático, além de haver grande possibilidades de contaminação das águas das pequenas cisternas existente em algumas residências.

Gráfico 8 - Outros problemas de saneamento básico existente.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do formulário google foms.

Por último interrogou-se por meio de perguntas de “caixas de seleção”, “quais os outros problemas de saneamento básico existente na comunidade?” Donde 70% citaram existência de ruas sujas, 83,3% excesso de poeira, 36,7% acúmulos de água suja nas ruas, 86,7% a existência de fezes de animais nas ruas, 70% existência de fumaça de caeira, 63,3% a existência de chiqueiro de porcos com sujeira.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o saneamento básico como sendo um conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com o intuito de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população. Nesta perspectiva, pode-se analisar de forma concomitante a falta de coleta de lixo, a predominância de fossas rudimentares e a falta de tratamento da água para o consumo. Além de outros problemas de saneamentos como: excesso de poeira, fezes de animais, etc.

Todas essas problemáticas da falta de saneamento básico resulta em poluição do solo, das águas superficiais e subterrâneas, além da poluição atmosférica, aparecimento de doenças como diarreia, amebíase, parasitose e doenças respiratórias. Essas problemática podem ser resolvidas com elaboração de políticas públicas, como instalação de uma unidade de processamento de resíduos sólidos; construção de aterro sanitário; construções de fossas sépticas biodigestora; implantação de estação de tratamento de água; execução da limpeza das ruas e criação de leis que regule os animais soltos em áreas públicas.

Visto que, todos esses indicadores da inexistência de saneamento básico podem induzir com o aparecimento de doenças infecto parasitária, que poderiam ser evitadas com implementações de políticas públicas voltas para esta área.

Para implantar políticas públicas de saneamento básico, a gestão precisa trabalhar com indicadores, o qual se consegue fazendo diagnóstico na localidade. Visto que, para se conseguir resultados eficaz, precisa-se fazer consultas aos profissionais de saúde, às lideranças comunitárias e à própria população.

Logo, este processo concorrerá para promover a segurança hídrica, prevenção de doenças, redução das desigualdades sociais, preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico do município, ocupação adequada do solo, prevenção de acidentes ambientais, falta de água e poluição de forma geral. E como sugestão de novas pesquisas, sugeriu que pesquise sobre os impactos à saúde das pessoas devido a falta de água trata no município de Joca Marques -Pi.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

1. ANDREOLI, Cleverson V. et al. Resíduos sólidos: origem, classificação e soluções para destinação final adequada. Coleção Agrinho, 2014, p. 531-552. Disponível em: <http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/32_Residuos-solidos.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2017.
2. ANDREOLI, Cleverson Vitório. "Lodo de fossa e tanque séptico: caracterização, tecnologias de tratamento, gerenciamento e destino final." Rio de Janeiro: ABES (2009). Disponível em : https://docplayer.com.br/1824701-Lodo-de-fossa-septica.html. Acesso em: 16 de jan. de 2021.
3. ALVES, R. O. 2013. Análise da viabilidade econômica da implantação de uma indústria de reciclagem de embalagens e PET na região de Ouro Preto. Monografia de Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Ouro Preto.
4. BRASIL. (2013) Presidência da República Federativa do Brasil. Casa Civil. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 11de maio de 2020.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS Nº 518 de 25 de março de 2004. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/portaria_518_2004.pdf>. Acesso em: 17/04/2017.
6. BRASIL. Embrapa. Fundação Banco do Brasil. Cartilha passo a passo, Fossa Séptica Biodigestora. Brasília 2010 . Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ccz/files/2016/05/cartilha-fossa-s%C3%A9ptica-biodigestora-embrapa.pdf> . Acesso em 16 de maio de 2020.
7. FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. Diferença entre lixão, aterro controlado e aterro sanitário. Química ambiental. Mundo Educação, Mar. 2014. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/quimica/diferenca-entre-lixao-aterro-controlado-aterro-sanitario.htm>. 14 de maio de 2020.
8. FUNASA, 2006. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/arquivos/biblioteca/eng/eng_saneam.pdf> Acesso em: 23 ago. 2009.
9. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
10. MONTEIRO, José Henrique Penido . Et all. Manual De Gerenciamento Integrado De Resíduos Sólidos. Rio de janeiro: IBAM, 2001.
11. MOTA, José Carlos. et al. Características e impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos: uma visão conceitual. I Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo, Campina Grande, 2009. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/21942/14313>. Acesso em: 11 de Out. 2017.
12. NOVAES, A.P.; SIMÕES, M.L.; INAMASU, R.Y.; JESUS, E.A.P.; MARTIN-NETO, L.; SANTIAGO, G.; DASILVA, W.T.L. (2006) Saneamento básico na área rural. *In*: SPADOTTO, C. & RIBEIRO, W. (Org.). *Gestão de resíduos na*

agricultura e na agroindústria. Botucatu: Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais. p. 262-275.

13. SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 3 ed. São Paulo: Hucitec. 1994;

14. SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de direito ambiental. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

15. ZACARIAS, R. Consumo, lixo e educação ambiental. Juiz de Fora: Ed. FEME, 2000.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 10 - DOI:10.55232/1082027.10

EMPREENDEDORISMO NA PRÁTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Késia Zoteli de Oliveira Delevedove

RESUMO: O ensino na educação Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é caracterizado pela sua aproximação com a prática de contextualização, fazendo com que profissionais da educação busquem alternativas inovadoras e motivadoras para o perfil estudantil contemporâneo. Este artigo é um relato de experiência e proposta de intervenção pedagógica, produto de uma prática na disciplina de Empreendedorismo realizada no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Nova Venécia. Este trabalho tem como objetivo identificar como o ensino de empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir de metodologias ativas, pode contribuir para a participação ativa do estudante no processo de ensino-aprendizagem, refletindo também em maior autonomia no mundo do trabalho pelo possível futuro profissional que se tornará. A prática educativa ocorreu entre julho e dezembro de 2019, com estudantes do curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade concomitante ao Ensino Médio, sendo desenvolvida a partir de uma demanda local, com a integração curricular com a disciplina de Ecoturismo e Unidades de Conservação Ambiental. Ao final do período, foi realizado um questionário avaliativo online sobre a metodologia por parte dos estudantes, o qual constatou a relevância da associação dos conceitos abordados em sala de aula com a realidade do mercado local, fomentando o dinamismo no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, houve destaque à integração curricular como ferramenta essencial na inter-relação dos conteúdos das disciplinas envolvidas.

Palavras-chave: Proposta de Intervenção Pedagógica. Metodologias ativas. Empreendedorismo. Educação Empreendedora.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade vivenciou um momento de pandemia, causada pelo vírus Sars CoV 2 (Covid 19), iniciado em dezembro de 2019, o que tem exigido ainda mais um comportamento proativo e inovador da sociedade. Um exemplo disso foi a metodologia de ensino de escolas públicas e privadas à distância para dar continuidade ao ano letivo. Neste contexto, recursos tecnológicos vêm ganhando forças e desenhando um novo modelo de sociedade. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho também vem mudando suas exigências e fazendo convocação de profissionais qualificados, com facilidade de adaptação, flexibilidade, e que tenham visão de oportunidades em meio aos desafios. Quanto a isso, vale destaque a afirmação de Peroni (2019, p.41):

> No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, é preciso preparar os alunos para responder à demanda da sociedade por profissionais competentes e cidadãos, que saibam conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental e o desenvolvimento social.

Sob tal perspectiva, o presente trabalho é embasado no ensino do empreendedorismo na educação profissional como elo da teoria estudada em sala de aula e a prática no mundo do trabalho. Segundo Dornelas (2008, p.22), empreendedorismo é “o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades”. Ressalta-se, porém, que esta proposta não tem como objetivo abordar o empreendedorismo como ferramenta específica para o empresariado, mas sim de uma conduta profissional mais autônoma e ativa, para fazer a diferença onde estiver atuando e na sociedade.

O presente estudo baseia-se em uma experiência vivida pela pesquisadora, autora deste artigo, que atua na carreira docente desde 2014, na área de Administração, no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Nova Venécia. E, como administradora, eu, pesquisadora, sempre busquei ferramentas práticas para que alunos pudessem aprender e realmente aplicar o que foi estudado. Alguns questionamentos sempre me acompanharam, e vieram à tona também como desafios para a problematização desta proposta: ‘Como motivá-los a estudar, e mostrar a eles possibilidades de atuar em sua área de formação?’ ‘Como integrar os conteúdos estudados e alinhá-los com uma atuação prática nessa área de formação?’. E, enfim, emergiu a questão deste escrito “Como uma prática educativa de um Instituto Federal (IF), voltado para prática profissional, pode contribuir para preparar um profissional com autonomia para o mundo do trabalho?”.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Em uma instituição como o Ifes, que se propõe capacitar profissionais para o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, (trans)formar cidadãos críticos, a discussão da formação da subjetividade do estudante, do estudante-trabalhador e do estudante futuro trabalhador é fundamental para se romper um ciclo vicioso de repetição de práticas de ensino tradicionais.

Este estudo também parte do reconhecimento de um grave problema de absorção de mão de obra no contexto da contratação ocupacional do mercado, resultando no aumento do setor informal, crise da sociedade assalariada e aumento dos desempregados e inativos em idade produtiva. Além disso, no momento em que vivenciamos a pandemia do novo coronavírus, Covid-19, alguns trabalhadores tiveram suas casas transformadas em sala de aula e/ou escritório, devido ao período de quarentena, alguns ficaram sem receber integralmente seus salários ou perderam seus postos de trabalhos. Neste cenário, empresas fechadas estão com dificuldades de manter seus compromissos financeiros, algumas suspenderam salários e outras decretaram falência, aumentando significativamente o número de desemprego no mundo.

Chinelli e Durão (1999 *apud* CORRÊA, 2006, p.238) aponta cenários como este afirmando que "a emergência de uma nova cultura do trabalho pode ser considerada como uma reconfiguração no conteúdo, na forma e na cultura do trabalho fundado em um novo paradigma econômico[...]". Desta forma, esta proposta colabora para o autodesenvolvimento do aluno estimulando-o a pensar formas de empreender e se inserir no mundo do trabalho considerando os condicionantes locais. Práticas pedagógicas contextualizadas e dialogadas, nas quais os estudantes participem ativamente na construção do seu conhecimento, são de suma importância para a preparação intelectual e moral dos educandos.

No contexto educacional contemporâneo, não é mais possível fechar as portas da sala de aula e ensinar apenas o que está proposto no livro. Faz-se necessário inovar a atuação do profissional da educação, com a integração e interação dos alunos com a tecnologia, com a comunidade em que está inserido, bem como apresentar ao aluno possibilidades de empreender.

Para isso, fala-se de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que é uma prática pedagógica que tem como objetivo um produto final que atenda a uma necessidade concreta (BARBOSA e MOURA; BERBEL *apud* RECH et al, 2019). Trata-se de uma das modalidades de metodologias ativas, as quais "promovem a participação do aluno no processo de aprendizagem e estimulam atividades em grupo (BARBOSA e MOURA *apud* RECH et al, 2019, p. 141). Analisando o exposto, portanto, esta proposta se justifica pelo estímulo ao

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

protagonismo e a autonomia desenvolvidos com o aluno, oportunizando vislumbrar possibilidades de empreendimentos como profissional em sua área de formação técnica.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é considerada bibliográfica, quanto aos procedimentos técnicos, visto que "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p.44). Ainda, como foram solicitadas informações ao grupo acerca da intervenção realizada, a pesquisa é caracterizada como levantamento (*survey*), que segundo Prandavov e Freitas (2013, p.57) é definida como uma pesquisa que ocorre "quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário". De acordo, acordo com o Prandavov e Freitas (2013), a pesquisa também se caracteriza como pesquisa de campo que consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

Dessa forma, a pesquisa tem característica, prioritariamente, qualitativa quanto a abordagem do problema, apresentando resultados subjetivos, não requerendo técnicas estáticas. Apenas na avaliação do projeto será utilizada uma descrição quantitativa, onde os alunos responderão um questionário contendo perguntas fechadas (entre outras, abertas).

Este artigo tem como objetivo relatar uma experiência vivenciada por mim, aqui sendo identificada como autora e pesquisadora, em uma prática pedagógica. Assim, temos uma pesquisa aplicada quanto a sua natureza, por "gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos [visto que] envolve verdades e interesses locais" (PRANDAVOV; FREITAS, 2013, p.51).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EMPREENDEDORISMO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Nos últimos anos o interesse de estudiosos e da sociedade pelo empreendedorismo vem sendo ampliado notoriamente. Os números crescentes de publicações mostram a busca por uma melhor compreensão sobre o que vem a ser este termo, bem como seu impacto na sociedade e no mundo dos negócios (MASSUDA e MATOS, 2020, p.3). Quanto a isso, Peroni (2019) sugere que:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> Não há um consenso quanto à exata definição de empreendedorismo e essa dificuldade de conceituação decorre da própria evolução do fenômeno do empreendedorismo, bem como de concepções errôneas divulgadas principalmente pela mídia e pelo senso comum. (PERONI, 2019. p.14)

O termo vem ganhando força a partir do século XX e Timmons (1994, *apud* DOLABELA, 2008, p.24) o define como "uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20."

Lopes (2017) defende que uma ação empreendedora pode ter variedades, como, por exemplo, renovar empreendimentos já existentes, projetar novos produtos ou negócios para uma organização, planejar em projetos sociais ou, ainda, propor um empreendimento a partir da universidade.

No entanto, Almeida (2019) apresenta dois autores que se opõem em suas concepções de empreendedorismo; enquanto Dolabela (2003) considera que o empreendedorismo extrapola o âmbito empresarial, fundamentando-se em programas de desenvolvimento humano e social, Sabino (2010) postula que o empreendedorismo não possa ser utilizado em diferente contexto a não ser o empresarial.

Mediante a multiplicidade de definições do termo empreendedorismo, Dolabela aborda de maneira mais ampla, em que o cidadão no cenário de viver/sobreviver em um mercado capitalista pode atuar de maneira protagonista onde estiver, como dono ou não de uma empresa. Isto remete a Schumpeter (1911, *apud* ALMEIDA, 2019) que apresenta a ideia de intraempreendedorismo, na qual são incluídos todos aqueles que atuam de maneira empreendedora, mesmo não sendo donos de empresa.

Saliento que, neste artigo, a proposta de intervenção pedagógica proposta é baseada no conceito apontado por Dolabela e, ainda, reforça a ideia de Schumpeter, na perspectiva de autonomia do indivíduo na sociedade, recaindo sobre o estudante o papel de compreender o processo como agente de mudança, o que ressalta a importância do ensino de empreendedorismo de maneira ativa e integrada com a sociedade na EPT, uma vez que apresentam o mesmo propósito de formação.

3.2 POR UMA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA EPT

Segundo Almeida (2019, p.47) "quem ingressa em um curso de EPT geralmente o faz por entender que os cursos técnicos- profissionalizantes contribuem no preparo para o mercado de trabalho." Desta forma, a inserção da pessoa no mundo do trabalho é uma das essências da

educação profissional e tecnológica. E, com a criação dos IF's, o ensino do empreendedorismo ganha força no ensino técnico-profissionalizante brasileiro (COAN, 2011 *apud* ALMEIDA, 2019), devido às prerrogativas da Lei de Criação dos IF's, lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que assim define:

> Art. 6º. Os Institutos Federais têm por finalidades e características:
> [...] VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. [...]. (BRASIL, 2008)

A resolução nº 6 de 2012 do Ministério da Educação (MEC), que define as seguintes Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelece, em seu artigo 6º, os princípios da EPT; entre eles, reforçamos:

> [...] VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;[...]
> [...] IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo. (BRASIL, 2012, p.2-3)

A resolução ainda prevê como organização curricular no artigo 14:

> VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho. (BRASIL, 2012, p.5)

Nessa perspectiva, Lopes (2017) apresenta resultados de um relatório da Comunidade Europeia (CE), desenvolvido em 2003, em que enfatiza a importância da Educação Empreendedora (EE), pois entende que o empreendedorismo é a chave para o desenvolvimento econômico e social dos países. Ainda no relatório da CE, é apresentado a definição de EE como "desenvolvimento de habilidades e do espírito empreendedor pelos aprendizes, de modo que se tornem capazes de transformar ideias criativas em ação" (LOPES, 2017, p.23). Corroborando com o conceito proposto, considerarei nesta pesquisa a EE como uma metodologia que estimula o estudante a aprender na prática, oportunizando o protagonismo estudantil.

Ratificando a proposta de estimular a autonomia do estudante, Peroni (2019) apresenta a relevância da formação de cidadãos proativos, críticos e reflexivos, assemelhando-se com o proposto nesta pesquisa por propiciar o trabalho em grupo, enfatizando diálogos e conhecimentos prévios dos alunos, propiciando uma condição de aprendizagem significativa.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

3.3 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E METODOLOGIAS ATIVAS: UM CAMINHO POSSÍVEL

Em uma busca constante de aperfeiçoamento em estratégias de intermediação de conteúdos, professores, inclusive da EPT, têm identificado métodos de ensino que possibilitem ao estudante uma aprendizagem contextualizada para a formação profissional e cidadã. (INOCENTE, TOMMASINI e CASTAMAN, 2018). Nesta perspectiva, os referidos autores apresentam as metodologias ativas como estratégias de estimular o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem.

Da mesma forma, Barbosa e Moura (2013, p.56) afirmam que "a educação profissional oferece muitas oportunidades de aplicar metodologias ativas de aprendizagem nas diferentes áreas de formação profissional." Segundo Lopes (2017, p.38), também, a prática de metodologias ativas, "o aprender fazendo", é condição fundamental para a EE, e pode ser realizada por meio da aprendizagem baseada em problemas e/ou em projetos, da aprendizagem independente e/ou experimental, e em atividades fora da sala de aula, garantindo maior aproximação com a comunidade local, por exemplo.

Um projeto baseado nas metodologias ativas, com práticas educativas inovadoras exige "sair das caixinhas", exige que deixemos de pensar somente na "minha" disciplina e pense na formação do estudante autônomo, fortalecendo a relação entre professor e alunos no processo de aprendizagem, favorecendo o aprendizado mútuo. E nesse contexto, a interdisciplinaridade é uma ferramenta que favorece essa aproximação do ensinar com o aprender.

Segundo Paviani (2008, apud SILVA, 2019) vivemos o conceito de interdisciplinaridade, de maneira consciente ou inconsciente, já que a vida é feita do todo e das relações entre as partes. Silva (2019), ainda, destaca que a interdisciplinaridade ultrapassa a simples integração dos conteúdos, exigindo rupturas e reconstruções embasadas na prática do trabalho em equipe dos professores.

Lopes (2017) apresenta, ainda, o termo "empreendizagem", que é definida pela autora como aquela que o estudante empreende sua própria aprendizagem, visando algum projeto próprio, sozinho ou com outras pessoas. Corroboramos o conceito proposto, e consideraremos nesta pesquisa a EE como uma metodologia que estimula o estudante a aprender na prática, oportunizando o protagonismo estudantil.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Nesta mesma perspectiva, Zanetti Neto (2019) apresenta que a ABP são atividades socializadas com análise de problemas reais, com foco em ações práticas sendo, estratégias, mais potentes na aprendizagem. Corroborando com Almeida (2019) que apresenta um estudo norteado pela Aprendizagem Baseada em Empreendedorismo (EBL - *Entrepreneurship Based Learning*), que metodologicamente é estruturada na ABP, visando estimular habilidades dos alunos dos cursos técnicos da EPT para o desenvolvimento de seus projetos de vida, sendo os verdadeiros protagonistas desse processo. Nesta visão, Peroni (2019) afirma que o aluno é o ponto-chave de uma educação empreendedora, buscando o desenvolvimento do conhecimento e o conceito de si, ressaltando sua própria identidade por meio do desenvolvimento de suas capacidades.

Quando pensamos em uma EPT, pensamos na aproximação do estudante com o mundo do trabalho, com a realidade da sociedade em que vivemos. Dessa forma, consideramos as metodologias ativas como uma estratégia de desenvolvimento de uma EE, possibilitando a aproximação do estudante com a prática de um mundo do trabalho e, inclusive, de uma realidade da região em que esteja inserido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução da prática pedagógica, aqui relatada, foi dividida em quatro etapas, conforme apresentado na figura 1:

Figura 1: Etapas de execução do projeto

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

A Prefeitura Municipal de Nova Venécia, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, em conversas com o diretor geral do campus, apresentou a necessidade de fomentar o turismo local através de recursos tecnológicos, sugerindo o uso de QR Codes que pudessem ficar disponíveis nos locais turísticos do município com informações relevantes do local. Vale

destacar que, QR Code é um tipo de código de barra que pode, facilmente, ser escaneado por um aparelho de celular, que tenha função de leitura de QR Code, encaminhando-o para algum texto ou imagem.

A demanda foi apresentada aos professores do Curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade Concomitante ao Ensino Médio, por ser um curso com maior afinidade com a área técnica da proposta, e passível de ser executada pelas professoras das disciplinas "Ecoturismo e Unidades de Conservação Ambiental" e "Empreendedorismo", sendo esta última autora deste artigo. É importante frisar que ambas as disciplinas têm carga horária semestral de 30 horas e que as docentes lecionaram concomitantemente na turma do referido curso, sob uma proposta coletiva e integradora, a fim de propor uma resposta à demanda apresentada. Destaca-se que a interação entre teoria e prática de uma vivência profissional está alinhada com a resolução 06/2012 do MEC, referenciada na seção anterior.

Desta forma, iniciou-se a fase de planejamento interdisciplinar, com estudos e levantamentos de informações locais, associando os conteúdos das disciplinas com a demanda. Considerando que a proposta promove condições para que os estudantes construam seu conhecimento, com abordagem interdisciplinar e produto final que dialogue com a vivência e o contexto dos educandos, as professoras compreenderam que o projeto poderia ser norteado pela metodologia ABP.

Com o processo de ensino-aprendizagem baseado na prática pedagógica ABP, na medida que a prática se propõe a ser prática, com a redundância intencional, distancia-se do ensino tradicional, promove condições dos estudantes construírem seu conhecimento, com abordagem interdisciplinar, com produto final que dialogue com a vivência e o contexto dos educandos.

Assim, o primeiro passo para implementar a ABP, a partir do objetivo de fomentar a autonomia do estudante, foi a identificação e compreensão do problema da comunidade local. As atividades foram desenvolvidas entre os meses de julho a dezembro de 2019, em encontros semanais presencialmente, nos laboratórios de informática do Ifes campus Nova Venécia, com duração de 3 (três horas) por semana, sendo 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de cada disciplina, conforme o Plano pedagógico do Curso (PPC[1]), com a presença das duas professoras envolvidas.

[1] O PPC do curso está disponível na página do campus Nova Venécia no link https://novavenecia.ifes.edu.br/cursos/tecnicos/meio-ambiente

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

As professoras estruturaram a implementação da metodologia em quatro momentos (figura 2).

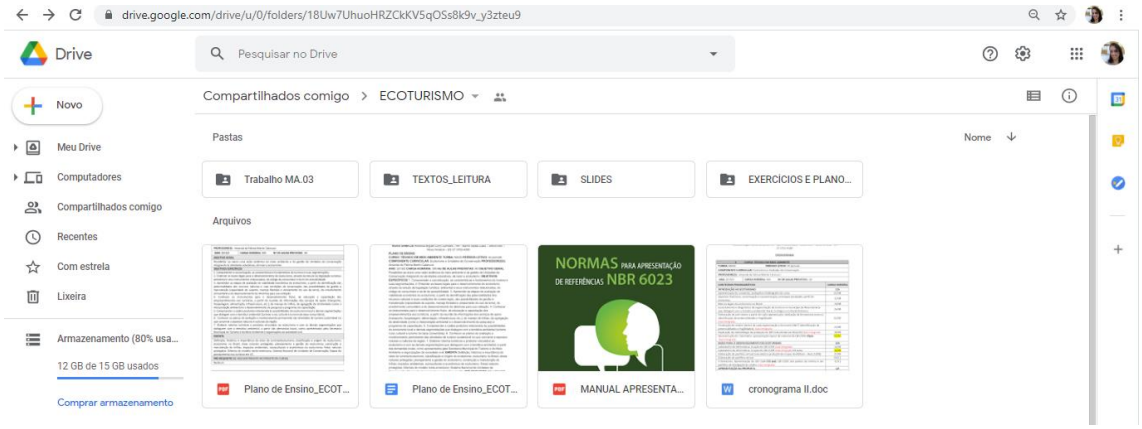
Figura 2: Etapas da aplicação da metodologia do projeto

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Na fase inicial de compreensão dos conceitos, cada professora em seu momento de aula apresentou seu conteúdo teórico, mostrando os conceitos básicos e finalidades de cada componente curricular. Em seguida, apresentaram a demanda e a proposta a ser desenvolvida pelos alunos no semestre, alinhando a teoria com a prática. A partir daí, as docentes, juntamente à turma dividida em três grupos, identificaram quais tipos de turismo a cidade de Nova Venécia poderia disponibilizar aos visitantes, buscando compreender os conceitos e modalidades turísticas que existem através de pesquisas bibliográficas.

Para melhor organização dos materiais disponibilizados aos alunos, foi criada uma pasta para compartilhamento de materiais de apoio e criação colaborativa de documentos no Google Drive, ferramenta disponível gratuitamente para armazenamento em nuvem e compartilhamento de arquivos digitais, conforme demonstrado na figura 3. Desta forma, os estudantes tiveram acesso à pasta no Google Drive, visto que a turma já possuía uma conta no Google, agilizando a organização, disposição e acesso ao material.

Figura 3: Pasta no Google Drive compartilhada com os alunos



Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

No contexto educacional contemporâneo as TDIC's são instrumentos facilitadores e atrativos para os estudantes e educadores. O armazenamento de dados em nuvens vem ganhando maior adesão na sociedade, o que é interessante trazer para o ambiente acadêmico, assim aproximando os educandos ao que é utilizado em meios empresariais.

A partir dos estudos bibliográficos, foram identificados três roteiros possíveis para o município: o Turismo Histórico-Cultural, Turismo Rural e Ecoturismo. Nesse momento, aconteceu a primeira atividade avaliativa, que chamamos de Seminário I. Cada grupo, após o levantamento das informações orientadas, organizou uma apresentação oral com detalhamento do roteiro turístico proposto por eles, fazendo uma análise do cenário local em relação ao roteiro proposto. Tal análise foi baseada numa ferramenta de planejamento estratégico, Análise Swot, que tem como objetivo a identificação das forças (Strengths), fraqueza (Weakness), oportunidades (opportunities) e ameaças (Threats) de um cenário.

Ao realizar a Análise Swot, os alunos apresentaram estratégias de como a comunidade local poderia minimizar as ameaças, aproveitar melhor as oportunidades, eliminar as fraquezas e exaltar os pontos fortes do roteiro proposto, uma vez que as forças e fraquezas identificam o cenário atual e as oportunidades e ameaças são projeções futuras. Essa etapa foi desenvolvida com 18 (dezoito) horas em sala de aula.

A partir da experiência vivenciada, uma proposta de melhoria na aplicação desta atividade, seria que um grupo avaliasse o roteiro do outro grupo. Assim, os alunos poderiam vivenciar, de fato, um momento mais similar com o mundo de trabalho em que os seus resultados são avaliados por outras pessoas, ou até mesmo por clientes, aprendendo a ouvir críticas, elogias e/ou sugestões.

Ainda é importante destacar que, para elaboração do roteiro turístico, um grupo, responsável pelo turismo Histórico-Cultural, teve dificuldade em encontrar material com informações de alguns pontos turísticos. Assim, o grupo foi a campo buscar essas informações, visitando locais, entrevistando proprietários e fazendo registro fotográficos, o que exalta o aprendizado, relatado por eles na apresentação, como uma vivência na prática do que estavam propondo, fortalecendo a "empreendizagem" dos envolvidos.

Já nesta etapa inicial do desenvolvimento metodológico do projeto, foi possível integrar os conhecimentos técnicos da disciplina de "Ecoturismo e Unidades de Conservação Ambiental"

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

com a estruturação do roteiro turístico e levantamento das informações dos pontos turísticos, e da disciplina de “Empreendedorismo” através da Análise Swot.

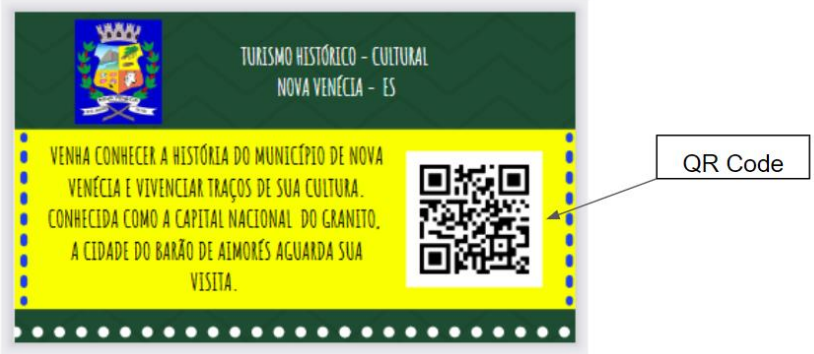
Com o roteiro avaliado pelas professoras e pelo grupo, iniciou-se o momento de discussão e levantamento de estratégias para sua divulgação. No entanto, como já havia uma demanda real apresentada pela prefeitura quanto a utilização do recurso QR Code nos pontos turísticos, as professoras, propuseram à turma o desenvolvimento de um QR Code, o qual se converteria em um roteiro turístico, com seu detalhamento, elaborado em um cartaz (figura 4) desenvolvido a partir da criatividade dos alunos, para ser atrativo aos interessados. E, ainda, cada grupo deveria elaborar um cartão de divulgação (figura 5), com esse QR Code inserido, para possível impressão e disposição nos locais de grande circulação de pessoas no município. Com isso, foi desenvolvido um produto inovador para a comunidade local, produzido exclusivamente pelos próprios alunos participantes desta pesquisa.

Figura 4: Cartaz com roteiro - página 1 e 2

Fonte: Arquivo da pesquisadora, produzido pelos alunos-participantes da pesquisa (2020)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Figura 5: Cartão de divulgação do roteiro



Fonte:Arquivo da pesquisadora, produzido pelos alunos-participantes da pesquisa (2020)

Para elaboração da arte gráfica do roteiro turístico e do cartão de divulgação, mais uma vez foram utilizadas TDIC's como recurso metodológico. Os alunos utilizaram a versão gratuita do "Canva"[2], uma plataforma de design gráfico que permite a criação de conteúdos visuais. E para criação do QR-code, como não é área de conhecimento das professoras, foi convidado o professor de informática do campus para ministrar uma aula com orientações, sendo apresentadas algumas plataformas que geram o QR Code gratuitamente e, como escolha da turma, a plataforma "QR Code generator"[3] foi utilizada devido a sua facilidade de manuseio. Nesta etapa as professoras utilizaram uma carga horária de 18 (dezoito) horas em sala de aula, ocorrendo a apresentação do segundo seminário, uma exposição oral com apresentação através de recursos multimídias para a turma e as professoras.

Com o resultado do trabalho, os alunos foram orientados a identificar maneiras de, como técnicos em meio ambiente, empreender no município. Neste momento, a prática se relacionou com o conceito apresentado por Dolabela (2003) no referencial deste artigo, quanto ao empreendedorismo de envolver uma atuação protagonista do cidadão onde ele estiver, corroborando com toda a proposta do projeto.

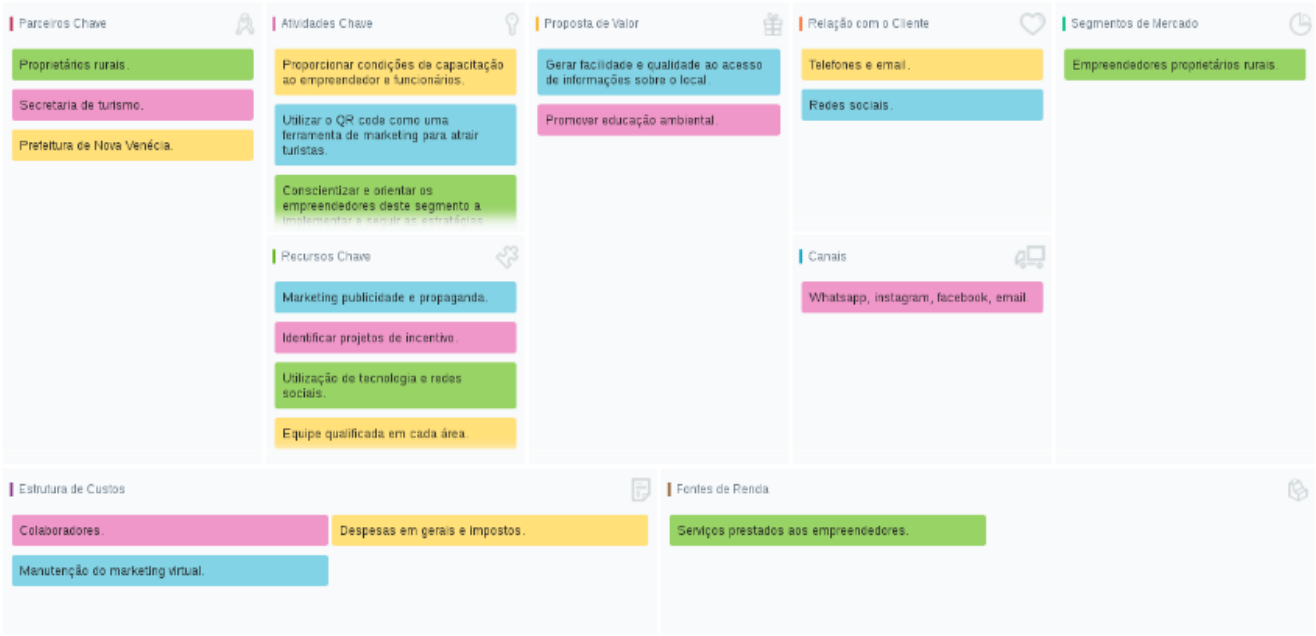
Dessa forma, cada grupo apresentou uma sugestão de empreendimento para cidade sendo: assessoria técnica para a Secretaria de Turismo, serviço de guia turístico no município e assessoria técnica para os proprietários dos pontos turísticos. A partir da identificação dos possíveis empreendimentos, foi proposto para cada grupo esboçar um negócio. O ideal, neste momento, seria elaborar com os alunos um plano de negócio, que é uma maneira de descrever

[2] Plataforma disponível no sítio eletrônico canva.com
[3] Disponível no sítio eletrônico https://br.qr-code-generator.com/

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

os detalhes de uma empresa, planejando-a no papel antes de ir para a prática, destacando os motivos da existência da empresa, destacando o potencial da empresa no mercado, os riscos existentes e instrumentos de negociação e financiamentos (DOLABELA, 2008, p. 75), mas devido ao pouco tempo disponível, foi utilizada uma ferramenta de planejamento mais sucinta, o Business Model Canvas, ou, simplesmente, Canvas (figura 6). Um canvas é como um mapa que apresenta os pontos-chaves de um negócio, 'O que é seu negócio?' 'Para quem é seu negócio?' 'Como fará isso?' 'Quanto custa?' 'Quanto você receberá para isso?' disponível, gratuitamente, na plataforma do Sebrae[4].

Figura 6: Canvas desenvolvido por um grupo



Fonte:Arquivo da pesquisadora, produzido pelos alunos-participantes da pesquisa (2020)

A partir do desenvolvimento do Canvas, foi possível perceber que a ferramenta se alinhou ao objetivo do projeto, trazendo os pontos-chave de um negócio.

Compreendendo o papel da EPT, conforme apresentado no referencial teórico, como uma forte contribuição para o preparo profissional no mundo do trabalho alinhando com a lei de criação dos IF's, lei 11.892/2008, que afirma que uma das finalidades dos IF's é estimular o empreendedorismo, nesta etapa do projeto foi possível entender a relação da teoria estudada em

[4] Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) disponibiliza a ferramenta Canvas no link https://sebraecanvas.com

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

sala de aula com o mercado local. Isto é demonstrado por um estudante em seu relato deixado na avaliação da metodologia realizada, a ter partes detalhadas ainda neste capítulo:

> Quanto aos pontos fortes, eu achei importante a integração das duas disciplinas, pois foi possível colocarmos o empreendedorismo em prática, através da 'abertura' de uma consultoria ambiental voltada ao turismo rural e a utilização da educação ambiental para fomentar o empreendimento[…]. (ALUNO 2, 2019)

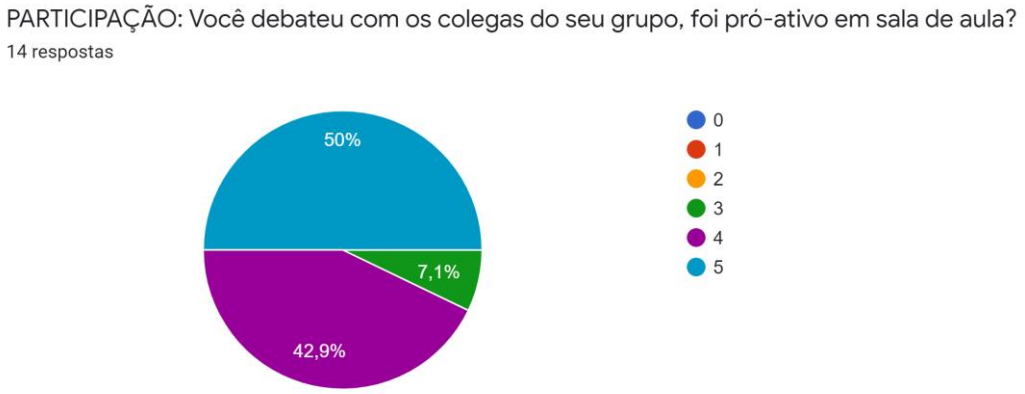
A partir das percepções dos alunos e orientações das professoras, ocorreu a última apresentação oral, o Canvas, Seminário III. Para a realização desta etapa, as professoras utilizaram as 18 (dezoito) horas restantes. A apresentação ocorreu no último dia de aula com a turma, o que dificultou um *feedback* de forma mais clara. Desta forma, para uma nova experiência, sugerimos que no planejamento seja atribuído uma carga horária específica para avaliação do projeto com maior duração e melhor interação com os alunos.

Além das apresentações dialogadas, aqui intituladas por Seminários I, II e III, foi disponibilizado para a turma um formulário de avaliação do resultados (via *google forms* no *drive* do *Google*), que possibilitou ao aluno refletir sobre o conhecimento e a experiência advindos ao longo do desenvolvimento das atividades. O questionário foi dividido em dois eixos, autoavaliação e avaliação da metodologia, compreendidos em questões abertas e fechadas. O formulário foi respondido em momentos extraclasse pelos alunos, pelo motivo de não dispor de tempo em sala de aula, conforme descrito no parágrafo anterior. Da turma composta de 16 alunos, 14 deles responderam o formulário. Utilizamos números arábicos para fazer referência a eles e manter seu anonimato.

Quando questionados se avaliava sua participação pró-ativa, os estudantes deveriam avaliar com notas entre 0 e 5 (sendo 0 péssimo e 5 excelente), percebeu-se que 50% consideraram-na pró-ativa, conforme gráfico 1. Essa resposta da turma ratificou os apontamentos de Lopes (2017), que destaca que, para uma educação empreendedora, é fundamental a prática de metodologias ativas, “o aprender fazendo”.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

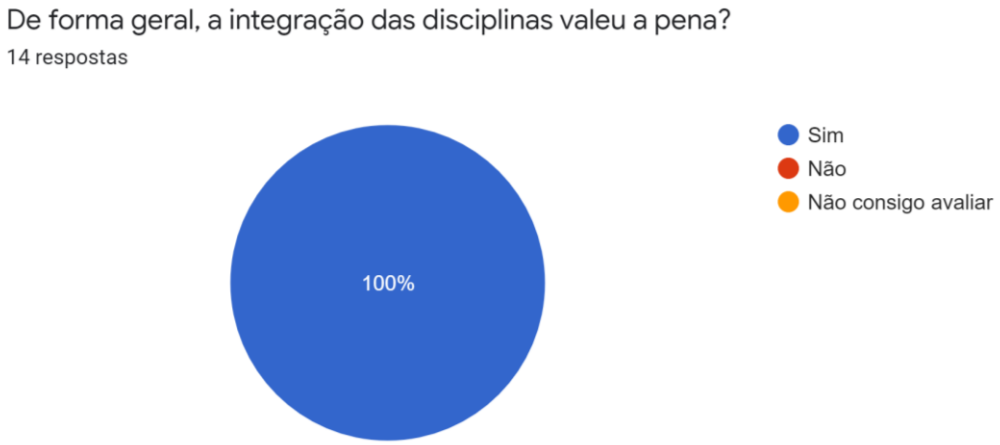
Gráfico 1: Avaliação da participação dos alunos em sala de aula



Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Quando questionados quanto à integração das disciplinas, os estudantes deveriam avaliar com notas entre 0 e 5 (sendo 0 péssimo e 5 excelente), 100% dos participantes consideraram nota 5 afirmando que valeu a pena a integração dos componentes curriculares, conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Avaliação quanto a integração das disciplinar



Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Ainda, ressaltando a relevância da atividade ser interdisciplinar, um aluno relatou que:

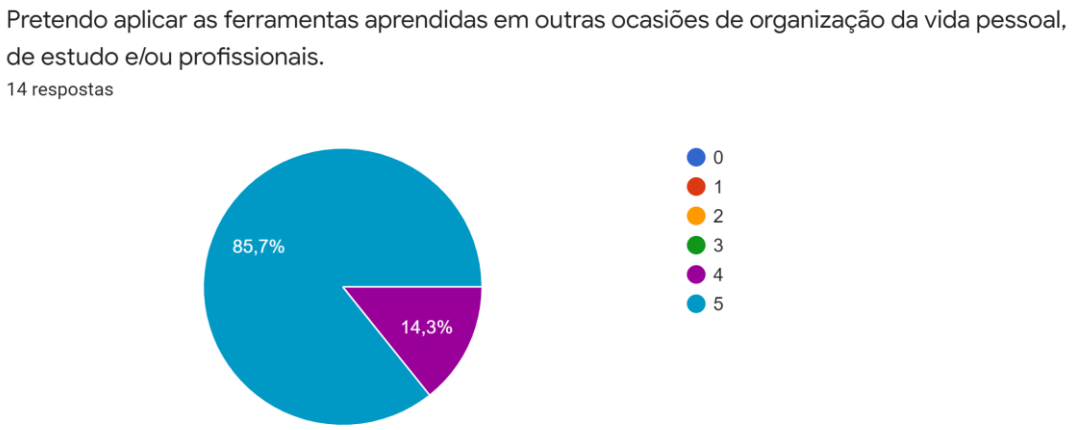
> A integração das matérias foi de suma importância para o aprendizado, visto que a absorção do conteúdo se torna mais fácil e a dinâmica da aula fica bem melhor. Conseguimos compreender duas matérias e correlaciona-las, coisa que não conseguiríamos (facilmente) aprendendo as duas separadamente.” (ALUNO 6)

Com o objetivo de identificar se as ferramentas tecnológicas, apresentadas em sala de aula foram úteis para o aprendizado, no questionário havia uma questão que solicitava uma

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

avaliação de 0 a 5 pontos quanto a pretensão de aplicação das mesmas em situações extraclasse, sendo a nota 5 considerando muito úteis e 0 nada úteis. Nesta questão 85,7% dos respondentes avaliaram com nota 5, conforme gráfico 3, sendo possível perceber que as ferramentas tecnológicas e pedagógicas apresentadas em sala (QR Code, Canva e Canvas) são úteis e versáteis, podendo ser aplicadas em outras áreas de atuação, bem como em sua vida pessoal.

Gráfico 9: Avaliação das ferramentas utilizadas no projeto



Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Nos comentários de uma maneira geral, os alunos apresentaram os pontos fortes e fracos da metodologia adotada, conforme apêndice III. Como pontos fortes prevaleceram a integração das disciplinas, aulas dinâmicas e a aproximação de teoria e prática. Já como pontos fracos a divergência na opinião das professoras, como apresentado por um aluno:

> [...]Os pontos fracos, como dito em sala, acredito que a satisfação de cada professora de forma diferente, atrapalhou um pouco o desenvolvimento do trabalho. E trouxe estresse ao grupo, um ponto negativo também, eu achei a velocidade da ferramenta canvas muito ruim. Não sei se relacionado a internet da escola, mas foi algo que nos atrapalhou bastante também. (ALUNO 3)

Neste trecho, apresentado pelo aluno 3, percebe-se que no planejamento coletivo precisa haver um alinhamento bem claro entre os professores envolvidos, e uma definição prévia em conjunto dos critérios da metodologia, bem como das avaliações dos alunos. Ressaltamos, portanto, que a integração curricular requer momentos extraclasses para maior interação e integração dos professores envolvidos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Contudo, como o objetivo deste projeto foi a aproximação da teoria com a prática do mercado de trabalho local, por meio de uma aplicação de metodologia ativa, entendemos que o alcançamos, como pode ser percebido no relato do aluno 3:

> Um sentimento que seria alegria, pois as aulas foram bem dinâmicas. Aprendemos a fazer na prática, com alguma dificuldade, em relação a elaboração do empreendimento por onde começar esse seria um ponto fraco, uns dos melhores é o ponto forte do projeto, que nos preparou para o mercado de trabalho. Garanto que se cada um sair sair com um pouquinho do que foi apresentado, seremos vencedores no mercado de trabalho".(ALUNO 3)

Este artigo, como relatado, foi desenvolvido em etapas de maneira em que os estudantes, em uma ação de ensino, pudessem desenvolver um produto a ser utilizado na comunidade local, além dos próprios alunos, vislumbrar possibilidade de empreendimentos, fomentando a autonomia. Assim, podemos afirmar também que conseguimos alinhar os três eixos de atuação de um Instituto Federal (ensino-pesquisa-extensão). A lei de criação dos institutos Federais, lei Nº. 11.892/2008, dispõe em seu artigo 7º os objetivos dos IF, dentre eles:

> Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:
> [...] III - realizar **pesquisas** aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
> IV - desenvolver atividades de **extensão** de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
> V - estimular e apoiar **processos educativos** que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; [...]. (BRASIL, 2008, grifo nosso)

Corroborando com o objetivo dos IF's, este artigo relata uma prática pedagógica de ensino, que está se tornando um produto acadêmico para contribuir na disseminação de práticas norteadas pelas metodologias ativas. Além disso, o projeto iniciou a partir de uma demanda da comunidade local e foi apresentado como resposta ao Prefeito Municipal de Nova Venécia, em reunião com o diretor geral do campus.

4.1 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A experiência relatada aqui, nos apresenta os passos para implementação de intervenção pedagógica, baseada na ABP com o objetivo de desenvolver o empreendedorismo na prática. São eles (os passos): compreensão do problema do projeto; planejamento interdisciplinar, aplicação da metodologia planejada e Avaliação dos resultados obtidos, pela percepção dos alunos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Na etapa de aplicação da metodologia é possível propor uma intervenção pedagógica baseada na experiência vivenciada, com alguns ajustes, como sugestão de melhoria. Assim, apresentamos, ainda, o quadro 1 como a proposta de intervenção pedagógica, baseada na ABP.

Ressalta-se que, a proposta de intervenção apresentada não apresenta uma disciplina específica, pois acredito que para o desenvolvimento de uma educação empreendedora não se pode limitar a apenas uma disciplina e/ou apenas a disciplina de empreendedorismo. Lopes (2017, p. 56) ressalta esta questão afirmando que a educação empreendedora é possível a partir da integração dos diversos saberes, que o conhecimento é empreendido por quem aprende, em suas relações com os outros e 'mediatizadas pelo mundo', como preconiza Paulo Freire.

Quadro 1 - Resumo da Proposta de intervenção baseada na ABP: empreendedorismo na prática

Tema:		Empreendedorismo na prática - Roteiro Turístico			
Objetivos:		Compreender conceitos básicos de empreendedorismo; Produzir algo inovador para a comunidade em que está inserido. Identificar possibilidades de empreender na comunidade local.			
Conteúdos:		Conceitos básicos de empreendedorismo. Perfil empreendedor. Identificação de Oportunidades. Plano de Negócio.			
Sq	**Etapa**	**Descrição**	**TDIC's utilizada**	**Avaliação***	**CH** ***
1	Compre-ensão dos conceitos teóricos	Aula sobre "Conceitos básicos de empreendedorismo. Perfil empreendedor".	Apresentação de slide desenvolvida, pelo docente, em Power Point e projeção pelo data show.	Nesta etapa não há atividade avaliativa	6h
2	Alinha-mento da teoria com a prática	Aula prática "Identificando Oportunidades". Nesta etapa inicia a integração com a disciplina "Ecoturismo e Unidades de Conservação Ambiental", para elaboração do roteiro turístico.	Google Drive	**Seminário I** - roteiro turístico proposto pelos estudantes e matriz Swot do mesmo.	18h
3	Desenvol-vimento de um produto	Aula prática de "criação de um produto inovador para o mercado local."	Google Drive;Canva; QR Code	**Seminário II** - apresentação do roteiro turístico na forma de panfleto de divulgação e um cartão de divulgação.	18h

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

4	Empreen-dendo com o produto	Aula de "Identificação de possíveis empreendimentos com o produto criado; Elaboração de um plano de negócio."	Canvas e plano de negócios	**Seminário III** - apresenta - ção da viabilidade do negócio	25h
5	Avaliação da metodolo-gia	Aula de "Avaliação da metodologia, com feedback geral dos estudantes"	Google forms	Participação dos alunos respondendo o formulário	3h
CARGA HORÁRIA TOTAL					70h

*As avaliações propostas foram norteadas pela temática utilizada.
** Para este estudo foram contabilizados horas aulas com duração de 60 minutos.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Ainda, a proposta apresentada tem como tema empreendedorismo na prática - roteiro turístico, pois foi a demanda apresentada na ocasião. No entanto, é possível adaptar para outros temas, conforme a demanda local. As TDIC's apresentadas na proposta foram escolhidas a partir da disponibilidade gratuita aos alunos e pela facilidade de acesso e utilização das ferramentas, além de atender os objetivos da proposta.

A etapa de avaliação dos resultados, de grande relevância para o projeto, permitiu identificar os resultados pela percepção do discente. O apêndice II apresenta o modelo utilizado, podendo ser ajustado conforme necessidade, sugiro apenas aprofundar em questões que avaliem a metodologia, como a ABP, para ter dados mais específicos quanto ao desenvolvido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado chama a atenção na possibilidade de alinhamento em relação à teoria e à prática, a partir de demandas locais para a formação na EPT, ressaltando a importância do ensino empreendedor para os alunos. Neste sentido, destaca que a ABP contribui para o ensino mais dinâmico envolvido com a prática, auxiliando uma aproximação com a realidade de mercado local. Buscou-se reforçar que o ensino empreendedor ultrapassa apenas a disciplina de "Empreendedorismo", favorecendo a implantação de cursos mais integrados e ações que fortalecem o tripé de atuação dos IF's.

A literatura tem mostrado a necessidade de integrar e empreender em educação, fomentar o ensino de maneira empreendedora, da mesma forma que a utilização de metodologias ativas, em especial nos cursos de formação técnica. Assim, destaco a importância de socializar esta experiência vivenciada no Ifes campus Nova Venécia, estimulando a continuidade de práticas como esta, por considerarmos que sejam essenciais para uma formação

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

de profissionais mais preparados para empreender no mundo do trabalho, quer seja como empresário ou como colaborador.

Em suma, além da integração de disciplinas, é possível articular com uma equipe docente para um projeto de extensão e/ou de pesquisa, reforçando que é possível extrapolar o âmbito apenas do ensino tradicional, fomentando, ainda, o fortalecimento do tripé de atuação dos Institutos Federais - ensino, pesquisa, extensão

Destacam-se os novos olhares ao planejamento docente, “saindo da caixa” para integrar componentes curriculares, visando associar os conteúdos teóricos com a prática profissional, o que requer um tempo maior. Para propostas futuras, ressalto a relevância de um planejamento que alinhe o problema, a metodologia, e os critérios avaliativos, de maneira clara e integrada entre os professores envolvidos.

O uso de TDICs no processo de ensino-aprendizagem propiciou um dinamismo e atrativo maior nas aulas, além de apresentar aos estudantes ferramentas disponíveis gratuitamente que podem ser facilitadoras na rotina pessoal e/ou profissional. Salienta-se ainda, que as TDICs contribuem para uma melhor organização dos conteúdos e disposição dos mesmos aos estudantes.

Portanto, a experiência aqui relatada possibilitou aprofundar conhecimentos sobre metodologias ativas, ABP, Tecnologia de ABP, Tecnologia Digitais de Comunicação e Informação, Educação Empreendedora, Empreendedorismo, inclusive na aprendizagem baseada no empreendedorismo com base em pesquisas bibliográficas. Estimulou a relação teoria e prática, como temática central deste relato, ampliando horizontes para romper barreiras no modelo educacional. Contudo, o apresentado, neste artigo, é mais um ponto para avançar o ensino norteado pela aproximação da teoria com a prática, não esgotando o tema, sugerindo a implementação da proposta com outras áreas, em outros cursos e/ou de maneira integrada entre todos componentes curriculares de um curso, num determinado módulo.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Cardoso. **Aprendizagem baseada em Empreendedorismo**: Uma proposta para melhoria do Ensino Profissional Técnico de nível médio no Ifpa. Manaus: Ifam, 2019. Disponível em <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/303>. Acesso em: 10 ag, 2019.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em <https://bts.senac.br/bts/article/view/349/333> Acesso em: 04 ago., 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional.Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 06 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 04 de ago. 2020.

CORRÊA, Vera. A nova cultura do trabalho: subjetividades e novas identidades dos trabalhadores. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 237-258. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+forma%C3%A7%C3%A3o+do+cidadd%C3%A3o+produtivo+a+cultura+de+mercado+no+ensino+m%C3%A9dio+t%C3%A9cnico/713da00a-e823-4d78-a085-74ee98dba3d5?version=1.3>. Acesso em: 25 nov. 2019.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FEITOSA, Sônia Couto Souza. **Método Paulo Freire**: princípios e práticas de uma concepção popular de educação. Dissertação de Mestrado. FE-USP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). São Paulo, 1999. Disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/4274> Aceso em 21 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HASHIMOTO, Marcos; FONSECA JR, Ranulfo Soares da. **Revista de Negócios**. Blumenau, v.23, n.3, 2018. Disponível em <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/7303/4086> Acesso em: 12 ago. 2020.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

INOCENTE, Luciane; TOMMASINI, Angélica; CASTAMAN, Ana Sara. Metodologias ativas na educação profissional e tecnológica. **Redin - Revista Educacional Interdisciplinar:** 23º Seminário Internacional de Educação, Tecnologia e Sociedade**.** v.7, n.1, 2018. Disponível em <http://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1082/664> Acesso em: 04 ago., 2020.

LOPES, Rose Mary Almeida (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil**: panorama, tendências e melhores práticas.Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

MASSUDA JR, João; MATOS, Marilyn Aparecida Errobidarte de. O ensino de empreendedorismo sob diferentes abordagens.**Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Porto Alegre, v.2, n.19, jan./jun.2020. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6740> .Acesso em 06 ago. 2020.

PERONI, Ana Paula. **Educação empreendedora no ensino profissional:** utilização de uma sequência didática na formação de empreendedores cidadãos. Vitória: Ifes, 2019. Disponível em <http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000017/000017e1.pdf> Acesso em: 10 ag, 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar**. Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]**:** Métodos e técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 25 nov 2019.

RECH, Charles et al. Desenvolvimento de competências por meio Da metodologia Project Based Learning: um Estudo de caso na disciplina instrumentação. **Revista Ensino de Engenharia.** v.38, n.1, p. 141-149, jan./abr. 2019. Disponível em <http://revista.educacao.ws/revista/index.php/abenge/issue/view/147>. Acesso em 21 abr 2020.

SILVA, Hedeone Heidmam da. **Integração curricular**: uma proposta interdisciplinar baseada em sequências didáticas no Curso Técnico em Edificações. 2019. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019 Disponível em: < https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/525>. Acesso em: 21 abr 2020.

ZANETTI NETO, G. Práticas de ensino, estratégias de avaliação. Apostila digital. Vitória: Ifes, 2019. Disponível em: <epciencias.wordpress.com> Acesso em: 17 dez 2020.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 11 - DOI:10.55232/1082027.11

NAVIO NEGREIRO: UMA CONCEPÇÃO EM REDE

Antonia Eduarda Trindade da Silva

RESUMO: O presente artigo resulta de uma pesquisa de caráter cientifico feita sobre as dificuldades nas leituras de livros da literatura brasileira disponíveis na internet, principalmente os encontrados no site do NUPILL (Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguistica), sendo, especificamente, neste artigo, abordada a obra Navio Negreiro, de Castro Alves. Os objetivos aqui traçados destinam-se a investigar as ligações intertextuais e propor novas formas de navileituras interpretativas e analíticas dessa obra para que este estudo se estenda as leituras infanto-juvenis e seja aplicada em sala de aula com a pratica da leitura desse poema através de outros vieses e ferramentas como o computador. Para cada dificuldade encontrada houve a busca de procedimentos que viabilizem explicações sucintas e objetivas para as mesmas. Foram identificadas as palavras que se apresentavam como possíveis entraves para plena compreensão desta leitura dentro do livro Navio Negreiro. A pesquisa foi parte integrante de um projeto maior que se intitula Leitura em meio digital; ferramentas telemáticas; interpretação.

Palavras-chave: Literatura brasileira; Navio Negreiro; Leituras infanto-juvenis.

INTRODUÇÃO

A literatura brasileira é conhecida por possuir excelentes autores e ter grandes obras, as quais refletem as identidades nacionais. Desde período literário dos jesuítas que é conhecido como literatura de catequese até os dias atuais esta literatura vem deixando um legado intelectual que abre margens para as mais variadas pesquisas científicas. Atualmente, este conhecimento literário tem sido transmitido com o auxílio do meio digital, o qual se define o objeto da pesquisa.

Esta pesquisa tem por objetivo contribuir para o aprendizado de alunos de literatura e foi estendida ao alunado infanto juvenis através da criação de novas ferramentas de leitura em ambiente digital, as quais foram desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa de Literatura Digitalizada (NUPLID). As ferramentas desenvolvidas têm o papel de fornecer explicações às palavras que dificultam no entendimento das obras de literatura brasileira disponibilizadas no site criado, acompanhada com os *links* que trazem informações extras sobre a obra e a biografia do autor dos livros a serem disponibilizados em meio digital.

Com isso, para esta análise foi realizado um aprofundamento nas críticas existentes com relação à maneira como a tecnologia tem sido desenvolvida, a fim de auxiliar o alunado no processo de aprendizagem e leitura das obras literárias, especialmente *Navio Negreiro* de Castro Alves. As pesquisas feitas sobre o uso da tecnologia no processo de leitura e aprendizagem dos livros de literatura brasileira auxiliaram na criação das ferramentas de leituras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O hipertexto, o prefixo – hiper- equivale à superação do aspecto linear que não obedece a uma ordem do antigo texto que foi escrito, soma-se a essa quebra um favorecimento no aumento do texto inicial de uma forma quantitativa, que não significa dizer que este texto passará a ter qualidade. Esse aumento acontece com o uso exagerado de palavras e também com a produção e a colaboração de outros pensamentos de muitas pessoas e de outros pesquisadores.

O início da teoria hipertextual, segundo Cláudio Augusto Carvalho Moura em seu livro intitulado *Na trilha do Hipertexto: Italo Calvino e As cidades invisíveis* (2011) é

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

datada do ano de 1945, nos EUA, com o artigo *"As wemaythink*[1]*"* do Dr. Vannevar Bush onde ele fala que é preconizado à criação de uma invenção que se basea num funcionamento do pensamento humano dado através de cadeias associativas. E que o invento seria criado por conta da necessidade da rapidez nos métodos de armazenamento de dados e a busca de mais informações existentes no qual a organização é feita em infinitas divisões de classes e subclasses. Ele diz ainda que isso veio tornar o acesso a essas informações ineficaz e demorado, mas como o pensamento humano leva um tempo infinito para processar, o viés de uma máquina que conseguisse agilizar esse padrão daria um salto significativo no avanço tecnológico.

Para Burke (2004), as primeiras manifestações hipertextuais aconteciam com a escrita coletiva que ocorria com os manuscritos que eram repassados pelas mãos dos copistas e que através disso os livros iniciais eram alterados; para Ted Nelson (1992) o conceito, de maneira simples, de Hipertexto ou hipermídia é um texto dentro de outro texto. A partir dessas leituras e de análises que me instigaram a refletir a problemática e deturpações das informações tendo como suporte a teoria hipertextual, foram o que me levaram a perceber que a Literatura está inserida de forma positiva no meio digital construindo com a sociedade uma relação moderna no âmbito das multimídias.

MATODOLOGIA

Buscou-se saber quais são as dificuldades mais corriqueiras que os alunos de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Piauí (UFPI) encontram quando vão se ler textos literários em meio digital com um vocabulário que caiu em desuso, dados históricos, e locais, a partir disso, foi traçado uma base crítica para o alunado jovem.

Em seguida prosseguiu-se com a seleção e a análise das obras brasileiras mais utilizadas em sala de aula por professores da UFPI e que poderiam ser direcionadas aos alunos jovens. À medida que foi sendo feita a leitura da obra *Navio Negreiro* em meio eletrônico, identificou-se com o auxílio de dicionários *online* como o Houaiss, o Aulete Digital, o Priberam, o Dicionário *Online* de Língua Portuguesa e da crítica canônica o significado das palavras que dificultam a compreensão do texto e contexto da obra. Em vista disso criou-se dentro desse ambiente de leitura digital novas acepções para essas

[1] "Como devemos pensar" tradução do autor Claudio Moura.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

palavras no contexto a qual se encontram com intuito de facilitar o aprendizado dos alunos.

Para enriquecimento da pesquisa coletou-se dados desses textos como fotos, músicas, filmes e outros que estão disponíveis como *links* em um ambiente digital que está em criação no NUPLID (Núcleo de Pesquisa de Literatura Digitalizada) sob orientação do professor Saulo Cunha de Serpa Brandão.

Sendo assim a atividade a qual me propus a analisar e desenvolver objetivou-a: Definir as dificuldades nas leituras de livros da literatura brasileira disponíveis na internet; Criar para cada dificuldade encontrada procedimentos que viabilizem explicações sucintas para as mesmas; Identificar dentro destes livros as palavras que se apresentam como possíveis dificuldades para plena compreensão destas leituras; Criar através de pesquisas realizadas em fontes lexicais e de crítica comparativa de dados, explicações bem didáticas as essas palavras difíceis que serão colocados com seus significados dentro destes textos; Informar dados para criar um manual para leitura de textos disponíveis em meio virtual; Colocar dados como fotos, músicas, trechos de filmes, poesias recitadas e outros que ficaram disponíveis aos usuários em forma de links no ambiente virtual.

Foi realizada uma leitura conceitual e múltipla do texto *Navio Negreiro* de Castro Alves obra que foi direcionada ao alunado universitário na rede a fim de verificar a autenticidade dos *links* que aumentam a dinâmica interpretativa do texto, a partir disso traçou-se diferentes percursos de compreensão do texto aplicando-se a eles a teoria hipertextual e por fim investigar as ligações intertextuais e propor novas formas de navileituras interpretativas e analíticas dessa obra para que este estudo seja aplicado em sala de aula, em especial para o alunado jovem, para que esses alunos tivessem contato com uma obra extensa e diferente do contexto de leitura ao qual eles estão acostumados.

DADOS E DISCUSSÃO

A poesia *Navio Negreiro* é do romantismo brasileiro, em *Navio Negreiro* Castro Alves faz uma belíssima obra com a escravidão vigente nos meados do século XIX.Nesse poema encontramos palavras com o uso de apostrofe como em“S’tamos” que é o mesmo que estamos, “nest’hora”, nesta hora, “Co’a” que é com ae palavras como “doido” escritas doudo. Encontram-se também o uso de arcaísmos como “choça” da seguinte passagem

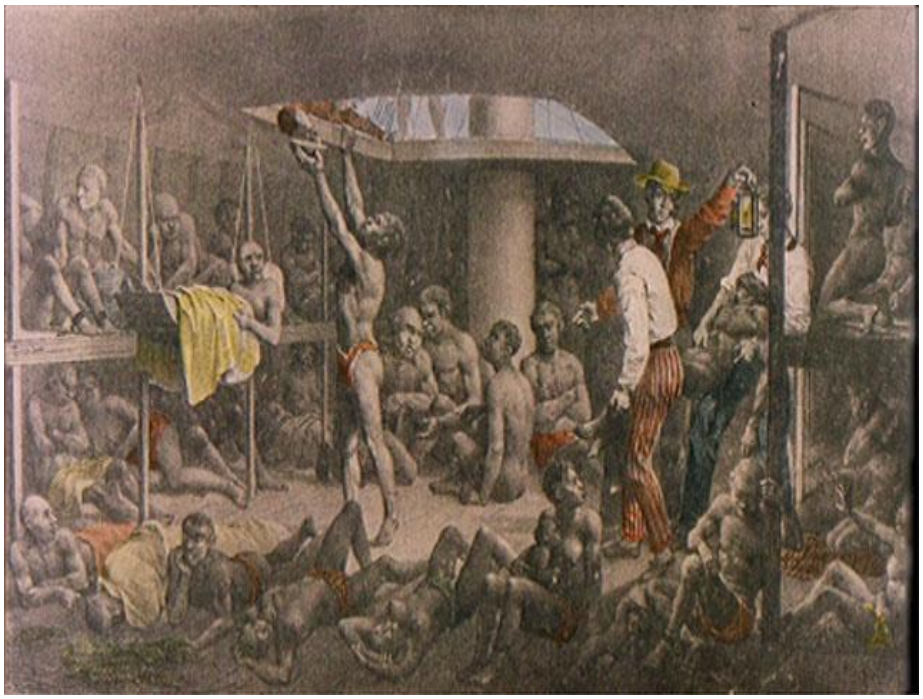
ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

"Quando a virgem na cabana Cisma da noite nos véus… Adeus, ó choça do monte", choça é o mesmo que a palavra cabana ou casa.

Há no seguinte trecho, "E deixa-a transformar-se nessa festa Em manto impuro de bacante fria!…" a palavra "bacante" que provém de Baco deus na mitologia grega das festas e bacanais e bacante era uma espécie de sacerdotisa que o cultuava.

A imagem ilustrativa de *Navio Negreiro* (Fig. 1):

Figura 1: Óleo sobre tela de Johann Moritz Rugendasde1835, *Negros no fundo do porão.*



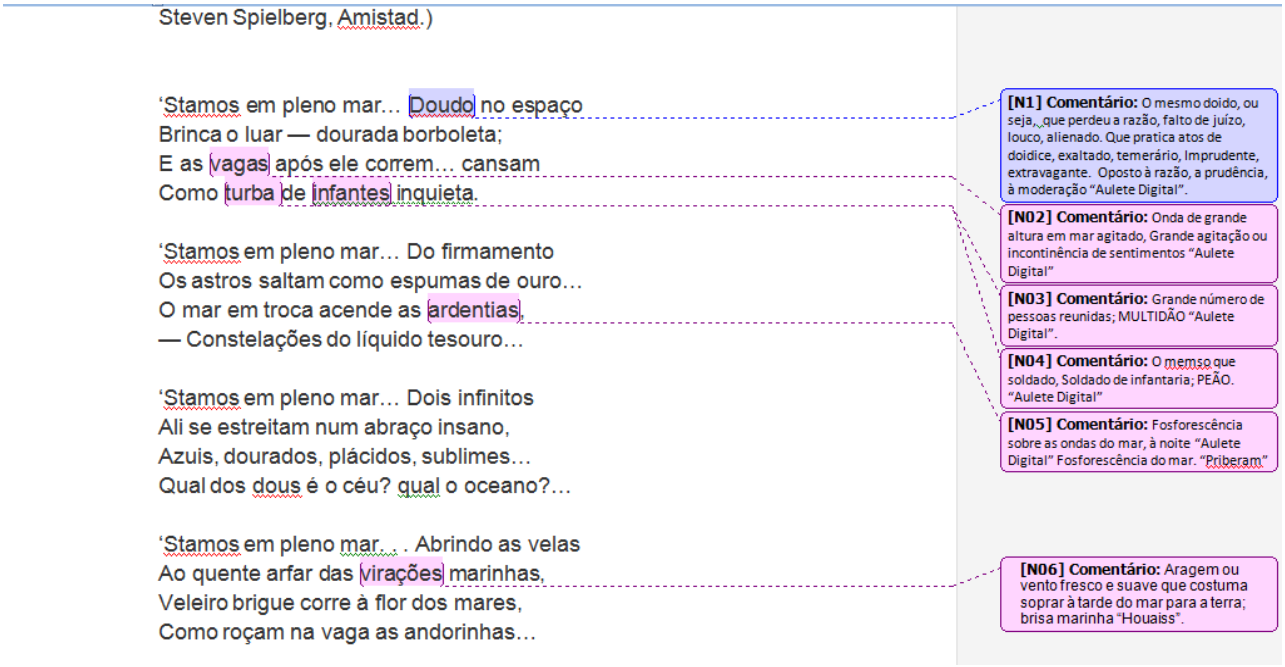
Fonte: www.artigosdehistoria.blogspot.com.

Para um melhor entendimento do público ao qual exponho em análise a obra *Navio Negreiro*, foi inserido no texto, além das imagens, um resumo de vida e obra do autor Castro Alves a fim de tornar a leitura e o entendimento da mesma mais próxima da realidade a qual se destinou este estudo, que é fazer uma releitura de obras de difícil entendimento na língua portuguesa explorando seu sentido e criando um site que favoreça o leitor. Destacamos em especial o leitor juvenil para que estes passem a ter contato com uma obra de difícil compreensão e possa se adentrar em mundo novo, mas que não cause estranheza.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

No site www.ufpi/nuplid/ o poema encontra-se da seguinte forma: Ao passar o mouse em cima das palavras em negrito o seu significado aparecerá:

Figura 2: Fragmento do texto *O navio Negreiro*



Fonte: www.ufpi/nuplid.com.br

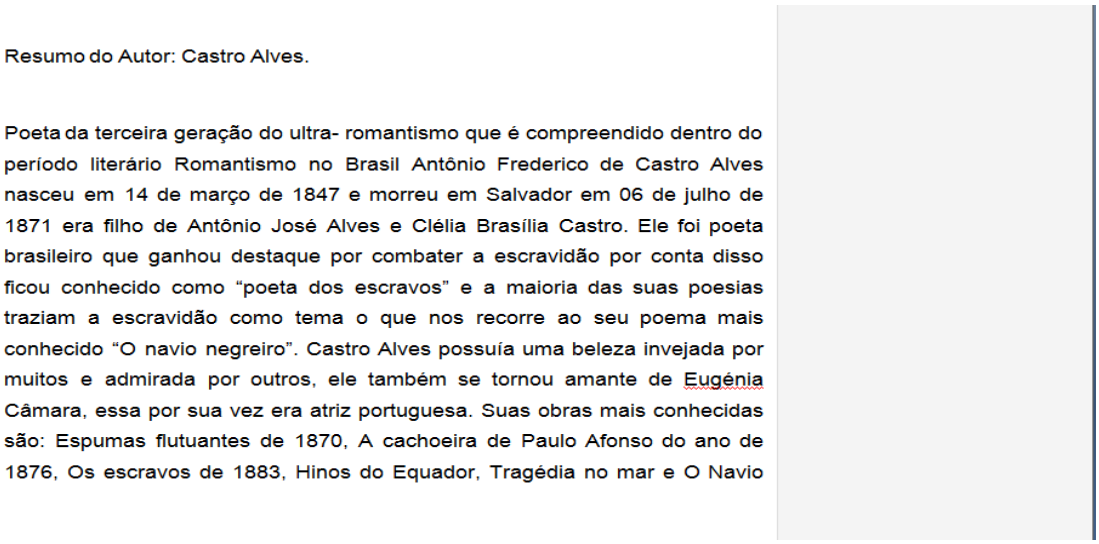
Figura 3: Imagem do Autor Castro Alves

Fonte: www.ufpi/nuplid.com.br

O site traz ainda outras informações relacionadas à obra como a biografia e outros sites de busca e pesquisa:

Figura 4: Resumo da Biografia do Autor Castro Alves

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027



Resumo do Autor: Castro Alves.

Poeta da terceira geração do ultra- romantismo que é compreendido dentro do período literário Romantismo no Brasil Antônio Frederico de Castro Alves nasceu em 14 de março de 1847 e morreu em Salvador em 06 de julho de 1871 era filho de Antônio José Alves e Clélia Brasília Castro. Ele foi poeta brasileiro que ganhou destaque por combater a escravidão por conta disso ficou conhecido como "poeta dos escravos" e a maioria das suas poesias traziam a escravidão como tema o que nos recorre ao seu poema mais conhecido "O navio negreiro". Castro Alves possuía uma beleza invejada por muitos e admirada por outros, ele também se tornou amante de Eugénia Câmara, essa por sua vez era atriz portuguesa. Suas obras mais conhecidas são: Espumas flutuantes de 1870, A cachoeira de Paulo Afonso do ano de 1876, Os escravos de 1883, Hinos do Equador, Tragédia no mar e O Navio

Fonte: www.ufpi/nuplid.com.br

No início da pesquisa precisei verificar se os estudantes das disciplinas de Literatura Brasileira da UFPI tinham acesso às obras de literatura brasileira e se essas obras como *Navio Negreiro* poderiam ser usadas em outros anos da educação e se esse livro se encontrava disponível na internet. Para isto, foram levadas em consideração as dificuldades encontradas nos sites pesquisados para acessar as obras literárias disponibilizadas, em especial *Navio Negreiro* de Castro Alves.

Verificamos que a tecnologia, principalmente, a internet se tornou uma ferramenta importante na vida acadêmica e no processo de leitura desempenhado pelos estudantes jovens de ensino fundamental e médio, mas o excesso de conteúdo disponibilizado pelos ambientes digitais torna a leitura cansativa e tira o teor do texto original, por exemplo, a quantidade exagerada de palavras anexadas às obras, as quais deturpam as informações contidas no texto.

Constatamos que a criação de ferramentas de leitura responsáveis por adicionar significados às palavras que causam estranhamento ao leitor e como o trabalho aqui possibilitará uma melhor compreensão das obras literárias disponibilizadas no ambiente virtual desenvolvido. Observei, ainda que a obra estudada pelos estudantes da Universidade Federal do Piauí, na sua maioria, foi exigida pelo vestibular da própria instituição e, também, havia sido exigida pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e que essa obra, *Navio Negreiro*, seria mais bem analisada se fosse introduzida ao ensino infanto juvenil, por isso coloco a disposição o texto *Navio Negreiro*.

Com isso os resultados são satisfatórios, foram feitas apresentações em forma de seminários nas disciplinas de literatura brasileira na universidade em questão. Os alunos,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

nesses seminários, se mostraram bastantes interessados na pesquisa e muitos se propuseram a colaborar com algum detalhe importante que pode passar despercebido dentro desse texto e de outros livros. Estes levantamentos enriquecem os estudos e em reuniões feitas no núcleo de pesquisa foram colocados em discussões à criação de ferramentas inovadoras e que dão ao público alvo a escolha de utilizá-las ou não.

O poema de Castro Alves ao qual criei lexias para as palavras que caíram em desuso é uma obra que no Brasil tive uma quantidade significativa de publicações. Foi possível, ainda, compreender os fenômenos relacionados à inserção de novas tecnologias na aprendizagem dos alunos infanto juvenil, já que segundo Gomes (2008), o computador e a internet são objetos que mediam as relações entre um sujeito e o ambiente ao seu redor, proporcionando ao primeiro exercer alguma ação, de forma eficiente, sobre o segundo do que sem a sua presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra que foi analisada até o momento neste artigo é um livro que normalmente requer o uso de fontes lexicais, dicionários, para o entendimento de seu conteúdo e que dificilmente é explorado no ensino infanto juvenil. Por isso os recursos que estão sendo utilizados para a leitura de *Navio Negreiro*, em ambiente digital, são satisfatórios, pois estão sendo mantidas as características literárias do texto em questão e o aumento da estrutura na ideia não linear, o hipertexto, não tira o seu teor literário e contribui de forma mais dinâmica e interativa para o aprendizado desses alunos.

Observa-se que o uso de ferramentas digitais que auxiliam nessas leituras no formato digital não implica na narrativa original do texto. Estas, ao contrário, proporcionam ao leitor uma maior compreensão dos vocábulos que certamente dificultavam no seu entendimento.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Novos ensaioscríticos/ O grau zero da escritura*. Tradução de Heloysa de L. Dantas; Anne Arnichand; Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1974.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1976.

BRANDÃO, S. C. de S. Atribuição de autoria: um problema antigo, novas ferramentas. *Texto Digital*, Florianópolis, ano 2, n. 1, Julho 2006. Disponível em: < www.textodigital.ufsc.br>. Acesso: de junho a agosto de 2013.

BURKE, Peter. *História Social da Mídia, Uma: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COUTINHO, Afrânio (dir.); COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil:* relações e perspectivas conclusão. 6ªed. São Paulo: Global, 2003.

ESTRADA, Paulo Cesar Duque (Org.). *Às margens: a propósito de Derrida*. Rio de Janeiro: ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Francisco Wellington Borges. *Linguagem e tecnologia: desafios para o ensino de línguas na sociedade da informação*, 2008.

LÉVY, Pierre. *A máquina universo: criação, cognição e cultura informática.* São Paulo: ARTMED, 1998.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência.* Rio de Janeiro: ed. 34, 2001.

MOURA, Claudio Augusto Carvalho. *Na trilha do hipertexto: Italo Calvino e As ciades invisíveis*; editor Saulo Cunha de Serpa Brandão. – Teresina: Universidade federal do Piauí, 2011.

NUCLEO DE PESQUISAS EM INFORMÁTICA, LITERATURA E LINGUÍSTICA, Nupill. Florianópolis. Disponível em:<http://www.nupill.org/>Acesso em 10 de Agosto de 2011.

NUCLEO DE PESQUISA DE LITERATURA DIGITALIZADA, Nuplid. Teresina. Disponível em: <www.ufpi/nuplid.com.br> acesso de agosto de 2011 a outubro de 2012.

SANTIAGO, Silvano (Superv.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: ed. Liv. Francisco Alves S.A, 1976.

SANTOS, Alkmar L. dos. *Leiturade nós: ciberespaço e literatura*. São Paulo: Itaú Cultura, 2003. (Rumos Itaú Cultura Transmídia).

NELSON, Ted. Libertando-se da prisão da internet. São Paulo: IMESP/FILE, 2005.

WALFREYS, Julian. *Compreender Derrida:* tradutor Cesar Sousa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 12 - DOI:10.55232/1082027.12

EXPANSÃO URBANAE RISCO DE INFECÇÃO POR LEISHMANIOSE VISCERAL NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO

Marivaldo Cavalcante da Silva e Alberto Pereira Lopes

RESUMO: As leishmanioses são doenças infecto parasitárias consideradas como uma zoonose podendo infectar humanos por vetores, sendo causados por diferentes espécies de Leishmania. Esta doença se encontra presente em 4 continentes exceto a Oceania. Foi denominada doença predominantemente do meio Rural. No Brasil, se encontra em expansão em meio urbano, principalmente em áreas periféricas, e, está presente em todas as regiões do país. Vários municípios no Estado do Tocantins apresentam registros de LV com índices acima do permitido pelo Ministério da Saúde sendo, Araguaína, a cidade com maior número de casos registrados. Seu principal objetivo é verificar as áreas consideradas de risco de infecção de Leishmaniose Visceral na cidade de Araguaína-TO mediante a expansão do espaço urbano em função da abertura de novos loteamentos, uma vez que, a cidade se encontra em estado de epidemia LV. O desenvolvimento do trabalho se dá a partir de revisão literária, registros fotográficos em trabalhos de campo e uso de imagens do Google Earth para melhor representar o surgimento e a expansão da cidade de modo desestruturado. Até o presente, foi constatado que o surgimento de vários novos loteamentos em Araguaína não apresentam condições satisfatórias de moradia uma vez que não são providas de infraestrutura urbana e, com isto, a grande quantidade de lixo e matéria orgânica, a proximidade das moradias que estão surgindo nos novos loteamentos onde são facilmente encontrados animais silvestres hospedeiros da LV, além de animais domésticos, cães e galinhas, por exemplo, podem contribuir para o alto risco de infecção da LV.

Palavras-chave: Leishmaniose Visceral, Expansão urbana, Epidemia, Araguaína-TO

INTRODUÇÃO

As leishmanioses são zoonoses causadas por protozoários digenéticos da ordem Kinetoplastida, família Trypanosomatidae, gênero *Leishmania* (GUIMARÃES 2011, SILVA, 2013, COSTA ALENCAR e SILVA, 2020), são transmitidas entre os animais e o homem pela picada das fêmeas de mais de 30 diferentes espécies de flebotomíneos. A leishmaniose Visceral causa alta incidência de mortes, ao infectar humanos compromete órgãos internos, causa febre, perda de peso, quando não se obtém tratamento correto, pode ocorrer óbito em 90% dos casos. (BRASIL, 2013).

Com ampla incidência nos continentes Asiático, Europeu, Oriente Médio, Africano e Americano, onde também é denominada leishmaniose visceral americana (LVA). No Brasil está presente em 21 estados, a leishmaniose visceral (LV) é considerada um problema de saúde pública.

Já no Brasil, o primeiro caso registrado de LV é datado de 1913 no Paraguai o paciente oriundo do Brasil, morador, de Santos-SP adoeceu após uma viagem ao Mato Grosso (DANTAS-TORRES, 2006; TOBIAS, 2009). Atualmente a LV possui maior incidência na região Nordeste, mas sua presença esta em todo país, inclusive na Região Sul, desde 2008, quando foi registrado um caso de LV canina no município de São BorjaRS[1].

A expansão da LV possui aspectos geográficos e sociais diferenciados de outras endemias, pois está distribuída por todo Brasil, assim comprovando sua adaptação ao clima, vegetação e condição social. No Brasil entre 2006 e 2010 foram registrados 18.168 casos de Leishmaniose Visceral, nesses casos 62,2% são pessoas do sexo masculino e 46,2% foram crianças menores de 10 anos (BRASIL, 2013).

A partir da década de 90, os estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo passaram a contribuir significativamente nas estatísticas dos casos de LV no Brasil (TOBIAS, 2009; SILVA, 2013). O Estado do Tocantins criado em 1988, localizado na região Norte do país, possui o maior número de casos de LV por números de habitantes do Brasil, com índice de 24,8, seguindo-se dos estados de Mato Grosso do Sul 8,7 e o Ceará com 5,7 (SILVA & LIMA, 2012 COSTA ALENCAR e SILVA, 2020).

Entre 2000 e 2004 o número de óbitos em Tocantins cresceu intensamente. No ano seguinte, 2005 teve uma queda acentuada no número de óbitos e depois voltou a crescer chegando a 15 casos em 2007 e 25 no ano de 2008. Em 2009, nova queda, mas em 2010 o número de óbitos

[1] (Nota técnica conjunta da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul sobre a situação da Leishmaniose Visceral na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com a Argentina -2010).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

chegou a 26. Informações de 31 de outubro de 2011 confirmam o registro 20 óbitos (SILVA & LIMA, 2012, SILVA, 2013;).

A cidade de Araguaína destaca-se pela alta incidência da patologia em relação a outros municípios do Brasil e do Estado. O aumento do número de casos nos locais onde a LV ocorre também é favorecido pela presença de fatores de riscos (TOBIAS, 2009, SILVA, 2013).

Em 1968 a população de Araguaína era de 94.705 habitantes (SILVA, 2013). A partir desse momento houve um crescimento significativo. O município localizado ao norte do estado do Tocantins com 150.484 habitantes, uma das mais populosas do estado, com uma área territorial de 4.000,416 Km², (IBGE, 2010).

Atualmente a cidade possui uma forte expansão territorial com abertura de

novos loteamentos, áreas antes rurais, com predominância de vegetação característica de cerrado. Essas novas áreas obtêm influência direta ao aumento de proliferação do vetor da LV, pois são locais propícios para seu desenvolvimento, principalmente em municípios em estado de epidemia como vem ocorrendo em Araguaína-TO.

Segundo informações do Jornal **AFNotícias**[2] – grifos nossos -, os dados obtidos junto ao CCZ, referente aos dois primeiros meses de 2013 houve um aumento de casos confirmados de 26 para 34, o que representa 30,8%. Foram realizadas 248 notificações de LV em humanos, esses dados, representam um aumento de 8,3% no mesmo período.

METODOLOGIA

O texto foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica em: artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado com assuntos relacionados ao tema discutido nesse estudo. Pesquisa na internet em sites especializados sobre a ocorrência de casos de LV. O uso de imagens do Google Earth teve a finalidade de identificar novas áreas loteadas. Posteriormente foram realizadas visitas aos loteamentos para identificação dos fatores de riscos de infecção de LV, uma vez que a cidade de Araguaína se encontra em estado epidêmico. Este estudo deve ser realizado para comparação do índice de casos de LVH após de uma década.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

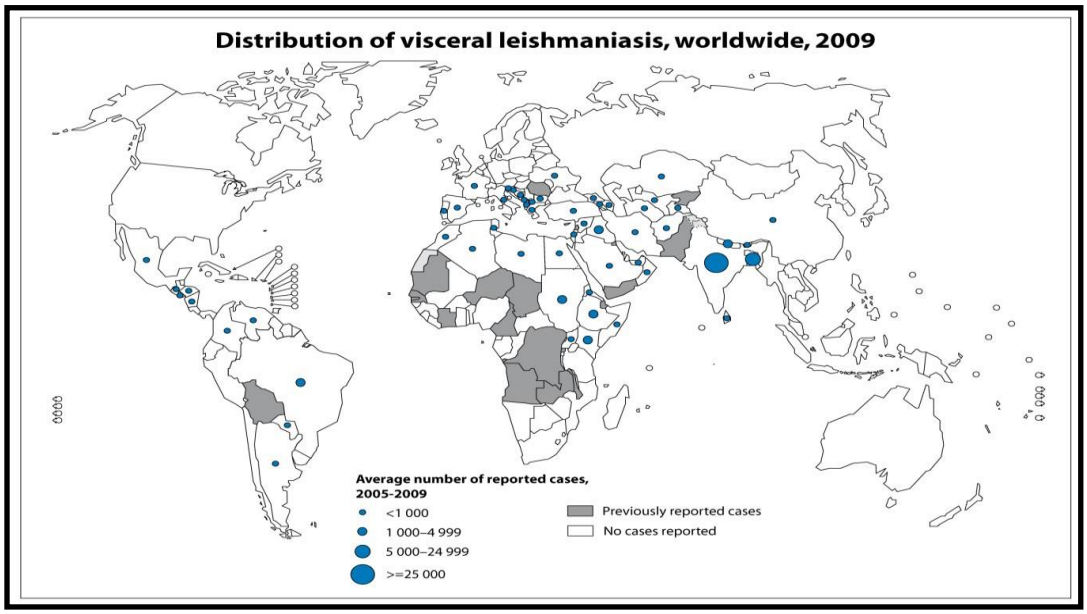
Dados mais recentes mostram que existem cerca de (doze) 12 milhões de pessoas infectadas em 88 países, sendo que o Brasil, ao lado de Bangladesh, índia, Etiópia, Quênia e Sudão são os mais

[2] http://www.afnoticias.com.br/noticia-1490-casos-de-leishmaniose-sobem-30-8-em-araguaina-nos-doisprimeiros-meses-do-ano-duas-pessoas-ja-morrer.html. Acesso: 09/04/2013

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

afetados. Souza (2010) verificou no ano de 2007, 3.505 casos, principalmente em crianças. A fig.1 mostra a distribuição da LV no mundo em 2009.

Figura 1: Distribuição de Leishmaniose Visceral no mundo em 2009

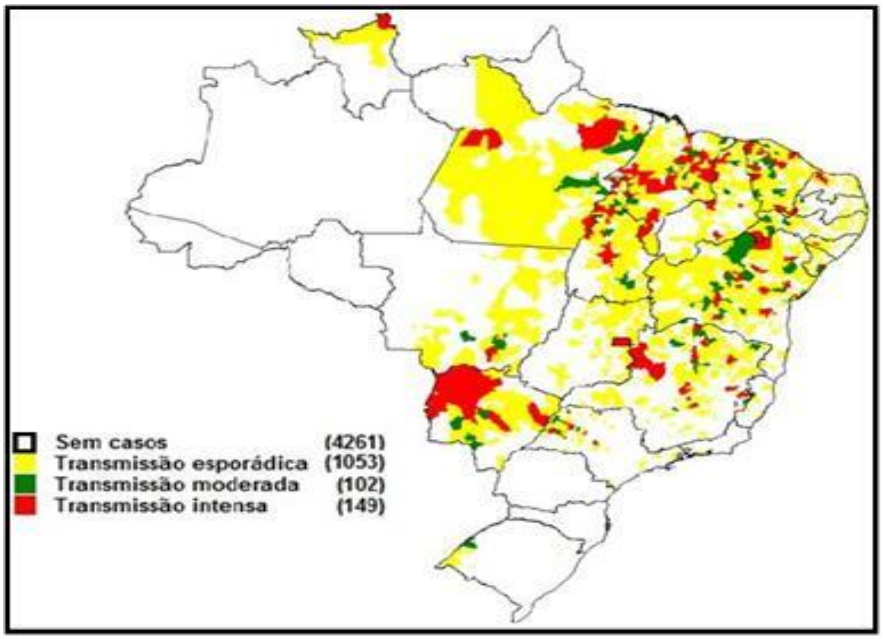


Fonte: http://gamapserver.who.int/mapLibrary/Files/Maps/Global_leishmaniasis_visceral_2009.png.

No Brasil, foram registrados 262 óbitos em 2011, sendo a região Nordeste a que apresentou maior número (128). O Estado com maior número de óbitos foi Ceará (46), seguindo-se Minas Gerais (36), Ceará (20), Maranhão (31), e Tocantins (22), São Paulo (16), Bahia e Piauí (15) segundo (BRASIL, 2012; SILVA, 2013). Pode se verificar na figura 02 a média de casos de LV no Brasil de 2009 a 2011.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Figura 2: Estratificação de LV segundo municípios de residência e média de casos de 2009 a 2011



Fonte:SSVS/MS,BRASIL((2013).http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/jpg/2012_11_areas_transmissao_lv_brasil_2009_2011.jpg. Modificado por Silva. Acesso: 13/01/2013

De acordo com o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) do Tocantins, os dados referentes à LVA começaram a ser notificados a partir de 2001, onde foi observado um crescimento no número de casos da doença. E em 2008, Araguaína continua a ser a cidade com maior numero de notificações do Estado (995) dos quais 253 foram de LVA, sendo assim considerado um município de transmissão intensa (TOBIAS, 2009, SILVA, 2013).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde[3] ao tratar da carga de doenças e a magnitude das mesmas afirma que: (…) It affects the poorest of the poor and is associated with malnutrition, displacement, poor housing, illiteracy, gender discrimination, weakness of the immune system and lack of resources. Leishmaniasis is also linked to environmental changes, such as deforestation, building of dams, new irrigation schemes and urbanization, and the accompanying migration of non-immune people to endemic areas (WHO, 2013)

Esse alto percentual de casos se dá principalmente ao desmatamento, proximidades com áreas propícias a proliferação uma vez que os animais portadores silvestres como raposas e marsupiais são facilmente vistos no peridomicílio, crescimento de áreas urbanas desordenadas, hábitos da população como: pequenas criações de aves e animais domésticos, hospedeiros do mosquito transmissor da LV (SILVA & LIMA, 2013, COSTA ALENCAR e SILVA, 2020).

[3] http://www.who.int/leishmaniasis/burden/en/. Acesso: 12/04/2013

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Vários novos loteamentos surgem com frequência na cidade de Araguaína, porém, os mesmos não apresentam condições mínimas na sua infraestrutura. O surgimento de construções para moradia permanece por um longo período de tempo entre o matagal. As áreas destinadas para construções de escolas, postos de saúde, área de lazer em fim, todas as áreas destinadas a construções de prédios públicos também permanecem encobertas pelo mato. Já os proprietários dos lotes, dificilmente realizam a capina ou os devidos tratos culturais o que favorece ao acúmulo de matéria orgânica, muita umidade que favorecem a permanência do mosquito transmissor da LV. As características dos novos loteamentos descritos podem ser verificadas nas imagens 01 e 02.

Imagem 01 - Loteamento Costa do Esmeralda em 18/07/2005

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

Imagem 02 - Loteamento costa do Esmeralda em 30/08/2011

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

Uma doença anteriormente classificada como rural antes existente somente

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

em locais de floresta tropicais, hoje se encontra presente em médios e grandes centros urbanos. A mudança de habitat do Flebótomo inseto transmissor (fig. 03), da leishmaniose está ligada diretamente ao desmatamento e ao crescimento desordenado das cidades, a urbanização da leishmaniose aumentou drasticamente o número de casos no país atualmente, antes os casos eram relatados somente em áreas rurais; em fazendas, sítios, onde a população é em menor número, a partir do momento em que a cidade invade a área de floresta extinguindo o habitat natural do vetor ele também se urbaniza e passa a habitar nos centros (TOBIAS, 2009; MELO, 2004, COSTA ALENCAR e SILVA, 2020).

Figura 03: Vetor (Lutzomyia longipalpis) responsável pela transmissão da Leishmaniose Visceral na América Latina
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lutzomyia_longipalpis-sandfly.jpg. Acesso em: 06/02/2013.

As imagens 03 a 08 mostra a abertura de novos loteamentos localizados em Araguaína, comparando as áreas loteadas entre os anos de 2005 a 2011 observando o aumento da habitação nestes locais, favoráveis para o surgimento de novos casos de infecção e a propagação da LV.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Imagem 3 - Área do Loteamento Lago Sul em 18/07/2005

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

Em alguns focos urbanos estudados existe uma tendência de modificação dos casos, por grupo etário, com ocorrência de altas taxas também em adultos. Anteriormente, o ciclo de transmissão, ocorria no ambiente silvestre e rural, hoje se desenvolve preferencialmente em centros urbanos (SILVA & LIMA, 2013, COSTA ALENCAR e SILVA, 2020).

Imagem 4 - Área do Loteamento Lago Sul em 30/08/2011

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Imagem 5 - Loteamento dos Ipês I e II e Jardim Europa em 18/07/2005

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

Além disto, o município se encontrar em epidemia ao longo de vários anos, parte da população mantém o hábito da criação de animais em quintais (galinhas, cachorros e equinos principalmente); o intenso fluxo migratório, a invasão da floresta no perímetro urbano, aliados à constante presença de animais soltos nas ruas das cidades interioranas e à falta de estrutura básica e sanitária levou a uma urbanização do vetor e propagação da doença (CIMERMAN et. al., 2003; PARPATA, 2010, COSTA ALENCAR e SILVA, 2020).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Imagem 7 – Loteamentos: Morada do Sol, Mônaco 18/07/2005

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

Com condições de moradias precárias, falta de saneamento básico e ambiental, além da proximidade com criações de animais de produção, aumentam o risco de exposição aos flebotomíneos vetores e o risco de adquirir a infecção.

Imagem 8 - Loteamentos: Morada do Sol, Mônaco 30/08/2011

Fonte: Google imagens (Google Earth). Acesso: 26/12/2012

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Araguaína está em processo de expansão urbana e se consolida como a segunda maior cidade do Estado do Tocantins, isso torna se visível pela quantidade de loteamentos distribuídos pela cidade. Essas áreas são ocupadas por muitas famílias para fixação de suas residências sem condições inadequadas de habitação. Sua estruturação se dá após o desmatamento da área loteada e, às vezes, não possuem sequer infraestrutura básica como água, energia e asfalto.

A não presença de rede de esgoto no local propicia o desenvolvimento do vetor, pois sua reprodução se dá em ambientes escuros, úmidos e com acúmulo de lixo orgânico. Essas localidades são consideradas áreas propicias para proliferação do mosquito transmissor da LV. A cidade já se encontra em estado de epidemia de LV. A fácil reprodução e circulação do mosquito sujeita a população ali existente ao alto risco de infecção da Leishmaniose Visceral.

Há necessidades de serem adotadas medidas de combate e controle a essa endemia precisam ser realizados no município, é necessário um maior controle sobre a população flebotomínica e novas estratégias de vigilância devem ser intensificadas. Percebe-se que a incidência de casos de infecção evoluiu e os novos loteamentos se apresentam como áreas de riscos.

Pretende-se realizar a revisão do estudo e, comparar a incidência após uma década. Destarte, verificar o processo de infecção das pessoas residentes nos bairros em expansão investigados para novas tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS

BRASIL..MinistérioddaSaúde..http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1561: Acesso em:21/03/2013.

GUIMARÃES, Vanessa Cristina Fitipaldi Veloso. Avaliação da infecção natural de flebotomíneos (Diptera: Psychodidae) por *Leishmania* spp. no Município de São Vicente Férrer. Dissertação (Mestrando em Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - Recife. 2011.

CIMERMAN, SERGIO; CIMERMAN, BENJAMIM. **Medicina tropical**. São Paulo: editora Atheneu, 2003.

COSTA ALENCAR, Elaine Barros; SILVA. Marivaldo Cavalcante. A leishmaniose visceral humana e o desafio da intersetorialidade em Araguaína-Tocantins. In: FREIRE, Adriana Feitosa et al (Orgs.) Cultura e território em foco: uma abordagem interdisciplinar [recurso eletrônico] / Adriana Feitosa Freire et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 200-212p. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5a1cacfff43b5510c0ef8bfa/t/5f08a9be15b6c8485cc5c6c0/1594403276883/2020+Livro_PPGCULT+Pesquisa-

ac%CC%A7a%CC%83o+e+participac%CC%A7a%CC%83o+universita%CC%81ria+nas+transformac%CC%A7o%CC%83es+socioambientais.pdf. Acessado em: 11/05/21

DANTAS-TORRES F. Epidemiologia da Leishmaniose Visceral no Município de Paulista, Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Recife 2006.

PARPATA, A. K. **Epidemiologia da Leishmaniose Visceral em Araguaína (TO) e o diagnóstico sorológico da doença.** Tese. Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. São Paulo. 2010. 75p.

MELO, Maria Norma. **Leishmaniose visceral no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária. V. 23, sulemento 1, 2004. pg. 41 - 45

RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DA SAÚDE. 2009, http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=noticias&cod=36334. Acesso em 04/12/2011.

SILVA, Marivaldo. Cavalcante. Leishmaniose Visceral: Fatores determinantes e condicionantes de uma epidemia anunciada em Araguaína-TO. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. 2013. 173 f. il

SILVA, Marivaldo Cavalcante.; LIMA, Samuel Carmo. Expansão da Leishmaniose Visceral no Estado do Tocantins. I

Simpósio Internacional sobre Território e Promoção da Saúde. **CD-Anais.** Uberlândia-MG. 2012. pgs. 458-466

SOUZA, Wanderley de, **Doenças Negligenciadas.** Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 2010. (Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional. Estudos estratégicos). 56 p.:il

TOBIAS, Célia Alves dos Santos. **Alterações laboratoriais e efeitos adversos no tratamento da leishmaniose visceral:** Hospital de Doenças Tropicais – Araguaína – TO.

– 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 13 - DOI:10.55232/1082027.13

PERSPECTIVAS NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DIALÓGICA E INTERATIVA

Michele da Silva Bastos Rodrigues e Joicy de Souza Ribeiro Quitete

RESUMO: O artigo visa analisar perspectivas na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, reconhecendo a comunicação como ferramenta dialógica e interativa de suma importância no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o artigo apresenta fragmentos legais atuais da educação brasileira, que norteiam as organizações de ensino; compreende a transição da educação infantil para o ensino fundamental como processo, ressaltando a magnitude das práxis pedagógicas, ressaltando a interação entre professores das duas primeiras etapas da educação básica; e identifica o diálogo como ferramenta de suma importância no processo de transição. Por meio da metodologia qualitativa, o estudo está embasado em referenciais bibliográficos de autores como GADOTTI (1991), FREIRE (2005), LIBÂNEO (2012), SANTOS (2013) que ressaltam em suas obras questões relacionadas ao processo educativo; e aparatos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) a Base Nacional Comum Curricular (2017) que norteiam as organizações de ensino no Brasil.

Palavras-chave: Educação, Legislação, Transição

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, cenário de transformações que perpetuam por séculos, visa aprimorar, organizar e reestruturar o ensino, pautada nas legislações que regem as práticas educativas e afirmam o direito de todos por uma educação de qualidade e igualdade de condição de acesso conforme a prevê a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/ 1988).

Nesta visão de disseminação do ensino para todos, a Educação Básica está organizada em três etapas, que possuem suas distinções e especificidades que contemplam o público-alvo, mas, são extremamente complementares para a formação do educando, estando presentes desde dos primeiros anos de vida até a adolescência, são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesse campo de experiências, a educação é basilar, promove a comunicação entre os pares, fortalece os vínculos e promove o desenvolvimento significativo das habilidades e potencialidades dos educandos. Desta forma, seria possível um elo comunicacional potencializador para aprendizagem significativa na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental? Compreender a organização e estruturação do ensino brasileiro oportuniza a dialógica entre os sujeitos participantes do processo educativo visando a transição entre as primeiras etapas da Educação Básica?

A hipótese é que o período de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental precisa ser construído e fortalecido, com ênfase na comunicação como ferramenta dialógica e interativa entre os sujeitos participantes do processo, reconhecendo que a aprendizagem significativa é possível quando há união, parcerias, envolvimento de toda comunidade escolar.

Desta forma, o presente artigo objetiva analisar perspectivas na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, reconhecendo a comunicação como ferramenta dialógica e interativa de suma importância no processo de ensino e aprendizagem.

Pautada na metodologia qualitativa, por meio de estudos bibliográficos, o estudo apresenta embasamentos de diversos autores como GADOTTI (1991), FREIRE (2005), LIBÂNEO (2012), SANTOS (2013) entre outros e por meio de aparatos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/ 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017) entre outros documentos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

METODOLOGIA

O presente estudo apresenta uma metodologia pesquisa descritiva, por meio da abordagem qualitativa com referências bibliográficos e documentais sobre a temática, ressaltando o viés educativo em uma perspectiva que compreende a diversidade cultural e as interações nos contextos escolares como substanciais para o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, pois, considera-se relevante a comunicação como ferramenta dialógica e interativa.

TECELANDO SOBRE O ENSINO NO BRASIL: FRAGMENTOS LEGAIS QUE MARCAM A EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE

No Brasil, as estruturas organizacionais do ensino ao longo dos anos passaram por inúmeras transformações. Um dos movimentos que contribui para abertura de novas formas de pensar e promover o processo educacional, está sustentada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realiza na Tailândia em 1990, resultado da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990). A partir da conferência mundial os olhares foram modificados pela necessidade que todos, independentemente da cor, raça, sexo e situação econômica, tenham acesso à educação, desta forma, os sistemas de ensino foram reorganizados a fim de atender a demanda social e política, voltada para os direitos de todos.

> Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 1990).

Assim, como o viés de educação para todos, as organizações dos sistemas de ensinos foram e são estruturadas por normativas, diretrizes e legislações que regem o funcionamento das escolas no Brasil, possibilitando o acesso à educação de todos, ofertando um currículo atualmente universal, mas, flexível quanto as especificidades regionais, com uma proposta inovadora, alicerçada pela CF/ 1988, LDBEN 9394/ 96 e a BNCC/ 2017.

Contudo, até os dias atuais, a educação percorre percalços que por diversas situações expõe um ensino fragilizado e ao mesmo tempo disposto às transformações. Nesse contexto de desafios, barreiras e contratempos, compreender alguns fragmentos legais que marcam a

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

educação na atualidade, intenciona a construção do sistema de ensino acreditando-se que "o atendimento à necessidade sociais e culturais da população requer uma escola de qualidade social e pedagógica que socialize a cultura, a ciência e a arte como direitos universais" (LIBÂNEO *et.al*, 2012, p.34).

Atualmente a Educação Básica prevista na CF/ 1988 e dividida em etapas, conforme sinaliza a LDBEN 9394/96, a saber Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O mesmo documento de base legal ressalta que,

> Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil, 1996).

Neste contexto de processo estrutural das organizações de ensino, como base na Educação Básica e com ênfase na primeira infância, que corresponde a idade cronológica da criança de 0 até 6 anos de idade, atualmente perpassa caminhos de suma importância como a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Assim, no Art.29 da LDBEN 9394/96:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Como primeira etapa da Educação Básica a Educação Infantil possui sua organização peculiar a idade dos educandos, desta forma, há creche para as crianças até 3 anos de idade e pré-escola com obrigatoriedade de frequência para as crianças de 4 e 5 anos de idade, ambas com regras comuns propostas no Art: 31 da referida lei:

> I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Desta forma, o documento legal estabelece diretrizes para todas instituições de ensino, independentemente que seja pública ou privada, para atendimento de crianças de 0 até 5 anos de idade ressaltando regras comuns que direciona o trabalho organizacional e funcional das mesmas.

A prosseguir, a próxima etapa da Educação Básica é o Ensino Fundamental, que deverá atender aos educandos a partir dos 6 anos de idade, com duração de nove anos. A segunda etapa está dividida em anos iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano) e anos finais (6º, 7º, 8º e 9º ano), objetivando a formação dos educandos no Art. 32 por meio de:

> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Portanto, o Ensino Fundamental assim como a Educação Infantil possui suas diretrizes que dão vida ao processo de ensino e aprendizagem e que deverá estar em consonância com o desenvolvimento integral dos educandos, assim, essas etapas são marcadas por processos transitórios.

Mas, por que pensar na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental? Qual a relevância dessa abordagem para os educandos e consequentemente para o ambiente escolar?

A Educação Infantil não tem fins de classificação, o educando é avaliado de acordo com seu desenvolvimento, o mesmo não precisa ter preocupações com avaliações, testes e notas. Nessa etapa o binômio cuidar e educar faz parte da rotina escolar, o que é preconizado legalmente no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil/ 1998 e na BNCC/ 2017.

> Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Desta forma, o educando precisa ser e estar preparado para a próxima etapa, o Ensino Fundamental. Todos os sujeitos atuantes nesse processo, deverão organizar ações que vão de encontro com essa necessidade da mudança, imperando o senso da responsabilidade e compromisso com a educação brasileira, visto que nesse processo há estruturas específicas comprovada legalmente pelas menções anteriormente realizadas sobre a organização e estruturas dos sistemas de ensino.

O Ensino Médio, a última etapa da Educação Básica, com duração mínima de três anos, propõe uma formação que vai além das propostas curriculares definidas pela Base Nacional Comum Curricular/ 2017, traz inovações na formação dos educandos por itinerários formativos conforme menciona o Art. 36 da LDBEN 9394/96, que deverá ter "relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino" (Brasil, 1996), são:

> I - linguagens e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) II - matemática e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) IV - ciências humanas e sociais aplicadas; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) V - formação técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017) (BRASIL, 1996).

Contudo, o documento normativo mostra a importância da orientação dos educandos, para que possam concluir a Educação Básica com êxodo, reconhecendo como sujeito de diretos e deveres, protagonistas da sua própria história.

Nesta perspectiva, dar-se-á a importância da BNCC/ 2017, documento universal e normativo para todas as instituições brasileiras de ensino, que direciona o currículo para todas as etapas da Educação Básica. Contudo, sua execução só terá significância por meio das relações que são estabelecidas nos ambientes escolares, por isso ressalta-se a relevância da comunicação como ferramenta dialógica e interativa entre todos os sujeitos do processo educativo, principalmente quando há a transição da primeira para a segunda etapa da Educação Básica.

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Compreender a aprendizagem como processo possibilita identificar que diferentes saberes e virtudes são gradualmente construídos na vida do aprendiz, que por meio de estudos, observações, vivências e experiências são sistematizadas, ajustados, considerando a

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

peculiaridade de cada criança para promoção de sua adaptação no ambiente escolar de forma tranquila, sem prejuízos a aprendizagem.

Kramer (2007. p. 20) ressalta que a inserção da criança no Ensino Fundamental, demanda diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, diálogo esse institucional e pedagógico, dentro da escola, entre as escolas e na sala de aula, e com objetivos claros.

> Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. Na educação infantil, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, a vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (KRAMER, 2007, p. 20).

A relevância da transição está no processo de desenvolvimento dos educandos os quais são progressivos e contínuos. Tendo como compromisso com a infância em todas as suas nuanças, formando a escolaridade como primazia na vida das crianças possibilitando-os a construção social, cultural e cognitiva com respeito às singularidades e direitos. Assim, a transição da educação infantil para o ensino fundamental deve acontecer de maneira que considere as características de cada criança, e o processo de ensino, aprendizagem.

> A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo (BNCC, 2017, p.53).

A BNCC (2017) relata sobre a necessidade da continuidade das aprendizagens desenvolvidas nas crianças na educação infantil, uma interação entre as etapas da educação básica, assim, no processo educativo da criança não ocorrerá uma fragmentação. Ou seja, é preciso valorizar os conhecimentos já adquiridos na educação infantil e ampliar os mesmos a partir da síntese de aprendizagem, que não é um pré-requisito ou uma condição para criança

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

entrar no ensino fundamental, mas, um norte para que professor possa pensar nessas práticas de forma a continuar o processo educativo.

Um fato importante é como o acolhimento dessa criança é realizado. Cabe assim a reflexão sobre como os professores estão preparados para receber essa criança da educação infantil, pois nesse processo é fundamental a garantia de que educando, em sua chegada em uma nova etapa, seja considerado além da abordagem dos conteúdos, conforme ressalta a BNCC (2017)

> Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar (BNCC, 2017, p. 53).

Nesse contexto, a formação continuada mostra-se como uma forma de manter a qualidade do ensino, assim, necessária para garantir a aprendizagem das crianças. Vale ressaltar que a Formação Continuada em concordância com exposto na LDBEN, nº 9394/96 nos art. 61 e 67, tem como primazia a garantia da interação dos aspectos teóricos e práticos que promovam e efetivam as especificidades e a sistematização das práxis pedagógicas com a Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas ações precisam ser contínuas reflexões acerca da ação pedagógica, objetivando uma educação qualitativa.

No entanto, para que haja qualidade da educação, torna-se indispensável observar as várias questões no que diz respeito ao contexto educacional, principalmente às questões pedagógicas. Além de significar mudanças profundas para as crianças, esse evento traz alguns desafios para os professores.

Desta forma, as propostas pedagógicas deverão seguir o de maneira séria, responsável com a aprendizagem da criança, do mesmo modo como as reorganizações curriculares, processo de ensino e aprendizagem, reorganização dos espaços, tempos escolares e materiais didáticos.

A transição constitui um momento muito significativo para criança que poderá trazer ansiedades e inseguranças. Portanto, observa-se a importância de um projeto de transição que institua um diálogo entre as instituições, que integrem na prática professores, pedagogos e a família da criança, estabelecendo estratégias que objetiva uma transição da educação infantil para o ensino fundamental segura que, sobretudo, valorize e preserve a infância.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

O diálogo na transição da educação infantil para o ensino fundamental

Todo processo de mudança gera impactos, que podem ser negativos ou positivos. Sendo assim, buscar maneiras de tornar a transição da educação infantil para o ensino fundamental mais tranquila e acolhedora para o bem-estar das crianças é basilar no processo de ensino e aprendizagem.

Do ponto de vista prático da articulação, o diálogo pode ser empregado como uma estratégia de comunicação, permitindo que ocorram as trocas de experiências entre os professores da educação infantil e as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como discutir as características de cada criança e seu nível de desenvolvimento. Com essas informações em mão será muito mais fácil desenhar um projeto que garanta a continuidade no aprendizado. Assim, viabilizará que a transição ocorra de maneira mais simples e enriquecedora para a criança, as famílias, para os professores e a própria escola.

Quando pensamos em diálogo, não estamos nos referindo ao simples ato de conversar, mas sim a uma proposta que colabore e permita o desenvolvimento de uma práxis social a fim de tornar a transição da educação infantil para o ensino fundamental um processo saudável com um acolhimento que leve em consideração a jornada da criança. Para tanto é necessário a compreensão dos diálogos que existem nas vozes de Freire (2005) e Gadotti (1996).

O diálogo, na visão freireana “consiste em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação” (GADOTTI, 1996, p.81).

Para explicar essa afirmação, Gadotti (1991) assim expressa:

> [...] os seres humanos se constroem em diálogos, pois são essencialmente comunicativos. Não há progresso sem diálogo. Para ele, o momento do diálogo é o momento em que os homens se encontram para transformar a realidade e progredir (GADOTTI, 1991, p.46).

Paulo Freire (2005) persiste na exigência do diálogo como estratégica de ensino, incluso de uma pedagogia dialógica-dialética, que tem o intuito de renovar a prática pedagógica.

Outro apontamento sobre o diálogo segundo Navarro *apud* Santos (2013, p.15) sugere que o diálogo pode ser um recurso que possibilita um maior entendimento de nós próprios e das questões de natureza social, promovendo “uma maior compreensão na maneira como vislumbramos e enfrentamos nossos problemas e necessidades”.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

As concepções de diálogo apresentadas, admite a aproximação dos seres humanos, numa relação recíproca, onde os sujeitos atuam para construírem seus conhecimentos, se transformando e transformando a sociedade. Uma transformação que propõe um novo olhar para transição, para que o aluno compreenda, desde cedo, que as mudanças são comuns e podem ser superadas com tranquilidade.

A construção de uma sociedade com base no diálogo possibilitará a sensibilidade humana, suas diferenças serão consideradas e valorizadas pelo respeito mútuo. Portanto, é indispensável incitar o diálogo dentro da sociedade e da escola, buscando a constituição de novos valores, mais justos, igualitários e coletivos.

Neste contexto, o exercício do diálogo se constitui como uma ferramenta de comunicação essencial para mediar e facilitar o processo, cabendo a todos os atores envolvidos no segmento educacional a responsabilidade de garantir o que orienta a BNCC (2017), que se crie uma ponte entre as fases, mesmo que a travessia seja lenta, a fim de que a transição seja fluida, sem prejuízos para a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição da educação infantil para o ensino fundamental é um processo complexo, com mudanças significativas para as crianças, por isso há necessidade de organizar estratégias, buscar alternativas que contribuam para que esse momento ocorra de forma mais singela e de qualidade.

Nesta perspectiva, considera-se o diálogo como uma alternativa capaz de facilitar a passagem dos aprendizes para a nova etapa com novidades e desafios, contando com uma postura dialógica por parte dos educadores que os acompanharam na fase anterior.

Nesse contexto, a leitura de portfólios e avaliações são estratégias que podem colaborar como fontes norteadoras, pois a partir dessas informações o professor poderá planejar de forma a garantir a continuidade no aprendizado respeitando os conhecimentos que determinada criança traz. Então, o diálogo pode adquirir um caráter altamente positivo e essencial na prática pedagógica do professor que se encontra comprometido com uma educação significativa para a criança.

O diálogo entre os professores permite, sobretudo, a ampliação de possibilidades de transformar a passagem em um momento de alegria, mostrando para os alunos que haverá sim grandes desafios, mas também conquistas e aprendizado. Portanto, a postura dialógica é uma

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

possibilidade real de mediação da transição da educação infantil para o ensino fundamental, aproximando os sujeitos e permitindo novas posturas e oportunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01/2022.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Brasília MEC/SEF, 1998.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 01/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. MEC, 2017.
Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
Acesso em: 01/2022

FREIRE, Paulo. A educação na cidade**.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione (Série Pensamento e Ação no Magistério), 1991.

GADOTTI, M. (org). Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P**.** A infância e sua singularidade. In: BRASILl/MEC. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007, p. 13-24.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. Cortez Editora, 10ª edição. São Paulo, 2012.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Tailândia, 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf Acesso em: 01/2022.

SANTOS, J. M. C. T.; RODRIGUES, P. J. M. O diálogo como possibilidade de mediação da violência na escola. Práxis Educativa, v. 8, n. 1, p. 273-294, 2013, p.15. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5379 Acesso em: 02/2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 14 - DOI:10.55232/1082027.14

REFÚGIO NO BRASIL E A EFICÁCIA DA LEI Nº 13.445/17

Luiza Fioresi Covre Galão e Katia Dutra Pinheiro de Lacerda Pretti

RESUMO: O tema em estudo é de relevância e preocupação mundial, trata-se de um assunto muito propagado nos diversos meios de veiculação de notícias, e por vezes lançado de forma equivocada pelo não conhecimento dos dispositivos legais, justificando a necessidade de um estudo que averigue os benefícios e a eficácia da Lei da Migração em âmbito nacional, bem como o entendimento dos processos que concedem a permissão de permanecer no país na condição de refugiado ou com autorização de residência. Simultaneamente analisa sob a perspectiva da Lei 13.445/17 a eficácia dos processos migratórios no Brasil, em especial o refúgio. Na ótica dos procedimentos técnicos esta pesquisa é de caráter bibliográfico, com natureza na pesquisa básica e os objetivos voltados para a exploração do tema. Aborda os benefícios que a referida Lei trouxe aos imigrantes e aos brasileiros, em um norte teórico através de jurisprudências, doutrina, artigos científicos e as legislações nacionais relativas ao tema elencado que podem contribuir para a formulação de explicações e orientações no plano das políticas públicas.

Palavras-chave: migração, refúgio, lei 13.445/17, direitos humanos

INTRODUÇÃO

A preocupação com refugiados tornou-se mundial após inúmeros episódios de desastres envolvendo-os na ocasião em que saiam em busca de proteção e decidiam abandonar seus países onde, na maioria das vezes, sofriam retaliações políticas, religiosas e raciais. Fez-se necessário, a partir desta ótica, entender os mecanismos existentes, em parâmetros nacionais, que acolham estas pessoas e as tornem cidadãos brasileiros com equiparação de direitos e garantias.

Ainda é muito discutido entre doutrinadores quanto à eficácia da Lei nº 13.445/17, denominada Lei da Migração, mormente no que tange ao refúgio e suas particularidades. Na mesma linha, a referida lei é considerada um avanço do ordenamento jurídico brasileiro, por tratar imigrantes de forma igualitária, sem distinção de nacionalidade, resguardando-os alguns direitos que antes só eram garantidos ao cidadão nato, além de estar alinhada com a política internacional de migração que tem como pilares o combate a xenofobia, a acolhida humanitária e a descriminalização do imigrante.

O objetivo deste estudo é analisar, sob o ângulo da Lei 13.445/17, a eficácia dos processos migratórios no Brasil, em especial o refúgio, pretendendo assim observar a realidade e a preocupação do país relacionando-se com matéria intimamente ligada aos direitos humanos.

A pesquisa é de cunho qualitativo, e, para tanto, utilizar-se-á jurisprudências, referências doutrinárias que versam sobre direitos humanos, em especial dos autores Valerio de Oliveira Mazzuoli, Sidney Guerra e Flávia Piovesan, artigos científicos de doutorandos e mestrandos, e as legislações nacionais relativas ao tema elencado, além de pareceres antropológicos de renomados autores como Zygmunt Bauman.

Os tempos mudam, as culturas se refazem, os centros acumuladores das grandes massas se deslocam, as viagens tornam-se cada vez mais comuns. O acesso ao mundo, graças a globalização, já não é um sonho distante, e com todos esses avanços o fluxo migratório e suas diversas vertentes também se modificam. Em consonância com esta situação, torna-se necessário analisar a legislação que regula esse movimento e como se formou, sobretudo quanto às condições de refúgio, os quais serão apresentados no decorrer deste trabalho, além de parâmetros que assegurem ao migrante a aplicação da Lei e suas garantias.

1 PANORAMA HISTÓRICO DAS MIGRAÇÕES

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Faz-se necessário, antes de introduzir-se ao tema, relembrar algumas particularidades antepassadas que moldaram o fluxo migratório que perfaz a atualidade. Segundo Enriconi (2017) é sabido que a migração faz parte da história do desenvolvimento da sociedade, sobretudo quando se faz presente o período entre os séculos XIV e XV nos quais se concretizaram as grandes descobertas territoriais pelos países Europeus e logo submergiu em uma grande onda migratória que atingiu também as Américas e Ásia, tendo como característica majoritária, a busca por territórios a conquistar.

Ainda segundo a autora, mais tarde verificou-se uma modalidade distinta, que hoje é denominada migração forçada, marcada pelo tráfico de escravos, onde se percorria o caminho comumente da África para as Américas, a fim de adquirir mão de obra para o trabalho no intuito de desbravar tais regiões. Essa situação se converteu em migração voluntária objetivando o trabalho remunerado após a abolição da escravatura, ambicionando melhores condições de vida. Pode-se falar em migração moderna após a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, nos quais os trabalhadores, predominantemente rurais à época, e atrelados a métodos de produção artesanais, migraram para cidades em busca de novas oportunidades no desejo de compor a nova camada social que ali se perfazia (ENRICONI, 2017).

Após a extensa migração marcada pela Revolução Industrial, é notório observar que os países passaram a regular a entrada de imigrantes, com intuito de controlar o fluxo de pessoas que se deslocavam, atitude liderada pelos Estados Unidos da América, seguida pela Austrália e Canadá. Nesse sentido, em âmbito nacional, foi criada a Lei de número 6.815 de 1980, denominada Estatuto do Estrangeiro que “fez parte de uma estratégia governamental que objetivava precipuamente a defesa do trabalhador nacional e a proteção dos setores industrial e de serviços, marcados pelo desenvolvimento” (FURQUIM e FRIEDRICH, 2017), visto que foi sancionada em plena ditadura militar, época lastimavelmente lembrada pelo resguardo aos interesses nacionais, e ainda, em pleno advento do *non-entrée regime* fundamentando-se em uma base argumentativa altamente segregacional (MAZZOULI, 2018).

De acordo com Mazzuoli (2018), em parâmetros mundiais o termo “refugiado” ganhou atenção após a década de 1920, sobretudo no pós-Primeira Guerra onde a proteção destinada aos refugiados era jurídica e não humanitária, prestada pela Liga das Nações, uma organização internacional criada pelo Tratado de Versalhes no ano de 1919, e foi vista como algo transitório, que havia surgido em razão dos grandes deslocamentos

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

ocasionados pela guerra recém-terminada, e pelo contrário, tornou-se algo cada vez mais comum intensificando-se a partir da Segunda Guerra Mundial, destacando-se como uma das primeiras preocupações do direito pós-guerra, pela ideia de proteção da minoria e com a constatação de que existe uma propensão do ser humano exercer o papel de opressor, imprimindo uma legislação protetiva após esse período.

Ainda segundo o autor, uma vez concedido o *status* de refugiado ao imigrante forçado, devido a perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas que sofriam na pátria de origem, aquelas pessoas passam a ter proteção humanitária adequada no país em que se refugiam (MAZZUOLI, 2018).

Cumpre destacar que o fenômeno migratório, principalmente no que se refere ao refugio, pode trazer grandes impactos ao local de onde saíram, e também ao local de aproximação. Nas palavras de Maia (2003):

> Qualquer que seja o sentido que dermos as migrações (internacionais ou internas) permanecem sempre como condicionamentos de explicação os elementos espaço e tempo. As migrações abrangem um numero significativo de pessoas que, mudando de um espaço para outro, provocam alterações no tamanho e composição das populações envolvidas: a do espaço de origem e a do espaço de acolhimento (MAIA, 2003, p. 41).

Ademais, segundo Rodrigues (2016), o Brasil tornou-se um país propício para o refúgio após a progressiva consolidação da democracia, na década de 90, consequência primordial para a efetivação do bem-estar social. Naquela oportunidade, os ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, juntamente com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), elaboraram o projeto de lei que mais tarde se tornaria a Lei nº 9.474/97, a qual estabeleceu o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), "órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, que reúne segmentos representativos da área governamental, da sociedade civil e das Nações Unidas" (GUERRA, 2015, p.281).

Estima-se pelo CONARE (2018) que o acumulado de refugiados reconhecidos no Brasil no ano de 2017 era de 10.145 (dez mil, cento e quarenta e cinco), enquanto permaneciam como solicitantes 86.007 (oitenta e seis mil e sete), evidenciando a ineficácias dos processos existentes em âmbito nacional, perfazendo-se na proporção aproximada de 01 (um) a cada 09 (nove) pessoas que requereram o status de refugiado tiveram sua solicitação atendida, vez que em âmbito mundial 22.500.000 (vinte e dois milhões e quinhentos mil) foram reconhecidos refugiados, e 2.800.000 (dois milhões e oitocentos mil) estariam em trâmite.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ao final de 2016, cerca de 70 (setenta) milhões de pessoas (01 (um) em cada 113 (cento e treze) pessoas em todo mundo) foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos, redimensionando a extrema necessidade de protecionismo a estas pessoas, em razão da sua vulnerabilidade e dos índices alarmantes de migração forçada.

2 LEI 13.445/17 E PRINCIPAIS AVANÇOS HUMANITÁRIOS

Diante da circunstância e dos recentes acontecimentos que deslocaram grandes massas em busca de proteção, e após amplos debates com a sociedade e com as entidades que lidam diariamente com processos migratórios visando adequar-se à Constituição Federal de 1988, em novembro de 2017 foi sancionada pelo então Presidente da República a Lei 13.445/17, denominada Lei da Migração, que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro trazendo uma nova realidade a esta frente desmemoriada da sociedade, revelando-se "bastante inovadora e em consonância com obrigações internacionais assumidas pelo Brasil" (NOVO, 2018) evidenciando a preocupação nacional inerente aos imigrantes e em especial àquelas pessoas que necessitam de refúgio.

Segundo Guerra (2017):

> Em um primeiro momento, as mudanças produzidas na lei 13445/2017, que identifica a figura do imigrante e do visitante, ao invés do termo estrangeiro, pode aparentar que se trata apenas de aspecto terminológico. Todavia, a lei 6815/80 estabelecia várias restrições aos estrangeiros que foram suprimidas na nova lei que, como mencionado acima, foi concebida em conformidade com as normas (regras e princípios) consagrados pela República Federativa do Brasil.
> [...]
> De certo modo, o termo empregado na lei 13445/2017 faz com que o indivíduo, que não seja nacional do Estado, não se sinta estranho e preterido no local que se encontra, como se um forasteiro fosse. Aliás, o termo estrangeiro remete a esta ideia, conforme o entendimento esposado anteriormente (GUERRA, 2017, p. 1721, 1722).

Resta claro que ao desburocratizar e facilitar a inclusão dos imigrantes na sociedade brasileira, além de repudiar a discriminação e a xenofobia, a nova lei ajudará a combater a segregação social presente na realidade de muitos imigrantes, além de encurtar as distancias sociais e legais que antes existiam entre nativos e imigrantes. De acordo com Novo (2018) uma vez integradas à sociedade que as acolhe, essas pessoas possuem melhores condições para contribuir com o crescimento do país seja na mão de obra, no

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

empreendedorismo ou nos serviços sociais. Dessa forma, o advento da lei e suas regulamentações garantindo a celeridade, simplicidade e gratuidade aos hipossuficientes nos processos de migração, vai afetar a sociedade brasileira como um todo, agregando impulso intelectual, valor cultural, social e potencial financeiro ao país.

Porém, segundo Mazzuoli (2018), a discussão que gira em torno do protecionismo aos refugiados alargou-se negativamente a ponto de comparar-se a uma condição de ameaça à ordem interna altamente estigmatizada, sendo enfrentada como "um problema a ser resolvido". Ainda segundo o autor, as alegações que fundamentam tal posicionamento variam desde identidade cultural e religiosa conflitante até presunções sobre a origem étnica dos refugiados, resultando em um contexto de instabilidade social e sensação de insegurança nacional.

Não obstante, consoante Novo (2018) a nova lei de migração é vista com bons olhos por organizações internacionais, e a grande maioria afirma que ela coloca o Brasil em posição de destaque no que se refere aos direitos do migrante, representando um grande marco e evolução democrática para o país. Entretanto, ainda que fundamentada em grande avanço quanto à legislação anterior e destoar com as políticas protecionistas defendidas por alguns países, especialmente mais desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, observa-se que ainda há muito a ser concretizado em campo humanitário.

Dentre todas as alterações trazidas pela nova lei advém, de forma muito especial os seus artigos 3º e 4º que asseguram o repúdio e a prevenção à xenofobia e qualquer que seja a forma de discriminação, deixa claro a oposição à criminalização da migração, preza pela acolhida humanitária, garante o direito a reunião familiar e a igualdade de tratamento no que tange às oportunidades aos migrantes e suas famílias, inova ao conceder acesso igualitário e livre do migrante a programas, serviços e benefícios sociais, além de acesso a assistência jurídica integral, trabalho, moradia, educação e seguridade social (BRASIL, 2017). Atesta ainda nesses artigos, a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante, sobretudo quando certifica o acesso a educação pública independente da condição migratória, a garantia da inviolabilidade da vida, liberdade, igualdade segurança e propriedade em condição de igualdade com os nacionais (BRASIL, 2017).

Em medidas de cooperação internacional, a previsão do procedimento de deportação possuir o princípio do contraditório e da ampla defesa, narrado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu Art. 5º, LV, inclusive com

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

comunicação a defensoria pública conforme Art. 51, *caput* e § 1º e 2º da lei 13.445/17 (resguardando-se os casos previstos de deportação imediata) o que abarca o cunho homogeneizador do dispositivo (BRASIL, 2017).

Ainda nessa perspectiva, a lei supracitada aponta para a ampliação das causas impeditivas de expulsão em seu Art. 55, I e II, o qual resguarda a impossibilidade de expulsar imigrantes que tenham filhos brasileiros no intuito de defender os interesses da criança, um enorme feito para garantir o aspecto humanitário da lei, que inclusive foi aplicado no *Habeas Corpus* de número 148558, pelo Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal, para suspender a expulsão de um camaronês que constituiu família no Brasil, abarcando também a ideia de reunião familiar, muito valorizada na Lei (BRASIL, 2017). Constata-se a seguir:

> DECISÃO ESTRANGEIRO – EXPULSÃO – FILHA BRASILEIRA – DEPENDÊNCIA ECONÔMICA – IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS – LIMINAR – DEFERIMENTO. [...] Observem que a Lei nº 13.445, promulgada em 24 de maio de 2017 e com vigência prevista no artigo 125, ou seja, 180 dias após a publicação oficial, revogou por inteiro a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o chamado Estatuto do Estrangeiro, passando o artigo 55, inciso II, alínea "a" da denominada Lei de Migração a afastar condicionante cronológica do nascimento dos filhos havidos no País, bastando a existência de descendente brasileiro que esteja sob a guarda ou dependência econômica ou socioafetiva do estrangeiro para impedir a expulsão (STF, 2017).

No campo intelectual, a sociedade brasileira conquista grande ascensão científica com a possibilidade de visto temporário para áreas de pesquisa, ensino ou extensões acadêmicas, previsto em seu Art. 14, I, 'a', não sendo necessário estarem vinculados a uma instituição, constituindo uma janela ao incentivo científico globalizado (BRASIL, 2017).

Tratando-se de matéria ligada ao direito penal, a Lei 13.445/17 assevera em seu Art. 100 a transferência na execução de pena de cunho acusatório que visa evitar a impunidade, cumprindo-se algumas prerrogativas discriminadas na redação do artigo supracitado, exemplificado nos casos em que um brasileiro comete um crime no exterior e volta ao Brasil não podendo ser extraditado porque é nato, porém sua pena pode ser transferida para cumprimento no Brasil. Nesse sentido, o Art. 103 alcança também a transferência de pessoa condenada no intuito de aproximar a família para melhores resultados de ressocialização, evidenciando a preocupação do Estado com a humanização da referida Lei (BRASIL, 2017).

Dentre todas as mudanças observadas, uma em particular gerou certa revolta de alguns membros da sociedade brasileira, referindo-se a possibilidade de visto e autorização de residência para tratamento de saúde e assistência social, com a crítica

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

baseada no argumento de custo social de um refugiado. Neste norte, Palermo (2017) aduz que é uma visão errônea da realidade, narrando:

> Quando um pais escolhe aderir a política de apoio às vítimas de crises e perseguições, nota-se [...] crescimento econômico do próprio pais, aumento do PIB Mundial, a contenção de conflitos, colaboração real com a preservação dos direitos humanos e ao oferecer oportunidades e segurança permite que estas pessoas recomecem suas vidas, afinal, somente em terra fértil que se floresce, dentro de um pais em conflito e perseguição não há desenvolvimento, se estas recebem apenas ajuda material mas continuam em solo infértil, irão apenas lutar pra sobreviver, é uma questão de tempo para não vingarem. Portanto, trata-se de ciclo, onde a perspectiva humanitária encontra respaldo na econômica, benefício recíproco, ou seja, os muros construídos para impedir este apoio, são feitos de puro preconceito, xenofobia e racismo, quando quebrados nenhum dos lados saem perdendo, acolher é portanto, a escolha mais eficiente (PALERMO, 2017).

Segundo Bauman (2003), os imigrantes não têm escolha a não ser tornar-se outra "minoria étnica" no país de adoção, com o sentimento de afastamento em razão da nacionalidade, e parecerem estranhos aos olhos da sociedade que os recebe. Por sua vez, os locais não têm escolha a não ser preparar-se para uma longa vida em meio às diásporas, e ainda qualificar-se e adaptar-se enquanto sociedade para acolher os que necessitam, materializado com o advento da Lei 13.445/17 que encurta o caminho para o exercer pleno da dignidade.

Se aplicada corretamente, a lei supracitada tem a alçada de minimizar as diferenças entre imigrantes e nativos, tornando a sociedade mais homogênea, sem distinção de nacionalidade, raça e religião, e ainda garante que estas pessoas que deixam suas casas por não terem outra opção, sejam acolhidas e lhe sejam garantidas o mínimo para a sobrevivência, na observância do artigo 5º da Constituição Federal, onde é garantida a proteção igualitária perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos imigrantes residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 2017)

Segundo Beneduce (2004) o deslocamento geográfico provoca, com muita frequência, uma perda de referenciais identitários que caracterizam e definem um povo, e, por vezes, multiplica os efeitos negativos e patológicos de eventuais situações de crises migratórias, como se ocorresse uma perda de personalidade. Sendo assim, ter uma massa saindo de seu país de origem por grave ameaça ou perseguição, nos casos de refúgio, forçando-os a caminhar exaustivamente por dias, em alguns casos tomar meios de transportes irregulares em situações desumanas, ocasiona um desequilíbrio físico e emocional que pode ser amenizado por táticas governamentais que acolham estas pessoas e lhes garanta uma sobrevivência digna.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Nesta perspectiva, envolvidos pela incerteza de acolhida em um país estranho ao de origem, é absolutamente elementar o desejo da multidão sobrante ou, como enunciaria Bauman (2003), das pessoas "refugadas", de obter alguns fragmentos das promessas da contemporaneidade integralizada, exemplificando a Lei ora discutida, em busca de sobrevivência em aspectos físicos e emocionais e a inclusão social com o desfrutar da plena cidadania. Quando se fala em acolhida humanitária, não se pode ater apenas em dar de comer, vestir e morar a quem necessita, mas prover o mínimo para uma vida com dignidade, além de acesso a saúde, assistência social, educação, laser e propriedade. A desburocratização, simplificação e gratuidade para pessoas hipossuficientes do processo de requerimento de refúgio irão amenizar as sequelas antropológicas e sociais sofridas por este corpo social advindo do processo de migração forçada.

A garantia dos direitos civis e políticos é condição inaugural para a observância dos direitos sociais, econômicos, culturais e vice-versa, narra Piovesan (2013), de forma que quando um deles é violado, também são os demais, configurando-se uma teia interligada de prerrogativas que devem ser respeitadas de forma integral.

Nessa ordem de ideias, observa Piovesan (2013) que:

> Apresentando os direitos humanos como uma unidade indivisível, revela-se esvaziado o direito à liberdade, quando não assegurado o direito à igualdade e, por sua vez, esvaziado revela-se o direito à igualdade, quando não assegurada a liberdade (PIOVESAN, 2013, p. 145).

Portanto, apoiando-se na ideia da autora supracitada, afirma-se impossível atingir a plenitude de direitos para uma vida digna quando um deles não tem proteção estatal, e esta Lei age de forma transformadora, deixando mais próximo a efetivação da perfeita proteção a um viver virtuoso para os migrantes, sobretudo aos solicitantes de refúgio, que poderão criar raízes, constituir família, exercer sua cidadania com respaldo legal e usufruir das garantias previstas para uma existência de fato humana.

CONCLUSÃO

Pela observância dos aspectos analisados ao longo do trabalho, não se pode contestar que o instituto do refúgio vem alçando degraus desde sua criação na década de 1920 em âmbito global, passando pelo Estatuto do Refugiado de 1980 até o advento da Lei da Migração, demonstrando que a tutela normativa interna possui grande apreço internacional, apesar de contrastar com várias politicas migratórias da grande maioria dos países desenvolvidos. Ao que parece para estes, abrir portas para receber refugiados tem

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

sido visto como um revés, os quais buscam formas individualistas para mantê-los longe de suas fronteiras.

Em termos nacionais resta claro que a Lei 13.445/17 é um grande avanço para a sociedade brasileira e para os imigrantes, consumando-se geradora de oportunidades nos campos econômico, intelectual e global, graças a sua grande vertente de cooperação mundial entre nações e seu aspecto humanitário, de cuidado com a vida e com os laços familiares.

Diante deste quadro, revela-se que o indivíduo e sua família os quais se sentiram ameaçados em país e decidiram migrar, deixam para trás não só sua casa, seu emprego, seus amigos, sua família, sua pátria, mas tudo aquilo que construíram ao longo de sua história e os laços afetivos que possuíam como se fossem obrigados a recomeçar, por vontade alheia à sua, mesmo ainda sem entender como tudo acabou restando-lhes apenas a esperança.

É exatamente por toda dor física e emocional que cada solicitante de refúgio carrega que o país de acolhida desempenhado, sobretudo, pelo poder Estatal, deve lhes proporcionar uma acolhida humanitária, oferecendo uma vida digna, com respeito a sua história e suas tradições, provendo oportunidades de educação, saúde e emprego, para assim escreverem um novo rumo de suas vidas.

É imprescindível que, diante dos argumentos e fundamentações expostas, todos se conscientizem que as pessoas solicitantes de refúgio são, em sua grande maioria, vítimas de um passado angustiante, que necessitam de apoio, proteção e entendimento não só governamental, mas também do povo que tem o país de adoção como pátria amada.

Neste contexto deve-se enlaçar o refúgio em seu espírito humanitário, sobrepondo todos os aspectos econômicos, políticos ou quaisquer outros, ressaltando que a dignidade humana tem prioridade no discernir do ordenamento jurídico, e as pessoas solicitantes de refúgio não representam uma ameaça nacional, apenas necessitam de um chão para ter como forte em suas vidas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003

BENEDUCE, Roberto. Frontiere dell'identità e della memoria. Etnopsichiatria e migrazioni in un mondo creolo. Itália, Franco Angeli, 2004, 320 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 65 p.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei da Migração. Brasília, DF, maio 2017.

CONARE, Secretaria Nacional de Justiça. *Refúgio em números*: *3ª Ed.*. Brasil, 2018

ENRICONI, Louise. *A história mundial é uma história de migrações*. Rio de Janeiro, 2017.

FURQUIM, Angelica, FRIEDRICH, Tatyana Scheila. *A nova Lei de Migrações e a necessária mudança da racionalidade migratória no Brasil*. Paraná, 2017. Disponível em http://idd.net.br/wp-content/uploads/2017/05/Tatyana-Angelica-Nova-lei-de-migra%C3%A7%C3%B5es-e-Pol%C3%ADtica-migrat%C3%B3ria-brasileira.pdf . Acesso em: jun 2018.

GUERRA, Sidney. Direitos Humanos: curso elementar. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 440 p.

GUERRA, Sidney. *A nova lei de migração no brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos.* Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28937. Acesso em: mar 2018.

MAIA, Rui Leandro Alves. O sentido das diferenças: migrantes e naturais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. 316 p.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direitos humanos das minorias e grupos vulneráveis. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. 413 p.

NOVO, Benigno Núñez. *Migração na visão da nova lei.* Conteúdo Jurídico, Brasilia-DF: 03 abr. 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590518&seo=1>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PALERMO, Ana Carolina. *A análise do refúgio pelo prisma do custo social e sua consequente externalidade positiva (vista a longo prazo).* In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XX, n. 166, nov 2017. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19828&revista_caderno=29

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, 704 p.

RODRIGUES, Viviane Mozine (0rg). Direitos Humanos e Refugiados. Curitiba: CRV, 2016, 136p.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

STF. HC 148558, Relator Min. Marco Aurélio, julgado em 07/12/2017, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-287 , disponível em http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000393682&base=baseMonocraticas.

UNHCR Global Trends, *Forced Displacement 2016* (UNHCR,19 de junho de 2017), Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em 01 de fev de 2018

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 15 - DOI:10.55232/1082027.15

A JUSTAPOSIÇÃO DO CURRÍCULO OFICIAL AO OPERACIONAL (REAL) ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS COM AS PRÁTICAS INOVADORAS LIGADAS À INCLUSÃO DIGITAL E CIDADÃ DO CENÁRIO DA COVID-19.

Norberto Huber

RESUMO: O presente artigo científico intenciona contextualizar olhares sobre a justaposição do currículo oficial ao operacional (real) às políticas públicas com as práticas inovadoras ligadas à inclusão tecnológica, digital e cidadã a partir do cenário da Pandemia - Covid-19, indo ao encontro das diretrizes delineadas pela ciência e tecnologia. Toma-se como prerrogativa à inclusão cidadã todos os acessos ao conhecimento produzido e sistematizado pela humanidade, do conhecimento mais simples ao mais complexo. Ninguém nasce sabendo. Corresponde ao vetor que conduz cada pequeno passo dessa longa caminhada de seres humanos ao mundo científico e tecnológico. Na última década os parâmetros e as relações existenciais aceleraram de tal velocidade que o nosso mundo passou a ter sinônimo de digital / virtual (Aldeia Global) arquitetadas pelo fenômeno da informatização, internet, relações online e da educação científica digital. Acredita-se no poder transformador da tecnologia e na necessidade da inclusão digital cidadã contemporânea. Para este propósito, o acesso à cidadania deve ser potencializado por políticas públicas ao acesso de todos ao universo digital e à seus serviços, como: Vendas e compras online; emissão de documentos; transações financeiras; levantamento de direitos e de informações oficiais de entidades ou, do governo; redes sociais; aulas, shows, palestras, reuniões e entretenimentos. Praticidade de conectividade, otimizando tempo e espaço; benefícios e vantagens.

Palavras-chave: Currículo, políticas públicas, práticas inovadoras.

INTRODUÇÃO

A necessidade do alinhamento formal ao real / operacional do currículo como processo deve ser implementado às políticas públicas estarem em consonância às práticas inovadoras da tecnologia para a viabilização do ensino remoto no cenário pandêmico da Covid-19 imprime um ritmo de caráter emergencial. O grande desafio é entender como mediar a aquisição do conhecimento de uma geração nascida na cultura digital, diante de parcelas ainda excluídas do mesmo. Os aparelhos móveis conectados à internet estão cada vez mais presentes na vida das pessoas. A facilidade que se tem em adquirir um Smartphone ou um tablet, é revelado por vários dados da pesquisa que mostra um crescimento superior a 80%, superando os Desktops. Nesse universo conectado estão os professores e as escolas que, diferindo em graus de habilidade, fazem uso dessas tecnologias. Isso porque, utilizar as tecnologias em contextos educacionais científicos vai muito além de ser um mero usuário das mesmas, constitui-se de uma reciclagem cultural da instituição, de maneira que as tecnologias da informação e da comunicação trabalhem a serviço da contínua formação de estudantes / cidadãos preparados para participar ativamente da sociedade contemporânea. Segundo MAURI e ONRUBIA (2010, p.118),

> Trata-se de aprender a dominar e a valorizar uma nova cultura de aprendizagem". Novas tecnologias trazem exigências de novas posturas pedagógicas.

Nesta perspectiva ARRUDA, Eucidio. destaca a Implementação das tecnologias digitais nos currículos das escolas de Educação Básica dos países membros da OCDE que trata da educação remota emergencial: elementos para para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19, em https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621, p1:

> O Covid-19 espalhou-se rapidamente pelo mundo em 2020 e gerou a inédita situação em que 90% da população estudantil está isolada em todo o mundo. Neste trabalho, procuramos evidenciar a excepcionalidade da situação que levou inúmeros países a desenvolver ações de educação remota emergencial e as implicações nos diferentes níveis educacionais. Analisamos o contexto brasileiro, no qual evidencia-se uma incipiência na apropriação de tecnologias digitais na educação pública. Identificamos as principais informações sobre acesso à internet no país, no sentido de discutir possíveis políticas educacionais com vistas ao fomento d a manutenção do convívio escolar, ainda que em patamares digitais, de maneira a fortalecer a escola como eixo central da sociedade brasileira.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

DESENVOLVIMENTO

Diante desse cenário, o presente artigo objetiva adotar uma metodologia bibliográfica e segue as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para analisar a justaposição do currículo oficial ao operacional (real) às políticas públicas com as práticas inovadoras ligadas à inclusão digital e cidadã proporcionando e promovendo um cidadão contextualizado às necessidades da contemporaneidade. Nossa sociedade, que vivenciamos permeado da utilização de tecnologias digitais, da educação científica e tecnológica são consideradas como elementos potencializadores para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Encontramo-às presente nos discursos de políticos, de cientistas e tecnólogos, de especialistas em educação e da sociedade em geral, desencadeando um conjunto de novas relações e práticas inovadoras nas diversas áreas, especificando o da educação, desde as universidades até a base das instituições primárias./ básicas. Diante desta realidade, deflagrada pelos contínuos avanços da ciência e tecnologia, os gestores políticos e especialistas devem justapor os currículos de acordo, alinhando e otimizando as relações entre todos os segmentos da sociedade politicamente organizada e analisando as normas de conduta dos cidadãos do conjunto da sociedade e garantindo e assegurando a aceitação desta nova realidade novas; relações nas instituições de educação que, por meio dos seus sujeitos, permitem que estas tecnologias sejam viabilizadas e devidamente utilizadas. São estas relações que, atuando no discurso das políticas educacionais, nos currículos oficiais e operacionais permitem a formação de programas. Cada campo discursivo, político, econômico e científico desenvolvem currículos próprios de formação de seus objetos. O conjunto de relações que este objeto estabelece em cada campo, caracteriza uma formação discursiva entre as instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Do breve contexto exposto, se compreende o que possibilitou o aparecimento do enunciado quanto à importância do uso de tecnologias digitais nas instituições oficiais de ensino e nas novas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, constituindo uma prática discursiva e desafiadora. A Pandemia do Covid-19, destaco, despertou-nos para esta justaposição e nessa perspectiva, afirma Honorato em seu artigo disponível em https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPFPK6PHF/?lang=pt format=pdf, página 2:

> Esse cenário epidemiológico pandêmico causado pelo novo coronavírus implicou a adoção de medidas econômicas, políticas, sociais e sanitárias nas esferas federal, estadual e municipal, que tinham como foco o distanciamento social, a redução da propagação do vírus e a prevenção do colapso do sistema de saúde.Diante da preocupação com a transmissibilidade entre docentes, discentes e funcionários, as Instituições de Ensino Superior no Brasil e no mundo suspenderam as aulas presenciais e adotaram - a grande maioria delas - estratégias de ensino e aprendizagem virtuais, com o objetivo de tentar reduzir o índice de evasão dos estudantes, e prosseguir com as atividades acadêmicas, bem como com seus calendários letivos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

O objetivo, portanto, é refletir se um docente com experiência na utilização de tecnologias, traz a garantia em sua prática docente de uma mediação desses recursos de maneira a promover um ambiente profícuo em cooperação e ativa participação do aluno na composição dos conhecimentos. Adequar o aprendizado significa ter o foco na aprendizagem do que é mais importante, desenvolver as habilidades socioemocionais previstas na BNCC, reorganizar conteúdos de acordo com a nova realidade educacional, rever e adaptar objetivos. Avaliar e criar estratégias de recuperação da aprendizagem, disponibilizar meios tecnológicos e outros recursos de complementação da aprendizagem. Assim diz GLEIDIS R. GUERRA na página on line, Aventura de construir, https://aventuradeconstruir.org.br/, p.1:

> A pandemia acentuou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar a novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se. Agora é preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para crianças com níveis de aprendizado diferentes.A inclusão de todos na escola é um direito antes, durante e depois da pandemia.

Logo, o currículo educacional é o vetor do processo de socialização dos indivíduos.

Ao receber educação, o indivíduo assimila e adquire conhecimentos. O processo educativo acaba por ser materializado em uma série de habilidades e valores, que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo. De acordo com o grau de sensibilização alcançado, tais valores podem durar toda uma vida ou apenas durante um determinado período de tempo. Como aponta CHARLOT (2000) ao ser destacado por LIBÂNEO (2005, p.23),

> A educação é portanto o processo por meio do qual um certo membro da espécie humana, desprovido de instintos e capacidades que lhe permitiria sobreviver rapidamente sozinho, se apropria, graças à mediação dos adultos, de um patrimônio humano de práticas, saberes, formas subjetivas e obras. Tal apropriação lhe permite se tornar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, um ser humano, membro de uma sociedade e de uma comunidade, e um indivíduo singular, considerado absolutamente um ser original.

Deste modo, a educação é um triplo processo de humanização, socialização e singularização. Importe ressaltar ainda que esse triplo processo só é possível mediante a apropriação de um patrimônio humano. Dito isso, pode-se afirmar que a educação é cultura, em três sentidos que não podem ser dissociados. (CHARLOT, 2000 Apud LIBÂNEO, 2005, p. 23)

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> Cientes que o espaço escolar está em dissonância em relação às mudanças atuais e insiste em resistir às transformações, é importante levar em conta a necessidade de um mediador no processo de acesso ao conhecimento.

É importante ressaltar que em qualquer conceituação de currículo, este sempre está comprometido com algum tipo de poder, pois não existe neutralidade no currículo, ele é o veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional. Para Sacristán (2000), (p.15-16):

> O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

O êxito deve-se à eficácia do currículo às políticas públicas alinhadas às práticas inovadoras como pontua Teixeira, E. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista AATR, 2002. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/57253448/03- Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas. p.3. Acesso em: 20/01/2022).

> Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São nesse caso, políticas explícitas, sistematizadas e formuladas em documentos (leis, programas e linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre intervenções e declarações de vontade e ações desenvolvidas. Devem ser consideradas, também, as 'não ações', as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Assim, as escolas são instituições do ensino formal norteadas por currículos oficiais instituídas por políticas públicas operacionais inseridas no tempo e no espaço, mediando e interagindo com a sociedade pela sua organização curricular, sua cultura, sua estrutura e a sua historicidade. Assim sendo, o ensino que nela se pratica é sustentada por COLL; MORENO,(

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

2010, p.39), que diz:

> Deveria servir para dar sentido ao mundo que rodeia os alunos, para ensiná-los a interagir com ele e a resolverem os problemas que lhes são apresentados..

Ao professor, torna-se fundamental saber que tipo de indivíduo pretende formar, pois disso dependem as escolhas dos conteúdos que ensinam, das metodologias e das atitudes que assumem diante dos alunos. A sala de aula é um organismo vivo, complexo, imprevisível e mutante. Segundo Gómez (1998, p. 74)

> A base da eficácia docente encontra-se no pensamento do professor capaz de interpretar e diagnosticar cada situação singular e de elaborar, experimentar e avaliar estratégias de intervenção.

E não em adotar modelos universalmente válidos de como ensinar. Uma mesma estratégia de ensino pode provocar resultados completamente diferentes nos alunos de uma mesma sala, porque os alunos não são receptores passivos de conhecimento e os processos de aprendizagem são particulares, singulares e subjetivos COMO SUSTENTA GÓMEZ,(1998, p. 39):

> Tanto os alunos quanto os professores são ativos processadores de informação e subjetivos construtores de significados.

e precisam estar motivados para realizar o esforço necessário para alcançar as aprendizagens. A sala de aula está repleta de situações de aprendizagem, cabendo ao professor lançar mão de estratégias para atender às diversas formas de aprender dos alunos. Nem todos aprendem da mesma forma, no mesmo ritmo e fazem as tarefas do mesmo jeito. Para atender a diversidade de uma sala de aula, o planejamento do professor precisa prever um amplo leque de atividades, intencionalmente planejadas, que ajudem a resolver as diferentes situações complexas que a sala de aula apresenta. É necessário diversificar as atividades, com diferentes opções ou níveis possíveis de realização, assim como intervir de maneiras diferentes no auxílio às dificuldades dos alunos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A mediação do professor deve apoiar-se nas características individuais dos alunos, através de uma interação que permita ao docente, na medida do possível, acompanhar os processos realizados pelos educandos em sala de aula, fazendo as intervenções diferenciadas quando necessárias. Em síntese, trabalhar com educandos provenientes de diversos contextos culturais e sociais e com diferenciada nivelação em relação a aprendizagem com a intenção de oferecer as mesmas garantias de aprendizagem para cada indivíduo. Assim afirma VYGOTSKY (1987, p.72).

> O ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a de um papagaio, que simula o conhecimento de um conceito correspondente, mas que na realidade oculta um vácuo.

A própria sociedade contemporânea impõe desafios para a prática educativa e exige um olhar cuidadoso do pesquisador sobre a atuação docente, pois o conhecimento não é uniforme para os estudantes que desde muito cedo manipulam ferramentas tecnológicas de comunicação e informação; os acessos que os educandos têm à informação são muito diversos de há alguns anos. Portanto, existe uma necessidade premente de uma ação pedagógica que transforme a relação do (a) estudante com a informação, o conhecimento e a identidade. Segundo Silva (2001, p. 15 – 16):

> No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de "identidade" ou e "subjetividade". Se quisermos recorrer à etimologia da palavra "currículo", que vem do latim curriculum, "pista de corrida", podemos dizer que no curso essa "corrida" que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. É sobre esta questão, pois, que se concentram também nas teorias do currículo.

Diante dessa linha de pesquisa, o currículo deve estar justaposto às políticas públicas ao conceito de grade curricular não apenas como um documento bibliográfico e normativo com referências profissionais mas, mediado por práticas educativas inovadoras na perspectiva de conhecer o conceito do currículo e vinculá-lo a identidade dos sujeitos e suas complexidades / especificidades, valorizando sua história e o seu conhecimento prévio, levando em consideração que nas modalidades educacionais institucionais formais não se aplica simplesmente o processo de formação deste sujeito, mas sim a complementação de um sujeito formado é que se faz necessário um estudo aprofundando do real currículo e o velho conceito de grade curricular.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Refletir antigas práticas que desvinculam o sujeito e desconsiderar sua importância na questão "currículo" e a identidade deste sujeito que muitas situações levam até um descumprimento da garantia básica de uma educação de qualidade.

Dentre as teorias de currículo levantadas por estudiosos há sempre uma certeza: o currículo define ideologias e demanda poderes. O modelo adotado por uma entidade de educação seja ela voltado para todos os segmentos institucionais da educação formal ou para outra modalidade de ensino, transmite ideologias, crenças, relações de força / poder, etc., muitas vezes modificando uma dinâmica social existente e propende pessoas há um determinado modo de pensar e agir, perfazendo-se assim o poder de outrem em uma realidade. Neste contexto, ainda é preciso levar em consideração os currículos implícitos que vêm arraigados e que tem a entidade educacional e os profissionais envolvidos no processo como principais perpetuadores, mesmo que sem perceber, de ideias e conceitos que alteram o processo. Na realidade, a entidade, os profissionais envolvidos e os próprios estudantes não têm noção de que estão participando de um processo atuante de dominação e que são os dominados. O simples ato de escolher um conteúdo para compor a grade curricular, que é parte da dinâmica do currículo, é em si um ato de dominar. O fato de conhecimentos importantes serem eliminados desta grade e não serem consideradas as opiniões de parte dos participantes desta decisão é um ato de dominação. Segundo Silva (2000):

> O domínio simbólico, que é o domínio por excelência da cultura, da significação, atua através de um ardiloso mecanismo. Ele adquire a sua força precisamente ao definir a cultura dominante como sendo a cultura. Os valores, hábitos e costumes, os comportamentos da classe dominante são aqueles que são considerados como constituindo a cultura. Os valores e hábitos de outras classes podem ser qualquer outra coisa, mas não são a cultura.

Eis a questão:. A eficácia dessa definição da cultura dominante como sendo a cultura depende de uma importante operação. Para que essa definição alcance a sua máxima eficácia, é necessário que ela não apareça como tal, que ela não apareça justamente como o que ela é, como uma definição arbitrária, como uma definição que não tem qualquer base objetiva, como uma definição que está baseada apenas na força, (agora propriamente econômica) da classe dominante. É essa força original que permite que a classe dominante possa definir a sua cultura como a cultura, mas nesse mesmo ato de definição oculta-se a força que torna possível que ela possa impor essa definição arbitrária. Há, portanto, aqui, dois processos em funcionamento: por um lado, a imposição e, por outro, a ocultação de que se trata de uma imposição, que aparece, então, como natural.

As novas teorias críticas de currículo que são as teorias pós-críticas permeiam suas ideias enfatizando: identidade, alteridade, cultura, gênero, diferença, saber-poder,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

multiculturalismo entre outros, e o que se percebe é que estes conceitos e ideias ainda não fazem parte do contexto atual e discutem com antigas teorias que são as tradicionais (ensino, aprendizagem, organização, planejamento, metodologia, didática, etc.) e as críticas (ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, currículo oculto, capitalismo, etc.), que como podem ser observadas não são tão antigas, tendo em vista, que o que há de predominante no modelo atual de currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tendência curricular atual faz-se necessário contemplar as políticas públicas às práticas educativas inovadoras à inclusão do sujeito para que complete o processo do currículo e ao mesmo tempo haja uma quebra de poder e de dominação. O sujeito precisa ser ativo e participativo, consciente do seu papel, com ideias e ideais, só assim o conceito de currículo poderá vir a ser utilizado em sua totalidade.

O currículo e o seu conceito de sistema e grade curricular tendem a justapor às políticas públicas e às novas tendências técnico-científicas que geram necessidades emergentes da contemporaneidade de se articular nas instituições oficiais de ensino. O conceito de currículo precisa ser expandido, dialogado e entendido pelos profissionais envolvidos no processo, pois, a discussão faz-se necessária e sua aplicabilidade também, quando há o entendimento que definitivamente currículo real / operacional demanda poder e dominação.

Valorizar este processo dinâmico curricular e difundi-lo tende a favorecer e facilitar o

trabalho da educação e das instituições oficiais de ensino, já que a educação se propõe a um processo de formação de cidadãos e consequentemente o fortalecimento de identidades, culturas e abertas às tendências técnica-científicas.. Torna-se relevante pontuar, dessa forma, que o currículo e o professor são elementos fundamentais para o desenvolvimento de concepções inovadoras por parte dos estudantes; logo um docente que não se atualiza carrega consigo deformações tornando-se um risco eminente na formação de discentes contextualizados.

Avalia-se a necessidade de mais adequações do currículo oficial às políticas públicas nas prática educativas inovadoras para garantir a inclusão digital, recursos financeiros e contínua qualificação dos docentes e transparência na agenda de prioridades curriculares das instituições formais e um monitoramento constante por parte dos gestores públicos e dos demais segmentos sócio educativos para implementar uma prática educativa eficiente, eficaz, efetiva em relação às demandas dos sucessivos avanços técnico-científicas..

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Olhar o currículo com novas formas nos permite enxergar além das fronteiras que a escola possa dominar: “Currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia é nossa vida.” (Silva, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIETA de Meza Y Meza Cepeda. Analizan los problemas que acarrea esta situación el campo educativo, desde el punto de vista pedagógico, organizacional

ARRUDA, Eucidio. EP. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação, 2020. ARRUDA, Eucidio. Implementação das tecnologias digitais nos currículos das escolas de Educação Básica dos países membros da OCDE. In: SIQUEIRA, Ivan Claudio Pereira (org). Subsídios à elaboração da BNCC: estudos sobre temas estratégicos da parceria CNE e Unesco. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: https://fundacaosantillana.org.br/wp-ccontent/uploads/2019/12/_SubsidiosBNCC. pdf. Acesso em: 20 de janeiro 2022, às 10:45..

Beatriz M. Arrieta de Meza, Rafael Meza Cepeda, La comprensión lectora y la redacción en estudiantes universitarios , Revista Iberoamericana de Educación: Vol. 36 Núm. 13 (2005): Número especial. Acesso em 19 de janeiro de 2022 às 08:58.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 18/01/2022 às 18:20.

CHARLOT, Bernard. Globalização e educação. Texto da Conferência no Fórum Mundial da Educação, 2000. Apud LIBÂNEO, José Carlos. As Teorias Pedagógicas Modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (org.). Educação na era do conhecimento em rede e Transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005, p. 19-62.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre:

Artes Médicas, 1995, 3v.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu Da Silva e Guacira Lopes Louro. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP & A. 2000.

https://www.geledes.org.br/stuart-hall-identidade-em-questao-identidade-cultural-na pos-modernidade-p-07-22 / Acesso em 20 de janeiro de 2022, às 10:05

GUERRA, GLEIDIS R. Aventuras de Construir - https://aventuradeconstruir.org.br/, p.1: Acesso em 20 de janeiro de 2022, às 10:35.

HONORATO HG, Marcelino ACKB. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. REDE: Diálogos da Educação. 2020; 1 (1): 208-20. https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPFPK6PHF/?lang=pt format=pdf, p 2. Acesso em 20 de janeiro de 2022, às 10:15.

MACHADO PLP. Educação em tempos de pandemia: Ensinar através de tecnologias e mídias digitais. Rev Cient Multidisciplinar Núcleo Conhecimento. 2020; 08: 58-68. brasileira em tempos de Covid-19. Em Rede. 2020; 7 (1): 257-75.

MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. A Incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: Do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 66- 96.

SACRISTÁN, J.Gimeno. O currículo é uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, E. O. Cibercultura: o que muda na educação. Entrevista ao programa Salto para o Futuro. TV Brasil. Disponível em ROSEMARY SANTOS SANTOS; EDMÉA OLIVEIRA SANTOS.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

http://tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=119> Acesso em 6 de julho de 2018.

SAVIANI, Nereide. Currículo: um grande desafio para o professor. In: Revista de Educação. N. 16. São Paulo: APEOESP. 2003.

SILVA, Marcos. O professor online e a pedagogia da transmissão. Disponível em: http://www.saladeaulainterativa.pro.br/texto_0002.htm. Acesso em 18 janeiro de 2022, às 20:25.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

SILVA, T. T. da. Teorias do currículo: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2000.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

SILVA, Bento (2001). A tecnologia é uma estratégia. Paulo Dias & Varela de Freitas (org.). Actas da II Conferência Internacional Desafios 2001. Braga: Centro de Competência da Universidade do Minho do Projecto Nónio, pp. 839-859. (ISBN: 972-98456-1-1). Acesso em 18 janeiro de 2022, às 20:25.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Revista AATR, 2002. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/57253448/03- Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas. p.3. Acesso em: 17/01/2022).

UNICAMP, RAMOS, Marise Nogueira (2011) - Marise Nogueira Ramos (EPSJV/FIOCRUZ; PPFH/UERJ) - Eixo: Pedagogia Histórico-Crítica. Acesso em 19 de janeiro de 2022, às 09:10

VALENTE, J. Armando. (org.) Formação de Educadores para o uso da Informática na Escola. São Paulo : Editora UNICAMP, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987

[1] Doutorando em Ciências da Educação (UTIC - ASSUNÇÃO) – Mestre em Teologia – Pós Graduado Latu Sensu em Filosofia da Ciência e Teorias do Conhecimento (UNIFEBE-SC) – Especialista em Gestão Escolar (UDESC-SC) – Especialista em História e Geografia do Brasil – Graduado em Estudos Sociais (UNIFEBE-SC) – Graduado em Filosofia (Faculdade Entre Rios-PI).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 16 - DOI:10.55232/1082027.16

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL, ENTRE 2000 E 2014, ORIUNDAS DA PLATAFORMA CAPES-CAFE

Di Vládia de Melo Feitosa Araujo e Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo

RESUMO: O debate que circunda a exclusão social é múltiplo, do ponto de vista do que seja este fenômeno, suas causas, resoluções e quanto aos conceitos satélites do problema. O presente estudo visa analisar a utilização do conceito exclusão social em artigos publicados em língua portuguesa, entre 2000 e 2014, em periódicos revisados por pares, que constam na Plataforma CAPES-CAFE, e que possuem o termo exclusão social como descritor. Desta forma, foi feita uma mineração de textos em publicações nas áreas saúde, educação, sociologia, economia e administração, que retornaram desta base de dados. Para tratamento dos dados, utilizou-se as seguintes ferramentas: fichas de análise, análise de conteúdo e a mineração de textos (com auxílio do software R studio). Observou-se que há um diálogo entre as discussões que essas diferentes áreas do conhecimento travam em relação ao tema, tornando possível a visualização de regularidades conceituais e a explanação da multidimensionalidade do assunto. Os principais resultados e discussões levantados pelos autores constatam que as políticas neoliberais, presentes no cenário de globalização acentuaram o aumento de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, elevaram o desemprego e diminuíram gradativamente o Estado no âmbito social. E, muitas vezes, o Estado trata a solução do problema enquanto a promoção de uma inclusão social que restringe-se a medidas em prol do sujeito exercer uma pseudocidadania. Exclusão e inclusão social são faces opostas de uma mesma moeda que imprime indicadores socioeconômicos cujas variáveis são violência, escolaridade, desemprego, saúde, moradia, pobreza e desigualdade social. Por fim, ressalta-se que a exclusão social é um conceito mais amplo do que o de pobreza e desigualdade, uma vez que envolve também questões de perda ou inexistência de poder político e de isolamento de determinados grupos que pode abarcar tanto indivíduos pobres quanto não pobres.

Palavras-chave: Exclusão social, R studio, Mineração de textos.

INTRODUÇÃO

A exclusão social é um fenômeno multidimensional, portanto sua abordagem vai desde a constituição de um tracejo do perfil socioeconômico de determinada população, à explicações de sua causa, ora sendo apontada como inerente ao modo de operar do sistema capitalista, ora pela culpabilização do indivíduo.

Por se tratar de fenômeno multidimensional, a exclusão social tem sido estudada em diferentes áreas do conhecimento, sendo atrelada à pobreza, discriminação e outras vulnerabilidades sociais. Alguns estudos acadêmicos ou de órgãos governamentais calculam índices que apelam a variáveis, tais como, renda, escolaridade, saúde e moradia para a construção de um perfil dos excluídos sociais. Já outras pesquisas discorrem sobre as exclusões que emergem do campo social, a saber, exclusão espacial, existencial, educacional, econômica etc.

Neste estudo, foram feitos dois estudos bibliográficos sobre a exclusão social, um para a construção da fundamentação teórica (que vem logo após a descrição metodológica), onde não foram citados os artigos que compuseram o banco de dados debatidos na seção “resultados e discussões”, que é a penúltima seção do artigo, e segundo embasamento teórico de tema, seguido pela conclusão.

A questão inicial que deu corpo a este estudo foi: Como o conceito exclusão social se movimentou em publicações de diferentes áreas do conhecimento, em artigos publicados entre 2000 e 2014?

O objetivo deste estudo foi analisar a utilização do conceito exclusão social em artigos publicados em língua portuguesa, entre 2000 e 2014, em periódicos revisados por pares, que constam na Plataforma CAPES-CAFE, e que possuem o termo exclusão social como descritor.

METODOLOGIA

Para responder ao problema de pesquisa, fez-se um recorte no universo das publicações que possuíam exclusão social como descritor, na plataforma CAPES-CAFE (área de acesso pago), no dia 25 de outubro de 2015. Outros critérios para refinamento dos resultados foram: periódicos revisados por pares; publicados de 2000 a 2014 e em português.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A plataforma retornou trinta e nove artigos, nos quais, foi feita uma breve análise de conteúdo no título, resumo, palavras-chave e introdução. Desta feita, observou-se que alguns artigos não respondiam à pergunta de partida deste estudo, pois estes artigos não traziam uma discussão direta com o tema exclusão social. Portanto, estes artigos foram excluídos do banco de dados, que foi construído com os dezoito artigos remanescentes. Uma vez estabelecido o corpus, empregou-se a mesma técnica, mas agora em todo o texto.

Para tratamento dos dados, utilizou-se as seguintes ferramentas: fichas de análise, análise de conteúdo e a mineração de textos (com auxílio do *software* R studio).

Segundo Bauer (2002), ao empregar-se da técnica análise de conteúdo, comumente tem-se utilizado de textos escritos para outros fins, visando através desta ferramenta produzir dados que respondam a questionamentos feitos pelo pesquisador. No presente estudo, como a intenção foi a de criar um banco de dados para fins de análise estatística, empregou-se uma análise descritiva e analítica, por esta mostrar ao mesmo tempo a variedade de elementos e as regularidades conceituais (NASCIMENTO E MENANDRO, 2006).

Assim, nesta pesquisa, explorou-se a categoria qualitativa da análise de conteúdo, que segundo Quivy e Campenhoudt (2005), é uma análise intensiva, pois, apesar do número de informações ser pequeno, estas são complexas e pormenorizadas, e sua informação de base é a maneira pela qual os elementos do discurso imbricam-se.

A partir das considerações de Quivy e Campenhoudt (2005, p.228), pode-se dizer que foi feita, neste estudo, uma análise de co-ocorrência, que "examina as associações de temas nas sequencias de comunicação".

Assim, a análise de conteúdo foi feita em duas etapas: a primeira, para escolher quais artigos retornados pela plataforma CAPES-CAFE, atendiam à pergunta de partida; e a segunda, para montagem do banco de dados (em planilha do Excel), que consiste no arquivo a ser rodado no R studio (R).

Após uma minuciosa leitura dos dezoito artigos, foram feitos fichamentos, com citações diretas. Depois de fichados todos os artigos, buscou-se responder às seguintes perguntas, que compõem uma ficha de análise para categorização do conteúdo e corroboração da presença deste no banco de dados: i. No artigo, consta uma discussão sobre/com o termo exclusão social? ii. Quais são os conceitos vinculados ao termo exclusão social que constam no resumo e palavras-chave? iii. No corpo do artigo, quais são os conceitos atribuídos e os vinculados à exclusão social? iv. O(s) autor(es) utilizam o binômio exclusão-inclusão como dicotômicos?

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A partir dessas fichas de análise, foram construídas três colunas, cada uma com dezenove linhas, no programa Microsoft Excel, sendo a primeira correspondente ao título do artigo, a segunda referente às palavras-chave e resumo, e a terceira concernente ao corpo do artigo. Optou-se por ordenar as linhas da primeira coluna com os nomes dos artigos em ordem alfabética para corrigir qualquer viés que pudesse haver caso algum autor tivesse mais de um artigo na amostra. Nesta etapa, observou-se, assim como salientado por Nascimento e Menandro (2006, p.79), que a análise de conteúdo, proporciona "numa comparação entre os elementos do corpus (palavras ou sentenças), a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos, possibilitando a formação de categorias mais gerais de conteúdo".

Elegeu-se o uso de palavras-chave/conceitos para facilitar a análise da matriz de dados[1] a ser gerada no R. Quando não havia possibilidade de converter expressões ou frases em uma única palavra, escrevia-se as palavras sem espaçamento, para que, ao alimentar o R posteriormente, ele entendesse como sendo apenas um termo. Por exemplo, quando os termos exclusão e inclusão são entendidos pelos autores como não dicotômicos, escrevia-se da seguinte maneira: "exclusaoinclusao".

Essas palavras que passaram a compor o banco de dados são aquelas associadas ao termo exclusão social que o autor utiliza ora para definir, ora para caracterizar, exemplificar, utilizar como sinônimo, em sua concepção (ou seja, expressões de sua autoria, texto próprio) ou da revisão de literatura, mas nesse caso, só se o autor tiver expressado estar de acordo com tal pensamento.

Ressalta-se que inicialmente, na construção do banco de dados, privilegiou-se utilizar as mesmas palavras que cada autor havia utilizado, entretanto, para uma posterior análise de regularidades teóricas, a ser evidenciada na matriz de termos do R, foi necessário valer-se de sinônimos para os diferentes modos que os autores expressam o mesmo pensamento. Essas modificações do banco de dados foram devidamente registradas, para que tais contextos fossem elencados nas discussões dos resultados. Esse artifício é chamado codificação.

De acordo com Bauer (2002, p.199), é esse referencial de codificação que norteará a interpretação do corpus de texto, ele "constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa".

[1] O R gera uma matriz de termos que consiste num "conjunto de operadores para cálculos sobre quadros de dados" (BEASLEY, 2004, p.2).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Outro aspecto a ser ressaltado é que a utilização de termos sem repetição na mesma linha e mesma coluna, deve-se ao fato de que ao sistematizar os conceitos que iriam alimentar o R, este não gerasse contagens inúteis, como por exemplo, palavras de ligação, conjunções, preposições ou frequências dentro do mesmo artigo, que não é o objetivo procurado.

Complementarmente à análise de conteúdo, foi utilizado o *software* R dado seu caráter quantitativo propiciar a geração de informações pertencentes à estatística descritiva, o que enriqueceu a comparação dos artigos fichados.

De acordo com Ferreira e Oliveira (2008, p.1) o "R é uma linguagem e ambiente para computação estatística e gráfica. [...] desenvolvida no *Bell Laboratories* por John Chambers e colaboradores. [...] disponibiliza uma grande variedade de métodos estatísticos [...] e técnicas gráficas".

Portanto, essa pesquisa é classificada como descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de uma pesquisa documental e com utilização de dados secundários. De forma geral, considerando as ferramentas utilizadas para coleta e análise dos dados, trata-se de uma pesquisa preponderantemente qualitativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate que circunda a exclusão social é múltiplo, do ponto de vista do que seja este fenômeno, suas causas, resoluções e quanto aos conceitos satélites do problema. Nessa seção serão apresentadas as principais discussões acerca do conceito exclusão social, e serão pinceladas algumas outras variações da exclusão encontradas na literatura, que vêm a ser desdobramentos de sua dimensão social.

A exclusão desmascarada em seu sentido literal abrange diversos segmentos da vida do indivíduo posto como excluído, se tratam de exclusões e de inclusões, de exclusões includentes e de inclusões excludentes, que o dilaceram, mas que também irrompem o estado de coisas atuais, o dando força para lutar.

Esse tópico apresentará o conceito clássico da exclusão social trazido por alguns estudiosos do tema e por outros autores que em um dado momento ao estudar problemas sociais esbarraram na exclusão social ou em um de seus desdobramentos, a saber: exclusão ambiental, política, econômica ou espacial.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Fonseca (2014, p. 233) reverbera que a visão de determinada dimensão da exclusão social, traz à tona questões mais específicas, ainda assim, considera que o contexto econômico e social são perspectivas importantes para o detalhamento do assunto. Desta maneira, defende que o conceito seja discutido dentro desta ótica. A autora alerta para o fato de o termo exclusão social ser tratado muitas vezes com imprecisão e ambiguidade, assim como, sinônimo de pobreza, "de privações e estigmatizações diversas, englobando noções de carência e vulnerabilidade". Com mais acuidade "é abordado como um processo que expressa contradições do desenvolvimento da sociedade capitalista que impede ou dificulta a integração de certos grupos da população" (FONSECA, 2014, p.236).

Sobre a ambiguidade e imprecisão em torno da discussão referente à exclusão, Fonseca (2014, p. 233) diz compreender que há distintos processos desencadeadores, por isso mesmo há generalização de suas bases fundantes, o que não proporciona aporte para o entendimento e aprofundamento de "suas determinações, especificidades históricas, econômico-sociais e políticas". Por isso, a autora preocupa-se com a capacidade manipuladora e de alienação que uma discussão superficial pode acarretar. Além do que, pode camuflar algo mais profundo, que é a exploração e dominação contidas nas medidas capitalistas neoliberais.

Santos (2001) defende a ideia de que são as relações de classe e de exploração, elementos para compreensão da desigualdade e exclusão, inclusive entre países ricos e pobres. Para ela, as contradições da acumulação capitalista são as determinantes estruturais da exclusão social.

Contraditoriamente o sistema capitalista gera mais necessidades de consumo do que as supre, uma vez que pessoas pertencentes às classes mais baixas não tem condições financeiras para o consumo desses produtos (exclusão econômica e de oportunidades). No topo da pirâmide de classes sociais está a elite, que consome bens supérfluos, obtém ganhos financeiros com especulação, exploração etc. A contradição se dá, pois o contingente de pobres prejudica a demanda global, o que é maléfico à engrenagem do sistema. Dentro dessa contradição há um fenômeno de inclusão-excludente.

Um exemplo desse fenômeno é dado por Maricato (1995, p. 29), quando diz sobre os trabalhadores do setor secundário da economia, "Não há como definir um limite preciso entre o 'incluído' e o 'excluído'". Esses trabalhadores são produtivos excluídos, são o resultado dos baixos salários da indústria, acrescenta.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Sob a ótica clássica, eles estão integrados, são trabalhadores do mercado formal, entretanto o que ganham mal dá para sua subsistência. Há um abismo entre seu poder de compra e o da classe alta.

Portanto, a inclusão não pode ser tratada apenas em alguns aspectos, não existe estar metade incluído, como atenta Gentili (2009, p.1062), ou se está incluído ou não está. "A inclusão é um processo democrático integral, que envolve a superação efetiva das condições políticas, econômicas, sociais e culturais que historicamente produzem exclusão".

Para Fonseca (2014, p.237) o binômio inclusão-exclusão são a negação um do outro apenas formalmente. Trata-se de elementos complementares que mostram a "circularidade perversa do movimento do capital" em sua lógica de exploração e dominação.

Gentili (2009) discorre sobre o conceito de exclusão includente, ou seja, quando os processos de inclusão não são suficientes para integrar aqueles em estado de segregação social. Para ele, o conceito exclusão includente demonstra a multidimensionalidade do processo discriminatório. Para que não apenas as causas mais visíveis da exclusão sejam revertidas, necessita-se de um conjunto de decisões políticas. "A exclusão é uma relação social, e não um estado ou posição ocupada na estrutura institucional de uma determinada sociedade" (GENTILI, 2009, p.1062). O fato de ser uma relação social implica o envolvimento dos diferentes atores, esses atores antes de serem agentes econômicos são seres humanos, genuinamente seres vivos, que por seu estado possuem necessidades e soluções.

A resolução dessas necessidades perpassa pelo entendimento de que, muitas delas são naturais, qualidade de quem está vivo, deve-se integrar-se a ela nas suas fisiologias e complexidades. Entretanto, classicamente, as necessidades básicas e supérfluas dos marginalizados do sistema, que este taxa de excluídos sob inúmeros prismas, são desconsideradas.

Os taxados excluídos têm origens e naturezas históricas múltiplas, sendo descritos na literatura, principalmente, pelas seguintes características: sujeitos impossibilitados de serem absorvidos pelos novos processos produtivos (devido seu número crescente e falta de habilidades requeridas); e, aqueles estigmatizados de tal forma que chegam a ser renegados como humanos (FONSECA, 2014).

Fonseca (2014), expõe que o termo exclusão social é associado, por alguns teóricos, com problemáticas que circundam o conceito de cidadania, por exemplo o de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

democracia. Entretanto, na visão da autora a emancipação humana engloba a emancipação política (que seria a cidadania plena), e que "os radicais direitos de cidadania [que] inscrevem-se no arcabouço da democracia, [...] não chegam perto de questionar a expropriação básica existente na relação que funda a sociedade capitalista: a relação capital-trabalho" (FONSECA, 2014, p.235).

A autora supracitada critica a noção de cidadania plena (democracia) como resolução da exclusão, pois coloca a questão de que necessita-se construir uma nova sociabilidade que não seja organizada nem dirigida pelo capital. Esse discurso é usado para obscurecer a relação de produção e desigualdades de classe. "Entendemos que é na luta contra a relação-capital, alinhada à emancipação humana como horizonte revolucionário, que a classe trabalhadora pode ultrapassar as possibilidades máximas colocadas no âmbito do capitalismo" As políticas inclusivas aproximam-se dessa perspectiva de cidadania e distanciam-se de medidas sistêmicas em prol do trabalho e classe trabalhadora (FONSECA, 2014, p.235).

Maricato em 1995 publicou um livro onde relata o que viu durante o período em que esteve à frente da política habitacional e desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Nele ela descreve o distanciamento que há entre a ordem legal e a cidade real, e é justamente nesse ponto que sua publicação recai sobre o tema da exclusão ao analisar o território, no que diz respeito à ocupação excludente do solo urbano.

Ainda segundo esta autora, uma das faces mais importantes da exclusão social é a segregação ambiental/espacial. Concomitantemente, dentro da exclusão ambiental estão aspectos sociais, pois é nela que manifesta-se uma lista interminável da exclusão:

> À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 1995, p. 29).

A exclusão econômica, social, cultural, ambiental e legal são faces da exclusão que Maricato (1995) retrata nas várias expressões de violência com o indivíduo: desemprego ou emprego temporário; falta de estímulo para seguir os estudos, discriminação pela classe social e cor, publicidade do consumo como bem-estar social,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

relação subserviente com os políticos, violência no meio social em que vive e ausência de cidadania. Observa que as formas de ilegalidade presentes no cotidiano desses sujeitos, seja nas condições de moradia, nas relações de trabalho ou na ação policial os coloca numa situação vulnerável. Apesar de a exclusão social por si mesma não ser passível de mensuração, ela "[...] pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania" (MARICATO, 1995, p. 30).

No que diz respeito ainda ao território, a expropriação também deu sua contribuição ao agravamento da exclusão. A expropriação, para Fonseca (2014), é uma forma de exclusão que gera muitas outras. Sua característica contemporânea é abranger praticamente todas as dimensões da vida. A expropriação primária é aquela que atingiu os povos rurais, que foram atraídos ou forçados a irem para o meio urbano. Aqui, a autora traz reflexão da historiadora Virgínia Fontes (2010), que alude que este movimento campo-cidade incapacitou essas pessoas de manterem sua reprodução, tendo alavancado o modo de produção capitalista que, como nos adverte a historiadora, continua agindo de forma imperialista, expropriando-os de formas secundárias.

Sobre essas expropriações secundárias, revela ser chamada por vários autores de exclusão social. Ela está firmada no capitalismo, é necessária à expansão e acumulação deste, por isso não pode ser superada no seu bojo (FONSECA, 2014).

Dialogando com esta corrente, Maricato (1995, p. 5) discorre sobre a industrialização e urbanização terem se mostrado como solução para o coronelismo e dominação da produção agrária. Entretanto, o crescimento econômico concentrador resultou em gigantesca concentração espacial da pobreza, pois concentra renda, terra e poder, o que o torna profundamente excludente".

Maricato (1995) conclui que suplantar a exclusão passa pela generalização da cidadania, e que a exclusão social (no espaço) para ser superada demanda transformações na sociedade no que concerne à propriedade da terra e do mercado imobiliário, generalização de ações de urbanização e regularização fundiária, além de perpassar pelo cumprimento do texto da lei que garante direitos fundamentais, com implementação de programas profundos que universalizem os direitos legais.

De acordo com Gentili (2009), a superação da exclusão vai além da simples melhoria das condições de acesso a um direito, pois "quando se trata de um direito, não há, digamos assim, uma 'inclusão pela metade' [embora] [...] o fato de ter avançado na

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

conquista de posições e âmbitos que definem um direito sejam sempre uma necessidade e um imperativo democráticos" (GENTILI, 2009, p.1063).

Fonseca (2014), chama atenção para a manutenção na superficialidade da noção de exclusão social provocar reformas no interior do capitalismo possibilitando sua reinvenção. Defende que essas situações de exclusão, como é o caso das expropriações secundárias, são resultado dessa dinâmica perversa capitalista, e que os trabalhadores expropriados sofrem de estigmatizações, segregações e representações negativistas, recaindo sobre estes a ideia de que são ameaça à coesão social, que ela chama de "apassivamento dos conflitos de classe" (p.249). Esse apassivamento sustenta a expropriação, desigualdades e exprobrados, dando continuidade ao ciclo.

Por se tratar de fenômeno complexo, multidimensional, cada autor apresenta uma linha de pensamento que percorre ora conceitos análogos, ora conceitos antagônicos. Longe de exaurir o tema pretendeu-se nesse primeiro tópico trazer uma visão geral sobre a problemática clássica da exclusão social e seus desdobramentos e embasar as discussões dos dados a serem analisados mais na frente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão discutidos os dados tabulados e gráficos gerados com auxílio do *software* R.

A nuvem de termos abaixo (Gráfico 1) destaca a expressão exclusão social, devido sua presença nos dezoito artigos, na categoria que engloba título, resumo e palavras-chave. Muitos autores também relacionam pobreza, globalização e inclusão social à exclusão. A pobreza, assim como a violência e o desemprego são fenômenos característicos do perfil socioeconômico dos sujeitos investigados pelos autores deste banco de dados.

GRÁFICO 1. Nuvem de termos da categoria título, resumo e palavras-chave dos artigos publicados em língua portuguesa, entre 2000 e 2014, em periódicos revisados por pares, que constam na Plataforma CAPES-CAFE, e que possuem o termo exclusão social como descritor

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Fonte: elaboração própria

A globalização aparece em Oliveira, Fernandes e Almeida (2012), Dubet (2003), Santos (2001) e Santos (2007) como agravante da exclusão social, já em Lopes (2006) o termo presente é internacionalização, mas utilizamos no momento da codificação do banco de dados o termo globalização como sinônimo, pela proximidade das discussão levantada pelo autor em relação aos demais.

De acordo com Oliveira, Fernandes e Almeida (2012), a partir de 1990, a sociedade brasileira passa a sentir os efeitos excludentes da globalização neoliberal, o que provocou uma ampliação da exclusão já existente. Como exemplo citam: aumento de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, elevação do desemprego e diminuição gradativa do Estado no âmbito social.

Santos (2001, p.183) analisa a exclusão tendo como plano de fundo a globalização. Segundo a autora, as alianças entre a burguesia de diferentes países "possibilitam a reprodução da dominação" o que ressalta que a exclusão é fruto de relações de classes e não de países. Conclui que a globalização para as classes marginadas significa o reforço de sua renegação à participar da riqueza gerada por ela, além de outras implicações como é o caso de perda de poder político. Que por sua vez, a afasta ainda mais de usufruir da justiça social, imaginada como alimentação, saúde, habitação, saneamento e educação de qualidade, entre outras dimensões da vida.

Os interesses hegemônicos do capital contrapõe-se aos gastos do Estado nas áreas de bem-estar social, por serem consideradas não-lucrativas. As estratégias desses interesses são claramente visualizadas no modelo neoliberal que defende, entre outras medidas: privatizações, endividamento externo e flexibilização dos direitos trabalhistas. Por outro lado, é um tipo de política que redunda em menor poder de compra, trazendo consequências à acumulação capitalista (SANTOS, 2001).

Na visão de Santos (2001), nesta dicotomia da distribuição do produto (concentração de riqueza e expansão da pobreza), o Estado, desde que haja em prol de um projeto popular de inserção econômica, política e cultural, seria o único defensor dos interesses vitais dos excluídos. Importante salientar que o projeto político deve ter

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

prioridade em construir uma sociedade justa. "'Governar a globalização' passa, portanto, por decisões políticas que questionem o modelo vigente e levem à construção de um projeto alternativo de estrutura social: equitativo, sustentável, plural e democrático" (SANTOS, 2001, p. 195).

Ao executar a função *table (quantitativeTermsMatrix$exclusaosocial, quantitativeTermsMatrix$inclusaosocial)* no R, percebeu-se que o termo inclusão social esteve em suas cinco aparições (nesta primeira coluna) atrelado ao conceito exclusão social. Para elencar estas três presenças, executou-se a função *termSearch ("inclusaosocial")* e em seguida a função *termSearch ("exclusaoinclusao")*[2], para observar quais destes autores consideram exclusão e inclusão social como elementos não dicotômicos. Destas funções resultam as análises abaixo.

Tissi (2000) ao estudar a inserção de pessoas com deficiência no comércio ambulante, chama atenção para o fato de que apesar das condições precárias do trabalho informal, há uma integração econômica, e também uma rede de trocas sociais, que permitem nomear este lugar como espaço de inclusão, ainda que estes trabalhadores sofram com o aspecto material da exclusão. Conclui que exclusão e inclusão não são lados opostos.

Streck (2009) aborda a exclusão social como sendo associada ao neoliberalismo e à acumulação capitalista; e que ela e a inclusão social não são um dualismo, mas faces de uma sociedade que exclui e inclui de forma desumana.

Ainda sobre inclusão social no mercado de trabalho informal, Ferraz e Cavedon (2008) estudam o segmento das mulheres praticantes da economia popular solidária, e consideram esta prática como uma forma de inclusão, que possibilita a estes indivíduos desenvolvimento.

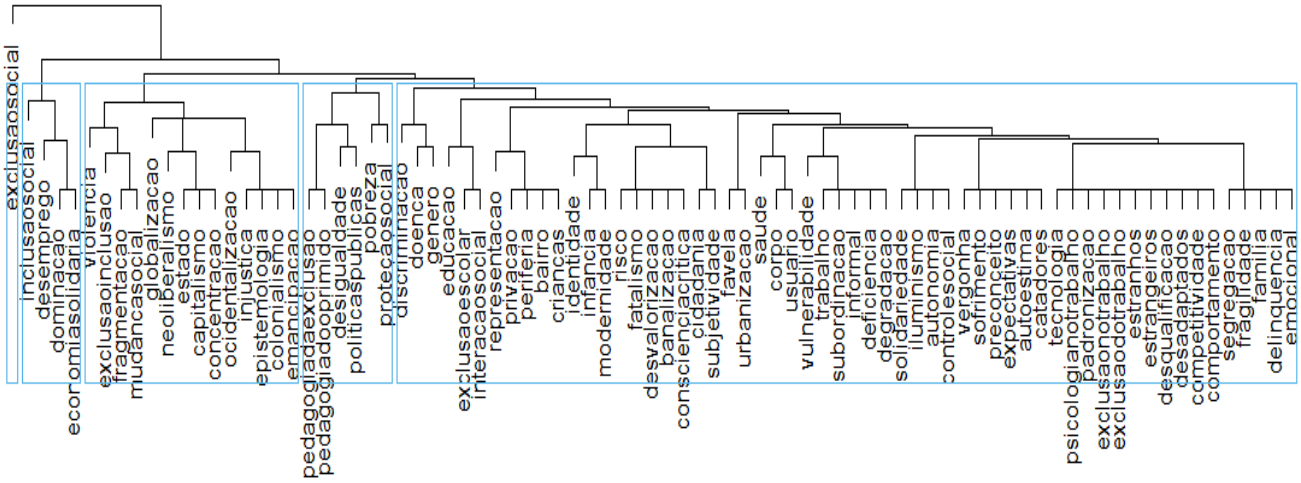
Nesta primeira categoria que engloba título, resumo e palavras-chave, o total de termos foi oitenta e três. Destes, o R retornou o seguinte dendograma (*Clustering)*:

GRÁFICO 2. Dendograma da categoria título, resumo e palavras-chave dos artigos publicados em língua portuguesa, entre 2000 e 2014, em periódicos revisados

[2] Conforme já mencionado na metodologia, no momento da codificação, utilizou-se a expressão "exclusaoinclusao" para identificar o pensamento dos autores que não consideram os termos como antagônicos. Porto (2000), Streck (2009), Medeiros e Padial (2007), Lopes (2006), Santos (2001) e Tissi (2000) compartilham desta visão.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

por pares, que constam na Plataforma CAPES-CAFE, e que possuem o termo exclusão social como descritor



Fonte: elaboração própria

Observa-se que exclusão social é o termo que estabelece uma relação com os demais, ficando hierarquicamente na parte superior do dendograma. Para elaboração deste gráfico, solicitou-se no R, a formação de cinco agrupamentos. O R, por sua vez, separou o termo exclusão social e outras quatro categorias que serão analisadas a seguir.

Na segunda categoria, encontra-se "inclusão social" associada à desemprego que por sua vez liga-se a dominação e economia solidária. Estas palavras compõem o rol daquelas citadas por Ferraz e Cavedon (2008). Essas autoras analisam a exclusão social por um fato *a priori* a esta que, é a dominação masculina na ocupação dos postos de trabalho, a partir de uma pesquisa empírica realizada com onze mulheres artesãs de um empreendimento de economia solidária. A partir desse estudo, identificam que o desemprego (demissão voluntária, involuntária ou a não-contratação) são formas de exclusão social dessas mulheres, uma vez que o mercado de trabalho delineia a função social delas. O termo desemprego também aparece em Tissi (2000) e Guimarães (2008).

Guimarães (2008) estuda a exclusão *no* e *pelo* trabalho, somando a esta discussão a questão do desenvolvimento tecnológico. Os excluídos que encontram-se desempregados e aos quais é atribuído o *status* de desqualificados ou desadaptados, seriam aqueles que não estão no padrão exigido pela competitividade do mercado de trabalho. Outra vertente levantada por Guimarães (2008, p.86), é que a partir da concepção de que o trabalho é fator de produção a ser explorado e descartado, este "aparece como fator de exclusão social e de isolamento do indivíduo". Se o sujeito deixar

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

influenciar-se e se nivele ao comportamento laboral, passará pelo estranhamento de si, caso resista a tal uniformização, passará a ser enquadrado como estranho, pelos outros.

No terceiro agrupamento, encontra-se "violência", mais abaixo "exclusão-inclusão", e ligados a esta, "fragmentação" e "mudança social". Porto (2000) liga os conceitos globalização, fragmentação e violência, e esta último à exclusão e inclusão social como sendo integrantes de uma mesma dinâmica. A autora entende a exclusão como exclusão de direitos. Sua menção é pelo olhar não mais para a exploração, mas para a ausência da relação social, para a exclusão identitária daqueles que estão integrados à dinâmica social e econômica, mas que não possuem referência.

Violência também é citada por: Gomes e Fernandes (2009); e Silva e Silva (2010) cujo pensamento dialoga também na análise da exclusão social: Silva e Silva (2010), ancorada em Marx, concebe que o processo de acumulação capitalista é estruturalmente excludente. Para ela, uma pessoa em situação de exclusão social encontra-se numa situação processual, estrutural e multidimensional. Além de referir-se a uma dimensão econômica, a exclusão deve-se à falta de proteção social. Ela tem como foco estudar as políticas públicas e considera a temática exclusão social limitada para esta finalidade, então parte para a análise da pobreza. Gomes e Fernandes (2009), tomam a exclusão social como multidimensional; como característica estrutural da sociedade, inerente a diversos processos sociais; bem como, aludem à ausência do poder público como mediador do espaço público (na área onde o programa bairrinho que elas acompanham fora instalado – favelas Praia da Rosa e Sapucaia/ Rio de janeiro).

No quarto grupo de termos, percebe-se a correlação dos enunciados presentes em Streck (2009) e Silva e Silva (2010). Para Streck (2009) a noção de exclusão social reforça o senso comum de que a mudança cabe ao indivíduo, desta forma, perde-se a possibilidade de diferenciar problemas relacionados à estrutura de classes sociais daqueles oriundos das habilidades e possibilidades individuais. Assim, faz uma reflexão quanto ao consenso pedagógico sobre o fenômeno.

O último agrupamento, abrange um maior número de termos, os quais terão espaço para discussão mais na frente. Por hora, destaca-se a ligação entre "subjetividade" e "cidadania". Assim como no dendograma, estes conceitos dialogam nas visões de Caniato *et al* (2002) e Sarmento (2002).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Caniato *et al* (2002) criticam a pseudocidadania das ações do Estado, que culpabiliza a população pela exclusão social na qual se encontra. Partem da análise do Programa Jovem Agente Social e Humano – Líder Comunitário da cidade de Maringá-PR, para citar a forma de atuação dos entes federados, cujas ações de cidadania restringem-se à emissão de documentos. E outras ações, de cunho socioeducativo, objetivam tutelar, vigiar e estabelecer a ordem social. Segundo esses autores, a liderança formada no programa é em prol da passividade ao modo de vida de exclusão social na qual vivem. Quanto à subjetivação, citam o comportamento normopático ao qual alguns sujeitos se enquadram por temerem a exclusão:

> Do contrário, se estes grupos sociais continuarem a exercer o papel de colaboradores da banalização da injustiça, conformando-se com esta, devido ao sofrimento consequente do pavor da exclusão, tendo suas vidas tomadas pela apatia e pelo fatalismo do destino, exercendo a legitimação e manutenção da ordem social sob a tutela do Estado, que saibam ao menos, que estão plenamente no exercício de qualquer outra coisa, menos no da cidadania. A violência que constatamos é esta: eles não se sabem destruídos pela violência, por integrarem o rol das subjetividades construídas justamente para este fim (CANIATO *ET AL*, 2002, p.123).

Sarmento (2002, p. 276) concebe a infância como construção social, cuja construção identitária e subjetiva, nos últimos duzentos anos, tem contribuído para a exclusão social das crianças. Ele aborda esses fatores de exclusão social das crianças, dividindo-os pelo que chama de espaços estruturais: i. espaço estrutural da produção: incidência de pobreza, trabalho infantil, efeitos do desemprego nas gerações mais jovens, a criação de novas desigualdades inerentes ao acesso desigual aos bens do mercado de produtos para a infância; ii. Espaço doméstico: os índices de pobreza são uma grandeza proporcional à desestrutura familiar; iii. Espaço da cidadania: aqui o autor questiona a falta de meios para que aconteça a participação política e na vida democrática, pelas crianças, pois segundo ele, não há o "reconhecimento dos direitos de participação das crianças na constituição do espaço público e [...] [não há] a mobilização expressiva da sua opinião"; iv. Espaço comunitário: há laços que se estabelecem de forma exclusicionista e com fronteiras. Numa relação comunitária isso se daria de forma coletiva, aberta e integrativa.

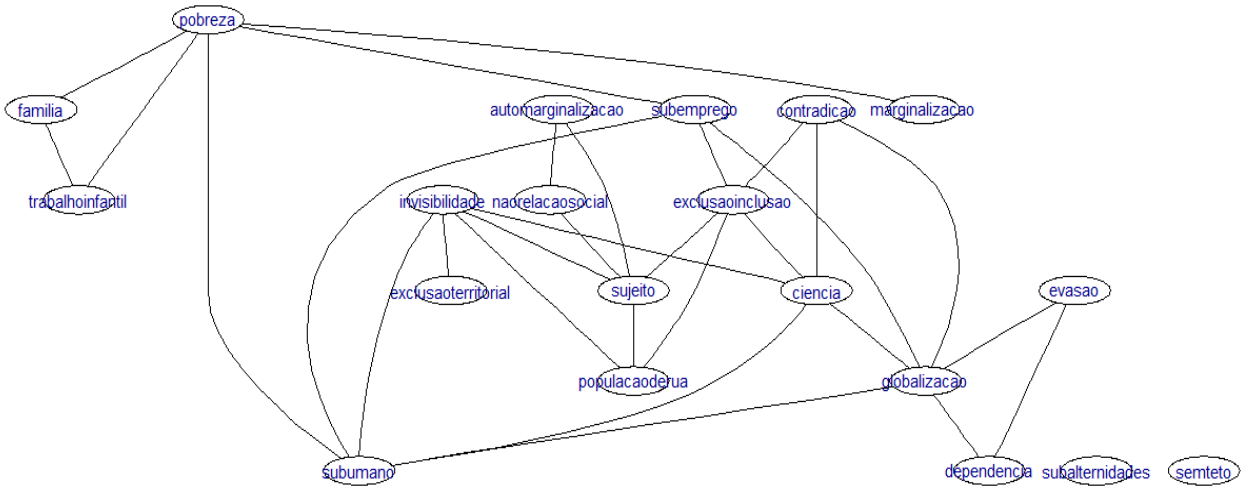
ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Lopes (2006), defende a ideia de que há na exclusão social a redução da sujeicidade. Justifica que a transformação qualitativa dos pressupostos iluministas sobre a concepção de sujeito – a partir de restrições à liberdade individual e ao uso público da razão – somou-se aos problemas oriundos da desigualdade socioeconômica, revelando uma injustiça simbólica, além da material. Essa injustiça simbólica manifesta-se de forma intersubjetiva, como, hostilidade, invisibilidade social e destruição da autoestima dos sujeitos.

A segunda categoria do banco de dados diz respeito aos conceitos e expressões presentes no corpo do artigo, que totalizaram cento e vinte e quatro termos. A seguir encontram-se os gráficos oriundos dessas informações.

A rede de correlações abaixo (gráfico 3) traz bem ao centro o "sujeito". Torna-se um aspecto importante de ser ressaltado uma vez que a exclusão social em suas multi-dimensões, usos e desusos pragmáticos, sua face circular junto à inclusão, tem como núcleo o perfil – socioeconômico, existencial, territorial, biológico, processual – do ser. Por trás de números e indica*dores* é ele o "suporte".

GRÁFICO 3. Rede de correlações das palavras presentes na categoria termos, dos artigos publicados em língua portuguesa, entre 2000 e 2014, em periódicos revisados por pares, que constam na Plataforma CAPES-CAFE, e que possuem o termo exclusão social como descritor



Fonte: elaboração própria

Chammé (2002), discute a exclusão e inclusão social a partir do corpo, pois considera que este traduz pelo seu estado de saúde ou de doença, o nível de exclusão e ou

de inclusão ao qual o sujeito está inserido. As doenças refletem as exclusões e explorações daquele corpo, bem como a desigualdade de saber, de poder e de acesso a serviços públicos de saúde.

Lopes (2006, p.18) traz uma provocação às análises puramente pragmáticas da exclusão social: "Enquanto as experiências dos sujeitos excluídos remetem a um plano de causalidades complexas e multidimensionais [...] a centralidade das políticas sociais ainda estrutura-se pela renda *per capita* dos sujeitos".

Observa-se no gráfico 3 a correlação entre "pobreza" e "marginalização". Sobre essa relação, Ferraz e Cavedon (2008), ao realizarem pesquisa empírica com 11 artesãs que comercializam seus produtos embaixo de um viaduto (espaço marginalizado), perceberam que a fala dessas mulheres sustenta o discurso da exclusão, visando que as pessoas solidarizem-se com suas situações de pobreza/exclusão.

A expressão sem-teto que aparece isolada no dendograma acima, é relativa a Fernandes (2004) que investiga redações escritas por crianças de dois bairros periféricos de Ribeirão Preto-SP. Sem-teto é uma nomenclatura dada a esses bairros e reflete a discriminação em relação ao lugar. Segundo este autor, nos textos das crianças estão presentes aspectos cruéis da exclusão social vividos por elas, revelam a falta de acesso aos bens básicos da vida, limite (imposto pela violência e pobreza), fome, desamparo, agressões.

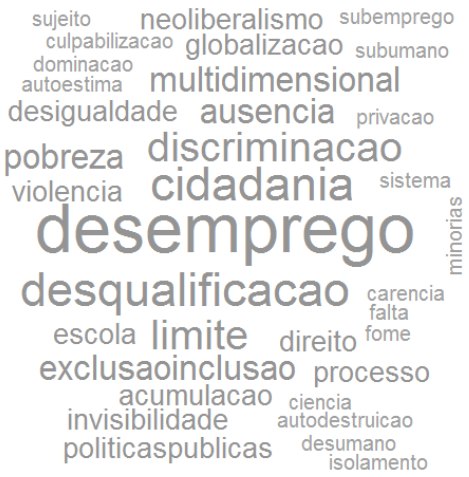
Atrelada à palavra "globalização" está "contradição", "subemprego" e "evasão" e a esta última "dependência". Sobre esses arranjos, seguem algumas concepções: Na fala de Dubet (2003, p.43) vê-se essa imbricação, pois para ele a exclusão (social e escolar) relacionam-se com a educação, e devem ser analisadas considerando as relações de produção com as quais a escola (meritocrática) atua. Sua visão é de que a escola é agente de uma exclusão subjetiva que cria uma "crise de sentido nos estudos", além de funcionar da mesma forma que o mercado; Gomes e Fernandes (2009) convergem com o pensamento que liga exclusão à não qualificação para o mercado de trabalho; Para Caniato *et al* (2002), o desemprego em massa aumentou a quantidade de excluídos, fruto da tecnologia e da divisão internacional do trabalho, decorrentes da globalização (Gráfico 3).

Percebe-se uma corrente teórica bem definida quanto à atribuição da exclusão ser tida como produto da não escolaridade. Na nuvem de termos abaixo essa relação aparece

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

na forma dos seguintes termos “culpabilização” [aparece em: Streck (2009), pois para ele o termo exclusão social reforça esse senso comum, apesar de que ele não concorda com isso; e em Santos (2001) que mostra que para os ideólogos da teoria da modernização, a exclusão social continua sendo explicada culpabilizando os próprios indivíduos]; “ciência” [termo utilizado por Santos (2007) para falar sobre a exclusão no sentido epistemológico do conhecimento do Sul. Para ele a ciência moderna exerce um monopólio do verdadeiro e do falso e não reconhece os saberes dos povos colonizados]; “escola” [Dubet (2003), Caniato *et al* (2002) e Feijó e Assis (2004)]; e “desqualificação” [Tissi (2000), Guimarães (2008), Medeiros e Padial (2007), Lopes (2006), Gomes e Fernandes (2009) e Silva e Silva (2010)].

GRÁFICO 4. Nuvem de termos das palavras presentes na categoria termos, dos artigos publicados em língua portuguesa, entre 2000 e 2014, em periódicos revisados por pares, que constam na Plataforma CAPES-CAFE, e que possuem o termo exclusão social como descritor



Fonte: elaboração própria

O termo com maior incidência é “desemprego”, citado em dez artigos [Tissi (2000), Guimarães (2008), Medeiros e Padial (2007), Lopes (2006), Sarmento (2002), Feijó e Assis (2004), Caniato *et al* (2002), Dubet (2003), Ferraz e Cavedon (2008) e Oliveira, Fernandes e Almeida (2012)]. Como os autores ressaltam o aspecto material da exclusão social, utilizam-no de modo acadêmico-pragmático, correlacionando-o à renda *per capita* dos indivíduos.

Outros termos que destacam-se no gráfico 4 são: “limite” e “cidadania”. A seguir, o diálogo dos autores quanto ao conceito “limite”: Fernandes (2004) mostra a separação

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

clara que existe entre o bairro dos ricos e o dos pobres nas falas dos escolares ouvidos na pesquisa; Para Streck (2009, p.152) "grosso modo, a exclusão social pode ser definida como a limitação de acesso às condições de vida consideradas dignas dentro de critérios éticos com reclamos de universalidade"; Medeiros e Padial (2007) concebem a exclusão como viver no limiar do necessário; Sarmento (2002) fala das fronteiras estabelecidas nos espaços comunitários; e Guimarães (2008, p.84):

> Percebemos, assim, que a ação de limitar define não só padrões de comportamento, atitudes e valores próprios de um grupo ou modo de existência, como também quem são os estrangeiros, os não-pertencentes ao padrão, atitudes e comportamentos definidos. O limite define, além do pertencimento ou exclusão, as relações e os sentimentos possíveis no contato com tudo e todos que se apresentam como diferentes e que poderiam reavivar os limites, ao mesmo tempo em que poderiam representar uma ameaça aos sentimentos de coesão, pertencimento e identidade assegurados pela noção de interioridade.

Sobre a incidência do termo "cidadania": Medeiros e Padial (2007), entendem a exclusão como não inserção na dinâmica produtiva, social, política ou cultural, exclusão de não exercer a cidadania; Lopes (2006), Sarmento (2002), questiona a exclusão das crianças dos espaços de cidadania; Feijó e Assis (2004, p.158), dizem que "o ser excluído traduz-se na falta de ganhos, de alojamento, de cuidados, de instrução, de atenção, de poder exercer sua cidadania"; e Caniato *et al* (2002) demonstram serem favoráveis à cidadania como forma de amenização da exclusão, e criticam a pseudocidadania exercida pelo poder público.

CONCLUSÃO

O estudo sobre a exclusão social tem revelado um grande contingente de excluídos pelo sistema capitalista. Geralmente, essas pesquisas têm por objetivo ora mostrar as contradições do sistema, calcular índices, culpabilizar os indivíduos por sua situação social e financeira, estudar os reflexos psíquicos da exclusão ou ainda trazer soluções para incluir essas pessoas dentro da matriz capitalista.

Observou-se nesse estudo que a exclusão e inclusão social fazem parte de um mesmo processo social, e que não são dicotômicas, mas circulares, e vislumbrou-se, que

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

os autores mostram em ambas um determinado ponto de vista economicista como sendo seu cerne.

O perfil de pessoas que se encontram numa situação de exclusão social é tracejado a partir de indica*dores* socioeconômicos que primam por questões referentes à violência, escolaridade, desemprego, saúde, moradia, pobreza e desigualdade.

Percebe-se, ainda, uma corrente teórica bem definida quanto à atribuição da exclusão ser tida como produto da não-escolaridade, que resulta em desemprego e/ou informalidade do trabalho.

Por fim, ressalta-se que a exclusão social é um conceito multidimensional que vai além do conceito de pobreza e desigualdade, uma vez que envolve também questões de perda ou inexistência de poder político e de outros isolamentos no âmbito da sociedade que pode atingir tanto indivíduos pobres como os não pobres.

Os principais resultados e discussões levantados pelos autores constatam que as políticas neoliberais, presentes no cenário de globalização acentuaram o aumento de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, elevaram o desemprego e diminuíram gradativamente o Estado no âmbito social. Essas pessoas que vivenciam a exclusão estão afastadas da justiça social, concebida como alimentação, saúde, habitação, saneamento e educação de qualidade, entre outras dimensões da vida. Entretanto, muitas vezes, o Estado trata a solução do problema enquanto a promoção de uma inclusão social que restringe-se a medidas em prol do sujeito exercer o seu direito à cidadania. E nestes moldes, ser cidadão é participar da democracia, tendo direito ao voto e de retirar documentos.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. BAUER, M. W.; GASKELL, G. [ed.] Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed. 2003.

CANIATO, A.; RODRIGUES, A; SILVA, J.; QUILICE, K.; SANTOS, L; CORAZZA, L. F.; CASTRO, M.; CASTRO, M; REIS, N.; FILHO, O. S.; FERNANDEZ, P.; e BORGES, S. Phenix: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã. Revista Psicologia & Sociedade; 14 (2): 95-132; jul./dez. 2002

CHAMMÉ, S. J. Corpo e saúde: inclusão e exclusão social. Revista Saúde e sociedade, 11(2): 3-17, 2002.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Tradução: Neide Luzia de Rezende. Revista Cadernos de pesquisa, n.119, p.29-45, julho/2003.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Revista Estudos de psicologia, 9(1), p. 157-166, 2004.

FERNANDES, M. E. As representações de escolares de bairros Periféricos sobre o espaço onde vivem. Revista Paidéia, 2004, 14(29), 337-345.

FERRAZ, D. L. da S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. Revista Cadernos EBAPE.BR, v. 6, n. 4, dez., p. 1-18, 2008.

FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, M. S. de. Introdução à Estatística Básica com R. Lavras: UFLA/FAEPE, 2008.

FONSECA, Z. Exclusão-inclusão: circularidade perversa no Brasil contemporâneo. Revista Trab., Educ., Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, maio/ago, 2014. P.231 - 252.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. BAUER, M. W.; GASKELL, G. [ed.] Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed. 2003.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Revista Educ., Soc. Campinas, vol.30, n. 109, set/dez, 2009. p. 1059 -1079.

GOMES, M. de F. C. M.; FERNANDES, L. L. O programa bairrinho nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia (RJ). Revista Estudos avançados, 23(66), p. 251-266, 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

GUIMARAES, D. A. Desenvolvimento Tecnológico, Padronização de Comportamentos no Trabalho e Exclusão Social. Revista Saúde Soc. São Paulo, v. 17, n. 4, p.81-92, 2008.

LOPES, J. R. "Exclusão social" e controle social: estratégias contemporâneas de redução de sujeicidade. Revista Psicologia e sociedade e; 18(2): maio/ago, 2006 p. 13-24

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, 1995.

MEDEIROS, S. L.; PADIAL, R. Doença Arterial Coronária no Climatério e Exclusão Social. Revista Saúde e sociedade, v.16, n.1, p.45-56, jan-abr, 2007

NASCIMENTO, A. R. A. do; MENANDRO, P. R. M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. Revista Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 6, n. 2, 2º semestre de 2006, p. 72-88.

OLIVEIRA, J. A.; FERNANDES, S. C. S.; ALMEIDA, S. S. M. de. Análise das representações sociais de catadores de lixo de Sergipe acerca de sua realidade social. Revista Psico, v. 13, n. 1, jan/mar, p. 55-68, 2012.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. In: Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 187-200, maio de 2000.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Novos Estudos CEBRAP, 79, nov., 2007 p. 71-94

SANTOS, T. S. dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul/dez, 2001. P. 170 - 198.

SARMENTO, M. J. Infancia, exclusão social e educação como utopia realizável. Revista Educação e sociedade, ano XXIII, n. 78, p. 265-283, abril/ 2002.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

SILVA e SILVA, M. O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katal. Florianópolis v. 13, n. 2, jul/dez, 2010, p. 155-163.

STRECK, D. R. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. Revista Educ. Soc., vol. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago, 2009.

TAVARES, R. In: IV ESUD – Congresso de Ensino Superior a Distância. Brasília, maio/2006. p. 1-17

TISSI, M. C. Deficiencia e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. Revista Saúde e Sociedade, 9(1/2), 2000, p.77-86.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. Manual de investigação em ciências sociais. Tradução: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Portugal: Gradativa-Publicações Ltda, 4ª ed., 2005.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 17 - DOI:10.55232/1082027.17

ACORDO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA: UMA ABORDAGEM SOBRE A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL BRASILEIRO

Alisson Murilo Rocha De Andrade e Rildo Mourão Ferreira

RESUMO: O presente artigo trata da do Acordo MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA: uma abordagem sobre a Indicação Geográfica para o pequeno e médio produtor rural brasileiro. : A Certificação Ambiental é um tema que, frequentemente, destaca-se com a sua potencialidade em tempos de exigências consumeristas de mercado nacional e internacional. Nesse contexto, os produtos registrados com a Indicação Geográfica, sejam nas modalidades Indicação de Procedência ou Denominação de Origem, surgem como oportunidade de valorização do pequeno e médio produtor tanto nos aspectos de qualidades inerentes aos produtos singulares quanto como em uma política de valorização cultural, étnica, do trabalho, da família e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana, com oportunidade de sustentabilidade para uma classe de produtor esquecida e que estava à margem do sistema do agronegócio. Em 28 de junho de 2019, houve um Acordo de Associação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia nas relações econômicas, políticas, sociais e ambientais entre os países-membros. Sobre o tema, convém a abordagem de uma análise dos riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro, especialmente, relacionada à Indicação Geográfica do pequeno e médio produtor. A metodologia utilizada foi a análise documental e bibliográfica, referentes ao tema, principalmente no que tange ao Acordo Mercosul - União Europeia. Para tanto essa pesquisa utilizou-se do método dedutivo ao prever as vantagens e potenciais riscos da celebração desse acordo.

Palavras-chave: Certificação Ambiental. Indicação Geográfica. Acordo MERCOSUL – União Europeia. Pequeno e Médio Produtor Rural.

INTRODUÇÃO

O crescente desenvolvimento da tecnologia brasileira no agronegócio, associada à mecanização no campo, estimulou o crescimento de uma agropecuária de ponta com um padrão industrial de produção de "commodities" destinadas à sua maioria ao mercado externo.

Por outro lado, cerca de 76,8% produtores no Brasil (Censo Agropecuário 2017/2018)[1] estão relacionados com a agricultura familiar e cerca de 90% das propriedades, em números absolutos, pertencem à categoria de média a pequena propriedade.

Através de uma análise histórica, a deficiência de políticas públicas para a comercialização da produção agrícola familiar como do médio e pequeno produtor, aliada a outros fatores, ocasionaram-se uma frustração e desestímulo para esses camponeses, onde os seus produtos, quase sempre, entregues a intermediários por um valor baixo de mercado.

Como forma de valorização dos produtos e da própria agricultura familiar, nos últimos anos, o Poder Público passou a certificar e adquirir alimentos de modo direto do pequeno produtor familiar através de programas como: 1) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e 2) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[2].

Nesse cenário, inclui-se a certificação de Indicações Geográficas (IG), a qual é conferida a produtos ou serviços que englobam características do seu local de origem, sendo relacionados a uma identidade peculiar que se integre características do solo, vegetação, clima, processo de fabricação e questões culturais (*know How ou Savoir-faire*)[3] (TÁVORA, 2019) que possuem a função de proteger produtos típicos.

Em 28 de junho de 2019, houve um Acordo de Associação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) (MRE, 2019a), como um grande avanço nas relações econômicas, políticas, sociais e ambientais entre os membros do MERCOSUL e da União Europeia.

[1] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.
[2] FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https//fnde.gov.br/programa/pnae>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Esse acordo pretende-se aproximar os grupos econômicos, especialmente, no agronegócio, de forma a fomentar o comércio internacional, abordando-se outras temáticas como: a proteção dos direitos trabalhistas e sociais; proteção ambiental; segurança alimentar; Lei de Propriedade Intelectual (proteção à rotulagem, com respeito às indicações geográficas); e de forma a garantir qualidade aos produtos agroindustriais.

Nesse prisma, convém a abordagem de uma análise dos riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro, especialmente, relacionada à Indicação Geográfica do pequeno e médio produtor, pois o padrão europeu de certificação já possui uma estrutura sólida com vários produtos conhecidos internacionalmente como o vinho do Porto, Champagne, Queijo Provolone. Ademais, o MERCOSUL reconheceu 355 Indicações Geográficas da União Europeia.

Desse modo, a discussão, em destaque, inclui-se em quais as vantagens e desvantagens desse reconhecimento. Há espaço para as 68 Indicações Geográficas e 31 Denominações de Origem brasileiras no mercado europeu?[4] Esse intercâmbio irá fortalecer e estimular a produção e a certificação de produtos e serviços oriundos da Identificação Geográfica? Essas e outras abordagens são essenciais para compreender a inclusão do agricultor familiar no mercado internacional nesse acordo.

METODOLOGIA

A pesquisa inicia-se com a análise de dados estatísticos coletados a partir órgãos públicos de registros rurais como a Embrapa e IBGE, principalmente voltados à agricultura familiar e registros de Indicação Geográfica, bem como seus reflexos nas relações do agronegócio.

Posteriormente passa-se à análise documental do Acordo Mercosul – União Europeia, referentes a produtos com certificação ambiental, com selo de Denominação de Origem e Indicação Geográfica.

Sendo que o método que foi utilizado é o método dedutivo. Partindo de uma premissa geral a fim chegar a uma conclusão de caso específico.

[4] Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/statuspedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At10Ago2021.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Saliente-se, por fim, que o estudo também se utiliza da pesquisa bibliográfica, com o intuito de abordar a importância do tema, sob a ótica de diferentes autores.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL

As diversidades culturais, climáticas e fatores biológicos possibilitaram ao Brasil uma característica ímpar em produtos, regionalmente, reconhecidos no cenário brasileiro e internacional.

As características da Identidade Geográfica, IGs, estão estritamente ligadas a esse desenvolvimento em que produtos com manejo e beneficiamento arcaico, transformaram-se em referência de qualidade, com agregação de valor e com grande potencial de comercialização no mercado do agronegócio. Sendo que tais produtos ganharam notoriedade, inclusive, internacional com diversos títulos[5].

O uso dos selos de certificação ambiental de qualidade e procedência em produtos agroalimentares pode ser utilizado como um instrumento de diferenciação da produção de pequenos e médios agricultores. O que também pode representar a percepção de valor do consumidor, elevando a sua confiança e uma estratégia para agregação de valor e qualidade em produtos para exportação.

As IGs são categorizadas em duas figuras de proteção, as quais sejam: as Indicações de Procedência (IP) e as Denominações de Origem (DO). A IP refere-se ao nome geográfico do país, cidade, região ou localidade de seu território, a qual se tornou conhecida como centro de extração, produção ou fabricação de um determinado produto ou pela prestação de um determinado serviço.

A DO indica também o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de um território, todavia, diferentemente da IG, esta designa o produto ou serviço, cujas qualidades se devem exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos[6].

[5] Disponível em: <https://exame.com/casual/queijos-brasileiros-ganham-5-medalhas-super-ouro-em-concurso-mundial/>. Acesso em: 22 fev. 2022.
[6] Art. 176. Lei da Propriedade Industrial (Lei n. 9.279/96). Disponível em: <https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/selos-distintivos-de-qualidade-e-origem>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A referência da certificação encontra-se parâmetro na Lei n. 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial), a partir do seu art. 176 que determina os padrões e exigências para aquisição do selo ambiental.

Acrescente-se que, mais recentemente, foi publicada a Lei n. 13.680, de 14 de junho de 2018, regulamentada pelo Decreto n. 9.918, de 18 de junho de 2019 e instruções normativas a serem publicadas, pelo qual dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal e cria o "Selo Arte", com ampliação de formas de Indicação e comercialização desses produtos em território brasileiro.

No Brasil, o registro e o reconhecimento dos produtos de Indicação Geográfica e Denominação de origem ficam a cargo do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), que, atualmente, possui em sua base de dados 68 indicações de procedências reconhecidas[7] e 21 Denominações de Origem Nacional[8].

Dentre essas, destaque para o SISBOV (Sistema de Indicação e Certificação de Bovinos e Bubalino) que, no Brasil, deve-se ao fato de diversos países, em particular, da União Europeia, instituírem legislação rigorosa para tentar controlar o problema da *Bovine Spongiforme Encephalopathy* (BSE), vulgarmente, conhecida como a "doença da vaca louca". O animal doente é acometido por uma séria lesão neurológica irreversível, sendo possível a transmissão dessa doença para o ser humano.

Outro selo de reconhecimento internacional é o CACCER (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado) que possui um sistema de georreferenciamento, com banco de dados das propriedades certificadas, que permite a localização da propriedade e a precisão de seus limites, a demarcação da área, bem como de reservas legais, altitude, declividade e cursos d'água, além do mapeamento completo das áreas de café.

O café com o selo Cerrado Mineiro é internacionalmente reconhecido por precisar, desde a origem, onde é plantado, até o consumo. Inspirados nas experiências francesa e italiana, seus associados recebem um selo de denominação de origem controlada (ORTEGA; JESUS, 2011), reconhecido pela OIC (Organização Internacional do Café).

[7] Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At10Ago2021.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

[8] Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASDENOMINAESDEORIGEMRECONHECIDAS.At01Fev2022.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Outro produto de destaque nesse cenário é o Queijo Canastra, o qual possui atributos singulares oriundos de especificidades da região da Serra da Canastra. O clima, a altitude, os pastos nativos e as águas da Serra da Canastra dão a esse queijo um sabor único: forte, meio picante, denso e encorpado, sendo um produto de origem controlada[9] e que, atualmente, possui padrão de exportação, com participação em vários concursos internacionais[10].

Por fim, deve-se destacar o primeiro registro brasileiro de IG, com a denominação de "Vale dos Vinhedos"[11], os produtos protegidos são vinhos tintos, brancos e espumantes, na espécie Indicação de Procedência, sendo titular a Aprovale. Técnicas de produção de vinhedos foram introduzidas e aprimoradas por imigrantes dessa região, que resultaram em um excelente padrão de qualidade. Aproximadamente um quarto da área total delimitada possui vinhedos. A região tem uma importante área de mata que compõe a paisagem regional típica (TONIETTO, 2005).

Figura 1. Alguns Selos de Identificação de Procedência e Denominação de Origem

[9] Etiqueta/Selo Canastra de qualidade. Disponível em: <https://www.serradacanastra.com.br/queijo-canastra/o-queijo-da-canastra>. Acesso em: 22 fev. 2022.

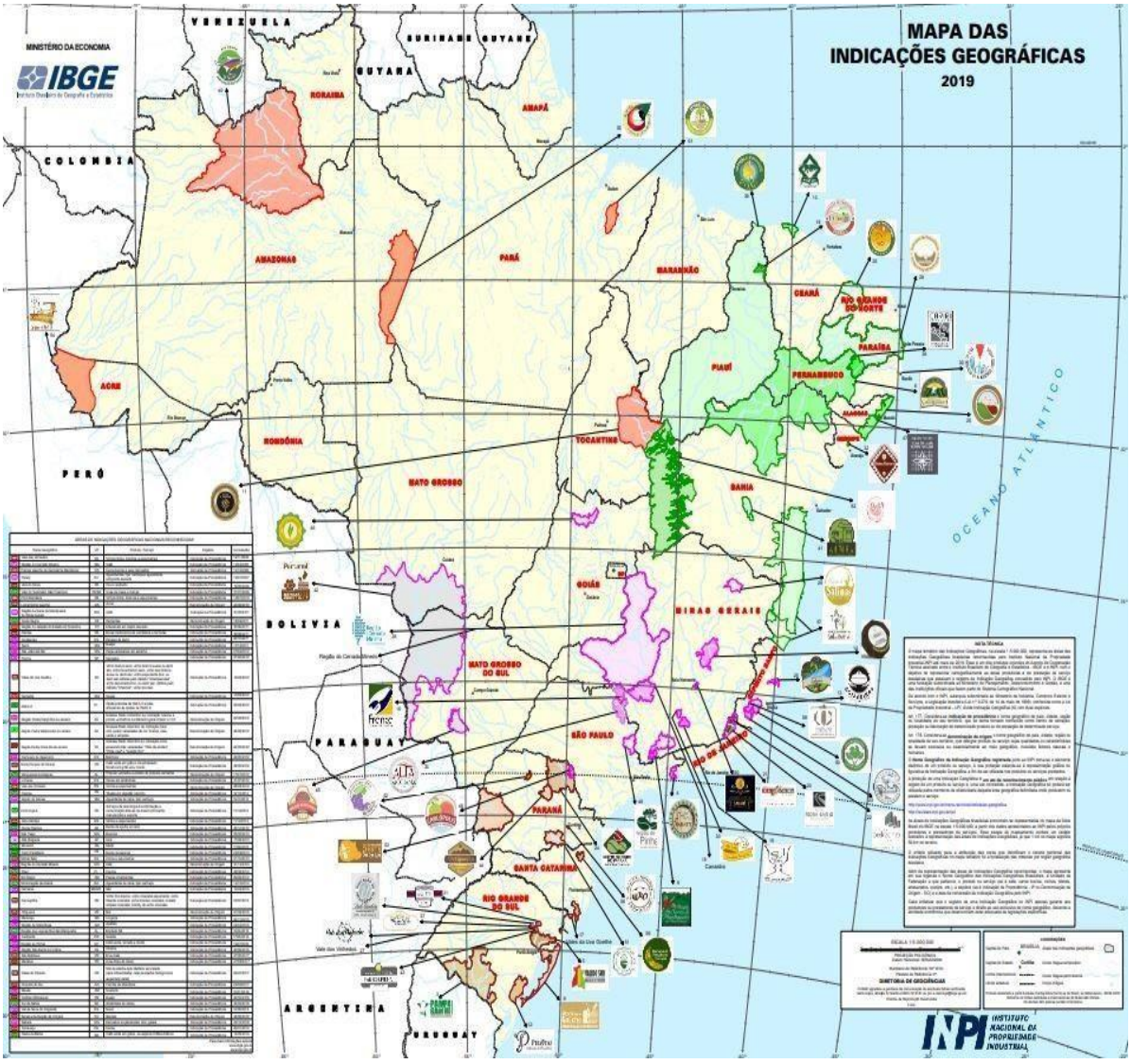
[10] Disponível em: <https://exame.com/casual/queijos-brasileiros-ganham-5-medalhas-super-ouro-em-concurso-mundial/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

[11] A região do Vale dos Vinhedos possui, uma área total de 81,23Km^2, distribuída na sua maior parte no município de Bento Gonçalves, mas também nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Considerando-se as coordenadas extremas, o Vale dos Vinhedos localiza-se nos paralelos 20938* e 29^15' Oeste de *Greenwich*, detém a forma aproximada de um triangulo isósceles, cujos vértices localizam-se a Nordeste da cidade de Bento Gonçalves, a Leste da cidade de Monte Belo do Sul e ao Norte da cidade de Garibaldi.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Fonte: IBGE (2021)[12]

Figura 2. Mapa das Indicações Geográficas - 2019[13]



Fonte: IBGE (2019).

[12] Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>. Acesso em: 22 abr. 2022.

[13] Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/mapa-de-indicacoes-geograficas>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Conforme descrição da figura 2, a diversidade e quantidade de selos de Identificação Geográfica e Denominação de Origem espalhados por todo o território brasileiro. Todas as regiões do país possuem pelo menos 4 (quatro) registros. O que reflete o potencial do território na produção artesanal, o qual se utiliza de características, culturais, históricas e morfoclimáticas.

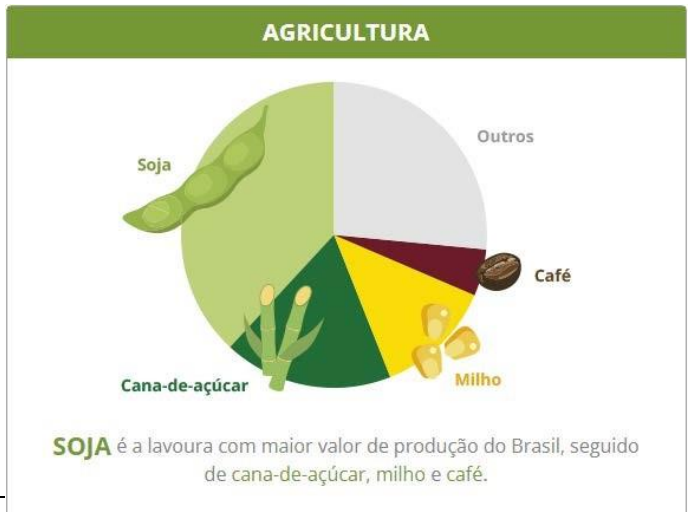
POTENCIALIDADES E DESAFIOS DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Verifica-se, atualmente, um padrão de homogeneização de produtos das cadeias agroalimentares, resultantes, principalmente, do fenômeno da globalização desses mercados.

Ocorre que o padrão do agronegócio tem enfoque em commodities. Segundo Schimitt e Maluf (2010), sob o enfoque econômico, as produções de soja, do açúcar/etanol e dos produtos florestais, são dominadas por empresas transnacionais, atuando em diversos elos da cadeia, beneficiando da sua influência, organização e estratégia no mercado, bem como das políticas públicas que as beneficiam.

Conforme o último censo (IBGE, 2017)[14], a base da agricultura brasileira é delineada nas commodities de soja, cana, milho e café, necessariamente, nessa ordem em quantidade e importância nas exportações.

Figura 3. Dados Censo Agro 2017 (Agricultura)



[14] Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Fonte: IBGE (2017).

Ao longo dos anos, essa produção e comércio resultaram em um aparelhamento que beneficiou e, concomitantemente, abriu novos caminhos e mercados no comércio agroexportador. Políticas tarifárias, legislações, financiamentos, subsídios, dentre outros aspectos, impulsionaram o setor que, atualmente, está interligado ao mercado de capitais internacionais.

Portanto, segundo leciona Guedes e Silva (2014), o foco do agronegócio é organizar a cadeia de commodities agroalimentares.

Contudo, os pequenos e médios produtores estão à margem do sistema, e não acompanham o desenvolvimento do agronegócio, sendo que não há espaço para competição com aquela cadeia produtiva diante de tamanha desigualdade.

Nesse sentido, segregados nessa competição, os pequenos e médios produtores têm o papel de provedor de insumos ou entregadores da sua pequena produção a intermediadores que se beneficiam da compra de produtos abaixo do preço de mercado, perante a difícil dinamização dessa agricultura.

Mas, se por um lado, de acordo com Valente, Perez e Ramos (2012), a globalizaçao, a demanda por quantidade a baixo custo, aliada a frequentes crises alimentares e as incertezas quanto à procedência dos alimentos levam-se a uma homogenização da produção e consumo, por outro lado, despertam anseios para o consumo de produtos diferenciados, cuja qualidade e procedência são garantidos.

Assim, surge o interesse por produtos localizados que se valorizam aspectos como rastreabilidade e valorização do típico e tradicional (MOREIRA, 2016). Atributos esses inerentes às Indicações Geográficas (IGs) que associam o produto ao território, origem, fatores culturais, mão de obra tradicional e familiar e diversos outros mecanismos regionais (VALENTE *et al.*, 2013).

Nesse esteio, não obstante, as dificuldades e a herança histórica de colonização dos países em desenvolvimento, com características do latifúndio, como do Brasil, o que se verifica é um destaque nos produtos artesanais e com certificação ambiental. Principalmente, devido ao seu potencial de diversificação, utilizando-se de diversos biomas, culturas, mão de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

obras, aliados a algumas políticas públicas, que, recentemente, colaboraram à certificação desses produtos.

Nas últimas duas décadas, as normas brasileiras avançaram no quesito de certificação sanitária, relacionadas ao processamento de alimentos em pequena escala. Apesar disso, o setor encontra-se em grandes desafios.

Desse modo, iniciativas que facilitam o processo de produção e comercialização de produtos artesanais, de forma a garantir proteção aos métodos tradicionais, com melhoria do ambiente produtivo, utilização de boas maneiras de fabricação, embalagem, rotulagem, controle de qualidade, armazenagem e comercialização, são imprescindíveis à inserção dos produtos artesanais no mercado formal.

Os desafios da agricultura familiar para enfrentar a sustentabilidade plena e com o estabelecimento de uma renda digna aos produtores, ainda estão distantes. Os produtos com agregação de valor pode ser uma saída à inserção no mercado formal do agronegócio, porém, necessita de um grande engajamento que passa pelo reconhecimento e participação da sociedade, a integração de políticas públicas (federal, estadual e municipal) e consumidores.

É certo o crescente destaque desses produtos no mercado interno e internacional e as potencialidades dos países em desenvolvimento, principalmente, o sucesso brasileiro. No entanto, no caso em análise, se comparados à União Europeia, verifica-se um grande distanciamento dessa política, que ainda está embrionária no mercado comum do sul.

Nesse diapasão, segundo Giovanucci (2008), dos 10 mil registros de Indicação Geográfica em todo o mundo, somente 10% possuem propriedade de países em desenvolvimento. O restante possui concentração, principalmente, na União Europeia.

Isso é resultante de uma política de países do velho mundo que sempre primaram para a valorização do pequeno e médio produtor, com políticas públicas de subsídios, visando também utilizar tais produtos como estratégia de penetração em novos mercados, oportunizando uma abertura de novos produtos com agregação de valor e valorização nacional.

No âmbito dos mercados, a UE busca posicionar-se seus produtos com indicações geográficas em países terceiros, para apoiar a produção doméstica e penetrar em novos mercados (GLASS; CASTRO, 2008; VIJU *et al.*, 2012).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Por fim, Cafferata e Pomareda (2009) explicam que quando esses países já possuem uma relevante quantidade e produção de IGs e esses bens passam a integrar importante papel no Produto Interno Bruto (PIB) do respectivo setor, o tema passa a ser relevante para as políticas públicas e uma forte estratégia no mercado do agronegócio, seja para promover o seu reconhecimento e continuidade e, até mesmo, para inseri-los nos mercados domésticos e internacionais.

Não obstante, o potencial brasileiro, os desafios para inserção desses produtos com características de Indicação Geográfica no mercado formal é desafiador e engloba uma estratégia de políticas públicas, engajamento do consumidor, capacitação técnica e jurídica e inserção do pequeno e médio produtor no mercado formal do agronegócio.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ACORDO DE MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA ÀS IGs

Através da análise do documento do Acordo MERCOSUL – União Europeia MRE (2019a), (TAVORA, 2019[15]), há aspectos positivos e negativos referentes ao reconhecimento e interação das IGs dos dois blocos.

Inicialmente, Tavora (2019) disserta sobre a importância da afirmação dos padrões internacionais de orientação da legislação dos dois blocos. Há um aspecto positivo na tendência e compromisso da modernização e homogeneização da legislação, sobretudo, dos países do MERCOSUL, referente ao reconhecimento e demais aspectos que envolvam a certificação e registro das IGs.

A padronização junto à desburocratização no reconhecimento internacional do registro dos produtos das IGs facilita a inserção do pequeno e médio produtor no mercado internacional, o que pode trazer benefícios para aqueles que já são autossustentáveis e são reconhecidos no mercado.

[15] TAVORA, Fernando Lagares. Acordo MERCOSUL-União Europeia: riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro (Parte II — Estrutura, Ofertas e Impactos econômicos projetados do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia). Brasília: Núcleo de Estudos Pesquisas/ CONLEG/Senado, dezembro, 2019 (Texto para Discussão n. 268). Disponível em: <www.senado.leobr/estudos>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Outro aspecto relevante, Tavora (2019) leciona é sobre o reconhecimento mútuo dos produtos artesanais certificados entre os dois blocos. O MERCOSUL reconheceu 355 IGs da União Europeia, em contrapartida, apenas 60 produtos brasileiros serão reconhecidos.

Por outro lado, um aspecto negativo refere-se ao que se chama de “descontinuação progressiva” (“*phase out*”), em que, por um determinado período de tempo, com o fim de adequação, determinados produtos como as denominações "Parmesão", "Gorgonzola", "Champagne", por exemplo, que já são patenteados no mercado europeu, não mais poderão ser utilizados com essas denominações pelos produtores brasileiros.

Em contrapartida, as denominações “Cachaça”, “Queijo Canastra” e os vinhos e espumantes do “Vale do Vinhedo”, além de ampliarem significativamente seus mercados, devido ao intercâmbio, irão garantir proteção de suas marcas. Acrescente-se que também há previsão no Acordo MERCOSUL – União Europeia, conforme MRE (2019b) sobre cooperação e ajuda mútua entre os dois blocos.

Por fim, ressalta-se que não são todas IGs brasileiras que serão reconhecidas imediatamente pela UE. Nesse aspecto, destaca-se a importância do trabalho do INPI e IBGE, sobre a matéria. Sendo verificada uma posição de desvantagem dos produtos brasileiros, porque o Estado demorou para reconhecer e investir nas IGs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Certificação Ambiental é um tema que, frequentemente, destaca-se com a sua potencialidade e relevância em tempos de exigências consumeristas de mercado nacional e internacional.

Nesse contexto, os produtos registrados com Indicações Geográficas, sejam nas modalidades Indicações de Procedência ou Denominações de Origem, surgem como oportunidades de valorização do pequeno e médio produtor. Tanto nos aspectos de qualidade inerentes aos produtos, aos quais se tornam únicos, uma política de valorização cultural, étnica, do trabalho, da família e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana e sustentabilidade para essas classes de produtores esquecidas no sistema do agronegócio.

Ademais, essa nova exigência do consumidor também está ligada a fatores éticos e políticos que se encontram subsídios nos requisitos da certificação ambiental. Diante da

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

preocupação de Indicação, rastreamento, origem, é possível o consumo de produtos sustentáveis e com engajamento em fatores de desenvolvimento humano, ambiental e social na agricultura.

Desse modo, uma nova forma de revalorização do território local, dos produtos e das diferenças culturais, das formas tradicionais de produção, ocasionou agregação de valor a produtos reconhecidamente com padrões de Indicações Geográficas que se tornaram potencialmente competitivos, com destaque no mercado interno e externo.

Assim, é preciso analisar com ressalvas o acordo de cooperação mútua entre MERCOSUL – União Europeia, conforme MRE (2019a), pois há países-membros europeus que detém muitas influências no mercado internacional, principalmente, os produtores de "commodities". Contudo, o setor industrial pode sofrer consequências negativas diante da concorrência de produtos estrangeiros em igualdade de condições.

Não obstante, o potencial brasileiro, quando se refere às IG e DO, com foco nos produtos artesanais, a competitividade do mercado europeu, bem como a adequação dos produtos brasileiros e do Mercosul ao padrão internacional, nos termos da legislação vigente, pode desestimular, onerar e, consequentemente, dificultar a atividade do médio e pequeno produtor. Visto que a experiência americana ainda é embrionária e a concorrência externa europeia já possui consolidação no mercado do agronegócio.

Por fim, o papel do Estado garantidor de proteção e orientação aos agricultores revelam-se imprescindíveis, principalmente, diante da excelente qualificação técnica que possuem órgãos nacionais, como a Embrapa, IBGE, INPI e SENAR. Portanto, uma melhor análise com as variáveis já existentes e uma simulação dos impactos de produtos estrangeiros são necessárias e imprescindíveis à proteção do mercado interno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO DOMIT, Lineu; THOMÉ DA CRUZ, Fabiana. Produtos Agroalimentares Artesanais Brasileiros Situação Atual e Potencial de Valorização, Embrapa Alimentos; Disponível em: <https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/selos-distintivos-de-qualidade-e-origem>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Produtos Agroalimentares Artesanais Brasileiros: Como Avançar para inserção desses Produtos para Mercados Formais. Embrapa Alimentos. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/selos-distintivos-de-qualidade-e-origem>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. [2021]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Lei n. 9.279/96. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em 22 fev. 2022.

_____. Lei n. 9.279/96. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9918.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Ministério das Relações Exteriores – MRE (2019a). Acordo de Associação MERCOSUL – União Europeia. Resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro, 4 jul. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Ministério das Relações Exteriores – MRE (2019b). Acordo MERCOSUL – União Europeia. Audiência Pública. Tema: Consequências do acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia, realizada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), em 20 de agosto 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-rmanentes/capadr/audiencias-publicas/audiencias-publicas2019/audiencias-publicas-2019>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Lei n. 13.680/2018. Altera a Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13680-14-junho-2018-786861-publicacaooriginal-155848-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CAFFERATA, J. P.; POMAREDA, C. Indicaciones geográficas y denominaciones de origen en centroamérica: situación y perspectivas. Geneva: ICTSD, 2009. 24 p.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http//fnde.gov.br/programa/pnae>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GIOVANNUCCI, D. The new 'local': linking geographicalm indications and organics. Geneva: International Trade Center, 2008. 3 p.

GLASS, R. F.; CASTRO, A. M. G. de. As indicações geográficas como estratégia mercadológica no mercado de vinhos do Distrito Federal. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 10, n. 2, p. 189-202, 2008.

GUEDES, C. A. M.; SILVA, R. Agri-food geographical indications, policies, and social managment: Argentina, Brazil, and the Spanish experience in the European context. Análise Social, Lisboa, v. XLIX (2.º), n. 211, p. 408-429, 2014. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_d03.pdf.>. Acesso em: 21 fev 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2017. Disponível em <http//censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo agro/resultadosagro/index.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. Indicações Geográficas: Indicações De Procedência Reconhecidas. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At10Ago2021.pdf. >. Acesso em: 22 fev. 2022.

MOREIRA, Vagner R. Desenvolvimento Territorial e Direito de Propriedade Intelectual: um estudo dos casos da Denominação de Origem protegida Queijo Serra da Estrela e da Indicação de Procedência Queijo Minas Artesanal do Serro. 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do Café do Cerrado. Política & Sociedade, 2011, 10(19), 305-330.

SCHMITT, C. J.; MALUF, R. S. Soberania e segurança alimentar no MERCOSUL Ampliado: o lugar da agricultura camponesa e familiar. In: Moreira, R. J.; Bruno, R. (orgs.). Interpretações, estudos rurais e política. Rio de Janeiro, EDUR/Mauad X, 2010, 133:155.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

TONIETTO, Jorge. Experiências de desenvolvimento de certificações: vinhos da indicação de procedência Vale dos Vinhedos. Embrapa Uva e Vinho-Capítulo em livro científico, 2005.

TAVORA, Fernando Lagares. Acordo MERCOSUL-União Europeia: riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro (Parte II — Estrutura, Ofertas e Impactos econômicos projetados do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia). Brasília: Núcleo de Estudos Pesquisas/ CONLEG/Senado, dezembro, 2019 (Texto para Discussão n. 268). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/568932/TD268.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 22 fev. 2022.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; RAMOS, A. M.; CHAVES, J. B. P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. Revista Ciência Rural, 2012, vol.42, n.3, pp.551-558.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. M. V. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação de área e diferenciação do produto. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v.43, n.7, p. 1330-1336, jul. 2013.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 18 - DOI:10.55232/1082027.18

REFLEXOS DO CAPITALISMO NEOLIBERAL NA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Michele Fuzatto De Oliveira Terra e Anderson Claytom Ferreira Brettas

RESUMO: O processo de precarização docente e das relações entre o trabalho e o capital, tem sofrido um significativo aumento nas últimas décadas. Sobretudo, na área da educação, encontra-se indícios concretos da redução dos direitos históricos de profissionais docentes com um consequente aumento da precarização de suas condições objetivas e subjetivas de trabalho. Sendo assim, o presente trabalho busca analisar o processo de precarização do trabalho da categoria docente na Educação Básica, sobretudo na modalidade de contratação temporária. A pesquisa foi desenvolvida segundo o mecanismo de revisão da literatura através de um estudo qualitativo de revisão narrativa. Com base no que foi observado na pesquisa, destacamos o desgaste moral e psíquico imposto aos docentes, principalmente aos que se submetem a contratação temporária.

Palavras-chave: Capitalismo Neoliberal. Precarização. Trabalho Docente. Contratação Temporária.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho e a educação são atividades ontológicas-históricas especificamente humanas (SAVIANI, 2007). O que distingue o homem dos outros seres vivos é a sua capacidade de perceber e produzir as suas necessidades de sobrevivência (MARX, 2013). Tais atividades são atribuídas em caráter acidental uma vez que o homem se forma nos momentos em que necessita conquistar sua existência. Assim, o homem ao existir promove a sua formação, ao mesmo tempo em que passa por um processo educativo (SAVIANI, 2007).

No entanto, as necessidades de sobrevivência resultaram, ao longo de décadas, em constantes mudanças nos modelos econômicos e nos processos de produção, que acabaram por consolidar a separação entre o trabalho e a educação.

O advento da indústria e o modelo de produção capitalista suscitaram o crescimento da maquinaria e reduziram a necessidade de qualificação. Dessa forma, para garantir a sobrevivência, passou-se a vender o "trabalho".

O trabalho deixa de existir, para a grande massa trabalhadora, como princípio educativo, capaz de formar indivíduos autônomos e críticos, e passa a ser vendido como mão-de-obra para obtenção de capital de subsistência, acarretando a formação de cidadãos pouco emancipados e com conhecimento intelectual do todo cada vez mais atrofiados.

Com a expansão do Capitalismo e do modelo econômico neoliberal emergente, ocorreu a maior desigualdade social da história. Vale destacar que esse modelo, foi pintado aos olhos dos homens como a melhor possiblidade de crescimento econômico vista a redução da interferência estatal e maior autonomia das relações trabalhistas.

As transformações geradas pelo neoliberalismo promoveram destacáveis e desfavoráveis mudanças a classe trabalhadora, como a inexistência da garantia empregatícia, baixa salarial devido a redução da jornada trabalhista e a possiblidade de redução da força de trabalho. Assim, as lutas de classe que antes existiam para emergir direitos já existentes, passaram a serem lutas para não perder os direitos já conquistados. Naquela época, a onipotência do mercado neoliberal emergiu os interesses das classes dominantes, uma vez que a consolidação desse modelo socioeconômico foi apoiado numa forma estatal que atendia aos interesses da burguesia.

Em decorrência de décadas de precarização do trabalho, surge um crescimento notável de contratos temporários, sobretudo na Educação Básica. Os contratados temporariamente,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

ainda que com a mesma formação ou melhor do que a dos contratados efetivos, passam por uma série desvalorizações, tais como a incerteza do vínculo empregatício, salários desiguais, sobrecarga de trabalho, ausência de plano de carreira e de uma série de benefícios trabalhistas.

Nesse sentido, esse trabalho se justifica pela necessidade de maiores reflexões sobre a temática da precarização do trabalho docente, sobretudo na categoria do profissional temporário. O objetivo deste estudo é realizar uma reflexão acerca das mudanças no mundo do trabalho, como essas mudanças levaram ao crescimento da modalidade de contratação temporária de professores da Educação Básica e como essa modalidade afeta a instituição, o professor e o aluno.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa. Para a realização do estudo foram executadas pesquisas bibliográficas referente ao tema abordado, em materiais científicos indexados nas bases de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scielo), Capes Periódicos, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: precarização do trabalho docente, precarização do trabalho de professores e contrato temporário.

Os artigos, dissertações e teses utilizadas como referências bibliográficas foram publicadas de janeiro de 2016 a julho de 2021. Como critério de seleção adotou-se trabalhos em português e inglês que abordassem como ponto principal a precarização do trabalho docente e a contratação temporária. Foram excluídas publicações que não se enquadravam na temática proposta e desconsideradas todas aquelas que se encontravam em duplicidade, na mesma base de dados ou em mais de uma base. Após a aplicação dos critérios, foram selecionados 9 trabalhos, sendo 3 da Capes Periódicos, 2 da BDTD e 4 do Google Acadêmico. A busca de dados ocorreu de junho a agosto de 2021.

3 TRABALHO E A EXISTÊNCIA HUMANA

O conceito de trabalho é, em sua amplitude, a essência da existência humana. O homem exerce ações frente a natureza de forma a modificá-la a partir de suas necessidades. Transformar a natureza em que vive implica no homem que modifica a si mesmo.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

O conceito de trabalho é alvo de controvérsias, porém apresenta majoritariamente um papel no dinamismo social e nas relações interpessoais referidas ao homem. Para melhor definir a sua amplitude, é possível recorrermos ao importante filósofo Karl Marx que estudou sobre a relação de mediação do trabalho entre o homem e a natureza. Segundo Marx (2013, p. 188),

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

O conceito de trabalho estudado por Marx refere-se, portanto, a uma forma histórico-ontológica, sendo uma atividade tanto intrínseca como acidental da existência humana.

Paralelamente a Marx e reafirmando a complexidade histórico-ontológica do conceito de trabalho, Saviani (2007, p. 3) destaca que “o que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico”.

Por conseguinte, cabe destacar, que o processo de trabalho está, portanto, relacionado a produção de algo que envolve o homem e a natureza. Tais ações pressupõem a geração de algo externo e interno ao homem, visto que apropriando-se da natureza, o homem transforma não somente o meio, mas também a si próprio. É nesse processo constante que ocorre as relações sociais e o crescimento coletivo (BRITO, 2019).

Por detrás dessas interpretações do conceito de trabalho que se coexistem, há inevitavelmente uma definição da existência humana como universal, consciente e inalienada, onde o ser humano é um ser social que produz em sociedade e para a sociedade (BRITO, 2019).

A discussão sobre o trabalho em âmbito histórico gera a necessidade de compreendê-lo conectando sua forma concreta e abstrata, uma vez que as características específicas do trabalho se modificam ao longo de diferentes formas de sociabilidade. Com o passar dos anos, surgiu a divisão social, onde o ser humano criou novas necessidades e viver em sociedade se tornou cada vez mais complexo (BERNARDES, 2021).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

No período pré-capitalista, a organicidade do trabalho e do homem, impossibilitava diferenciar o trabalho do ócio, visto que em sua essência o trabalho corresponde a algo necessário a condição de existência do homem. Nesse sentido, como o trabalho também é processo educativo, ele é responsável por elevar o ser humano para níveis de cultura e intelectualidade superiores aos seus ancestrais. A autoconstrução humana configura o avanço social (BERNARDES, 2021).

Ainda que a base histórica-ontológica do conceito de trabalho seja essencial e não deixe de mediar a existência humana, é importante entender que as mudanças nas relações sociais trouxeram uma nova dinâmica sobre o que o trabalho representa.

O capitalismo traz uma nova roupagem ao que conhecemos por "trabalho" de forma a tornar uma sociedade antes, emancipada, autônoma e crítica, agora alienada devido a necessidade de sobrevivência. Portanto, a apropriação em todas as dimensões do ser humano, por todos os indivíduos, rompe-se com a desigualdade decorrente da divisão social de classes emergente (BERNARDES, 2021).

Na égide do capitalismo, o indivíduo livre passa a ser o indivíduo assalariado, que não possui e não entende intelectualmente todo o processo de produção. É um indivíduo que se sujeita ao processo de alienação mediante a venda da sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência. Portanto, a condição histórico-ontológica do conceito de trabalho é alterada de forma que a população de classe média e pobre perde a essência de sua existência em troca de salário para suplantar as suas necessidades (MAZZINI, 2017).

Portanto, neste momento, encontramo-nos exatamente como nos dizeres de Frigotto (2009) em seu texto "*A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe*" onde ele afirma a existência de uma dicotomia do conceito de trabalho: o trabalho como atividade mercantil, da relação capitalista, nas perspectivas da mais-valia e o trabalho como histórico-ontológico, da relação homem-natureza, nas perspectivas de existência.

No tópico a seguir, será tratado das novas roupagens que o sistema capitalista incorpora a essa dicotomia do conceito de trabalho, mais especificamente relativo à sua precarização.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

4 CAPITALISMO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A venda da força de trabalho no modelo econômico capitalista se tornou uma das mercadorias mais visadas pelas classes dominantes. Esse sistema econômico foi responsável pela divisão da sociedade em duas grandes classes, representadas pela classe dos donos dos meios de produção (capitalistas) e pela classe dos trabalhadores (proletariado) que são livres para comercializar sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2019). A compra capitalista da força do proletariado é capaz de gerar capital, pois assim como afirma Marx (2013, p. 185), "o processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor".

Na mesma medida em que o capitalista compra a mão de obra trabalhadora, procuram usufruir da possibilidade de prolongar essa jornada, uma vez que o ganho pela produção está diretamente relacionado ao tempo de efetivo trabalho e a quantidade produzida. Sendo assim o capitalista procura deter o máximo possível da mão de obra trabalhadora, uma vez que tal força corresponde para essa classe apenas uma mercadoria lucrativa. Portanto, a regulação da jornada dos trabalhadores consiste em um atraso de riquezas para os capitalistas (Marx, 2014 *apud* OLIVEIRA, 2019).

Em meados do século XIV ao fim do século XVII houve intensas lutas para regulação da jornada de trabalho normal. Porém, foi apenas em 1833 que se originou a estruturação de leis para atividades fabris as quais determinavam a idade mínima e o tempo de trabalho máximo para os trabalhadores, assim como a obtenção de alguns outros direitos. Neste momento então é refutada a intensificação da jornada de trabalho e consequentemente os capitalistas perdem uma de suas grandes cartas para redução de custos. Encontra-se aqui a origem da precarização do trabalho (Marx, 2014 *apud* OLIVEIRA, 2019).

O mundo da classe trabalhadora passou por intensas mudanças ao longo do século XX, principalmente no que diz respeito as novas linhas de exploração e mudança de sentido da relação capital e trabalho. Essa restruturação produtiva deu origem ao capitalismo neoliberal, um modelo econômico que estabeleceu diversas mudanças nos regimes de trabalho e na estrutura econômica do país (COSTA; MUELLER, 2021).

O neoliberalismo ganhou destaque no Brasil, segundo Verissímo (2020, p. 17), "no contexto da globalização e de uma reestruturação produtiva que teve fortes e amplos reflexos

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

sobre o trabalho, (no governo Collor (1990-1992) e no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)".

O modelo neoliberal, que surgiu como uma medida para recuperar o capital interno estagnado dos anos 80 gerado pela falta de capacidade do Estado de se desenvolver, é

> uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais e tem como características, sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio, além do afastamento do Estado na economia, deixando o mercado atuar livremente, sem interferências. (HARVEY, 2008, p. 6 *apud* VERISSÍMO, 2020, p. 17),

Dessa forma, desde o seu advento no Brasil, o neoliberalismo atingiu com êxito seus objetivos de alcançar supervisão inflacionária, a deflação e regeneração dos lucros, a assolação do movimento sindical, o crescimento de taxas de desemprego, redução salarial e crescimento da desigualdade. No entanto, ainda que com conquistas, esse modelo não foi capaz de recuperar o crescimento econômico do país, uma vez que os investimentos não estavam relacionados aos processos de produção, mas sim ao mercado financeiro (SIMARDI NETO, 2019).

Embora o fracasso econômico permanecesse, ele não impediu que o neoliberalismo dominasse a sociedade, uma vez que a pobreza e a divisão social aumentaram estrondosamente, configurando um completo desastre social (SIMARDI NETO, 2019).

Esta racionalidade neoliberal desenha o mundo a partir de lógicas empresariais ao mesmo tempo que exclui a classe trabalhadora das decisões econômicas do país. Este modelo destruiu quase que completamente o ideário democrático progressista. Portanto,

> O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra "capitalismo". O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica em norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17 *apud* SIMARDI NETO, 2019, pp. 17-18).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A reestruturação produtiva sob o ideário neoliberal, do ponto de vista da classe trabalhadora, gerou uma desigualdade social ainda mais heterogênea, de modo que as formas contratuais se tornaram cada vez mais diversas e precárias. Portanto, a precarização do trabalho, ficou ainda mais evidente com as mudanças do capitalismo neoliberal, abrangendo aspectos não só econômicos, mas também sociais, políticos, morais e intelectuais (VERÍSSIMO, 2020).

Segundo Verissimo (2020), não há dúvidas de que o processo de flexibilização mercadológica trouxe mudanças na configuração do trabalho. Nesse sentido, o cenário mais crítico de desigualdade de classe passou a ser determinado pela precarização do trabalho, onde configura-se a falta da garantia de direitos legais, no trabalho flexível temporário ou parcial, pautado pela incerteza do vínculo empregatício.

Portanto, como dizia Antunes (2009, p. 233 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 5), "foi nesse contexto que o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa".

Segundo Jesus et al. (2019, p. 13 *apud* Veríssimo, 2020, p. 81) o processo de precarização, terceirização e flexibilização da condição docente "[...] pode ser evidenciada na falta de equidade salarial, no fato de o regime ser temporário, na carga horária de hora/aula e na impossibilidade de acesso a gratificações, em comparação com os docentes efetivos".

Desta forma, na busca de analisar a educação e o trabalho docente relacionado aos interesses do capital, o Estado neoliberal e suas políticas públicas foram fatores determinantes na precarização do trabalho docente e na redução da qualidade do ensino público no país.

Dito isto, após vislumbrar a influência do ideário neoliberal como grande responsável por elementos de precarização do trabalho docente, será apresentado abaixo elementos que corroboram com a precarização especificamente na contratação temporária no Brasil.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

5 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: A QUESTÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Segundo Bernardes (2018), a lógica neoliberal tem afetado toda a classe trabalhadora nos últimos 40 anos, tanto os trabalhadores manuais quanto os intelectuais, como é o caso da profissão docente.

O processo de precarização do trabalho docente no Brasil não é recente, porém houve uma significativa intensificação com o advento do neoliberalismo na década de 90. As reformas no Sistema de Ensino Brasileiro e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) trouxe para o país a obrigatoriedade do ensino, o que gerou um novo crescimento de políticas como leis, decretos, programas e projetos na área da educação. Tal crescimento resultou no aditamento da precarização do trabalho docente, uma vez que a expansão da obrigatoriedade na educação não foi concomitante ao repasse de verba para manter inalterado os direitos da categoria docente após a universalização da educação. Assim, consequências objetivas e subjetivas impactaram negativamente essa categoria, causando inequidade entre os docentes (BERNARDES, 2021; OLIVEIRA, 2019).

A precarização do trabalho docente abrange três patamares principais, sendo concretizada na flexibilização contratual, na questão salarial e no impacto ao próprio docente, caracterizado este último pela problemática de jornada excessiva, infraestrutura precária e alta rotatividade dos postos de trabalho (OLIVEIRA, 2016; BRITO, 2019).

Dessa forma, como produto dessas amplas mudanças e da flexibilização das contratações, a categoria de docentes temporários se tornou uma das categorias mais numerosa de trabalhadores, conhecida como “trabalhadores precários”. Uma categoria fadada a fragmentação e a heterogeneidade (BERNARDES, 2021; OLIVEIRA, 2019).

Segundo Ferreira (2019) é possível constatar a existência da precarização do trabalho docente da categoria temporária comparando-a com a categoria efetiva. Essa análise comparativa nos mostra que:

> Os professores temporários não possuem garantia de emprego. Vivem à mercê da solicitação das instituições educacionais e são dispensados de tempos em tempos, conforme a legislação. Por conseguinte, não podem prever seu futuro. (Na realidade, eles formam um contingente de profissionais desempregados, de trabalhadores

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> potenciais e que, como tais, lembram o que Marx (1998) chama de exército industrial de reserva, homens que ora são atraídos, ora repelidos pelo mundo do trabalho, por conseguinte, compelidos a aceitar quaisquer condições de trabalho. Os professores efetivos, mesmo tendo garantia de emprego, possuem condições precárias de trabalho, sobretudo no que se refere à remuneração, pois apenas sobrevivem com a venda da sua força de trabalho. A gratificação por tempo de serviço também é um benefício exclusivamente dos professores efetivos, ainda que irrisória (FERREIRA, 2019, pp. 176-177).

Nesse aspecto, afirma Ferreira (2019) que a categoria de contratados temporário vende sua força de trabalho por ainda menos do que o professor contratado de forma efetiva, para realizar o mesmo trabalho. Portanto,

> O professor temporário não tem direito à promoção e à progressão, pois não é funcionário do Estado. Desse modo, devido ao caráter temporário de seu trabalho, ele não se especializa em educação por meio de formação profissional continuada ou de outras. Os professores efetivos, por sua vez, não contam com um plano de carreira que os motivem como profissionais da educação (FERREIRA, 2019, p. 177).

Por conseguinte, como afirma Marx (1983, p. 543 *apud* FERREIRA, 2019, p. 177), "cria-se, em grande escala e sistematicamente, um exército industrial de reserva sempre disponível, numa parte do ano dizimado pelo trabalho excessivo mais desumano, noutra, lançado à miséria por falta de trabalho". Assim, o professor temporário é, ao mesmo tempo, um professor desempregado, uma vez que a qualquer momento pode ser dispensado e substituído. No entanto, acaba por se sujeitar as condições precárias de contratação temporária, pois ao menos por um período, torna-se possível assegurar a sua sobrevivência e de seus dependentes (FERREIRA, 2019).

Nessa conjuntura, as tensões advindas das modificações nas relações socioeconômicas da classe trabalhadora docente geram profunda repulsão e constrangimento a evolução do homem. A ampliação das dimensões de precarização do trabalho docente vai muito além de precarizar a força de trabalho, uma vez que afeta a práxis de aspectos subjetivos a existência humana (MAZZINI, 2017).

Segundo Mazzini (2017, p. 29), ao afetar a subjetividade do homem afligem-se a sua própria constituição, visto que estes aspectos estão ligados a "disposições mentais (vontades, desejos, afetos, medos, a espiritualidade, o consciente, a cognição) e as suas disposições físicas (a corporalidade, as habilidades, a força)".

Com essas transformações, a força de trabalho converte-se em mercadoria e o trabalho passa a ser um meio de subsistência. Nesse momento, o trabalho como atividade ontológica

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

emancipadora perde sentido, afetando atividades vitais para o desenvolvimento do processo de socialização humana para com a construção de sua história (MAZZINI, 2017).

Por fim, Ferreira (2019, p. 178) afirma que "o que se observa na realidade é que a atividade do professor está impregnada pelo descaso estatal, visto que, nem ao menos uma estrutura digna em contribuição ao meio ambiente de trabalho equilibrado está dentre as prioridades das políticas públicas".

Em suma, ainda que as políticas de flexibilizações e suas consequências sobre a classe trabalhadora docente não seja algo novo, o seu advento arrebatador no capitalismo neoliberal brasileiro tem provocado, a partir do discurso reducionista de gastos econômicos e investimentos, um engrandecimento dos interesses do capital e um consequente descaso com a categoria de trabalhadores docentes, sobretudo temporário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, é perceptível que o modelo de contratação temporária foi uma imposição a classe trabalhadora originaria da lógica hegemônica do capitalismo neoliberal. Assim, aos professores temporários, resta a aceitação de se submeterem aos aspectos degradantes dentro de sua própria classe, como ausência de plano de carreira, estabilidade empregatícia, inapropriação do espaço escolar, e violação de sua dignidade em aspectos subjetivos, devido a necessidade de sobrevivência.

Dessa forma, na conjuntura atual, a categoria docente, sobretudo a temporária, está encapsulada pelo aniquilamento nos investimentos públicos e pela tendência de redução de direitos dos profissionais da educação. O neoliberalismo trouxe, uma nova concepção de trabalho inserindo versatilidade na redução da estabilidade de servidores, ao mesmo tempo que provoca a maior ruptura entre trabalho e capital das últimas décadas.

Por fim, cabe destacar a necessidade de maiores estudos neste contexto, uma vez que o cenário atual se mostra um excelente caminho para o aumento da precarização do trabalho docente.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, A. T. A precarização do trabalho docente na rede pública estadual paulista: possibilidades de uma análise territorial. 2019. 123 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23072019-154906/pt-br.php>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRITO, T. TRABALHO, DOCÊNCIA E PRECARIZAÇÃO: BREVES NOTAS DE UM PROJETO DE PESQUISA. Trabalho & Educação, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 161–178, 2019. DOI: 10.17648/2238-037X-trabedu-v28n3-9844. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9844>. Acesso em: 26 jul. 2021.

COSTA, M. F., MUELLER, R. FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: uma análise das condições de trabalho dos Professores Admitidos em Caráter Temporário no Magistério Público de Santa Catarina. REVISTA CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO, v. 1, n. 53, p. 181–197, 2021. https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.52321. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/52321>. Acesso em: 27 set. 2021.

FERREIRA, G. R. Educação: Políticas, Estrutura e Organização. Belo Horizonte: Atena Editora, 2019. E-book.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 168–194, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política – Livro I – O Processo de Produção do Capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

MAZZINI, M. C. C. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARÍLIA/SP. 2017. 144 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150464>. Acesso em: 26 jul. 2021.

OLIVEIRA, J. H. F. Professoras e professores temporários: a precarização do trabalho docente. In: 39ª Reunião Nacional ANPEd. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5291-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

OLIVEIRA, M. E. FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM SÃO PAULO: PRECARIZAÇÃO E INSTABILIDADE. Revista LABOR, v. 1, n. 16, p. 46–65, 2016. ISSN: 19835000. Disponível em: < http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23629>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, vol. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. ISSN 1806-9649.

SIMARDI NETO, M. NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo. 2019. 157 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocabas. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11463>. Acesso em: 27 jul. 2021.

VERÍSSIMO, P. M. D. A FLEXIBILIZAÇÃO DAS FORMAS DE CONTRATO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DA BAHIA. 2020. 106 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania), Universidade Católica do Salvador, Salvador. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4405>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 19 - DOI:10.55232/1082027.19

DIREITO À SAÚDE: DIREITO CONSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL

Júlia da Costa Nogueira Oliveira , Cintya Nogueira da Costa e Ronaldo da Silva Oliveira

RESUMO: INTRODUÇÃO: Apesar do direito à saúde está assegurado, constitucionalmente, e o Sistema Único de Saúde (SUS) constituir, juridicamente, a Política Nacional de Saúde brasileira, esse direito tem sido, frequentemente, desrespeitado. Uma das justificativa para a elaboração deste ensaio, além das situações que negam a garantia fundamental do direito à saúde, diz respeito à judicialização da saúde, cujas demandas judiciais tornam-se, a cada dia, mais frequentes, reiterando uma deficiência do próprio sistema de saúde que não consegue suprir as demandas do setor e obriga a população a buscar, via tutela judicial, o cumprimento do dever estatal. OBJETIVO: contribuir para uma reflexão acerca dos princípios jurídicos do Mínimo Existencial e da Reserva do Possível como estratégia jurídica para garantir à população brasileira, o direito à saúde, constitucionalmente, assegurado. MÉTODO: trata-se de um artigo em forma de ensaio científico. Inicialmente, apresenta um constructo argumentativo introdutório que destaca a importância da evolução do conceito de saúde ao longo dos anos e justifica a atual situação do SUS que negligencia muitas das demandas específicas do setor que deveriam ser atendidas pelo poder público. Em seguida, são discutidos aspectos importantes sobre a saúde enquanto direito constitucional e fundamental, o não cumprimento desse direito e os princípios jurídicos do mínimo existencial e da reserva do possível que fundamentam este ensaio. RESULTADOS: O direito constitucional à saúde é também um direito social que sofre consequências das crises econômicas, justificando a preocupação com a garantia do bem-estar social. O Estado enquanto prestador dos direitos sociais, necessita controlar suas despesas sem negligenciar a sua função prestativa assistencial, a fim de combater as desigualdades sociais e promover a satisfação do interesse público. Neste contexto de descumprimento, todos os cidadãos são prejudicados, principalmente, as populações mais vulneráveis e sem condições para suprirem suas necessidades básicas como é o caso da saúde. O direito à saúde enquanto direito fundamental, além de assegurado no texto constitucional e, legalmente, garantido pelo SUS, precisa ser cumprido em sua totalidade tal qual desenhado pelo SUS que vem sofrendo, a partir da década de 1990, fortes ataques pela política neoliberal do país com consequentes prejuízos à saúde da população, o que contribui para a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas por meio do que se chama enxugamento da máquina pública, cujo cenário geral para o SUS tem sido desfavorável com o consequente sucateamento da Política de Saúde e precarização das condições de trabalho. Para garantir o direito à saúde, a população tem recorrido ao Poder Judiciário, intensificando a judicialização da saúde, na qual se faz uso do mínimo existencial e da reserva do possível para conceder ou negar, respectivamente, o direito impetrado, judicialmente. CONCLUSÃO: Esta realidade desfavorável ao direito à saúde, mantém no poder estatal, a decisão sobre a vida e a saúde das pessoas. Destarte as melhorias

evidenciadas, não é este o modelo de saúde proposto pela Reforma Sanitária que, atualmente, sofre ameaças consequentes de decisões e ações de uma política neoliberal privilegiadora do lucro e do poder em detrimento dos direitos sociais conquistados.
Palavras-chave: Direito constitucional, Mínimo existencial, Reserva do possível.

INTRODUÇÃO

O conceito de saúde tem passado, ao longo do tempo, por importantes modificações. Prova disto, é, que, pelo menos, três entendimentos diferentes podem ser, aqui, apresentados como subsídio para iniciar esta reflexão.

O primeiro conceito sobre saúde que se pode mencionar, tinha um entendimento, inteiramente, biológico e, portanto, era mais elementar, representado pela definição de que saúde seria a simples ausência de doença, defendido pelo professor Christopher Boorse da Universidade de Delaware (EUA), que lecionava filosofia da biologia e filosofia da medicina e que, na década de 1970, desenvolveu uma teoria naturalista sobre a saúde na qual, abordou os problemas de ordem filosófica e conceitual sobre saúde e doença (BOORSE, 1975). Teoria esta designada por Nordenfelt (1987), como Teoria Bioestatística da Saúde (TBS).

Contrapondo-se ao conceito de Boorse, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que saúde seria "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença" (OMS, 1947, n.p). Conceito que também não correspondeu às especificidades filosóficas e conceituais que o termo exige.

De forma bastante diferente e, não mais baseado no biologicismo do processo saúde e doença, o conceito ampliado de saúde que resultou da 8ª Conferência Nacional de Saúde, (CNS), realizada em Brasília, no período de 17 a 21 de março de 1986, associou a saúde ao resultado da interação de fatores que assegurem as condições de vida de uma população, como: alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso à posse de terra e a serviços de saúde (BRASIL, 2019).

Mais do que isto, a Conferência definiu que saúde é um direito do cidadão e, portanto, um dever do Estado, cujo sistema deve ser único e distinto da previdência social, que atenda às necessidades da população por meio de ações integralizadas, regionalizadas e com participação popular na elaboração da política, no planejamento, na gestão e na avaliação do sistema de saúde (BRASIL, 2019).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A partir de então, foram lançadas as bases para que a saúde passasse a ser, legalmente, considerada como um direito constitucional. De fato, a própria Conferência deixou claro que, o conceito amplo de saúde refere-se, sobretudo, à garantia do direito à saúde enquanto conquista social, conferida à população não, apenas, pela legitimidade jurídica, mas, pela garantia de um sistema público de saúde alinhado às demais políticas econômicas e sociais, capazes de materializar as mínimas condições de vida e, por conseguinte, de saúde da população (BRASIL, 1986).

Logo, pode-se dizer, com base nestes pressupostos e no Art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988, que elenca "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" como direitos sociais (BRASIL, 1988, n.p), que a saúde é um direito, constitucionalmente, assegurado, cuja Política Nacional de Saúde, representada pelo próprio Sistema Único de Saúde (SUS), dispõe de regimentação jurídica própria, através das Leis nº 8.080/1990 (BRASIL, 1990) e nº 8.142/1990 (BRASIL, 1990), além de outros dispositivos jurídicos.

Além do que, o Capítulo II - Da Seguridade Social da CF de 1988, garante que o direito à saúde, à Previdência e à Assistência Social constituem a Seguridade Social para a população brasileira e dedica na Sessão II do mesmo capítulo – Da Saúde, os Art. 196, 197, 198, 199 e 200, especificamente, ao tema saúde, compreendida enquanto direito de cidadania e responsabilidade estatal (BRASIL, 1988).

Não obstante, o direito à saúde está assegurado no texto constitucional e o SUS constituir, juridicamente, a Política Nacional de Saúde brasileira, fundamentada nas diretrizes elencadas no Art. 198 da CF de 1988 que são: descentralização, cujos serviços de saúde devem ter direção única, respeitada a instância governamental; atendimento integral nos diversos níveis de atenção à saúde, priorizando as atividades preventivas, sem detrimento das ações curativas e a participação comunitária que representa o controle social do sistema de saúde (BRASIL, 1988), bem como nos quinze princípios, entre doutrinários e organizativos, descritos na Lei 8.080/1990 (BRASIL, 1990), o direito constitucional à saúde é, evidentemente, desrespeitado nas mais elementares situações que envolvam o atendimento à saúde.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Uma das justificativa para tal reflexão, além das situações desrespeitosas e que negam ou, pelo menos, dificultam a garantia do direito à saúde, constitucionalmente, assegurado, encontradas no cotidiano dos serviços de saúde, diz respeito à judicialização da saúde, cujas demandas judiciais tornam-se, a cada dia, mais frequentes, reiterando uma deficiência do próprio sistema de saúde que não consegue suprir as demandas do setor saúde e obriga a população a buscar, via tutela judicial, o cumprimento do dever do Estado que lhe foi imputado por meio da norma constitucional que prevê a saúde como um direito universal e gratuito.

Nesta esfera jurídica, trai-se, a título de referencial, as contribuições de Coêlho (2020), que destaca a judicialização da saúde no tocante à garantia dos medicamentos e reflete que, embora a dispensação de medicamentos não tenha previsão constitucional definida, recai sobre o Estado esta ação, uma vez que o tratamento medicamentoso demanda do direito à saúde, constitucionalmente, assegurado.

O problema torna-se ainda mais complexo, uma vez que a judicialização para aquisição dos medicamentos, por exemplo, geralmente, ocorre com aqueles medicamentos que não estão inclusos no âmbito dos medicamentos essenciais que, por sua vez, também não são assegurados de acordo com a necessidade dos pacientes, como é o caso de medicamentos simples como anti-hipertensivo, antidiabéticos e até vermífugos.

Ainda parafraseando o autor, que traz subsídios importantes para o problema norteador deste artigo em forma de ensaio científico, a concessão dos medicamentos, conseguida através da judicialização, apesar de configurar a garantia do direito constitucional à saúde, também expressa preocupação tanto no que se refere à qualidade dos medicamentos dispensados por causa dos altos custos não previstos no orçamento do setor saúde, quanto pela própria garantia de manutenção das políticas públicas de saúde, cujos recursos, já escassos, tornam-se mais difíceis de serem alocados, impactando, diretamente, na manutenção dos serviços de saúde, (COÊLHO, 2020).

Parece pertinente que, neste contexto jurídico, a saúde brasileira deva redefinir ou melhor definir, com certa urgência, o que de fato, o Estado brasileiro tem condições de garantir como direito à saúde de seus cidadãos. Razão que consubstancia o objetivo deste ensaio que é

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

contribuir para uma reflexão acerca dos princípios jurídicos do *Mínimo Existencial* e da *Reserva do Possível* como estratégia jurídica para garantir à população brasileira, o direito à saúde, constitucionalmente, assegurado.

O problema da pesquisa, então, se evidencia pela necessidade de garantir, constitucionalmente, o direito à saúde pelo Estado brasileiro, de forma permanente e sustentável com definições claras do que, de fato, possa ser garantido, utilizando-se do Mínimo Existencial e da Reserva do Possível como pressupostos jurídicos legais e capazes de equalizar o problema na esfera jurídica.

O artigo, inicialmente, apresenta um constructo argumentativo introdutório que perpassa pela importância da evolução do conceito de saúde ao longo dos anos e justifica a atual situação do SUS que negligencia muitas das demandas específicas do setor saúde que deveriam ser atendidas pelo poder público, caracterizada por uma possível falta de condições para fazer cumprir a total universalidade da saúde, assegurada, constitucionalmente, em todos os seus aspectos, tomando-se por base, a judicialização da saúde no tocante ao fornecimento de medicamentos e outros tratamentos de alto custo, como exemplos mais concretos desta realidade.

A seguir, são apresentados aspectos importantes sobre a saúde enquanto direito constitucional e fundamental, o não cumprimento desse direito e os princípios jurídicos do Mínimo existencial e da Reserva do Possível que fundamentam este ensaio.

DESENVOLVIMENTO

O direito à saúde, além de ser assegurado, constitucionalmente, é também um direito social que, no Brasil, considerado Estado Democrático de Direito, assim como em outros países do mundo, sofre consequências advindas das crises econômicas e financeiras, cujos recurso financeiros, cada vez mais escassos, justificam a preocupação com a garantia do bem-estar social, haja vista os retrocessos sociais ocorridos, ultimamente, o que seria, teoricamente, proibido pelo efeito Cliquet (D'ORNELL; SILVA, 2016).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A proibição do Retrocesso ou efeito Cliquet é, segundo Ramos (2014), o impedimento de excluir qualquer garantia já conquistada que possa proteger algum direito, jamais, admitindo, subtrações, apenas, aprimoramentos e acréscimos, como bem expõe Canotilho, 1948, p. 339:

> O princípio da proibição de retrocesso social, limita a reversibilidade dos direitos adquiridos (ex: a segurança social, subsídio de desemprego, **prestações de saúde**), em clara violação do *princípio da protecção e da segurança dos cidadãos no âmbito econômico, social e cultural e do núcleo essencial* da existência mínima inerente ao respeito da dignidade da pessoa humana (grifo nosso).

No tocante ao direito à saúde, tal princípio deixa claro que não se pode retroceder ao que já foi social e, constitucionalmente, conseguido, não obstante a realidade enfrentada pelas classes sociais menos favorecidas para assegurarem esse direito, entendendo-se, portanto, que o direito à saúde enquanto bem universal e gratuito, precisa ser assegurado à população brasileira sob pena de descumprimento da Lei Maior que é a própria Constituição Federal.

Ocorre que, em consequência da crise econômica e financeira mundial, surgiram obstáculos como os altos gastos com o orçamento público, a ineficiência estatal, o descontrole com a dívida pública e a alta carga tributária, dentre outros fatores que, no conjunto, dificultam ou inviabilizam a garantia dos direitos sociais por parte do Estado, levantando o questionamento, no mundo todo, acerca do retrocesso desses direitos, frente às condições socioeconômicas, atualmente, desfavoráveis (DAVID; LAGE, 2013), particularmente, muito desfavoráveis, no Brasil, dadas as suas características sociodemográficas, regionais e de má distribuição da renda.

É notório, portanto, que o Estado enquanto prestador dos direitos sociais, necessite para o controle das contas públicas, limitar até certo ponto, suas despesas, sem, contudo, negligenciar a função prestativa assistencial estatal, o que significa dizer que o Estado não pode descumprir o dever de intervir na economia, a fim de combater as desigualdades sociais e promover a satisfação do interesse público, cujas oportunidades serviriam como meio de subsistência para a população (PAYÃO; ROSSIGNOLI, 2016).

É fato que, neste contexto, todos os cidadãos são prejudicados, principalmente, as populações mais vulneráveis e sem condições mínimas para suprirem suas necessidades básicas

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

como é o caso da saúde, o que representa, ainda que, hipoteticamente, um retrocesso social no tocante à garantia dos direitos sociais, pelo Estado brasileiro. Estes direitos são definidos, constitucionalmente, enquanto direitos fundamentais, dentre eles, o direito à saúde, portanto, "direito do cidadão e dever do Estado Democrático de Direito" (MENDONÇA, 2021, p. 14).

O direito à saúde é um direito fundamental, portanto, inalienável e, socialmente, conquistado ao longo da história como são todos os direitos fundamentais. Por conseguinte, goza de caraterísticas próprias que os protegem e asseguram a sua concretização. Muitas destas características poderiam ser, aqui, mencionadas para justificar, juridicamente, o direito à saúde. Todavia, serão discutidas algumas que se considerem mais importantes no contexto deste ensaio.

A universalidade que, no caso da saúde, constitui também um dos princípios doutrinários do SUS é, na esfera jurídica, a característica que garante os direitos fundamentais a todas as pessoas, cujas condições sejam compatíveis com esses direitos. Logo, todas as pessoas são titulares dos direitos fundamentais e o fato de ser humano é a condição necessária e suficiente para assegurar a todas as pessoas a titularidade a todos esses direitos (MENDES; COELHO; BRANCO, 2008).

Ademais, há de se considerar a característica da indivisibilidade e interdependência dos direitos fundamentais, entendida como um único conjunto de direitos, de forma que, quando o Estado descumpre ou desassegura qualquer um desse direitos, viola todos os demais, concomitantemente, visto que eles estão vinculados uns aos outros como um todo, sem separação e não podem ser analisados isoladamente (MENDES; COELHO; BRANCO, 2008).

De outra forma, o princípio da inviolabilidade, segundo Hesse (2009), é a garantia de que os direitos fundamentais devem ser respeitados por qualquer disposição infraconstitucional, bem como pelas autoridades públicas, sob pena de terem os atos de violabilidade anulados e serem responsabilizados civil, penal ou administrativamente.

Por fim, Sarlet (2009), apresenta a inprescritibilidade dos direitos fundamentais como garantia para que estes, com raras exceções, não prescrevam, isto é, não acabem com o tempo,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

pois são sempre exercíveis e devem ser exercidos. Exceções estas que não se coadunam com o direito à saúde, haja vista que ela faz parre do cotidiano das pessoas e das populações e está sempre e em constante exercício, seja pela necessidade preventiva e promocional, seja pela necessidade curativa ou reabilitativa.

A partir destes pressupostos que caracterizam o direito à saúde enquanto direito fundamental e, portanto, universal, indivisível e interdependente, inviolável e imprescritível, além de assegurado no texto constitucional e, legalmente, contextualizado e, mais do que isto, garantido pelo SUS a todo o cidadão brasileiro, tem-se o entendimento de que, juridicamente, a saúde dos cidadãos brasileiros está devidamente, fundamenta, sendo necessário, rever a Política Pública de Saúde para fazer cumprir, de fato e de direito, o direito à saúde de forma universal, integral, descentralizada, equânime e que respeite a participação popular enquanto fundamento básico para o controle social dos SUS de forma contínua e sustentável e acessível a todas as pessoas dos mais longínquos lugares deste imenso país.

No Brasil, ainda que, legalmente, estabelecido pela CF de 1988, o SUS vem sofrendo, a partir da década de 1990, e, *especialmente, no últimos anos,* (destaque nosso), fortes ataques pela política neoliberal que define as diretrizes políticas e econômicas do país com consequentes prejuízos à saúde da população, uma vez que a política neoliberal tem ideologia política e econômica exploratória, maximizando o lucro com redução do custo produtivo, o que contribui para a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas por meio da diminuição dos gastos e redução dos recursos humanos, materiais e de investimentos nos serviços de saúde, entendidas como enxugamento da máquina pública (PAIM, 2018).

Ainda, segundo Paim (2018), dentro desta perspectiva, o cenário geral para o SUS tem sido desfavorável, culminando com propostas de uma reorganização do Estado que não se coadunam com as propostas estabelecidas pela Reforma Sanitária, reforçadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que defendem a desestatização e a privatização e, consequentemente, contribuem com o passar dos anos, para o sucateamento da Política de Saúde, bem como para a precarização das condições de trabalho nas unidades públicas de saúde de todo o país.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Como forma de socorro para a garantia do direito à saúde, a população tem recorrido ao Poder Judiciário, intensificando a judicialização da saúde, conforme esclarecem Bander e kalil (2020), fazendo menção aos princípios jurídicos definidos como mínimo existencial, utilizado pelos defensores do direito à saúde no processo judicial e reserva do possível, utilizado como contraponto que justifique a resposta estatal negativa à concessão do direito impetrado judicialmente.

De forma mais clara, explicita-se, juridicamente, o princípio do mínimo existencial como tendo estreita relação com o princípio da dignidade humana e, embora tenha tomado parte na doutrina brasileira somente na CF de 1988, e haja divergências quanto a sua legalidade constitucional, "o mínimo existencial parece ter no Brasil, o consenso de que os direitos e garantias fundamentais precisam assegurar à população mais carente, um mínimo existencial para a manutenção da vida em condições cidadãs (MENDONÇA, 2022, p. 47).

Para além das interpretações dissonantes, prefere-se recorrer a Spencer (1958, p.137), que apresenta de maneira inequívoca, ainda que poética, a necessidade da garantia pelo Estado de um mínimo existencial que ampare as pessoas mais desvalidas, socialmente:

> Parece duro que, pela falta de habilidade que não consegue superar, apesar de todos os seus esforços, um artesão passe fome. Parece duro que um trabalhador, incapacitado pela doença de competir com os mais fortes, tenha que suportar privações. Parece duro que viúvas e órfãos sejam deixados à própria sorte, para que lutem pela sua vida ou morte. Mas, quando observados não de modo isolado, mas em conexão com os interesses universais da humanidade, essas duras fatalidades parecem ser da mais elevada benevolência.

De acordo com Olsen (2008), mesmo que haja variações na definição do que seja um mínimo existencial e que os principais problemas enfrentados pelas sociedades em relação a este princípio, digam respeito ao aspecto da prestação dos serviços que caracterizam a garantia dos direitos sociais, é patente a função do Estado em prestar determinados serviços por serem essenciais para a manutenção da vida humana com um mínimo de dignidade.

Parece claro para toda a sociedade que existem limitações dos recursos públicos e, estes quando disponíveis, têm, muitas vezes, sua aplicação comprometida por agentes públicos que são incapazes de planejar o investimento das verbas ou mesmo pela corrupção, levando o

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Estado à alegação da reserva *do financeiramente possível* ou a reserva do possível como forma de defender-se ou eximir-se das suas responsabilidades para com o mínimo existencial (OLIVEIRA, 2016), ou para o cumprimento, no caso, do direito à saúde assegurado pela CF e pelo próprio SUS.

De fato, a reserva do possível (restrição ou limite imanente) pode ser considerada como fator limitante que enfraquece a tutela jurídica dos direitos sociais, o que apresentaria somente alguns aspectos do direito considerados como fundamentais os quais o Estado deveria cumprir de acordo com a sua possibilidade orçamentária (MARTINS, 2020).

Frente ao exposto, é possível entender que a reserva do possível se revela como sendo uma estratégia capaz de limitar a atuação estatal no âmbito da efetivação dos direitos sociais e fundamentais, prevendo o afastamento do direito constitucional de interesse privado e a priorização do direito da maioria (STIBORSKI, 2014).

Por fim, há de se pontuar, conforme destacam Carvalho *et al.* (2021), que, na perspectiva da judicialização da saúde como meio para assegurar o direito à saúde, consubstanciado pela tutela jurídica que, de um lado defende a garantia desse direito com base no mínimo existencial e do outro, justifica a negação desse mesmo direito com base na alegação da reserva do possível, efetiva-se o dilema entre a vida humana e a economia que se coloca nas decisões judiciais, tendo o Estado, em suas mãos, o direito de definir sobre a vida e a saúde das pessoas.

CONCLUSÃO

Parece importante ressaltar, aqui, a grande contribuição jurídica que o mínimo existencial e a reserva do possível dão à condução dos processos jurídicos, ora a favor do impetrante, ora a favor do impetrado, mesmo porque no contexto judicial atual, caracterizado pela judicialização da saúde como forma de garantir o direito à saúde pelo Estado, já teórica e, constitucionalmente, assegurados à população brasileira, estes dois princípios têm sido utilizados como justificativa para a concessão ou negação do serviço ou ação de saúde em questão.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Entretanto, há de se chamar atenção para o fato de que o direito à saúde é um direito fundamental e social regulamentado, constitucionalmente, e de igual forma, assegurado pelas leis específicas do SUS que representa a própria Política Nacional de Saúde brasileira.

Enquanto direito constitucional, o direito à saúde, assim como os demais direitos, é uma norma declaratória e assecuratória que, expressa no texto constitucional, deve ser cumprida pelo Estado de acordo como as suas especificações definidas e, enquanto direito fundamental, o direito à saúde, igualmente, constitucionalizado e, impreterivelmente, adquirido ao longo da história, universal, indivisível e interdependente, inviolável e imprescritível tem garantias jurídicas suficientes para não ser negligenciado pelo poder estatal.

De outra forma, o Estado enquanto cumpridor deste direito, fundamentado por uma série de razões, sobretudo, as de cunho econômico, negligencia o seu papel de prestador dos direitos sociais em desfavor do cidadão que, para garantir seu direito recorre à tutela jurídica desse mesmo Estado, cujo processo vale-se do mínimo existencial para garantir um direito já, anteriormente e, juridicamente, garantido enquanto bem universal e gratuito para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Neste contexto de disputa judicial, o Estado aciona a reserva do possível para justificar a sua ineficiência enquanto instância executora do direito e cumpridora do papel que lhe foi, juridicamente e, constitucionalmente, imputado.

Contudo, o que se apreende desta realidade desfavorável à população para aquisição de um bem inalienável como é o direito à saúde e que leva as pessoas ao descrédito das leis do país, é que o Estado continua com o poder de decisão sobre a vida e a saúde das pessoas, uma vez que, ora concede e ora nega esse direito, contradizendo-se sobre tudo o que já foi discutido e definido jurídica e constitucionalmente.

Destarte as melhorias evidenciadas, não é este o modelo de saúde proposto pela Reforma Sanitária e conseguido a duras penas por aqueles que deram o melhor de si para esta conquista que, atualmente, se vê ameaçada por consequência de decisões e ações de uma política neoliberal que privilegia o lucro e o poder em detrimento dos direitos sociais conquistados.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

BANDER, R. & KALIL, G. Embate entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível: a judicialização da saúde. Revista Jurídica, v. 3, n. 1, 2020.

BOORSE, C. On the distinction between disease and illness. Philosophy and Public Affairs, v. 5, n. 1, p. 49-68, 1975.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma. Conselho Nacional de Saúde, maio, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 01 abr. 2022.

CARVALHO, E.C. *et al.* Judicialização da saúde: reserva do possível e mínimo existencial. Cogit. Enferm., v. 26, e76406, 2021.

COÊLHO, M.V.F. O Direito Constitucional, a saúde e sua evolução. Consultor Jurídico, 10 maio 2020.

HESSE k. *Significado dos Direitos Fundamentais. In: Temas Fundamentais do Direito Constitucional.* Trad. Carlos dos Santos Almeida. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS F. Direitos Sociais em Tempos de Crise Econômica. São José dos Campos, SP: SaraivaJur, 2020.

MENDES GF.; COELHO IM BRANCO & Paulo GG. Curso de direito constitucional. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

NORDENFELT L. On the nature of health an action-theoretic approach. Nova York: Kluwer Academic Publishers, 1987.

OLIVEIRA, A.I.R. O mínimo existencial e a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. Revista Jus Navigandi, Teresina, PI, ano. 21, n. 4772, 2016.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

OLSEN ACL. Direitos fundamentais sociais: efetividade frente à reserva do possível. Curitiba: Juruá, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição. Genebra: OMS, 1948.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Ciênc Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1923-28, 2018.

SARLET IW. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2018.

SPENCER H. Social Statics. *In*: SCHAPIRO JS (ed.). Liberalism: its meaning and history. New York: Van Nostrand Reinhold, 1958.

STIBORSKI, B.P. Reserva do possível: origem, conceito e ordens. Jusbrasil, 2014.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 20 - DOI:10.55232/1082027.20

AGENCIAMENTO ENTRE ESCRITORES: EM BUSCA DE UMA BASE CONCEITUAL ATRAVÉS DA MINERAÇÃO DE TEXTOS

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo , Paulo Renato Alves Firmino e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

RESUMO: Este artigo tem como fundamento de estudo o conceito agenciamento, a partir dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Assim, esta pesquisa questiona acerca da base conceitual utilizada para desenvolver o conceito filosófico 'agenciamento', a partir de um conjunto de artigos científicos da plataforma Cafe (CAPES). Para atender a este problema o objetivo geral se restringe a: Elencar a base conceitual usada por um conjunto de artigos da plataforma café (CAPPES) para desenvolver o conceito filosófico de 'agenciamento'. De forma específica: i) definir 'agenciamento' a partir de excertos de Gilles Deleuze; ii) relacionar o conceito filosófico 'agenciamento' com a base conceitual usada por um conjunto de artigos da plataforma cafe (CAPES) para desenvolvê-lo. Metodologicamente esta pesquisa é preponderantemente qualitativa, mas com contornos de métodos quantitativos. Assim, tendo embasamento na análise de conteúdo utilizamos a mineração de texto, através do software R, para auferir os resultados. Concluímos, a partir dos resultados, que o plano conceitual que se articula ao agenciamento relaciona os conceitos: subjetividade, máquina, produção, devir, rizoma, modos de existência, força, poder, corpo, agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de desejo.

Palavras-chave: Agenciamento coletivo de enunciação, agenciamento maquínico de desejo, mineração de texto;

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como fundamento de estudo o conceito agenciamento, a partir dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Presupõe-se que todo conceito se define pelos componentes que o formam, em um campo relacional com outros conceitos, ou seja, que trata-se de uma questão de articulação, corte e superposição. Contudo, não se criam conceitos se não em função de problemas mal vistos ou colocados. Desta forma, todo conceito se articula com outros conceitos, que respondem a problemas conectáveis, partícipes de uma cocriação. Ou seja, em todo conceito há uma "encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes" (DELEUZE e GUATTARI, 2010, p. 26).

Agenciamento se refere a um modo de existência, que é tanto maquínico de desejo (um conjunto de estados de coisas, materialidades, efetuações etc.), como coletivo de enunciação (que entrelaça enunciados, sentidos, linguagens, percepções etc.) podendo ter um polo de poder, que reprime os fluxos desejantes, separa os corpos, pessoas, forças do que elas podem e submetem-nas à obediência, confinamento, impotência, bem como de potência que propicia a expansão da capacidade de agir, dos fluxos desejantes, produz liberdades, amplia a criação de novos possíveis e resistências (ARAUJO, 2017).

Assim, esta pesquisa questiona acerca da base conceitual utilizada para desenvolver o conceito filosófico 'agenciamento', a partir de um conjunto de artigos científicos da plataforma Cafe (CAPES). Para atender a este problema o objetivo geral se restringe a: Elencar a base conceitual usada por um conjunto de artigos da plataforma cafe (CAPPES) para desenvolver o conceito filosófico de 'agenciamento'. De forma específica: i) definir 'agenciamento' a partir de excertos de Gilles Deleuze; ii) relacionar o conceito filosófico 'agenciamento' com a base conceitual usada por um conjunto de artigos da plataforma cafe (CAPES) para desenvolvê-lo.

Duas são as partes constitutivas deste artigo, desconsiderando as partes pré e pós textuais, por um lado o referencial teórico, que responde a dois questionamentos, por que pensar agenciamento e o que é agenciamento. Discorremos sobre os pressupostos filosóficos que fundamentam a inserção do conceito de agenciamento na filosofia de Deleuze e Guattari, além de abordarmos as possibilidades criadas ao pensar agenciamento, ou seja, suas possibilidades de percepção. Para em seguida definirmos

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

‘agenciamento’ com base em excertos de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Por outro lado, os resultados e discussões, no qual a partir do tratamento analítico pelo software R de determinados artigos da plataforma Cafe (CAPES), e fundamentados no conceito de agenciamento, discutimos os principais conceitos que são correlacionados para explicar e desenvolver este conceito.

METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos que marcam esta pesquisa são seus nuances dos métodos quantitativos, mas com preponderância metodológica qualitativa. Tratada com similitude à análise de conteúdo, com suporte ferramental da mineração de texto. Contudo, nos interessa fazer uma análise de conteúdo dos artigos, mas sim uma análise dos conceitos utilizados pelos autores, com auxílio do software R.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), trata-se de uma hermenêutica controlada baseada na dedução, na inferência, com auxílio, por exemplo, do cálculo da frequência de palavras utilizadas em um discurso, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos. A interpretação na análise de conteúdo oscila entre a objetividade e a subjetividade. Ou seja, através do dito o analista permeia o não dito, buscando padrões de repetição no discurso, além de escavar o discurso em busca das camadas sedimentares que o constitui.

Contudo, para agilizar o processo os textos serão analisados através de ferramentas de mineração, que refere-se genericamente ao processo de extração de informação e conhecimento de textos, tentando encontrar padrões de repetição e correlação entre palavras (GUPTA e LEHAL, 2009). Neste sentido, e a partir do software R, com auxílio das fórmulas extraídas de (FEINERER, 2008; ZHAO, 2012; GUPTA e LEHAL, 2009), foram tratados analiticamente alguns artigos da plataforma cafe (CAPES). Utilizando duas das análises geradas pelo programa, resultando em um dendrograma e uma rede de correlação de termos. O dendrograma cria uma ordem arborescente de similitude entre conceitos, ao mesmo tempo que os hierarquiza. Enquanto

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

a rede de correlação entre os conceitos, além de correlacioná-los, indica ligações de força, bem como de conexão entre conceitos.

Para a formação do banco de dados textual que será analisado, seguimos o seguinte caminho: i) pesquisa de artigos científicos na plataforma cafe da CAPPES no dia 02/12/2015 às 12:26 (horário de Brasília), inserindo o termo 'Agenciamento' no campo de busca, com os seguintes filtros: tipo de recurso, artigo; data de submissão, entre os anos 2003 e 2015. Retornando um total de 57 artigos; ii) os artigos pesquisados foram baixados e feito uma análise de conteúdo, para verificar àqueles que utilizavam o conceito de agenciamento sob uma perspectiva filosófica, atinente ao pensamento de Gilles Deleuze. A partir deste filtro foram selecionados 10 artigos para compor o banco de dados desta pesquisa. Justifica-se esta quantidade devido a quantidade de artigos que ou utilizavam o termo agenciamento de forma corriqueira ou sob uma perspectiva da teoria do agenciamento, atinente à ciência administrativa. Além do mais, por se tratar de uma ferramenta nova aos autores desta pesquisa o artigo se torna um campo de experimentação, do qual o software é tratado com equidade, uma vez que não suporte um banco de dados extenso para as fórmulas utilizadas; iii) selecionados os artigos, estes foram impressos, lidos, fichados, marcando à mão os principais conceitos em cada frase e que tivessem correlação com os pressupostos teóricos do agenciamento; iv) todos os conceitos foram digitados em documento do word, destacando os conceitos de cada frase entre ponto e vírgula (compondo um total de 4097 palavras). Após transferidos para linhas do excel, cada conjunto de conceitos de cada artigo em uma linha, em coluna intitulada 'Conceitos'; v) com o banco de dados formado iniciou-se o tratamento analítico no sofware Rstudio. Como alternativa, foram retirados 3 artigos do banco de dados, que eram dispensáveis devido o tratamento conceitual. Ademais, verificando a frequência de cada termo, por tabela gerada pelo 'Rstudio' e transferindo para o excel, foi decidido utilizar as 30 maiores frequências (correspondendo a um mínimo de 14 repetições). Logo, os 30 conceitos mais utilizados; vii) todos os outros conceitos que tinham uma frequência inferior a 14 foram eliminados do banco de dados, sendo substituídos por espaços em branco através da busca avançada do word. Foram eliminados 970 conceitos. viii) feito

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

este tratamento no banco de dados restaram 1748 palavras que foram tratados analiticamente pelo software.

Os artigos selecionados são descritos abaixo, respectivamente pelo título e autor (es): T1 – Título do artigo: Linguagem e poder: contribuições de Deleuze e Fairclough. Autor: Ismael Andrade Santos; T2 - Título: Traços de uma estética do Silício. Autoras: Elenice Mattos Corrêa e Tania Mara Gali Fonseca; T3 – Título: "Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa": interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. Autor: Jasbir Puar; T4 – Título: Guattari e a topografia da máquina escolar. Autores: Alexandre Filordi de Carvalho e André Campos de Camargo; T5 – Título: Produzir subjetividade: o que significa?. Autores: Leonardo Barros Soares e Luciana Lobo Miranda; T6 – Título: A emoção é o consumo: subjetivação e agenciamentos da vida capital. Autores: Viviane Giusti Balestrin; Marlene Neves Strey e Miguel Domènech Argemi; T7 – Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. Autores: Roberta Stubs Parpinelli e Edmilson Wantuil Freitas de Souza.

Por fim, classificamos essa pesquisa como bibliográfica exploratória. Bibliográfica por não se tratar de uma pesquisa empírica, mas fundamentada teoricamente na aproximação do conceito filosófico agenciamento. Por isto, caracterizamos-na como bibliográfica exploratória. Concomitantemente, no próximo item desenvolvemos os embasamentos teóricos desta pesquisa.

REFERENCIAL TEORICO

O 'agenciamento' não figura entre os principais conceitos utilizados por Deleuze, a exemplo da reverberação do 'devir'. Para tanto, consideramos-no um primor para o aprendizado da filosofia de Deleuze, uma porta de entrada que permite um contato rico com seu rizoma conceitual. Ler Deleuze é quase aprender um novo dialeto (ou seria idioleto?), uma nova língua (uma literatura menor?), pensar sob novos modos, mas antes de tudo vivenciar o mundo sob novas percepções, o que não significa um impulso interpretativo, antes, auxiliar na criação de intensidades.

Neste item desenvolvemos duas perguntas: por que pensar agenciamento? e o que é agenciamento? Na primeira, discorremos sobre a base filosófica que o conceito de agenciamento é inserido, a partir da conceituação de filosofia para Deleuze. Para a partir

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

disto abordar as possibilidades criadas ao pensar 'agenciamento'. Na segunda pergunta esclarecemos o conceito 'agenciamento' com base em excertos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, criando caminhos para a análise da base conceitual contida no próximo capítulo.

A filosofia imanente ao agenciamento e o pensamento geográfico de Gilles Deleuze, porque pensar agenciamento?

A resposta à pergunta, 'por que pensar agenciamento?', perpassa os pressupostos filosóficos que fundamentam a inserção deste conceito na filosofia de Deleuze, bem como as possibilidades de percepção que ele propicia. Ou seja, onde o conceito se aloca e como pode ser utilizado.

A filosofia para Deleuze (2010, p. 8) é "a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos [...] [sob] uma ora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão". O que significa que compete apenas à filosofia criar conceitos no sentido estrito, para compreensão e resolução de problemas. Para tanto, sem que haja uma primazia da filosofia sobre outras formas de pensamento, as ciências e as artes, cada um com seu recorte sobre o caos. Deleuze estabelece uma relação horizontal, um agenciamento entre essas formas, que o auxilia em sua atividade criativa. A filosofia com primazia na criação de conceitos, mas não uma proeminência sobre as demais formas de pensamento. Como explicita Machado (2009), Deleuze se insurgi à caracterização da filosofia como metadiscurso, metalinguagem, que formula e explicita critérios de legitimação ou justificação, características da filosofia moderna deste Kant.

Além disto, Deleuze (2010, p.13) nega que a filosofia seja contemplação, reflexão, comunicação, requisitando estas atividades como máquinas universais, ilusões percorridas pela filosofia pelo sonho de dominar as demais disciplinas. Não obstante, ao caracterizar o filósofo como um inventor, sob a influência, sobretudo, de Nietzsche, Deleuze vê a criação do filósofo como singular (o conceito filosófico sempre como uma singularidade, uma pedagogia conceitual que deve sempre analisar as condições de criação como fatores de momentos que permanecem singulares), estabelecendo que "o primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados". Com isso se contrapõe, por exemplo, à Platão e seu idealismo, com sua necessidade de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

criar instancias que permitam julgar o bem fundado das pretensões, ora em representações coletivas, ora em concepções do mundo criada pelos povos, com suas forças vitais, históricas e espirituais.

Deleuze faz do pensamento uma geografia, com eixos e orientações pelo qual se desenvolve, não como uma história linear e progressiva, mas uma constituição de espaços e tipos. Postulando dois modelos de pensamento, um transcendente e outro imanente, análogos à raiz e rizoma – pressupostos desenvolvidos no livro Mil Platôs volume 1 – e se postula a favor do processo imanente. Significando que o pensamento geográfico deleuziano estabelece dois espaços de pensamento: "o espaço da imagem do pensamento, que é dogmático, ortodoxo, metafísico, moral, racional, transcendente...; e o espaço do pensamento sem imagem, que é pluralista, heterodoxo, ontológico, ético[1], trágico, imanente". (MACHADO, 2009, p. 26).

Neste sentido, Deleuze (2010) se agencia, sobretudo, com Espinosa, considerando-o como o mais filósofo dos filósofos, aquele que melhor pensou o plano de imanência, sem nenhum compromisso com a transcendência. Mas porquê? Pois igualiza todos os homens no mesmo plano de imanência, atribuindo-lhes a capacidade de causa de si, a partir dos agenciamentos que entram, concebendo a vida enquanto intensidade, sem a tutela da transcendência.

> A grande tese teórica do espinosismo: há uma única substância[2] que possui uma infinidade de atributos, *Deus sive Natura*, sendo todas as 'criaturas' apenas modos desses atributos ou modificações dessa substância. [...]. [...] a identidade Deus-substância faz que os atributos ou as substâncias qualificadas constituam verdadeiramente a essência de Deus e gozem desde logo da propriedade de causa de si. [...]. [...] uma única Natureza para todos os corpos, uma única Natureza para todos os indivíduos, uma Natureza que é ela própria um indivíduo variando de uma inficidade de maneiras. Não é mais a afirmação de uma substancia única, é a exposição de um plano comum de imanência em que estão todos os corpos, todas as almas, todos os indivíduos. [...]. O importante é conceber a vida, cada individualidade de vida, não como uma

[1] "[A ética] avalia sentimentos, condutas e intenções, referindo-os a modos de existência imanentes que eles supõem ou implicam; a ética leva em consideração os modos de ser das forças vitais que definem o homem por sua potência, pelo que ele pode, pela intensidade. Já a moral julga a vida a partir de valores transcendentes; é um sistema de juízos sobre o que se diz e o que se faz em termos de bem e mal considerados como valores metafísicos". (MACHADO, 2009, p. 26).

[2] Deleuze (2002, p. 113) citando Espinosa (ética I, def. 3) diz que substância é "aquilo que é em si e por si concebido, isto é, aquilo cujo conceito não carece de outra coisa para se formar".

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> forma, ou um desenvolvimento de forma, mas como uma relação complexa entre velocidades diferenciais, entre abrandamento e aceleração de partículas. Uma composição de velocidades e de lentidões num plano de imanência. [...]. [...] já que toda coisa, no plano imanente da Natureza, define-se pelos agenciamentos de movimentos e de afetos nos quais ela entra, quer esses agenciamentos sejam artificiais ou naturais. [...]. Não se trata mais de uma relação de ponto a contraponto, ou de seleção de um mundo, mas de uma sinfonia da Natureza, da constituição de um mundo cada vez mais amplo e intenso. (DELEUZE, 2002, p.23, 115, 127, 128, 129 e 131).

O plano de imanência é a imagem do pensamento, a imagem do que significa pensar, o único suporte dos conceitos, que são regiões do plano (DELEUZE, 2010). Os conceitos mantém uma relação de vizinhança entre si no plano. Façamos uma analogia entre o conceito de 'outrem' e o plano de imanência, é isso, o plano de imanência é um 'outrem', um mundo possível aos conceitos. E como indica Ulpiano (2010), quando se tem um plano de imanência exclui-se todo objeto e finalidade, tornando-o um processo. O que significaria pensar que a verdade, no que se refere à razão, por exemplo, não seria uma finalidade ou um objeto da razão, como no platonismo, mas que a verdade é uma operação permanente da razão, como em Espinoza.

Logo, Deleuze percorre caminhos que lhe conduzem ao pensamento diferencial, (filosofia da diferença), que critica o pensamento representacional (filosofia da representação). O pensamento é tido como força criadora e não como aparelho de observar e registrar, congelando-o. A essência de algo, por exemplo, não seria pensada para determinar sua verdade atemporal e imutável, sua identidade, mas como produto arbitrário de determinadas forças, que produzem tanto o fenômeno observado, como o próprio sujeito e o sentido que este atribui a tal fenômeno. Nesse sentido que os valores dos homens são resultados de forças que compõem os corpos que os expressam. Que são postulados por uma avaliação, que não podem ser separadas de um determinado modo de vida. Então, pensar deixa de ser uma reflexão, reconhecimento, representação, reconhecendo valores tidos superiores, para se tornar a criação e afirmação de valores, modos e possibilidades de vida. Contudo, se o conhecimento é visto como superior à própria vida, que deve se adequar, isso resulta do domínio de certas forças. Essas forças depreciativas à vida, por valores tidos superiores, são forças reativas, o modo representacional do pensamento. Enquanto as forças ativas são as criadoras, ou o

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

pensamento da diferença. Leitura que Deleuze faz de Nietzche no livro "Nietzsche e a filosofia". (MANGUEIRA E BONFIM, 2014).

O pensamento não é um "exercício natural de uma faculdade, a concepção de uma exercício natural do pensamento", é o que diz Deleuze. Essa imagem do pensamento é platônica, e é o principal pressuposto da filosofia da representação. (MACHADO, 2009, p.132). No livro lógica do sentido, na décima oitava série: das três imagens de filósofos, Deleuze (2015, p 131 - 136) aborda as imagens platônica, pré-socrática e estóica. A imagem platônica dos filósofos como majoritária nas esferas popular e científica. Requisitando aos filósofos um ser ascensional, das alturas, com laços estreitos entre a moral, o ideal ascético e a ideia do pensamento como orientação, com eixos próprios onde se desenvolve. "O idealismo é a doença congênita da filosofia platônica e, com seu cortejo de ascensões e de quedas, a forma maníaco-depressiva da própria filosofia". Na segunda imagem, os pré-socráticos instalam o pensamento nas cavernas e a vida na profundidade, descem à essência. "O filósofo pré-socrático não sai da caverna, ele estima, ao contrário, que não estamos bastante engajados nela, suficientemente engolidos". Enquanto os estóicos reorientam o pensamento e do que significa pensar a partir da superfície e não da profundidade nem altura, "trata-se sempre de destituir as Ideias e de mostrar que o incorporal não está na altura, mas na superfície, que não é mais alta causa, mas o efeito superficial por excelência, que ele não é Essência, mas acontecimento. Na outra frente, mostraremos que a profundidade é uma ilusão digestiva, que completa a ilusão optica ideal". Mas o que é a superfície no pensamento de Deleuze? Pois é na superfície que seu pensamento se cerca.

No livro Lógica do sentido, na segunda série de paradoxos: dos efeitos de superfície, Deleuze (2015, p. 5 - 12), fez-nos entender que a superfície é o limite de contato entre os corpos, é o espaço onde os corpos se encontram, encontro que resulta mistura, uma afetação mútua que propicia acontecimentos. Desta forma, o que nos interessa a partir do pensamento através da noção de superfície é a primazia estóica da "descoberta das paixões-corpos e das misturas infernais que organizam ou sofrem, venenos fumegantes, festins pedógafos" (DELEUZE, 2009, p. 135).

Da superfície, ou da mistura entre os corpos surgem efeitos incorporais que se atribuem aos corpos, que são de outra natureza. São atributos lógicos e dialéticos, que não dizem um ser, mas uma maneira de ser. E aqui há uma aporia, pois são reais mas não existem, subsistem, insistem, não são uma coisa nem estado de coisas, portanto, entidade

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

não existente (DELEUZE, 2015). Aspectos que serão aprofundados no próximo item, quando abordado os agenciamentos coletivos e enunciação e sua relação com o agenciamento maquínico de corpos. Por hora, importa-nos compreender que o pensamento a partir da superfície instaura na filosofia uma ruptura com o pensamento transcendente e representacional, bem como o humanismo essencialista. Não mais uma divindade transcendente, nem uma natureza humana a priori, mas velocidades e lentidões, afetações entre corpos, que produzem acontecimentos.

Esta noção é fundamental no pensamento de Deleuze e Guattari (2014, p.13), pois se delineia em um pensamento no qual a natureza é um processo de produção, onde não há nem homem nem natureza, mas um processo que os produz um no outro e acopla máquinas. Isto possibilita ao homem produzir a si mesmo, a partir das forças e potências que o constituem. Não um decalque de édipo, que "supõe uma fantástica repressão das máquinas desejantes", mas uma produção desejante, produção de inconsciente, natureza igual a indústria.

Destarte, o conceito de agenciamento é um ferramental que possibilita observar os processos imanentes da natureza como produção de realidades, de modos de existência, como corroborado por Fuganti (2009, p. 1-2):

> O conceito de agenciamento [...] destitui a ideia dominante de uma natureza humana a priori – [...] constituição de um modo superior de desejar, neutro e desinteressado; por outro, desqualifica a verdade dos valores universais extraídos ou descorbertos a partir de um plano de objetos ideais em si, constitutivo do bom senso. [...]. essa dupla ilusão [...] engendra a insípida ideia de autonomia moral e racional como liberdade e conhecimento possíveis do homem. [...]. Para Deleuze e Guattari, criadores do conceito de agenciamento, a Natureza é Fábrica. Como em Spinoza, fábrica de si mesma e de tudo que dela decorre. E o que produz essa fábrica? Real, nada mais, nada menos do que o próprio real como produto de sua Potência absoluta de Acontecer. Ora, se a natureza não é algo dado, mas uma realidade que não para de produzir-se a si mesma, também as partes que a compõem e dela participam não param de ser produzidas e de participar da produção de si mesmas. E se nós somos partes efetivas dela, não há sujeito ou natureza humana natural já pronta, nem mesmo em progresso ou processo de melhoramento ou reforma de uma essência original, como querem moralistas, racionalistas e humanistas. Também não

> podem haver objetos ideais ou valores universais que permaneceriam imutáveis num plano que a transcenderia. [...]. Na verdade, todo esse plano de organização de uma formação social pressupõe [...] agenciamentos de poder, que constituem-se como dispositivos ou máquinas concretas sociais de produção de subjetividade, de individuação e de objetivação. [...]. O conceito de agenciamento torna-se então um operador de primeira ordem, uma vez que remete a um modo concreto de produção de realidade, em qualquer dimensão, material ou imaterial, e não à uma verdade que representaria o real. O agenciamento é antes de tudo um ACONTECIMENTO multidimensional.

Paulatinamente, descrevemos a operação do conceito de 'agenciamento', postulando a corrente filosófica que se aloca e sua utilização ferramental para compreender os problemas de produção de realidade. Para tanto, afinal o que é um agenciamento?

Pistas conceituais, mas o que é um agenciamento?

Um primeiro contato com a obra de Deleuze e Guattari, pode evidenciar que o agenciamento se trata de um plano organizacional que dá existência a modos de vida e desejos. Não negamos esta perspectiva, mas, embora o agenciamento pressuponha a produção de uma realidade e de modos de existência, sua primazia não está nos componentes que o formam, nem na existência desses componentes, mas sim na relação, nos encontros e desencontros que constroem modos de existência, corpos, no poder de afetar e ser afetado. O agenciamento é um construtivismo, mas não denota a premissa em observar o construir um conjunto, sim construir em um conjunto. Dito de outro modo, a prioridade não é o conjunto, mas o que está entre o conjunto, que se relaciona mutualmente.

Mas o que se relaciona no agenciamento? Como indica Zourabichvili (2004, p. 9), estamos na "presença de um agenciamento todas as vezes em que pudemos identificar o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente". Logo, o agenciamento precede um campo multidimensional que coloca em contato diversos componentes duais, portanto, de naturezas diferentes, que podem ser sintetizados como corpos e incorpóreos, ou mesmo conteúdos e expressões. E o próprio agenciamento é abordado por Deleuze e

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Guattari, por exemplo, no livro Kafka Por uma literatura menor, de forma dual, em um primeiro momento para facilitar o entendimento, quando aborda o agenciamento maquínico dos corpos e o agenciamento coletivo de enunciação (abordados mais adiante).

Exemplificando, os componentes do agenciamento através do vestido das mulheres. Uma mulher gosta de um vestido e de outro não, e prefere determinados vestidos por seus aspectos, propriedades, e isso é um estado de coisas. E há um certo modo de falar em cada estabelecimento comercial, com cada vendedor, ou até mesmo com as pessoas que a acompanham, com seus afetos e desafetos. Isso é um estilo, tipos de enunciados. Mas além de estados de coisas e enunciados, há território, a casa desta mulher, o espaço no estabelecimento comercial que ela procura para se sentir melhor, seu guarda roupa. E há processos de desterritorialização, quando ela troca o vestido e se vê nua, ou mesmo quando sai de casa para vivenciar novos lugares. E quando esta mulher diz desejo um vestido não o deseja em abstrato, mas em um contexto de vida, em relação com uma paisagem, com pessoas que são suas amigas, com sua profissão. Ou seja, ela deseja o vestido em um conjunto. O mesmo ocorre com quem a deseja. E tudo isso é um agenciamento, uma região relacional sempre em um coletivo entre "estados de coisas, enunciações, territórios e movimentos de desterritorialização". (DELEUZE, 1988, p.17).

Estes componentes nos preparam caminho para aprofundar noções sobre o agenciamento, tendo por ponto de partida a citação que segue:

> Podem-se tirar daí conclusões gerais acerca da natureza dos Agenciamentos. Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, *picos de desterritorialização* que o arrebatam. (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.31).

Logo, compreendemos que a definição do agenciamento passa por dois segmentos, em um eixo horizontal, o agenciamento maquínico dos corpos, e seus

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

conceitos de corpo, desejo e máquina; e o agenciamento coletivo de enunciação, através dos conceitos de enunciado, transformações incorpóreas e hecceidade. Características que permeiam aspectos corpóreos, quanto ao primeiro, e aspectos incorporais quanto ao segundo. Não obstante, em um eixo vertical o agenciamento possui lados territoriais e picos de desterritorialização. Portanto, definir agenciamento requer a definição destes conceitos.

Deleuze e Guattari (2011a, p. 63) declamam que "cada um passa por tantos corpos em cada um", e são estas misturas entre corpos que determinam estados de coisas quantitativos e qualitativos, dimensões de um conjunto, ações e paixões (DELEUZE, 2015). Em similitude, um corpo[3] para Espinosa se define por duas maneiras simultâneas. De um lado, pelas relações de repouso e de movimento, velocidades e lentidões entre partículas[4], não por forma, órgãos ou funções. Por outro, pelo poder de afetar e ser afetado, não como substância ou sujeito, mas modos, que são essa relação complexa no corpo e no pensamento (DELEUZE, 2002).

Essa perspectiva estóica considera que um corpo é tudo que existe, o real, e que as potências que compõem um corpo desempenham sua função de expandir os corpos pelos encontros com outros corpos, produzindo acontecimentos. É uma relação afetiva entre os corpos produzindo acontecimentos, e por ser o afeto um funcionamento, as funções de um afeto ocorrem por estímulos, pelo encontro entre os corpos. Ora, "os corpos vão se agenciar pelos afetos, eles vão fazendo sua existência por composições afetivas, [...] [pois] nosso mundo é sempre produto das relações de corpos que nós fazemos ao longo da vida" (ULPIANO, 2010a, p.1).

Não se tem encontros se não for em um conjunto, nosso próprio corpo é uma multiplicidade de corpos, temos tantos corpos celulares quando possível, composições com o corpo água, corpos minerais etc., e esses encontros compõem nossa existência enquanto corpo. Já o encontro com outros corpos, que não os que nos compõem, constroem relações afetivas, e, portanto, um funcionamento que produz acontecimentos.

[3] "Não sabemos nada de um corpo enquanto não sabemos o que pode ele, isto é, quais são seus afectos, como eles podem ou não compor-se com outros afectos, com os afectos de um outro corpo, seja para destruí-lo ou ser destruído por ele, seja para trocar com esse outro corpo ações e paixões, seja para compor com ele um corpo mais potente" (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p.45).

[4] "[...] é pela velocidade e lentidão que a gente desliza entre as coisas, que a gente se conjuga com outra coisa: a gente nunca começa, nunca se recomeça tudo novamente, a gente desliza por entre, se introduz no meio, abraça-se ou se impõe ritmos" (DELEUZE, 2002, p.128).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Vou à escola, e meu encontro com o corpo escola produz um acontecimento disciplinar, por exemplo. Minhas potências econômicas são estimuladas, para que eu integre um espaço no mercado de trabalho, e no intervalo lido com o corpo moeda para me misturar com o corpo comida. O que queremos exemplificar é que estes aspectos compõem uma estrutura social, um corpo social, e isso é um agenciamento social, pressupondo um ou mais modos de existência social. Que opera em um funcionamento maquínico.

Maquínico pressupõe máquina, e a máquina pressupõe a produção de algo, que são os efeitos de sua operação, sempre por um fluxo e um corte. "Em suma, toda máquina é corte de fluxo em relação àquela com que está conectada, mas ela própria é fluxo ou produção de fluxos em relação àquela que lhe é conectada. É esta a lei da produção de produção". E para Deleuze e Guattari (2011a, p.55) tudo compõe máquina, a natureza é processo de produção, uma simpatia entre corpos que se afetam e produzem, produzem algo e também a si mesmos.

E a máquina nunca é simplesmente técnica, mas uma conexão diversa entre as peças que a compõe. E mesmo a máquina técnica só existe em um plano social, que constitui forças que possibilitam sua invenção. Por isso que Deleuze e Guattari (2014, p. 147 -148), afirmam:

> [...] os homens e as mulheres fazem parte da máquina, não somente em seu trabalho, mas ainda mais em suas atividades adjacentes, seu descanso, seus amores, seus protestos, suas indignações, etc. O mecânico é uma parte da máquina, são somente enquanto mecânico, mas no momento em que ele cessa de sê-lo. [...]. A máquina não é social sem se desmontar em todos os elementos conexos, que fazem máquina por seu turno. [...]. Uma máquina de escrever só existe em um escritório, o escritório só existe com secretários, subchefes e patrões, com uma distribuição administrativa, política e social, mas erótica também, sem a qual não haveria e nunca houve 'técnica'. [...]. O que faz máquina, falando propriamente, são as conexões, todas as conexões que conduzem a desmontagem.

Concomitantemente, este funcionamento maquínico opera por desejo, e este "não é forma, mas processo, procedimento [...] é que a máquina é desejo, não que o desejo seja desejo da máquina, mas porque o desejo não cessa de fazer máquina na máquina, e de constituir uma nova engrenagem ao lado da engrenagem precedente" (DELEUZE, 2014, p. 18 e 148). Então, o desejo maquina objetos parciais, fluxos e corpos, para produzir o real, estando sempre próximo

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

das condições de existência objetiva (DELEUZE, 2011a). E só há desejo agenciado ou maquinado, não há desejo fora de um agenciamento determinado (DELEUZE, 1998). Por isso, desejar é construir um agenciamento, uma região, é realmente agenciar (DELEUZE, 1988).

Portanto, o agenciamento maquínico de corpos pressupõe relações e misturas entre corpos em uma sociedade, que produzem máquinas, humanas, sociais, técnicas, operando por desejos, construindo modos de existência. E não pretendemos classificar os agenciamentos, mas há uma variedade deles. Há agenciamentos de poder que assujeitam, aprisionam, controlam, estimulam forças nos corpos que atendam a interesses despóticos, bem como há agenciamentos minoritários, positivos, que propiciam a intensidade da vida, a criação. Em todo caso, trilhar linhas de criação a partir das forças que nos criam: "ser menos um espelho que um relógio que adianta. [...] esposar o movimento que lhe atinge, levá-lo ainda mais longe, para melhor voltar sob você, contra você, e achar uma saída" (DELEUZE, 2014, p.108). Posicionar-se no agenciamento, "nunca interpretem, experimentem agenciamentos, procurem agenciamentos que lhes convenham" (DELEUZE, 1988, p. 17). E há espaço para o movimento, "lançamo-nos, arriscamos uma improvisação. Mas improvisar é ir ao encontro do mundo, ou confundir-se com ele. Saímos de casa no fio de uma cançãozinha" (DELEUZE, 2012, p. 123).

E esta cançãozinha é também agenciamento, agenciamento coletivo de enunciação (operando em um outro eixo do agenciamento, a desterritorialização). E "o agenciamento maquínico de desejo [ou de corpos] é também agenciamento coletivo de enunciação" (DELEUZE, 2014, p.148). Mas porquê? É que o enunciado faz plenamente parte da máquina, como um verdadeiro manual de instruções, tornando possível o funcionamento do conjunto, fixando-o, modificando-o ou fazendo-o saltar:

> [...] não se trata da máquina técnica por si mesma, nem do enunciado jurídico por si mesmo, mas a máquina técnica fornece o modelo de uma forma de conteúdo válida para todo o campo social, e o enunciado jurídico, o modelo de uma forma de expressão válida para todo enunciado. O essencial [...] é que a máquina, o enunciado e o desejo façam parte de um só e mesmo agenciamento (DELEUZE, 2014, p. 149 – 150).

Para Deleuze (2011, p.14), o agenciamento coletivo de enunciação consiste em atos imanentes à linguagem, atos redundantes aos enunciados e que criam palavras de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

ordem. As palavras de ordem, ou ilocutório, são determinadas ações que se realizam quando falamos, pressupostos implícitos, comandos e todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma obrigação social ("interrogo dizendo 'será que...?', prometo dizendo 'eu te amo...', ordeno empregando o imperativo... etc."). Mas como esses atos se definem? Pela processualidade das transformações incorpóreas em uma sociedade, atribuindo-se aos corpos dessa sociedade. Para tanto, é preciso distinguir ações e paixões de atos. Os primeiros afetam os corpos, são misturas dos corpos, enquanto os atos são atributos não corpóreos desses corpos, ou seja, o expresso de um enunciado.

Para exemplificar, em um sequestro de um avião, o revolver apontado, a execução de reféns são ações. Já a transformação de passageiro em reféns, do avião em prisão são transformações incorporais (DELEUZE, 2011). Então, percebemos que a misturas dos corpos provocam ações, enquanto as transformações incorporais são resultado dessas ações e paixões. Ou seja, são atributos lógicos ou dialéticos, não qualidades ou propriedades físicas, é não um ser, mas uma maneira de ser, acontecimentos incorporais na superfície (DELEUZE, 2015).

Portanto, é preciso que determinadas circunstâncias existam para que um enunciado seja efetuado. Precedendo, para tal, que haja uma mistura entre corpos, determinados estados de coisas, determinadas variáveis. Só é crível o enunciado "eu te amo" na existência de um destinatário, de um determinado agenciamento. Mas é verdade que não é a mesma coisa dizer "eu te amo" para sua mãe, amigo ou esposa. É que o enunciado também precede circunstâncias internas, e é isto que permite a língua não se fechar sobre si. Em suma, há uma condição de existência para os enunciados e atos em um agenciamento coletivo de enunciação[5], e este "em uma sociedade dada – em suma, o ilocutório – [designa] [...] essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas ou atributos não corpóreos que eles expressam" (DELEUZE, 2011, p. 20).

Os enunciados são sempre coletivos, o que significa dizer que não remetem a um sujeito ou a uma dupla, são eles produto de uma comunidade nacional, política e social,

[5] "Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.)". (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 31).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

engrenagens de um agenciamento (DELEUZE e GUATTARI, 2014). Deleuze e Guattari (2014, p. 38) negam os sujeitos, "não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos e enunciação", é que eles propõem - contrapondo a visão filosófica e das ciências humanas, que veem no homem como algo dotado de uma natureza humana, uma essência ontológica - que o homem resulta de subjetividades "de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida" (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 25).

> De fato, o que produz enunciados em cada um de nós, não se deve a nós enquanto sujeitos, mas a outra coisa, às multiplicidades, às massas, e às matilhas, aos povos e às tribos, aos agenciamentos coletivos que nos atravessam, que nos são interiores e que nós não conhecemos porque fazem parte do nosso próprio inconsciente. A tarefa de uma verdadeira análise, de uma análise antipsicanalítica, é descobrir esses agenciamentos coletivos de enunciação, esses encadeamentos coletivos, esses povos que estão em nós e que nos fazem falar, e a partir dos quais nós produzimos enunciados. (DELEUZE, 2002a, p. 201).

Mas a instancia do sujeito não comporta estas dimensões de multiplicidade. Por isto, ao invés de sujeito, que se definem por formas, substancias, órgãos ou funções, Deleuze e Guattari (2012, p. 49, 50) pensam em hecceidades, termo que comporta as dimensões de latitude e longitude dos corpo, como abordado anteriormente a partir de Espinosa. "São hecceidades, no sentido de que tudo aí é relação de movimento e de repouso entre moléculas ou partículas, poder de afetar e ser afetado. [...]. Não é absolutamente uma individualidade pelo instante, que se oporia à individualidade das permanências ou das durações". Exemplificando, Zourabichvili (2004, p. 44), "o animalcaça-às-cinco-horas, um-cavalo-cai-narua; essas composições em que os seres não se destacam mais do cenário nem da atmosfera, mas são compostos imediatamente, originariamente com eles". Ou seja, não há um ser imutável, uma essência a priori, mas encontros, composições que definem os corpos, suas misturas e seus efeitos incorporais.

Tudo isto redunda em um agenciamento, precede um conjunto, relações de afeto entre corpos, os mais diversos, compondo modos de existência. São misturas entre corpos que produzem ações e paixões, mas que resultam em efeitos incorporais que se atribuem aos corpos. E por isto se esposa o eixo horizontal do agenciamento, que é agenciamento maquínico de corpos, mas também agenciamento coletivo de enunciação. Contudo, o agenciamento comporta um outro eixo, que é vertical. Nele coexistem componentes de territorialização e reterritorialização, bem como de desterritorialização.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Sejamos objetivos, os componentes territoriais são os domínios do ter, são eles propriedades, é nele que um ser constitui sua casa, constrói um espaço de existência, recorta o caos e sobre ele constrói sua morada, habituando-se com todos os regimes e signos que o compõe (DELEUZE, 1988). Um bloco de espaço-tempo constituído pela repetição periódica de componentes (DELEUZE e GUATTARI, 2012). Para tanto, o território não é estático e sobre ele reside um entre-meios, são os movimentos que se articulam no território e entre territórios, que além de ações são fluxos. E este aspecto já cria caminho para outro componente, a desterritorialização.

A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território. Uma operalização da linha de fuga, ou de um devir, isto quando o movimento é assertivo (DELEUZE e GUATTARI, 2012a). É o movimento de abandonar sua cabana e experimentar a floresta, ou acordar em meio a um pesadelo, atônito e sem reconhecer seu quarto. Nos termos de Carrol (2011), quando Alice entrou na toca do coelho e se deparou com um mundo novo, estranho, o país das maravilhas. E são os componentes de desterritorialização que arrebatam o agenciamento, compara e combina seus segmentos, desestabilizam-no, fazem passar de um para outro. Mas quem acorda de um pesadelo volta a dormir, e é esta operação que estabiliza os componentes do conjunto que se intitula reterritorialização. Contudo, a reterritorialização tem por característica um decalque, repetir componentes de um território em outro espaço, como fazem telúricos imigrantes (DELEUZE e GUATTARI, 2011).

Tudo isto consubstancia que, as páginas precedentes denotaram trilhas teóricas do conceito de agenciamento, indo de alguns pressupostos filosóficos à sua definição. Isto nos permite iniciar o próximo item, que delineia uma contextualização conceitual, conexa ao conceito agenciamento, a partir de determinados autores que deram suporte a suas temáticas através desse conceito.

RESULTADOS

Como dito anteriormente, neste item o leitor encontrará um “devaneio” acerca dos conceitos com maior incidência nos artigos que compuseram a base de dados textual, formada para tratamento analítico pelo sofware R. Duas figuras (1 e 2) serão o ponto de referência para a construção deste item. A primeira formula um dendrograma, que cria uma ordem arborescente de similitude, ao mesmo tempo que hierarquiza os conceitos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Enquanto a Figura 2 apresenta uma rede de correlação entre os conceitos, indicando ligações de força, bem como de conexão.

Conjecturamos quatro hierarquias conceituais na Figura 1, que servirão de suporte para o desenvolvimento das próximas páginas: i) o conceito de maior destaque e que fundamenta a figura, SUBJETIVIDADE; ii) do conceito subjetividade correlaciona-se o AGENCIAMENTO; iii) do agenciamento, MÁQUINA. Isto significa que esses conceitos possuem uma relação de força nos artigos, formam um eixo, constituindo-se a base conceitual para todos os demais conceitos, de onde eles emergem, ligam-se; iv) o segundo eixo conceitual encadeia diversos conceitos. De um lado temos dimensões materiais, mas também imateriais; de outro dimensões discursivas, mas que emergem de um conceito material (corpo). No eixo material não há primazia de conceitos, que é um verdadeiro labirinto. Para tanto, percebemos que se divide em dois subgrupos. O primeiro subgrupo denota os conceitos PRODUÇÃO (correlacionado aos conceitos: relação e sujeito) e SOCIAL (consumo e emoção); o segundo subgrupo possui duas divisões: a primeira a partir dos conceitos DEVIR (desejo e fluxo; RIZOMA, elemento e multiplicidade) e EXISTÊNCIA (DESTERRITORIALIZAÇÃO, acontecimento e reterritorialização; MAQUÍNICO e SINGULARIDADE); a segunda divisão ESCOLAR (capitalística e escola), COLETIVO (capitalista e sociedade), FORÇA (afeto e movimento); PODER (agenciamento coletivo de enunciação e transformação incorpórea) e AGENCIAMENTO DE ENUNCIADO e AGENCIAMENTO MAQUÍNICO DE DESEJO (ação e descentramento; ações, ilocutório, corpos, agenciamento coletivos e maquínico, e agenciamento maquínico). Enquanto o eixo imaterial, CORPO (enunciado e linguagem).

Apesar do dendrograma preceder uma relação hierárquica, não tomamos este princípio como sine qua non, antes, como errantes, discorremos sobre as conexões entre os conceitos, sem estabelecer relações de hierarquia, mas de ligação. Ora nos apropriamos dos conceitos e desenvolvemo-los, ora conectamo-los com os artigos que lhes deram suporte.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

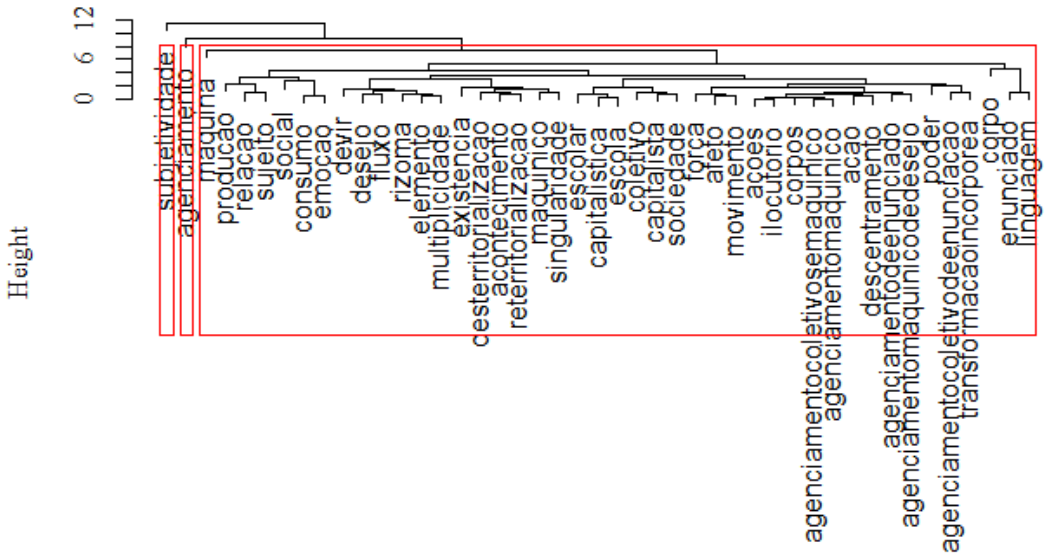


Figura 1 **- Dendrograma dos conceitos extraídos do banco de dados; Elaboração a partir do *software* R.**

Há primazia do conceito subjetividade na Figura 1, que dispara os demais conceitos. Para tanto, apesar da subjetividade figurar como um dos principais subtemas nos artigos analisados, não significa que os autores tomam-no como materno ao agenciamento. A subjetividade é uma invenção de agenciamentos, mas subjetividade também cria agenciamento, interage com as forças que a cria e libera potências construtivistas, ou mesmo de assujeitamento. Para Guattari (2006, p.19) a subjetividade é "o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva". Dito de outro modo, o que compõe a subjetividade é um sistema complexo de instancias extrapessoais, extraindividuais, infra-humana, infrapsíquica e infrapessoal. Logo, a subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação, que formam uma máquina de expressão e definem a forma de perceber o mundo, assumida e vivida pelos indivíduos em suas diferentes existências particulares, produzindo sentidos, atos, realidades (GUATTARI e ROLNIK, 1996).

Portanto, os conceitos enfatizados na figura 1 e que compõem a tríade subjetividade-agenciamento-máquina, mantém entre si uma operação comum. Não há como supor a subjetividade sem que preexista um agenciamento que lhe dê suporte, e ambos os conceitos sintetizam sistemas que funcionam maquinicamente. Tomemos por exemplo, Carvalho e Camargo (2015), que discorrem sobre a máquina escolar. A escola

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

envolve diversos encontros, e funciona como um conjunto de peças, que podem ser de cunho humano como técnico, semiótico como comportamental. Tudo isto operando como um porteiro, ora mantém a porta da escola aberta para que um fluxo de pessoas ou coisas passe, ora fecha o portão interrompendo um fluxo. E o funcionamento escolar preexiste em uma subjetividade, que pode subjetivar seus alunos, por exemplo, em torno do mercado de trabalho, mas é evidente que ela existe dentro de um contexto social, que é por si produto de um agenciamento.

É preciso entender essa exemplificação como tantas outras possíveis para o mesmo tema, escola. O que interessa é apreender que há uma relação de força entre os conceitos subjetividade-agenciamento-máquina, que não possuem hierarquia entre si, mas um ritmo intenso, que sintetizam passagens simultâneas entre si, e que possuem uma produtividade elevada para compreensão das problemáticas a que são utilizados.

Não obstante, como expresso no item anterior, a operação maquínica do agenciamento compreende aspectos materiais, mas também imateriais ou de conteúdo e de expressão. Mas que acontecem simultaneamente sob estímulo da mistura entre os corpos, ou como produto destes, sem uma primazia de um sobre o outro. Aqui adentramos no segundo eixo conceitual observado na figura 1, explicitado no quarto ponto hierárquico descrito anteriormente, que pode ser resumido em dois eixos, um material que possui dois subgrupos, que serão chamados de subgrupo 1 e 2, e um outro eixo, que intitularemos de imaterial.

O subgrupo 1 apresenta os conceitos PRODUÇÃO e SOCIAL. Produção correlato aos de relação e sujeito; social aos de consumo e emoção. Chama atenção o conceito ‘produção’, que é de suma importância no pensamento de Deleuze, como evidenciado no item anterior, e que tem uma ligação direta ao de máquina, uma vez que nenhuma máquina opera sem que se produza algo. Poderíamos dizer, sem estabelecer nenhuma relação excludente, mas simplificando, que a subjetividade e o agenciamento operam de forma maquínica, enquanto a máquina opera produtivamente. É por um movimento produtivo que se constrói modos de ser e existir, territórios, mas todo construtivismo requer encontros e esses são relações, multiplicidades, orgânicas e inorgânicas, reais e inexistentes. Para Deleuze (1998) quando o construtivismo ocorre em um plano de organização temos que há formação de sujeitos, correlato a uma apreensão social, mas quando o que há são individuações sem sujeito, hecceidades, relações de movimento e

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

repouso, velocidade e lentidão entre elementos não formados, constrói-se um plano de consistência.

Essa problematização delineia-se nos artigos, por exemplo, Soares e Miranda (2009) abordam o processo de assujeitamento a partir das subjetividades capitalísticas. Outro exemplo, Balestrin, Strey e Argemí (2008), no qual a subjetivação e os agenciamentos da vida capital tornam o consumo a própria emoção, pela formação de sujeitos capitalistas. E são desses autores que surge a correlação entre os conceitos social-consumo-emoção.

Paralelamente, ainda no eixo material, mas agora no subgrupo 2, temos uma divisão em duas vertentes de conceitos, que intitularemos divisão 1 e 2. A divisão 1 possui dois conceitos de força, que são: DEVIR e EXISTÊNCIA. O devir correlacionado aos conceitos desejo, fluxo e rizoma. Enquanto, existência: desterritorialização, maquínico e singularidade.

Há uma correspondência direta na figura 1 entre desejo e fluxo. O desejo para Deleuze e Guattari (2014), como visto anteriormente, é um processo, um procedimento. Não um simples ato de adquirir prazer, busca incessante de idealizações, fantasias. O desejo é um construtivismo. Ora, e não surgiu nenhum gênio que concebesse um processo fora de um fluxo. Então, o desejo, que tem forte peso no livro ‘o anti-édipo’, é concebido dentro de três movimentos: i) tendo o inconsciente como fábrica, não como teatro. O teatro é um édipo, uma repressão das máquinas desejantes, o inconsciente maquina desejos; ii) o desejo é um delírio, um delírio que deriva do mundo, em um conjunto que excede o da família, papai e mamãe. É geográfico-político, não familiar; iii) o desejo estabelece sempre e se constrói em agenciamento (DELEUZE, 1988). Mas o que é o desejo? Importa-nos como é o desejo, e seu funcionamento é produção. Como tal, por fluxo, que é movimento, movimento construtivo.

E este movimento já podemos chamar de devir. Faz parte de sua essência avançar, sempre em um paradoxo, furta-se ao presente, com dois sentidos ao mesmo tempo, não separa o passado e o futuro, a véspera e o amanhã, e é por isso que quando Alice cresce, ela se torna maior do que era e menor do que é agora. Mas simplifiquemos, um sinônimo aceitável para o devir é: tornar-se (DELEUZE, 2015). Mas esse tornar-se, que se coaduna com um processo maquínico de desejo, sempre em um fluxo, dispõe de elementos

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

diversos, onde se delira o mundo, em um sentido rizomático, sempre entre as coisas, intermezzo. E o rizoma - conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari (2014c), que subverte a noção arborescente da filosofia, nega uma estrutura meramente linear, em prol de uma multiplicidade, dispondo o pensamento em um funcionamento labiríntico. Sempre com encontros diversos, imprevisíveis, um conjunto complexo, movimentos tênues, espaço liso, multiplicidade.

Contentes, passemos ao segundo conceito da divisão 1, existência. Nos artigos analisados, existência denota modos de existência, que pode ser observado como concretude da produção, ritmos e meios resultantes da construção de um modo de vida, nunca estático, formado, fixo, mas um eterno devir. Não atoa a figura 1 liga existência à desterritorialização, maquínico e singularidade. É preciso criar a partir das forças que nos criam, e criar implica construir para si um território, mas manter-se no ato criativo implica movimentos de desterritorialização. Na figura 1 a desterritorialização liga-se aos conceitos de acontecimento e reterritorialização. O acontecimento para Deleuze (2015, p. 152) "é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece [...] tornar-se o filho de seus próprios acontecimentos". Ou seja, um episódio que incorre em nossas vidas que proporciona uma ruptura, que nos arrebata da normose do cotidiano e nos provoca uma intensidade, mudando nossas percepções. É mistura de corpos, fatos, mas também transformação incorpórea. Nele nos desterritorializamos, nele abrem-se novas possibilidades de ser, o que incorre a construção de um modo de existência, que pode ser sintetizado no termo reterritorialização.

Mas em outro eixo, existência liga-se aos conceitos maquínico e singularidade (figura 1). Vimos que o agenciamento opera em um processo maquínico, e que o processo maquínico em um funcionamento produtivo. Isso é construção de modos de existência. Antes, contudo, apropriar-se de suas particularidades, ser como sua digital, singular. Cada um com suas características, seu estilo, seus ritornelos. Não há esforço de normatização capaz de sobrepor as peculiaridades. Mesmo quando docilizados os corpos, as singularidades subexistem.

Aqui já esboçamos um movimento para a segunda divisão dos conceitos, no subgrupo 1 do eixo material. Adiantando o que será delineado, abordaremos os duplos, entre conceitos: escolar-coletivo; força-poder; agenciamento de enunciado e agenciamento maquínico de desejo. Quanto ao duplo escolar-coletivo, não nos deteremos,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

uma vez que esses conceitos aparecem na figura 1 não como parte integrante do conceito de agenciamento, essenciais à sua explicação, mas como apropriações do conceito agenciamento em determinadas problemáticas. Ou seja, utilização do agenciamento em determinados contextos, que precedem a escola e a sociedade capitalista. Não nos interessa abordar essas questões, o objetivo deste item é outro, é conceitual e correlato ao agenciamento, enquanto definição.

Já o duplo entre conceitos, força (afeto e movimento) e poder (agenciamento coletivo de enunciação e transformação incorpórea), demonstra outra dimensão, essencial ao conceito agenciamento. Diz Deleuze (1976, p.6) que "o conceito de força é [...], em Nietzsche, o de uma força que se relaciona com uma outra força. Sob este aspecto a força é denominada uma vontade. A vontade (vontade de poder) é o elemento diferencial da força". Por isso, a figura 1 correlaciona a força ao afeto e ao movimento. Ora, a força se correlaciona com o afeto pois este é capacidade de agir, tanto aumentando como diminuindo a potência. Essa interação entre forças é afecção, transformação. Mas se aumentar e diminuir preceder movimento, temos que a força é vontade, que nos termos de Deleuze é desejo, e como tal dispara uma capacidade de agir, transformação de uma força em interação com outra (s), em um movimento de afecção que delineia uma criação, invenção, construção.

Para tanto, a força também pode ser de poder. Nas palavras de Deleuze (1976, p.21): "as forças inferiores, apesar de obedecerem, não deixam de ser forças, distintas das que comandam. Obedecer é uma qualidade da força enquanto tal e refere-se ao poder tanto quanto comandar". Nessa concepção, que Santos (2014, p. 94), um dos autores da base de dados, diz: "O agenciamento de enunciação e a palavra de ordem possuem o poder de realizar transformações incorpóreas por meio dos enunciados, e são concebidas, dessa forma, como atos imanentes à linguagem".

Então o poder nesse sentido se correlaciona com a linguagem, essa funciona como palavras de ordem, que são concebidas por agenciamentos, que por sua vez remetem às transformações incorpóreas. Termos já esclarecidos na definição de agenciamento, por isso discorreremos sobre outro duplo de conceitos encontrado na figura 1: agenciamento de enunciado e agenciamento maquínico de desejo. Para tanto, aproveitamos a oportunidade para desenvolvê-los através da Figura 2, que apresenta uma rede de correlação conceitual, a partir dos artigos utilizados na mineração de texto. Mas quais são estes conceitos? São eles, ações, ilocutório, corpos, agenciamento maquínico de desejo e agenciamento coletivo de enunciação.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

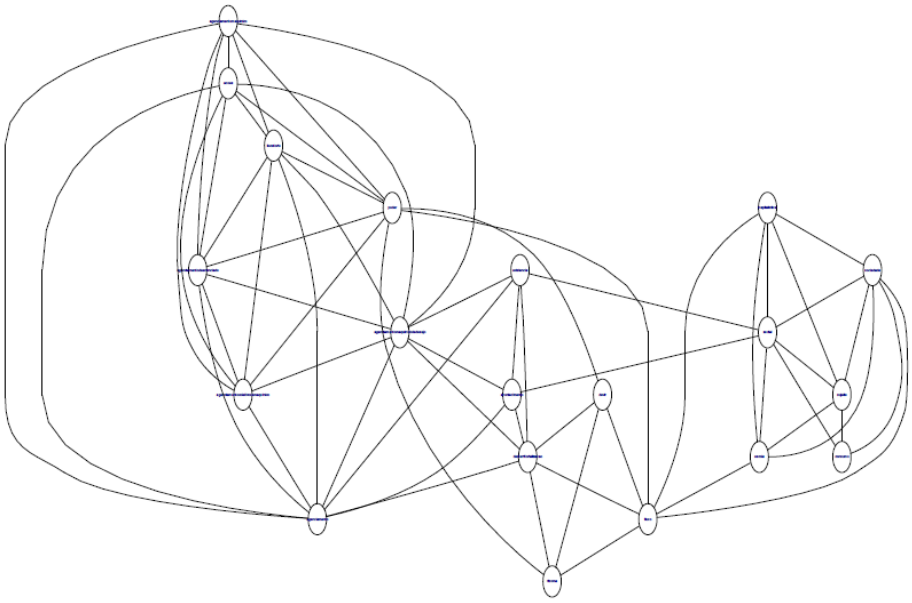


Figura 2 **- Rede de correlação conceitual, a partir de mineração de texto dos artigos que compuseram o banco de dados; Elaboração a partir do *software* R.**

Percebemos que na figura 2 há uma correlação de conceitos, mas que mantém centros principais. O principal centro, tanto pelo número de ligações, como geométrico, é o conceito de agenciamento maquínico de desejo. Dele emergem os conceitos, que são sinônimos: agenciamento, agenciamentos coletivos e maquínico e agenciamento maquínico; além dos conceitos ações, ilocutório, agenciamento de enunciado. Os demais que são, existência, acontecimento e desterritorialização, já foram analisados anteriormente. Outros dois centros da figura 2, são: desterritorialização e social, já foram abordados nas páginas precedentes, por isso nos deteremos quando ao eixo central, agenciamento coletivo de desejo.

Este conceito se articula, desconsiderando seus sinônimos, com os conceitos agenciamento de enunciado, ações e ilocurório, e esses, entre si, e ao conceito de poder. Percebemos no topo da figura 2 que o conceito agenciamento maquínico é o que hierarquiza os demais, tendo como ponto simétrico o conceito agenciamento. Ressaltamos que essa rede tem uma correlação primorosa para a definição do agenciamento, tanto que neste artigo foram conceitos chave para pensá-lo. Para tanto, não há na figura 2 um conceito importante, corpo, mas que pode ser decalcado ao conceito ‘ações’. Contudo, este conceito aparece de forma clara na figura 1, ligando-se aos aspectos maquínicos.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Organizemos os termos, que nos importam, em torno do quadro abaixo, elencando três conceitos. O primeiro, agenciamento maquínico, tem maior proximidade com o conceito 'ações', enquanto o agenciamento de enunciado com o agenciamento coletivo e maquínico, precedido pelo conceito 'ilocutório'. Relembramos que, todo agenciamento de enunciação é também agenciamento maquínico (DELEUZE e GUATTARI, 2014). Nesse sentido, Deleuze e Guattari (2011, p. 31), dizem: "[O agenciamento] é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos". Em outras palavras, o agenciamento maquínico tem forte ligação com as ações, enquanto o agenciamento de enunciado com o ilocutório. Não obstante, ações e ilocutório tem forte ligação, tanto que na figura 2 mantém uma proximidade direta, e o que motiva a afirmação na citação acima que as transformações incorpóreas são atribuídas aos corpos. Ou seja, da mistura entre corpos surgem as ações, reações, mas que se ligam a um sistema de expressividade, aos atos, enunciados, de tal forma que os modos de existência dos homens, tal como conhecemos, se efetua por ações e ilocutórios.

Quadro 1 – Organização dos termos por ordem de superioridade e por ligação.

Proximidade	Agenciamento Maquínico	Agenciamento de Enunciado	Agenciamento Maquínico de Desejo
1	Ações	Agenciamento coletivo maquínico	Existência
2	Ilocutório	Ilocutório	Acontecimento
3	Poder	Poder	Desterritorialização
4	Agenciamento de enunciado	Agenciamento de desejo	Agenciamento coletivo maquínico
5	Agenciamento maquínico de desejo	Ações	Agenciamento
6	Agenciamento coletivo maquínico	Agenciamento Maquínico	Agenciamento de enunciado
7	Agenciamento	Agenciamento	Ilocutório
8	-	-	Ações
9	-	-	Agenciamento maquínico

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da mineração de texto

Ademais, por que o ilocutório aparece sucedido, na Tabela 1, pelo conceito de poder, quando ligados na rede do agenciamento maquínico e agenciamento de enunciado? É que o ilocutório atua como palavras de ordem, um complexo redundante do ato e do enunciado (ligados por obrigações sociais) que o efetua necessariamente, ou seja, aquilo que é feito quando falamos. Tudo isto precede um sistema de poder, no qual a linguagem

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

"não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer" (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 12). Essa a perspectiva tomada nos artigos analisados, uma vez que tomam por referência Deleuze e Guattari.

Contudo, quanto ao conceito de agenciamento maquínico de desejo, conforme o quadro 1, não há ligação entre esse conceito, com o de 'poder'. Por quê? Pois a palavra poder aparece nos artigos, correlacionado ao de agenciamento coletivo de enunciação, atuando de forma indireta através do conceito subjetividade, quando abordado o agenciamento maquínico de desejo. Parece-nos que a Deleuze e Guattari a questão do poder não é primordial, tanto que não a abordam com ênfase. Preferem outros caminhos, não criticar, mas denunciar, não o poder pela análise do poder, mas através do agenciamento, por exemplo, mas nunca analisando, experimentando. Ironizam, "não existe nem nunca existiu ideologia. [...]. Não reconhecemos nem cientificidade nem ideologia, somente agenciamentos. O que existe são os agenciamentos maquínicos de desejo assim como os agenciamentos coletivos de enunciação" (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 11 e 33).

Com isso, concluímos, por enquanto, como indicado no quadro 1, que o agenciamento maquínico de desejo, tem forte ligação com os modos de existência, mas que esses não possuem primazia quanto ao agenciamento, uma vez que nele a prioridade se dá pelas relações e encontros. Um sistema complexo de componentes materiais e intangíveis, ações e ilocutórios, que se efetuam necessariamente para a construção de desejos. A vida operando desta maneira, um processo produtivo e desejante, que possibilita constituir modos de existência.

CONCLUSÃO

Concluímos a partir do exposto que o conceito agenciamento se define como um campo relacional que põe em contato aspectos corpóreos e incorpóreos, como tal, que constroem modos de existência. Contudo, o conceito agenciamento não prioriza a existência de um determinado conjunto, mas os encontros que ocorrem nesse conjunto e que propiciam a produção de modos de ser e existir.

Vimos que, contrapondo-se às correntes filosóficas da representação, Gilles Deleuze e Félix Guattari fundamentam sua filosofia como ato criador e não reflexivo, comunicativo ou contemplativo. Instituem o pensamento como geografia, constituindo

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

espaços e tipos, e não uma história linear e progressiva. Enveredando-se pela ética, avaliando sentimentos e condutas, referindo os pensamentos a modos de existência, e não pela moral, julgando a vida por valores transcendentes.

Tudo isto, postula o conceito agenciamento como ferramenta importante para delinear a natureza humana não como algo formado a priori, uma essência imutável, nem como resultado de valores universais transcendentes, mas como uma fábrica, que não para de produzir a partir das misturas entre os corpos. Desta forma, o conceito de agenciamento permite ao pesquisador percepções sobre a produção da realidade, operando diretamente sobre este aspecto.

Não obstante, quanto a definição de agenciamento, vimos que esse conceito se divide em duas ramificações, por um lado agenciamento coletivo de enunciação, por outro agenciamento maquínico de desejo. A rede correlacional que os define põe em contato, quanto ao primeiro os conceitos de enunciado, transformação incorpórea, ilocutório, hecceidade, palavras de ordem, subjetividade, etc., em suma, conceitos de expressão, incorporais. Quanto ao segundo, conceitos corpóreos, tais como: produção, máquina, corpos, desejo, etc.

Além destas conclusões, percebemos que: i) a mineração de texto através do software R se apresentou como uma ferramenta de importante auxílio na compreensão teórica, como se o programa desenvolve-se um mapa conceitual. Para tanto, é preciso mais do que o tratamento analítico, ou seja, uma leitura com acuidade, que talvez até dispense a utilização do software. Por isto consideramos o programa como uma ferramenta de afirmação, ou verificação da replicabilidade de um discurso. Isto para a forma que o utilizamos; ii) a técnica de mineração de texto mantêm um grau elevado de interação entre os métodos quantitativos e qualitativos, sobretudo quando utilizada para a análise de conteúdo. Talvez seja uma porta de entrada aos ortodoxos quanto à discussão de que os métodos qualitativos e quantitativos tem elevada produtividade quando mesclados e em situações que possibilitem esta interação; iii) nos artigos tratados analiticamente, os principais conceitos correlacionados, foram: subjetividade, agenciamento e máquina. Constituindo-se como o plano conceitual para todos os demais conceitos, de onde eles emergem, ligam-se; em um segundo nível hierárquico, os principais conceitos utilizados e que mantem forte ligação ao agenciamento, são: produção, devir, rizoma, existência, força, poder, agenciamento de enunciado,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

agenciamento maquínico de desejo e corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALZAMORA, G. C.; CORTEZ, N. M. P. Agenciamentos semióticos em ambientes de streaming de músicas: mente, aprendizado e continuidade. Galaxia (on line), n. 28, p. 173-183, São Paulo, dez. 2014.

ARAUJO, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Experimentações de um cartógrafo com sua bicicleta: entre acidentes na estrada e afirmações da vida nos terreiros da comunidade Chico Gomes (CE). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri, PRODER, Juazeiro do Norte-CE, 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edições 70: São Paulo, 2011.

BENSUSAN, H. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado. Estudos Feministas, 12(1), 360, p. 131-155, Florianópolis, jan/abr. 2004.

CARROL L. Alice no país das maravilhas. Tradução Márcia Feriotti Meira. 2ª ed. Martin Claret: São Paulo, 2011.

CARVALHO, A. F. de; CAMARGO, A. C. de. Guattari e a topografia da máquina escolar. ETD – Educ. Temat. Digit., v. 17, n.1, ISSN 1676-2592, p. 107-124, Campinas, jan/abr. 2015.

CORRÊA, E. M.; FONSECA, T. M. G. Traços de uma estética do silício. Psicologia e sociedade, 27(1), p. 24-34, 2015.

DELEUZE, G. Espinosa: filosofia prática. Escuta: São Paulo, 2002.

DELEUZE, G. Lógica do sentido. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. Perspectiva: São Paulo, 2015.

DELEUZE, G. Nietzsche e a filosofia. Tradução Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes. Editora Rio: Rio de Janeiro, 1976.

DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze. Tradução Raccord. Éditions Montparnasse: Paris, 1988.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Kafka – Por uma literatura menor. Tradução Cintia Vieira da Silva. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurelio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Editora 34: São Paulo, 2011.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 2. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Claudia Leão. 2ª ed. Editora 34: São Paulo, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 4. Tradução Suely Rolnik. Editora 34: São Paulo, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 5. Tradução Péter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2ª ed. Editora 34: São Paulo, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O antiédipo – Capitalismo e esquizofrenia 1.Tradução Luiz B. L. Orlandi. 2ª reimpressão. Editora 34: São Paulo, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia? Tradução Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. 3ª ed. Editora 34: São Paulo, 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. Diálogos. Tradução Eloisa Araujo Ribeiro. Editora Escuta: São Paulo, 1998.

FEINERER, Ingo. An introduction to text mining in R. R News, v. 8, n. 2, p. 19-22, 2008

FULGANTI, L. (2009). Agenciamento. Disponível em: <http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/fuganti-luiz/agenciamento>. Acessado em: dezembro de 2015.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. Micropolítica – Cartografias do desejo. 4ª ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

GUPTA, V; LEHAL, G. S. A Survey of Text Mining Techniques and Applications. Journal of emerging technologies in web intelligence, vol. 1, no. 1, páginas 60 – 76, agosto 2009.

MACHADO, R. Deleuze, a arte e a filosofia. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2009.

MANGUEIRA, M.; BONFIM, E. M. da S. Força versus representação: o legado de Nietzsche na filosofia de Gilles Deleuze. Kriterion. N. 130, p. 619-635, Belo Horizonte, dez. 2014.

PUAR, J. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. Meritium, v. 8, n. 2, p. 343-370, Belo Horizonte, jul/dez, 2013.

SANTOS, I. A. Linguagem e poder: contribuições de Deleuze e Fairclough. Griot – Revista de Filosofia. V. 10, n. 2, p. 84 – 105. ISSN: 2178-1036. Amargosa, dez. 2014.

SOARES, L. B. MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa? Estudos e pesquisas em psicologia. Ano 9, n. 2, p. 408-424, ISSN 1808-4281, UERJ, Rio de Janeiro, 2º sem. de 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

ULPIANO, C. (2010). Plano de imanência (território) ou a imagem do pensamento. Disponível em: < http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=1994>. Acesso em: dezembro 2015.

ULPIANO, 2010a. Acontecimento e campo do poder. Disponível em: <http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=76>. Acesso em: dezembro de 2015.

ZHAO, Yanchang. R and data mining: Examples and case studies. Academic Press, 2012.

ZOURABICHVILI, F. O vocabulário de Deleuze. Centro interdisciplinar em estudos de novas tecnologias e informação: Rio de Janeiro, 2014.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 21 - DOI:10.55232/1082027.21

TRILHAS E CAMINHOS: RELATO DE UMA VIVÊNCIA DO GRUPO ECOS DE PESQUISA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE NA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE - CE

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo , Di Vládia de Melo Feitosa Araujo e Francisca Laudeci Martins de Souza

RESUMO: Um dos princípios da educação de base pós-positivista é a superação da dicotomia educação- vida. Pautados nesse princípio, os integrantes do grupo Ecos de Pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade realizaram uma vivencia na trilha ecológica do Belmonte, localizada na Floresta Nacional do Araripe – FLONA. O objetivo deste trabalho é narrar essa vivência tomando os conceitos inerentes à Educação Ambiental como lastro. O caminho metodológico foi delineado, sobretudo, pela pesquisa bibliografia e pelo relato de experiência. Os resultados apontam para a importância do fortalecimento de ações educativas vivenciais que procurem romper com a dicotomização e mecanização da educação e da vida.
Palavras-chave: FLONA, Trilha do Belmonte, Educação em valores ambientais.

INTRODUÇÃO

No seu livro 'Linguagem e Educação depois de Babel', Jorge Larrosa aponta que "a experiência, a possibilidade de que algo nos passe ou nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm" (Larrosa, 2004, p 160). Aquele escrito é quase uma convocação a uma dinâmica existencial que se oponha 'aos tempos que correm'. Convida-nos a parar para pensar e pensar mais devagar. Sensibiliza-nos a um olhar mais demorado, um pensamento mais lento e uma escuta mais qualificada. Perpassa o texto o convite à suspensão, à demora, ao sentir, à atenção, à audição, ao silêncio, ao culto à arte, ao retirar-se. Ou seja, perpassa, transversalmente, o texto uma vontade de ressignificação da própria vida e não somente da parte desta nomeada educação. Aliás, o grande desafio na apropriação do seu pensamento é que possamos romper com a dicotomia do que se faz no mundo do trabalho e o que se faz no mundo da vida.

Pensando com e a partir de Larrosa, foi criado no ano de 2010, junto ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), localizada no sul do Ceará, o Grupo Ecos de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade. Um espaço que pretendia/pretende fortalecer estudos e pesquisas numa perspectiva pós-positivista da ciência econômica, centrando-se na economia solidária e sustentabilidade, mas, que se propõe, igualmente, a estimular o movimento da subjetividade dos sujeitos envolvidos nas diferentes ações rumo à ressignificação da educação e da vida que o diálogo com Larrosa suscita.

Ao longo dos seus primeiros anos de existência, o grupo 'ecoou' quase que exclusivamente rumo à produção e publicação científicas, certamente pela própria natureza do espaço acadêmico que o possibilita. Nesta fase os principais acontecimentos foram encontros de orientação e participação em eventos. Somente no final de 2014 numa rememoração dos dizeres de Larrosa foi proposta uma atividade de confraternização de final de ano e fechamento das atividades que se desse em registro fora da universidade e com metodologia diferente daquela que preside, comumente, o espaço acadêmico.

A atividade consistiu de uma trilha ecológica na Floresta Nacional do Araripe – FLONA (na trilha do Belmonte), pautada pela indagação, sobre: de que maneira o contato

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

com a natureza pode/poderá contribuir para o redimensionamento das relações com a mesma.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo narrar essa vivência tomando os conceitos inerentes à Educação Ambiental como lastro à sistematização das respostas à sua pergunta de partida. O seu caminho metodológico foi delineado, sobretudo, pela pesquisa bibliografia e pelo relato de experiência. O mesmo é composto de três partes, além desta introdução e da conclusão, quais sejam: o delineamento teórico; as especificidades da FLONA e da trilha do Belmonte; e o relato da experiência.

VALORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A sociedade moderna, conduzida aos caminhos traçados pela razão instrumental ocidental, cujos princípios se sustentam na fragmentação e separação do homem e do mundo, da natureza e do cosmo, construiu uma cultura violenta e bárbara, uma perda de valores que serão difíceis de recuperar (MENDONÇA, 2008).

O modelo educacional vigente, que funciona como importante mecanismo na base de sustentação desta sociedade reflete e repassa os valores advindos do modo de produção capitalista pautados na competição, na acumulação de riqueza, na produtividade que enaltece quantidade à qualidade, no egoísmo, na centralidade no lucro, na discriminação de natureza diversa e manipulação midiática dos sujeitos, dentre outros.

> Os espaços escolares menos do que lugar de acesso aos saberes necessários à emancipação, compartilham uma organização de saberes que deu suporte ao processo de industrialização a partir do século XIX e a consequente tomada dos indivíduos como objetos de poder. Lugares como a escola e a fábrica operam o controle a partir de uma vontade de disciplinamento que busca conformar os sujeitos em corpos úteis e dóceis. Desse modo, o corpo do sujeito torna-se objeto da ciência que explora e domina, transformando-o em corpo produtivo, ajustado para o trabalho (SOUZA, 2010, p 121).

São práticas educacionais que buscam aprimorar mão-de-obra para o mercado de trabalho, transmitir informações já prontas e sobrepostas disciplinarmente.

Neste contexto a educação ambiental é uma proposta educacional que visa um deslocamento dos princípios capitalistas e disciplinadores da educação moderna e busca

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

a aplicação de valores numa visão mais ampla dos sujeitos, a partir dos conhecimentos interdisciplinares. Apresenta-se como alternativa ao atual padrão, que não tem conseguido responder aos problemas sociais e ambientais urgentes. Entretanto, esta proposta interdisciplinar depara-se com uma estrutura curricular engessada por pressupostos como o reducionismo científico e o relativismo de valores.

No entanto, a busca por novos valores quando cai no lugar comum do relativismo pode produzir o niilismo que, segundo Bonotto (2008, p. 297), propaga a ideia da "postura livre e aberta a todo posicionamento ou a toda cultura". Este lugar em que tudo é possível sem que se acorde uma ética e estética, é ainda mais autoritária que a educação de fundamento moderno e de valores rígidos, posto que, tem servido como lastro para a naturalização de ideias e práticas de exclusão por parte do sistema capitalista (ARAUJO, 2001 apud BONOTTO, 2008).

Este fato evidencia-se na forma de agir do capital, uma vez que o mesmo escolhe lugares para aplicar investimentos de acordo com a lucratividade que poderá obter explorando o potencial econômico e o capital humano do território, em detrimento de outros espaços onde este teria de adaptar seus métodos aos saberes locais, conviver com as idiossincrasias culturais sem sobrepor sua cientificidade e tecnicismo.

Da mesma forma, as salas de aula se assemelham a departamentos de uma indústria onde os padrões desta sociedade estão sendo forjados. A totalidade necessita de uma formação para a vida, regada de saberes multidisciplinares e valorativos. De acordo com Bonotto (2008), programas que objetivem uma educação em valores não impõem ou doutrinam, antes criam diversas situações onde se dá a apresentação, reflexão, crítica, vivência de guias de referência, para construção de valores.

Desse modo, é necessário que os estudantes sejam expostos a experiências que os ensine a inovar, pensar, criticar, questionar, conhecer ferramentas de aprendizagem, criar soluções para injustiças sociais, degradações ambientais e para resoluções de conflitos, e outros modos de viver mais solidários e valorativos.

Em educação ambiental faz-se mister a construção de valores socialmente justos e ambientalmente desejáveis. Assim, é que na ECO-92 foi elaborado documento que cita alguns eixos de valorização na relação entre seres, que vão de práticas a ideias de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

valorização da vida, da diversidade cultural, de diferentes formas de conhecimento, de uma sociedade sustentável e de uma vida participativa. Tais ações englobam valores como responsabilidade, solidariedade, cooperação e diálogo, o que implica em um reposicionamento da sociedade, com respeito à biodiversidade, consideração das diferentes culturas e demais formas de conhecimento (além do científico), reajuste dos modelos econômicos tecnológicos - visando qualidade de vida global (BONOTTO, 2008).

A respeito disto, Bonotto (2008, p.300), relata que "os valores surgem da projeção dos sentimentos positivos sobre objetos, pessoas e/ou relações, e mais tarde, com as trocas interpessoais e a intelectualização do sentimento, são cognitivamente organizados com base nos julgamentos de valor que realizamos".

A devastação ambiental tem forte viés antrópico, assim, uma educação pautada em valores ambientais pode contribuir para inflexão deste modo de agir do homem sobre a natureza. Concomitantemente, o grande desafio, para Mendonça (2008), em educar num contexto bárbaro é a recuperação do sentido da vida.

Assim é que vimos na vivência da trilha ecológica, sujeitos acostumados à rotina urbana - com sua paisagem marcada pelo concreto, pelas desigualdades sociais, pelas poluições visuais, sonora e do ar - se depararem com um outro modo de existência marcado pela pureza do ar, o canto de cigarras e pássaros, o clima agradável, a paisagem natural. Ou seja, a vivência da trilha no esforço de movimentos rumo a inflexão de sentimentos e redimensionamento da vida.

A FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE (FLONA) E A TRILHA DO BELMONTE

O dialeto local revela a FLONA como sendo 'a Chapada do Araripe', que se encontra sob cuidados legais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. São 38.262,3261 hectares1 de virtudes naturais no sul cearense, estendendo-se pelos municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri. Dotada de diversas potencialidades, permite o "desenvolvimento de atividades de uso

[1] Conforme IBAMA/MMA (2004).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

público, pesquisa científica e educação ambiental, importantes para o desenvolvimento científico, pedagógico e social das populações, direta e indiretamente envolvidos com a mesma" (IBAMA/MMA, 2004, p. 27).

Logo, é simples inferir a necessidade de sua preservação, não apenas com um viés ético ambiental. Sua presença faz a diferença para a Região. Sua devastação representa um impacto no clima local, desaparecimento de fontes de água no futuro (quando chove a água que entra no seu solo, emerge, posteriormente, em nascentes de água doce e potável), destruição de habitat de animais e plantas e cerceamento de atividades legais desenvolvidas a partir dela.

Conscientes disto, foi implementada a Lei da Educação Ambiental nº 9795/1999, buscando "o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos" (IBAMA/MMA, 2004, p. 64)2.

Consoantes a isto, o contato com o meio ambiente a partir da trilha do Belmonte se torna um ato de contemplação, mas atribuindo uma consciência do cuidado. A trilha possui um trecho de 9,6 km, constituída pela Pedra da Coruja, Mirante da Coruja e o Mirante do Serrano. É uma das principais trilhas da FLONA para observação de pássaros, dentre eles o Soldadinho do Araripe, nova espécie da fauna brasileira encontrada nesta região em 1998. Seu percurso está aos 900 metros de altitude, em média, e é uma experiência ímpar (IBAMA/MMA, 2004).

ECOS DE OUTROS POSSÍVEIS: a vivência de um grupo de estudos e pesquisas trilhando na Chapada do Araripe

[2] Por outro lado, empedernidamente foi promulgada a lei municipal nº 3053/2014, que altera o zoneamento do Parque do Rio Saco e Lobo (localizadas na encosta), de Zona Especial Ambiental 7, para Zona Residencial de Média Densidade. Isto significa que uma zona destinada antes à preservação de áreas alagadas e encostas foi transformada por força de lei em zona residencial, dessegurando, de acordo com Freitas (2015, p.1), "a reprodução de espécies animais e vegetais, a infiltração das águas da chuva e a renovação do oxigênio do espaço urbano".

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Iniciamos a trilha do Belmonte pela entrada da casa sede (CE-292) indo em direção à Pedra da Coruja, Mirante da Coruja e o Mirante do Serrano. Dos cumes da Flona observamos a bela e inspiradora paisagem panorâmica de sua parte baixa, o Vale do Cariri. A altitude nos permitiu entrar em contato com a majestade da natureza esculpida em padrões macros que se tratam de abismos construídos durante milhares de anos.

Figura 1 - Vista do mirante do serrano. Créditos: Antônio Fagundes Gomes da Silva.

A contemplação nos permitiu refletir sobre o poder de destruição da ocupação do território sobre os recursos e constatar que o tempo de reposição de recursos dá-se numa cronologia bem mais lenta que a exploração e reincidência de danos causados.

Durante a caminhada observamos, por exemplo, lixo descartado irresponsavelmente e que levará séculos para ser degradado, mas que em um gesto de segundos poderia ser resolvido, quando de um lapso de consciência ambiental, aquele material não fosse ali jogado por quem o fez. Na verdade, os resíduos que ficam estavam como que a nos convidar a repensar os limites de uma sociedade cuja centralidade é o consumo nas suas mais diferentes vertentes.

Nesse sentido, a educação ambiental é desafiada a encontrar estratégias didáticas voltadas para o questionamento desta pauta consumista que pretende o nivelamento de mercadorias e pessoas em um registro totalitário de utilidade e produtividade. Assim, vimos que o simples ato de caminhar e comtemplar na/a Chapada do Araripe poderia/poderá funcionar como a possibilidade de questionamento da própria lógica do capitalismo, seus resíduos e seus esforços de subjetivação.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Trilhar foi retirar-se nos termos de Larrosa (2004), uma espécie de culto à atenção, de partilha e consagração. Muito embora reconheçamos que o abismo que se forma entre a vivência da trilha e as experiências que se forjam no cotidiano de cada caminhante, é muito superior aquele que se apresenta entre a Chapada e o seu vale.

No entanto, ainda que reconheçamos os limites entre a vivência e a vida acreditamos que para o sujeito, cujos olhos não estão habituados a virem tamanha profundidade (que vislumbra do alto daquelas pedras, imensa altura, ar puro, denso e gelado, adentrando pulmões e batendo no rosto, sons do vento, do chacoalhar das árvores, dos pássaros, cigarras e outros animais) emerge em um sentimento, que vai do coração à alma, de paz, uma paz profunda, um estado meditativo, por se reconhecer parte do cosmos.

A vivência na trilha e o ato se sentir e sentir mais devagar [como nos aponta Larrosa (2004)], nos remete aos estudiosos contemporâneos que defendem uma mudança profunda de mentalidade, como Morin (2003), que declara que a ética da compreensão planetária deve ser objeto da educação do futuro e aponta como duplo imperativo antropológico: salvar a diversidade humana e salvar a unidade humana. Para tanto, identifica sete saberes necessários ao conhecimento. O primeiro, diferença entre o erro e a ilusão, a dificuldade de percepção ou a reconstrução individual da realidade; o segundo trata dos princípios do conhecimento pertinente, que valoriza a importância da contextualização do conhecimento, uma vez que a realidade a realidade social é multidimensional; o terceiro diz respeito ao cuidar da condição humana, pois fazemos parte de uma sociedade e trazemos impressas as marcas de nosso ambiente social; o quarto, a intenção de derrubar o individualismo a partir da atribuição da importância de compreender a si e ao Outro; o quinto propõe enfrentar as incertezas, o que incita à coragem; o sexto aponta a urgência de entendermos a ameaça nuclear, a ameaça ecológica e a degradação da vida planetária; o sétimo é a antropoética, a ética do gênero humano e não mecanização da vida.

E foi na ruptura da mecanização da vida que nos assentamos em uma parte mais aberta da floresta para um momento de confraternização, uma pausa para o encontro, de reconhecimento do Eu no Outro, um intervalo para pôr em prática a afetividade. Alí fizemos um piquenique e o sorteio do ‘amigo criativo’, que consistiu na troca de presentes feitos pelos próprios participantes. Quanto à elaboração do presente, alguns membros

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

relataram a dificuldade em construí-lo, pela mecanização de comprar tudo já pronto. Outros citaram a descrença se o resultado seria satisfatório e fidedigno ao planejado no início. Fabricar o objeto que seria dado foi uma experiência para repensar o consumismo e a criatividade. E apesar dos percalços, a maioria se sentiu regozijada ao ver um resultado superior às expectativas.

Após o piquenique, o lixo gerado e outros que estavam ao derredor foram recolhidos. Ainda assim, sabemos que nossa presença causa algum nível de entropia, por exemplo, a erosão nas pedras intensificada pela visita, pois notamos que as pedras apresentam desgaste, pela ação do vento e do pisar dos visitantes, que sobem-nas para contemplarem a vista, tirarem fotos, etc.

CONCLUSÃO

Assim, finalizamos a trilha que ora relatamos compreendendo que não há fidedignidade entre o que se passou e o modo como narramos, o recorte das partes que consideramos mais relevantes se alteraria se os narradores o fossem. Mas entendemos a narrativa de contabilizar como um esforço do humano que não cresce, vive e envelhece sem instituir um tempo, sem fragmentar, pautar e contabilizar seu devir e seu passar; não sabemos deixar transcorrer nossa vida sem nomear, sequenciar, ordenar e esclarecer o sentido do que passa e do que existe, do que permanece e do que se desvanece; não desejamos viver sem especificar o indivíduo próprio e o alheio, o que nos une o que separa o que nos diferencia.

Portanto, o próprio ato de falar sobre o que nos acontece numa perspectiva da Educação Ambiental pode fortalecer a importância da FLONA, da preservação da trilha, dos valores da educação pós-positivista e da busca dos participantes do grupo Ecos pela construção de outros possíveis na academia e na vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, U. F. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BONNOTO, D. M. B. Contribuições para o trabalho com valores em educação ambiental. In: Ciência & Educação, v. 14, n. 2, p. 295-306, Rio Claro: 2008.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

FREITAS, A. de. Dia mundial da água. 2015. Disponível em: http://flaviopintonews.blogspot.com.br/2015/03/dia-mundial-da-agua-por-amadeu-de.html. Acesso em 24 mar 2015.

IBAMA/MMA. Plano de manejo: Diagnóstico. 2004. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2122-flona-araripe-apodi.html Acesso em: 05 jan 2015.

LARROSA, J. Linguagem e educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica,

2004.

MENDONÇA, K. Educação para o diálogo e valores: um desafio em meio à barbárie. In: Cultura de Paz: do conhecimento à sabedoria. MATOS, K. S. A. L de; NASCIMENTO, V. S. do; e NONATO JÚNIOR, R. [org.]. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, L. M. QUALIFICAR, CAPACITAR, HABILITAR: a educação e a produção de sujeitos outros, no Ceará do século XX (1987-2007). Rio de Janeiro: UERJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010. (Tese de Doutorado).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 22 - DOI:10.55232/1082027.22

O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL CARTA PESSOAL: REFLEXÕES ACERCA DE IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS DOS ALUNOS

Lariza Rodrigues de Siqueira , Letícia de Lima Rocha , Joerberson Siqueira Tavares , João Batista Sena Neto e Lara Rodrigues Siqueira

RESUMO: O ensino da disciplina de Língua Portuguesa tem como um de seus principais objetivos desenvolver habilidades e competências para a progressão e compreensão de textos. Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de relatar a experiência vivenciada na regência do Estágio Supervisionado (ES) em uma turma do Ensino Fundamental - Anos Finais. Na oportunidade foram desenvolvidas atividades voltadas para o gênero textual carta pessoal a fim de conhecer e explorar suas características, estrutura e mudanças, bem como, fazer reflexões acerca dos sonhos para gerar um envolvimento e melhor desempenho por parte dos discentes a fim de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo. Tomando como norte teórico as ideias defendidas e contribuições de Marcuschi (2008), Rojo (2013) e Silva (2002). A metodologia foi articulada pela abordagem da pesquisa quantitativa, tendo como aparato o relato acerca do desenvolvimento da prática. Destarte, ao final desta pesquisa ficou ainda mais evidente a importância da inserção do gênero textual na aula de Português.

Palavras-chave: Gênero Textual; Carta pessoal; Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

É na escola que os indivíduos se desenvolvem, inserem-se socialmente, criam laços de amizade e aprendem diferentes culturas. Cabe a essa proporcionar espaços e ferramentas para o desenvolvimento efetivo do processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, a formação docente é vista como um processo no qual o educador deve buscar aprender multiplicando o conhecimento, tornando-se cada vez melhor. O Estágio Supervisionado (ES) promove a capacitação dos futuros docentes tencionando prepará-los para as salas de aula e para as adversidades que perpassam a educação pública. Por essa razão, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma atividade desenvolvida com uma turma do Ensino Fundamental- Anos Finais durante o ES.

O ensino da disciplina de Língua Portuguesa exige a busca de diversas estratégias significativas para que o professor promova uma aprendizagem efetiva. Para tanto, a inserção dos gêneros textuais como objeto de ensino, é vista como uma medida de ampliação da comunicação verbal cotidiana, bem como, habilidades nas práticas de leituras em geral e conhecimento da norma culta padrão. Sabendo que o gênero textual carta desempenha um importante papel na sociedade, utilizar esse gênero nas aulas de Língua Portuguesa pode se tornar uma alternativa para atingir com maior sucesso os objetivos do ensino de nossa língua materna, principalmente, no que diz respeito à produção textual e ao desenvolvimento de seres críticos.

De acordo com Marcuschi (2008, p. 19), os gêneros discursivos/textuais são “mais do que uma forma, o gênero é uma ação social tipificada que se dá na recorrência de situação que torna o gênero reconhecível”. Nesse sentido, os gêneros são mecanismos socioculturais empregados pelos indivíduos em diversas situações sócio-comunicativas. Em vista disso, as práticas descritas no presente trabalho foram articuladas a fim de abordar o gênero textual carta pessoal em sala de aula de maneira dinâmica e enriquecedora. Sabe-se que uma das principais características do gênero supracitado é o diálogo entre pessoas íntimas que, consequentemente, apresenta marcas de pessoalidade. Embora esteja em desuso, a carta passou por algumas mudanças que se adaptam à pós-modernidade, como por exemplo em formato de e-mail.

No Brasil, a indicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2015) é sucinta no que diz respeito à necessidade de se contemplar nas atividades de ensino a diversidade de textos e gêneros, não somente em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diversos gêneros podem ser organizados de diferentes

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

formas. Em suma, o gênero supracitado foi escolhido com o objetivo de conhecer sua estrutura e especificidades dando ênfase as suas contribuições em várias esferas, além de observar as mudanças que se adequam às novas tecnologias e, a partir disso, aproveitar o conteúdo como ponto de partida para promover reflexões acerca dos sonhos, visão de futuro e autoconhecimento.

Este trabalho se divide em algumas sessões, a princípio apresentamos as orientações teóricas que norteiam a sua construção. Na sequência, explanamos a metodologia utilizada para contemplar o desenvolvimento da atividade em questão. Em seguida, discutimos alguns dos resultados obtidos durante a experiência e, por fim, apresentamos a conclusão sobre o estudo realizado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As atividades realizadas em sala de aula devem ser sistematizadas e centralizadas por um fio condutor e proporcionador dos atos de linguagem: o texto. Desse modo, há relações de sentido estabelecidas pelos propósitos comunicativos imbuídos dentro dos fatores de textualidade, os quais ajustam os processos enunciativos proferidos pelo texto. Marcuschi (2008, p. 94) ressalta que "Na produção de um texto, não entram apenas fenômenos estritamente linguísticos". Com isso, ocorrem os chamados eventos comunicativos fundados pelas intenções do autor, que perpassam a formalidade e transpõem a outros aspectos referenciais.

Neste cenário, o trabalho com os gêneros textuais são elementos fundamentais para a promoção de um ensino mais voltado às múltiplas linguagens. Marcuschi (2008) ainda explicita a respeito da conceituação de gêneros textuais

> são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas [...]são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

Nesse viés, os gêneros textuais possuem fortes intencionalidades argumentativas e são situados em cenários relacionados à escrita. Perpassando os aportes teóricos e direcionando para o ambiente das salas de aula, o professor precisa redimensionar as suas práticas educacionais que visam apenas os fatores puramente linguísticos, a exemplo das regras

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

gramaticais descontextualizadas e vislumbrar estratégias metodológicas que verdadeiramente representem as ocasionalidades expressas pelas diferentes realidades dos estudantes.

Ademais, é viável atrelar ao processo de ensino-aprendizagem os multiletramentos, Rojo (2013) defende que a escola deve introduzir o que se chama de repertório de mundo do aluno, ou seja, da cultura local que este estudante leva para a sala de aula, encaminhando para a formação proficiente de autores, tomando como base os conhecimentos sólidos e enriquecidos trazidos pelos gêneros textuais, esses diversos e embebidos de discursos legítimos e de fácil reconhecimento dos falantes da língua materna, tomando como recursos de exemplificação desde os mais simples e corriqueiros: receitas, cardápios, listas de compras, bilhetes, fábulas, contos, reportagens, notícias até os mais complexos: texto de divulgação científica, resenhas, monografias etc.

Neste percurso é visto uma aproximação com a linguagem enquanto processo de interação, abstraindo-se da rotulação enquanto instrumento de pensamento. Para fomentar cada vez mais a escrita autoral, o gênero textual carta pessoal postula aberturas para o escritor alçar mais livremente as suas relações de sentido e que envolvem os desígnios cotidianos, fazendo um elo mais firme e flexível. Nesse ensejo, os perfis dos estudantes atualmente solicitam para atividades de Língua Portuguesa que atendam aos seus anseios, planejamentos, metas e sonhos, pois são ávidos em relatar e discorrer sobre as suas vivências.

Assim, o gênero carta pessoal remete claramente a esses objetivos, uma vez que segundo Silva (2002, p.16) “conduz a um exame da constituição dos papéis comunicativos dos participantes, da identidade social construída e/ou manifesta nas relações interativas fundadas nos eventos comunicativos”. percebe-se assim que a sua utilização e ampliação dentro dos currículos de Língua Portuguesa fortalecem o ensino e vai ao encontro, em especial, aos desejos dos alunos, destacando as suas identidades, onde Hall (2000, p. 108) afirma que “[...] não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”.

Interpretando esse posicionamento, vê-se que os estudantes em suas singularidades não apresentam exclusivamente uma única identidade, mas graças às constantes mudanças de fala e/ou menções vão sendo redefinidos em suas ideologias. Logo, conforme vão se adaptando aos espaços, outras identidades são surgidas. Além disso, o gênero textual em análise, possui capacidade máxima para a descrição minuciosa das narrativas apresentadas pelos os seus respectivos escritores, valendo-se de enunciações concretas e baseadas principalmente pela autoria, mostrando passagens de situacionalidade, um dos critérios importantes para o exercício pleno da textualidade.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

METODOLOGIA

O Estágio Supervisionado (ES) tem por princípio o caráter investigativo e multicultural da construção de conhecimento, bem como o necessário desenvolvimento da visão crítica e da autonomia do futuro docente. Nesse sentido, a disciplina é fundamental uma vez que representa um primeiro passo na direção da aprendizagem prática e intensiva da docência. O presente trabalho se deu por meio de uma pesquisa exploratória de base qualitativa, uma vez que o objetivo é identificar e analisar dados que não podem ser mensurados estatisticamente.

De acordo com Vieira e Zouain (2005), a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse prisma, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem. O gênero trabalhado em sala de aula consta como sugestão do livro didático Singular e Plural: leitura, produção e estudos da linguagem (2018) de Marisa Balthasar e Shirley Goulart adotado pela escola.

A atividade foi dividida em três momentos a saber, de início houve a apresentação e socialização dos estágios com os alunos presentes. Na sequência, foi realizada uma dinâmica intitulada como “A árvore dos sonhos”. Em seguida, foi feita a introdução ao gênero carta pessoal com leitura de exemplos, diálogos acerca dos textos lidos e apontamentos das características do gênero nos textos distribuídos.

Apresentamo-nos o primeiro documento inserido no arcabouço da literatura brasileira, A carta de Pero Vaz de Caminha, destacando as suas partes minuciosamente e interpretando os reais sentidos oferecidos pelo texto. Fazendo conexões com o gênero, a carta aberta produzida pelo comediante Whindersson Nunes divulgada pela rede social *Instagram* foi exposta e compreendida. Tais textos foram substanciais para a ampliação da aprendizagem dos estudantes.

Por fim, foi feita a proposta de produção de uma carta pessoal a fim de exercitar o conteúdo explorado. Ao longo da aula fizemos uso de projetor e material impresso com o intuito de dar assistência para as atividades serem proficientes.

O GÊNERO CARTA: UMA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A princípio, com o intuito de promover a socialização entre os alunos e estagiários propomos reflexões, discussões e atividades que possibilitem a articulação entre teoria e prática, privilegiando o diálogo e as interações entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. A aula de Língua Portuguesa ministrada se deu no Ensino Fundamental- Anos Finais com a turma do 6° "1" que conta com cerca de 38 alunos. Em um momento inicial, a classe foi organizada em um semicírculo, visto que essa organização contribui para o processo de inclusão dos alunos excluídos em função de suas deficiências, dessa forma eles podem ver e ouvir uns aos outros.

No momento seguinte, iniciamos a dinâmica de socialização para que cada um pudesse se apresentar, foram feitas algumas perguntas norteadoras: quem são? quais os seus sonhos? quais as perspectivas para o futuro? A partir disso, vislumbramos sonhos e planos para o futuro de cada um dos presentes. Após a conversa inicial colocamos em prática a construção de uma árvore dos sonhos. Posteriormente, foi investigado o quanto os alunos em sala de aula conhecem o gênero carta, qual o contato que eles têm, bem como, que utilidade a carta tem no cotidiano.

> Analisando cartas em geral, reconhece que seu corpo permite variados tipos de comunicação (pedido, agradecimento, informações, cobrança, intimação, notícias familiares, prestação de contas, propagandas e outros. (BEZERRA et al; 2005, p.220)

Tomando como norte a máxima do autor, é possível afirmar a importância da carta, que nada mais é do que a disponibilidade de uma utilização ampla e sua aplicabilidade no cotidiano dos alunos. Apresentamos de maneira dialógica o gênero com o auxílio de distribuição impressa de alguns exemplos. Foi feita a realização de diálogos a respeito dos textos lidos e apontamentos de alguns aspectos relevantes sobre a estrutura e as características, identificando-as nos textos distribuídos em sala. Vale salientar, a relevância da inserção do gênero textual carta pessoal em sala de aula a fim de desenvolver a escrita e a leitura.

Nas palavras de Bakhtin (2010, p. 302), "se os gêneros do discurso não existissem e nós não tivéssemos seu domínio e se fosse preciso criá-los pela primeira vez em cada processo de fala, se nos fosse preciso construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível". Nesse caminho, os gêneros estão disponíveis em nossa sociedade e servem para que possamos estabelecer interações com o outro.

Para finalizar, depois de apresentarmos a carta pessoal à turma, propusemos uma produção textual com a seguinte temática: Cartas para o "Eu" do futuro. Os textos foram depositados em uma cápsula do tempo para serem entregues e lidos em um momento futuro.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

No início, houve uma certa resistência ao gênero solicitado, tendo em vista que esse é pouco utilizado. Nossa intenção foi mostrar o quanto essa atividade poderia ser prazerosa.

No que diz respeito à produção textual, ficou evidente que uma parte dos alunos não conseguiu atender às características que correspondem a uma carta pessoal, especialmente no que tange ao desenvolvimento do corpo do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com o corpo docente, a escola, os alunos e a participação no processo de ensino-aprendizagem é fundamental para compreender as relações entre alunos e professores e a dinâmica que atualmente envolve tais relações. O Estágio Supervisionado (ES) proporciona a capacitação dos futuros docentes em sala de aula, possibilita ao licenciando compreender os fenômenos e desenvolver habilidades para a escolha de estratégias adequadas ao desenvolvimento, uma vez que cada escola e turma são mundos novos a serem explorados, com adversidades e possibilidades.

Em suma, é evidente que o Estágio Supervisionado (ES) fortalece a aprendizagem dos acadêmicos que puderam vivenciar tal experiência, bem como contribui exponencialmente para a formação profissional, já que permite assimilar conhecimentos por meio das atividades teóricas e práticas proporcionadas durante o período de estágio. Vale salientar, a importância da aproximação entre instituição de ensino e rede pública de educação.

Ademais, o professor em sala de aula deve exercer o papel de mediador de conhecimentos, auxiliando na formação de indivíduos críticos. A proposta de atividade com o gênero carta pessoal que aqui se apresenta vem para reforçar o quão relevante é o trabalho com gêneros discursivos em sala de aula, posto que proporciona a interação entre os indivíduos, possibilitando aos alunos o desenvolvimento da autonomia no processo da leitura e consequentemente na produção de textos, além de propiciar seu envolvimento participativo no contexto social.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16ª ed, São Paulo, Hucitec, 2014.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In:_____: Gêneros textuais e ensino. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação.** PDE – Formação continuada para professores. Brasília, 2015.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ROJO, R. Entrevista: **Multiletramentos, multilinguagens, novas aprendizagens.** Universidade Federal do Ceará/Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Adolescência e Mídia; 2013.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 23 - DOI:10.55232/1082027.23

O ENSINO DO DIREITO PENAL A SERVIÇO DO APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO OPRESSOR POR MEIO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Glauco de Oliveira Marciliano , José Lucas Pedreira Bueno , Bruna Renata de Brito Dantas , Aldovano Dantas Barbosa , Clébia Barbosa dos Reis e Alcides Mariano Ribeiro

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar as contribuições para o Ensino do Direito Penal, levando-se em consideração que a reprodução da seletividade estrutural do Direito Penal já se inicia nos bancos acadêmicos uma vez que as grades curriculares dos cursos de Direito incutem no acadêmico a ideia de que o Direito Penal se resume àqueles crimes praticados prioritariamente pelos setores mais vulneráveis da sociedade, como é o caso dos crimes contra o patrimônio e o próprio crime de homicídio, deixando de fora, por exemplo, os crimes de colarinho branco. Para a abordagem metodológica da pesquisa utilizamos a pesquisa qualitativa por meio da revisão de literatura, estudo exploratório por meio de trabalhos científicos e análise documental. Como resultado da pesquisa, pode-se dizer que a universidade, ainda que indiretamente, contribui para a manutenção desse estado de coisas na medida em que reproduz todo o discurso ideológico ou violência simbólica excludente da elite dominante capitalista.

Palavras-chave: Ensino, Aparelho Ideológico do Estado, Violência Simbólica

INTRODUÇÃO

O curso de Direito é ministrado da mesma forma nas diversas Instituições de Ensino país afora: um professor, um quadro e alunos voltados a esse professor. A metodologia é voltada para a aprovação nas provas e concursos, sendo assim, o professor cita a Lei, o artigo, a doutrina e a jurisprudência (essas duas últimas mais de uma) e o aluno repete e reproduz tudo o que aprendeu nas avaliações.

O ensino do Direito Penal é o carro-chefe do curso de Direito em virtude dos filmes e dos programas policiais de fim de tarde que sempre repercutem o crime do momento que, note-se, nunca são os de *colarinho branco* ou aqueles praticados contra uma população inteira que foi impedida de ter acesso a vacinas no meio de uma pandemia.

É ingênuo pensar que o Direito Penal seja uma ciência neutra, não sujeita a paixões, ressentimentos, interesses políticos e preconceitos de uma época da sociedade. É, praticamente, o seu retrato.

O sistema penal necessita eleger quais ações ou comportamentos criminalizará, quais bens jurídicos protegerá para, disfarçadamente (ou não), dizer quem punirá. Zaffaroni afirma que "O sistema penal é um verdadeiro embuste: pretende dispor de um poder que não possui, ocultando o verdadeiro poder que exerce" (2001, p. 26). No mesmo sentido, o pensamento de Foucault ao afirmar que "Um sistema penal deve ser concebido como um instrumento para gerir diferentemente as ilegalidades, não para suprimi-las a todas" (2008, p. 75).

É desnecessário afirmar que a mão forte do Estado sempre preferiu os mais vulneráveis, aqueles que têm um número e não um nome. Não à toa, a Lei de Execução Penal brasileira, Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, assegura como direito do preso o "chamamento nominal" (artigo 41, XI) (BRASIL, 1984). É preciso uma lei para dizer que uma pessoa deve ser tratada por seu próprio nome?

Então, a seleção ou a seletividade de comportamentos considerados mais nocivos à vida em sociedade ocorre sempre por meio da lei anterior ao fato (princípio da anterioridade penal), conforme determina o artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal e artigo 2º, parágrafo único do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1988; BRASIL, 1984).

O processo de seletividade de tais condutas recebe o nome pomposo no Direito Penal de "tipicidade", que nada mais é do que a própria criminalização. Flávio Augusto Monteiro de

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Barros afirma ser a tipicidade “a adequação de uma conduta a um tipo legal de crime” (2019, p. 161).

METODOLOGIA

O presente artigo foi feito a partir de uma revisão de literatura, em que utilizamos artigos científicos publicados em revistas científicas da área, teses de doutorado, livros, dentre outros, que dissertam sobre a temática. A coleta de dados abarcou um estudo exploratório de trabalhos científicos e análise documental.

A pesquisa abordou um estudo exploratório sobre a temática, visando a busca de informações publicadas em trabalhos científicos anteriores, quanto a análise documental foi feito um levantamento de dados estatísticos, históricos, documentos apresentados por entidades governamentais e não governamentais.

Este estudo tem como pretensão trazer a lume a discussão dos autores acerca das problemáticas concernentes ao ensino do Direito Penal. Por isso mesmo, a pesquisa não tem a intenção de, ao final, demonstrar sua aplicabilidade prática. Possui, outrossim, finalidade descritiva, já que descreveu situações em que ocorre a violência simbólica, fatos em que se verifica a seletividade estrutural e também qual a população que mais sofre com esse tipo de violência.

A pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, considerando a descrição do ensino do direito penal e a sua influência na reprodução da seletividade estrutural e na exclusão social daqueles que ficam à margem do sistema, ou neste não se encaixam, considerados fora do padrão, possibilitando compreender conceitos de extrema relevância como o da violência simbólica.

A UNIVERSIDADE COMO PRINCIPAL APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO PARA A REPRODUÇÃO DA SELETIVIDADE ESTRUTURAL

1 Os aparelhos do Estado

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Karl Marx e Friedrich Engels já dizia que:

> A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes.
> Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (2012, p. 45-46).

O filósofo francês Althusser (2017) descreve muito bem como o Estado age contra os oprimidos:

> [...] o Estado é concebido explicitamente como aparelho repressor. O Estado é uma espécie de 'máquina' de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX, à classe burguesa e à 'classe' dos grandes proprietários rurais) garantir sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, à exploração capitalista).

O que é acompanhado de perto por Lenin, que afirma: "O Estado é a organização especial de um Poder: é a organização da violência destinada a reprimir uma classe" (apud GRATELOUP, 2015, p. 44).

Diante de tudo o que aqui já foi dito, é possível perceber que o Direito Penal é o principal meio de coação e de repressão criado contra a classe oprimida. Marx já pontuava que:

> A mais abastada condição de sociedade, que surge como ideal, embora como ideal que pouco a pouco se alcança e pelo menos estabelece o objetivo da economia política da sociedade civil, é uma circunstância de *miséria estacionária* para os trabalhadores.
> Torna-se evidente que a economia política considera o *proletário*, ou seja, aquele que vive, sem capital ou renda, apenas do trabalho e de um trabalho unilateral, abstrato, como simples *trabalhador*. Por consequência, pode sugerir a tese de que ele, assim como um cavalo, deve receber somente o que precisa para ser capaz de trabalhar. **A economia política não se ocupa dele no seu tempo livre como homem, mas deixa este aspecto para o direito penal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o funcionário do manicômio** (2001, p. 72, grifo nosso).

> Os diferentes métodos de acumulação primitiva que a era capitalista produz dividem-se em primeiro lugar por ordem mais ou menos cronológica entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, até que esta última os combine todos no último terço do século XVII em um conjunto sistemático que abrange ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, as finanças modernas e o sistema protecionista. **Alguns desses métodos repousam no emprego da força bruta, mas**

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> **todos sem exceção, exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim de propiciar violentamente a passagem da ordem econômica feudal à ordem econômica capitalista e abreviar as fases de transição. E, com efeito, a força é a parceira de toda a velha sociedade em trabalho de parto. A força é um agente econômico** (2001, p. 45, grifo nosso).

Nessa mesma toada, Freud pontuava que:

> Se o Estado proíbe ao indivíduo o recurso à injustiça, não é porque queira suprimir a injustiça, mas porque quer monopolizar esse recurso, como monopoliza o sal e o tabaco. O Estado em guerra permite-se todas as injustiças, todas as violências, a menor das quais desonraria o indivíduo (apud GRATELOUP, 2015, p. 213).

Afirma-se que se trata do grande *bulldog* do sistema capitalista, adestrado para atacar e morder os excluídos e indesejados e nunca se voltar contra os seus senhorios: os proprietários dos meios de produção e de dominação social e intelectual.

Os adestradores desse cão raivoso são a polícia, os tribunais e as prisões, que são os aparelhos repressivos do Estado, que sofrem, desde cedo, a influência da ideologia das classes dominantes:

> O aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e de intervenção repressora, 'a serviço das classes dominantes', na luta de classes travada pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é efetivamente o Estado e define perfeitamente sua 'função' fundamental (ALTHUSSER, 2017).

A Universidade, como aparelho ideológico do Estado, presta-se ao inglório papel de reprodução do modo de agir e de pensar da sociedade capitalista, o que no ensino do Direito Penal traduz-se na perpetuação da punição à população negra, pobre e excluída.

1.1 Os Aparelhos Ideológicos do Estado

As classes dominantes, desde o início da história, tomaram de assalto o Estado e o mantiveram e o conservaram a partir de então por meio do "Poder de Estado e dos Aparelhos de Estado".

Como assevera Marx (2011):

> As ideias (Gedanken) da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> que sejam a elas submetidas, ao mesmo tempo, às ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, manifestações das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo.

No Direito Penal, o Poder de Estado se revela na capacidade de prever os crimes e as penas, ou seja, o controle do poder punitivo está concentrado numa casta social, o que revela, em grande parte, a preferência do legislador brasileiro pelos crimes contra o patrimônio, por exemplo.

Com a genialidade costumeira, Marx e Engels (2020, p. 70) já disseram o seguinte:

> Perante a lei e perante o juiz é tudo *igual*, alto e baixo, rico e pobre. Essa sentença encontra-se no cabeçalho da profissão de fé *do Estado.*
> Do Estado? A profissão de fé da maior parte dos Estados começa, ao contrário, por *considerar desiguais perante a lei* o alto e o baixo, o rico e o pobre.
> O lapidário Morel, em sua cândida honradez, proclama de maneira clara o mistério [quer dizer, o mistério do antagonismo pobre-rico] ao dizer: Se os ricos apenas soubessem! A desventura consiste no fato de eles nem saberem o que é pobreza (grifo do autor).

Os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), nessa toada, embora não se confundam com o "Poder de Estado" e tampouco com os "Aparelhos de Repressão do Estado" (polícia, tribunais e prisão), sua função é a construção de uma base de sustentação intelectual para a justificação de suas existências. Em outras palavras:

> Um aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema 'ancorada' em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de 'suporte' (ALTHUSSER, 2017).

Savianni (2021) complementa:

> O conceito de 'Aparelho Ideológico de Estado' deriva da tese segundo a qual 'a ideologia tem uma existência material'. Isto significa dizer que a ideologia existe

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> sempre radicada em práticas materiais reguladas por rituais materiais definidos por instituições materiais.

Qual seria a principal diferença entre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e o Aparelho Repressor do Estado?

> Enquanto o Aparelho repressor de Estado é, por definição, um Aparelho repressor que usa indireta ou diretamente da violência física, os Aparelhos ideológicos de Estado não podem ser ditos repressores no mesmo sentido em que se fala do 'Aparelho de Estado' já que não utilizam, por definição, a violência física. Com efeito, para funcionarem junto à sua 'clientela', a Igreja, a Escola, os partidos políticos, a imprensa escrita e a rádio-televisão, a atividade editorial, os espetáculos, o esporte não recorrem à violência física, pelo menos, de maneira dominante e visível (ALTHUSSER, 2017).

Nesse sentido, as lições de Savianni (2021):

> A distinção entre ambos assenta no fato de que o Aparelho Repressivo de Estado funciona massivamente pela violência e secundariamente pela ideologia enquanto, inversamente, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam massivamente pela ideologia e secundariamente pela repressão.

Althusser (2017) elenca os principais Aparelhos Ideológicos existentes:

> 1- o Aparelho Escolar;
> 2- o Aparelho Familiar;
> 3- o Aparelho Religioso;
> 4- o Aparelho político;
> 5- o Aparelho sindical;
> 6- o Aparelho da Informação;
> 7- o Aparelho da Edição-Difusão;
> 8- o Aparelho Cultural

O próprio filósofo, quanto ao Aparelho Escolar, define-o como sendo "[...] as diferentes escolas, os diferentes graus, do Primário ao Superior, os diferentes Institutos etc." (ALTHUSSER, 2017).

Portanto, não resta a menor dúvida que a Universidade compõe o Aparelho Ideológico do Estado e, em certa medida, exerce um papel preponderante na legitimação do Aparelho Repressivo do Estado, na medida em que difunde e corrobora a base ideológica de um sistema penal seletivo e autoritário contra as classes mais vulneráveis e oprimidas.

Aqui, foi utilizado o termo "Universidade" em sentido amplo, abrangendo tanto as Instituições Públicas, como as Privadas. Até porque, as Instituições Privadas, segundo o

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Direito Brasileiro, são "concessões de serviço público", devendo, pois, fiel obediência às normas e diretrizes do Ministério da Educação e Cultura.

Ademais, para Althusser (2017) não tem qualquer relevância o fato de uma Instituição ser Pública ou Privada para caracterizá-la como "Aparelho Ideológico do Estado", a saber:

> Não é, portanto, a distinção público/privado que pode atingir nossa Tese sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Todas as instituições privadas citadas, quer sejam propriedade do Estado ou de tal particular, *funcionam*, bem ou mal, enquanto peças de Aparelhos Ideológicos determinados sob a Ideologia de Estado, a serviço da política de Estado, o da classe dominante, na forma que lhes é própria: a de Aparelhos que funcionam de maneira predominante por meio da Ideologia – e não por meio da repressão, como o Aparelho repressor de Estado. Essa ideologia é,como já o indiquei, a Ideologia do próprio Estado.

O mesmo autor destaca ainda que:

> A distinção entre público e o privado é uma distinção interior ao direito burguês e válida nos domínios (subordinados) em que o direito burguês exerce os seus 'poderes'. O domínio do Estado escapa-lhe porque está 'para além do Direito': O Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado. Podemos dizer a mesma coisa partindo agora dos nossos Aparelhos Ideológicos de Estado. Pouco importa que as instituições que a realizam sejam 'públicas' ou 'privadas'. O que importa é seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente 'funcionar' como Aparelhos Ideológicos de Estado". (ALTHUSSER, 1980)

Sobre o protagonismo da Escola, como Aparelho Ideológico do Estado, será discorrido mais detidamente a seguir.

1.2 A Escola como a mais Importante Instituição do Aparelho Ideológico do Estado

Antes do período capitalista, o Aparelho Ideológico mais importante era a Igreja, a qual:

> [...] concentrava em si não só as funções religiosas, mas também escolares, e uma grande parte das funções de informação, 'cultura' e atividade editorial. Toda a luta ideológica do século XVI ao XVIII, desde o primeiro abalo provocado pela reforma, concentrou-se em uma luta anticlerical e antirreligiosa, em função da posição de *absolutamente dominante* do Aparelho ideológico de Estado *religioso (*ALTHUSSER, 2017).

Após a Revolução Francesa (1789) e a ascensão do capitalismo, a Escola passou a ser o Aparelho Ideológico dominante pelas seguintes razões enumeradas por Althusser (2017):

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> a) Todos os Aparelhos Ideológicos do Estado, independentemente de quem sejam, concorrem para a reprodução das relações de produção, ou seja, das relações de exploração capitalista;
> b) Cada Aparelho ideológico concorre para a reprodução das relações de exploração capitalista da maneira que lhe é própria, atendendo aos interesses da classe dominante;
> c) O interesse da classe dominante é a própria *Ideologia do Estado*;
> d) A *Ideologia do Estado*, que nada mais é do que a classe dominante é mais fiel e silenciosamente transmitida por durante anos pela Escola!

A Escola recebe crianças de todas as classes sociais e de todas as idades. Durante anos a fio, valendo-se da maior "vulnerabilidade" da criança, a Escola incute-lhes a "ideologia dominante" por meio das várias disciplinas.

> Ora, como é que esta reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho é assegurada no regime capitalista? Diferentemente do que se passava nas formações sociais esclavagistas (sic) e feudais, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a ser assegurada não em 'cima das coisas' (aprendizagem na própria produção), mas, e cada vez mais, fora da produção: através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições (ALTHUSSER, 1980, p. 20).

Como destaca Savianni (2021):

> Como a AIE dominante, vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. Para isso, ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e inculca-lhes durante anos a fio de audiência obrigatória 'saberes práticos' envolvidos na ideologia dominante.

Evidentemente, uma parcela dos estudantes vai ficando pelo caminho a depender do papel que desempenhará dentro da sociedade de classes: "explorado" (com consciência moral e cívica e apolítica desenvolvida), "agente de exploração" (saber dirigir e falar com os operários) e "profissional da ideologia" (saber tratar as consciências com o desprezo, a chantagem e a demagogia que convêm) (ALTHUSSER, 2017).

> [...] a escola ensina também as 'regras' dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a 'bem falar', a 'redigir bem', o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e para seus servidores) a 'mandar bem', isto é, (solução ideal) a 'falar bem' aos operários etc. (ALTHUSSER, 1980).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Em virtude da inculcação maciça da "ideologia da classe dominante", as quais são reproduzidas "as relações de produção de uma formação social capitalista" (explorados com exploradores e exploradores com explorados); desenvolve-se um resultado vital para o regime capitalista: o pensamento que a Escola seja neutra, desprovida de ideologia[1], nos quais o professor respeita a "consciência" e a "liberdade" das crianças que lhe são confiadas (ALTHUSSER, 2017).

> A reprodução da força de trabalho tem pois como condição *sine qua non*, não só a reprodução da 'qualificação' desta força de trabalho, mas também a reprodução da sua sujeição à ideologia dominante ou da 'prática' desta ideologia, com tal precisão que não basta dizer: 'não só mas também', pois conclui-se que *é nas formas e sob as formas de sujeição ideológica que é assegurada a reprodução da qualificação da força de trabalho* (ALTHUSSER, 1980).

Nesse aspecto, não se deve olvidar da advertência de Savianni (2021) acerca do problema da marginalidade:

> O fenômeno da marginalidade inscreve-se no próprio seio das relações de produção capitalista que se funda na expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas. Marginalizada é, pois, a classe trabalhadora. O AIE escolar, em lugar de instrumento de equalização social, constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses.

Para que isso não ocorra, isto é, a Escola ser utilizada como mera reprodutora da ideologia dominante, é preciso que haja uma "mudança de paradigma" ("luta de classes"), sendo justamente a Escola o local onde deve ocorrer primeiramente essa mudança. "[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o *alvo* mas também o *local* da luta de classes e por vezes de formas renhidas da luta de classes" (ALTHUSSER, 1980).

3.4.1.3 O Aparelho Ideológico Jurídico

Não é novidade que o Direito, como produto do contrato social, regula as relações entre os indivíduos que compõem a sociedade por meio de leis.

> O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens são livres para escolher tal ou tal forma social?

[1] No Brasil atual, a direita chapada de cloroquina e terraplanista defende o movimento denominado "Escola sem Partido".

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> Absolutamente não. Ponha um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens, e terá tal forma de comércio e de consumo. Coloquemos certos graus de desenvolvimento a produção, do comércio, do consumo e teremos tal forma de constituição social, tal organização da família, de ordens ou de classes, em uma palavra, tal sociedade civil. Coloquemos tal sociedade civil e teremos tal Estado político, que é apenas a expressão oficial da sociedade civil (MARX, 2011, p. 48).

As leis são elaboradas, aprovadas, sancionadas e aplicadas pelos detentores do Poder, que estão no topo da pirâmide social de cada país, constituindo, pois, as suas classes dominantes.

> Se quisermos considerar que em princípio a 'classe dominante' detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de frações de classes) e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é ativa nos Aparelhos Ideológicos de Estado. É claro, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) de Estado e 'agir' por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos do Estado [...] (ALTHUSSER, 1980).

Como bem lembra Marx, na transição do Estado feudal ao capitalista:

> [...] Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais, esse proletariado livre como pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiram enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhe foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos 'voluntários' e supunha que dependia *de sua boa vontade seguir trabalhando* nas antigas condições que *não existiam*. (...) Desses pobres fugitivos, dos quais Thomas Morus diz que os coagiu a roubar, 'foram executados 72 mil pequenos e grandes ladrões, sob o reinado de Henrique VIII (apud MÉSZÁROS, 2020, p. 251-2, 265-6).

Logo, o Direito reflete a "ideologia das classes dominantes capitalistas", voltada à manutenção dos privilégios dos indivíduos que estão no topo da "superestrutura" em contraposição à retirada paulatina dos direitos e garantias dos membros da "infraestrutura" conquistadas muitas vezes à base de muito sangue derramado[2] [3]

[2] Vide a Refoma Trabalhista do Governo Temer que retirou inúmeros direitos da classe trabalhadora para que os detentores do capital pudessem contratar mais pagando um salário "de fome" e lucrar mais.
[3] O *Bolsa Família*, um dos maiores programas de distribuição de renda do mundo, responsável por tirar milhões de brasileiros da miséria, acaba de ser extinto por esse Governo.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> O Direito regula *formalmente* o jogo das relações de produção capitalistas, já que define os proprietários, sua propriedade (bens), seu direito de 'usar' e de 'abusar' da respectiva propriedade, seu direito de aliená-las com toda a liberdade, o direito recíproco de adquirir uma propriedade. Nesse aspecto, o direito tem como *objeto concreto* as *relações de produção capitalista*, enquanto faz especialmente a *abstração* das mesmas.
> Cuidado: uma abstração é sempre, assim, como uma negação, *determinada*. O Direito burguês faz abstração não de qualquer coisa, mas do objeto concreto determinado do qual tem o "encargo" de regulamentar o funcionamento, a saber, *as relações de produção capitalistas (*ALTHUSSER, 2017).

Desta forma, não se pode esperar que os operadores do Direito tenham a isenção suficiente para reconhecer que são meros instrumentos da "ideologia capitalista" que visa à perpetuação das desigualdades sociais.

> Sobre esse ponto, não se deve, evidentemente, cair na ilusão ideológica que permite aos magistrados ou juristas serem, com toda a boa 'consciência profissional' ou 'moral', os servidores do Estado capitalista – a ilusão de que o Direito sendo igual para todos os sujeitos declarados iguais e livres, o Direito sendo o Direito da Liberdade e da Igualdade, os magistrados e juristas seriam os servidores da Liberdade e da Igualdade e não do Estado capitalista (ALTHUSSER, 2017).

Nesse ponto, destaca-se o papel constitucional da Defensoria Pública no Sistema de Justiça Brasileiro:

> A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, art. 134, 2014).

Em que pese tenha sido criada sob o pálio do sistema capitalista, a Defensoria Pública, é a única Instituição estatal voltada à defesa da população oprimida contra os arbítrios do próprio Estado (capitalista).

Como ensina Paulo Freire: "[...] crer no povo é a condição prévia, indispensável, à mudança revolucionária. Um revolucionário se reconhece mais por esta crença no povo, que o engaja, do que por mil ações sem ela (2019, p. 66).

A Defensoria Pública, portanto, desgarrou-se do "modo de produção capitalista" e se fiou ao lado mais fraco da história da "luta de classes". Nasceu capitalista e, ao longo dos anos, fez-se "revolucionária"!

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

3.4.1.4 A Universidade: Triplo Aparelho e Tripla Função

A Universidade, especificamente no tocante ao curso de Direito, desempenha um duplo papel na seara dos "Aparelhos de Estado".

Constitui o mais importante "Aparelho Ideológico do Estado", na medida em que prepara os futuros bacharéis para as mais diversas carreiras jurídicas, incutindo-lhes a "ideologia dominante" e também faz parte, ainda que indiretamente, do "Aparelho Jurídico de Estado", uma vez que o Direito necessita da Universidade para legitimá-lo e para o aprimoramento do sistema jurídico como um todo.

O ensino do Direito Penal, em especial, também tem a inglória função de legitimar o Aparelho Repressor do Estado.

Para tanto, fá-lo com muita propriedade, reproduzindo os discursos discriminatórios sem qualquer crítica.

No início dos anos 2000, por exemplo, era comum ouvir do professor a reprodução das lições do penalista Nélson Hungria que entendia que a mulher não poderia se recusar, salvo justa causa, a manter relações sexuais com o marido. Caso contrário, o marido poderia forçá-la a praticar o ato, amparado pela excludente de ilicitude "exercício regular do direito". A "justa causa" que dispensaria a mulher do "débito conjugal" seria a doença venérea do marido ou se ela acabasse de voltar do enterro dos pais!

Observe um trecho retirado de um livro de Direito Penal:

> Muito se discutiu na doutrina a possibilidade da prática do crime de estupro do marido contra a mulher. Entendendo que o estupro pressupõe cópula *ilícita* e que a conjunção carnal é dever recíproco dos cônjuges, Hungria e Noronha opinavam pela negativa, a não ser nos casos em que há ponderáveis razões para a recusa da mulher ao coito (marido atacado de moléstia venérea, por exemplo). Fragoso não admite a possibilidade do crime de estupro de marido contra a mulher e Bento de Faria que considera na expressão *conjunção carnal* outras espécies de coito, só vê possibilidade de delito quanto aos atos de libertinagem diversos da cópula normal e nos casos em que o marido é portador de moléstia venérea. Na jurisprudência, por vezes, se negou a possibilidade de crime de estupro praticado pelo marido (MIRABETE, 2013).

Embora seja impensável nos dias atuais que algum professor de Direito Penal possa defender esse pensamento atentatório à dignidade da mulher, outros tipos de "violência simbólica" continuam a ser propagados nos cursos de Direito país afora.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> [...] os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela *ideologia*, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica (ALTHUSSER, 1980).

Acerca da "violência simbólica" da Escola/Universidade trataremos de forma mais pormenorizada no capítulo seguinte.

3.5 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO ENSINO DE DIREITO PENAL

Aprofundando o tema da reprodução da "ideologia dominante do sistema capitalista", realizou-se um estudo da teoria da violência simbólica de Bourdieu e Passeron no ensino do Direito Penal.

3.5.1 Conceito de Violência Simbólica

Num primeiro olhar, os conceitos de "violência" e "simbólica" parecem ser contraditórios. O próprio Direito Penal trabalha o conceito de violência como sendo a força física (*vis absoluta*) que impede qualquer reação por parte da vítima. Observe o artigo 157, do Código Penal: "Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência" (BRASIL, 1940, grifo nosso).

Todavia, existe uma violência que não é imposta por meio da força física, mas que é tão perniciosa quanto. Trata-se da violência silenciosa, oculta e quase imperceptível que "coage" a pessoa a agir segundo determinado princípio estabelecido. É o que Bordieu e Passeron denominaram de violência simbólica.

> Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica a essas relações de força. (2020, p. 25).

O que é explicado por Savianni (2021):

> Por que violência simbólica? Os autores tomam como ponto de partida que toda e qualquer sociedade estrutura-se com um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. Sobre a base da força material e sob sua determinação, erige-se

> um sistema de relações de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação, as relações de força material. É essa a ideia central contida no axioma fundamental da teoria.

A violência simbólica é tão cruel quanto à física. Não é porque seja mais velada ou mais sutil que se torna menos perniciosa. Conforme Schubert:

> A violência simbólica pode, de algumas maneiras, ser mais 'gentil' do que a violência física, mas não é menos real. O sofrimento é o resultado de ambas as formas de violência. As origens sociais desse sofrimento são frequentemente desconhecidas e internalizadas pelos membros da sociedade, um fato que serve apenas para exacerbar o sofrimento e perpetuar sistemas simbólicos de dominação. Desse modo, a violência simbólica tende a ser 'um meio de opressão mais eficaz e, nesse sentido, mais brutal' (2018, p. 236).

O ensino do Direito Penal, conforme já afirmado nesse Trabalho, reproduz toda a carga discriminatória e excludente da sociedade capitalista. Há a primazia do estudo dos crimes contra o patrimônio que, em regra, são praticados pela classe desprivilegiada, em contraposição aos crimes de "colarinho branco", que, praticamente são ignorados pelos currículos da disciplina em análise.

Sem dúvida alguma, há um interesse envolvido nisso tudo. A manutenção da supremacia das classes opressoras (elites) sobre as classes oprimidas (pobre e trabalhadora) por meio do discurso, dos exemplos dados, pela vedação (velada ou explícita) de discutir política e temas sociais etc.

> Bourdieu se volta para a sociologia porque ela permite que ele enfoque e nomeie a violência simbólica e porque ela pode identificar os locais onde a ação política pode ser mais eficaz. A melhor sociologia tentará localizar os modos como essa forma menos óbvia de violência opera tanto para produzir quanto para proteger interesses dominantes enquanto ao mesmo tempo inflige sofrimento e miséria a segmentos dominados da população (Schubert, 2018, p. 236).

A Escola/Universidade, como visto, é o principal Aparelho Ideológico da Sociedade Capitalista e também compõe, ainda que indiretamente, o Aparelho Repressivo e Jurídico deste mesmo Estado.

Portanto, é de todo interesse das elites dominantes que a Universidade seja aparelhada para incutir nos alunos a ideologia excludente de forma oculta, dissimulada e simbólica. Como ensina Cattani (2017):

> Em sua forma inicial, a 'violência simbólica' é uma violência oculta, que opera prioritariamente na e pela linguagem e, mais geralmente, na e pela representação,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

> pressupondo irreconhecimento da violência que a engendrou e o reconhecimento dos princípios em nome dos quais é exercida. Ela impõe uma tripla arbitrariedade (a do poder imposto, a da cultura inculcada e a do modo de imposição), violência disfarçada, ela se exerce não só pela linguagem, mas também pelos gestos e pelas coisas; auxiliar das relações de força, ela adiciona a própria força a essas relações. Desse ponto de vista, o reconhecimento atribuído pelos dominados aos dominantes é duplo: reconhecimento da pertinência das justificativas 'religiosas, 'naturais', 'eruditas' etc., a respeito dessa dominação; e reconhecimento suscitado pelas 'vantagens' ou pelos 'benefícios secundários', que ela lhes concede. De modo que a violência simbólica só pode ser exercida na medida em que suas vítimas 'se privam da possibilidade de uma liberdade baseada na tomada de consciência' (2017, p. 359).

A violência material é diluída no plano simbólico pelo discurso dissimulado da dominação. Desta forma, como bem destaca Savianni (2021):

> Vê-se que o reforço da violência material se dá pela sua conversão ao plano simbólico em que produz e reproduz o reconhecimento da dominação e de sua legitimidade pelo desconhecimento (dissimulação) de seu caráter de violência explícita. Assim, à violência material (dominação econômica) exercida pelos grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominados corresponde a violência simbólica (dominação cultural).

A violência simbólica, no pensamento de Bordieu e Passeron (2020) manifesta-se, sobretudo no sistema de ensino:

> A AP (atividade pedagógica) é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação).

Desta forma, na visão dos autores acima, a ação pedagógica nada mais é do que uma imposição arbitrária da cultura dos grupos ou classes dominantes aos grupos ou classes dominados.

> A AP é objetivamente uma violência simbólica, num segundo sentido, na medida em que a delimitação objetivamente implicada no fato de impor e de inculcar certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de serem reproduzidas por uma AP, reproduz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente em e por seu arbítrio cultural (BORDIEU; PASSERON, 2020, p. 29).
> [...]
> Numa formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada de legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbítrio cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante (BORDIEU; PASSERON, 2020, p. 45).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A Ação Pedagógica, na medida em que é revestida de uma autoridade pedagógica impõe esse arbitrário cultural como sendo, de fato, a cultura legítima, impondo, desta maneira o desconhecimento da verdade objetiva.

> Na medida em que está investida de uma AuP (autoridade pedagógica), a AP (ação pedagógica) tende a produzir o desconhecimento da verdade objetiva do arbitrário cultural, pelo fato de que, reconhecida como instância legítima de imposição, ela tende a produzir o reconhecimento do arbitrário cultural que ela inculca como cultura legítima (BORDIEU; PASSERON, 2020, p.44).

Segundo esses mesmos autores, essa ação pedagógica concretiza-se pelo trabalho pedagógico definido:

> [...] como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *habitus* como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado (BORDIEU; PASSERON, 2020, p. 53).

Apenas para fins de esclarecimento, *habitus* pode ser conceituado como:

> [...] o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de *disposições duráveis*, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (BORDIEU; PASSERON, 2020, p. 214).

O sistema de ensino também é um importante instrumento de inculcação da violência simbólica.

A cultura e os ensinamentos transmitidos nos sistemas de ensino são aqueles que tão-somente passam pelo filtro da "ideologia dominante".

> Nas sociedades de classes, não se tem 'uma' cultura, mas diferentes variantes culturais (arbitrários) em disputa. A cultura considerada legítima e transmitida pelo sistema de ensino é, na verdade, o arbitrário cultural dominante, ou seja, a cultura dos grupos dominantes, sem superioridade objetiva em relação às demais. (BORDIEU; PASSERON, 2020, p. 327).

Em sociedades muito desiguais, como a brasileira, há a falsa percepção que os sistemas de ensino devem inculcar nos alunos os valores e os conhecimentos tidos como

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

"bons e indispensáveis" para o êxito profissional ou para a formação de "cidadãos". Como se o exercício da cidadania dependesse da genuflexão ao sistema capitalista e a aceitação, sem questionar, das desigualdades sociais reproduzidas pela Escola/Universidade. Desta forma, para Bordieu e Passeron:

> Numa formação social determinada, o SE (sistema de ensino) dominante pode constituir o TP (trabalho pedagógico) como TE (trabalho escolar) sem que os que o exercem como os que a ele se submetem cessem de desconhecer sua dependência relativa às relações de força constitutivas da formação social em que ele exerce, porque ele produz e reproduz, pelos meios próprios da instituição, as condições necessárias ao exercício de sua função interna de inculcação, que são ao mesmo tempo as condições suficientes da realização de sua função externa de reprodução da cultura legítima e de sua contribuição correlativa à reprodução das relações de força; e porque, só pelo fato de que existe e subsiste como instituição, ele implica as condições institucionais do desconhecimento da violência simbólica que exerce, isto é, porque os meios institucionais dos quais dispõe enquanto instituição relativamente autônoma, detentora do monopólio do exercício legítimo da violência simbólica, estão predispostos a servir também, sob a aparência da neutralidade, os grupos ou classes dos quais ele reproduz o arbitrário cultural (dependência pela independência) (2020, p. 90).

Portanto, o fim da educação é justamente a superação das diversas marginalidades culturais impostas pela violência simbólica.

3.5.2 A Violência Simbólica e o Direito Penal: Casos Práticos

Enquanto este trabalho era redigido, o Estado capitalista deu um trágico e ignóbil exemplo de como ele age contra os oprimidos.

No capítulo anterior, estudou-se os Aparelhos do Estado. Afirmou-se que o Direito Penal é o principal instrumento do Aparelho Repressivo do Estado voltado à preservação da "ideologia dominante".

Os Aparelhos de Repressão Estatal atuam tanto por meio da violência física, como por meio da violência simbólica.

Refere-se, neste momento, aos fatos ocorridos entre os dias 20 e 21 de novembro de 2021 no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ, no qual, após a morte de um policial militar, foi realizada uma grande operação no local. Dez moradores foram mortos, alguns deles sem registros policiais (G1 RIO, 2021).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Além das mortes, o que mais impressionou foi que a Polícia, numa clara demonstração de força, não teve o trabalho de recolher os corpos, deixando que os próprios moradores assim o fizessem.

Um exemplo claro de violência física e simbólica praticada pelo próprio Estado contra a população oprimida!

Outro caso que chamou a atenção ocorreu na cidade de São Paulo. Um policial militar algemou um rapaz negro à motocicleta e saiu com o veículo, obrigando-o a correr algemado com a moto em movimento (TOMAZ, 2021).

Os Aparelhos Repressivos do Estado acusam, julgam, humilham e executam a pena de morte e deixam os corpos expostos para servir de "exemplo" para a população trabalhadora, que não tem qualquer vínculo com a criminalidade.

Afinal, numa sociedade capitalista, o maior crime que uma pessoa pode praticar é ter nascido "pobre e negra e morar numa Comunidade".

O que se pode concluir é que o Direito Penal é um dos principais meios ou instrumentos para a prática da violência simbólica por parte dos Aparelhos Repressivos do Estado.

A questão que se faz é: até quando a Universidade ficará calada? Até quando a Universidade permanecerá ensinando os crimes de homicídio, racismo, furto sem se preocupar com a violência praticada pelo próprio Estado, como se ela estivesse num mundo paralelo?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste estudo foi apontar que a seletividade do Direito Penal tem o seu celeiro no próprio ensino da disciplina e discutir alternativas através de aportes teóricos, para a mudança de paradigma, ou seja, que o ensino do Direito Penal não seja a mera reprodução da ideologia dominante.

Não se pode esperar que os grandes conglomerados de Faculdades particulares ou a burocracia das Universidades Públicas tomem a dianteira, ainda mais com um governo que não dá a mínima para o Ministério da Educação e da Cultura. Como ensina Freire (2019,) "A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

A revolução deve começar no solo sagrada da sala de aula. É mister que o professor e os alunos assumam seus papéis na "educação humanista libertadora". O professor e o aluno devem escolher o lado em que estarão nesta batalha.

Ao permanecer com a "educação bancária", o professor de Direito Penal será um instrumento do sistema capitalista opressor, da seletividade penal, da discriminação social e da ratificação da matança da população marginalizada por agentes do próprio Estado.

O aluno deve recusar as "amarras ideológicas do sistema capitalista". Deve se indispor contra toda e qualquer tentativa de doutrinação opressora, que ensine que é normal a prisão de pessoa por serem pobres, negras e/ou marginalizadas. Deve ser um crítico das mazelas sociais antes de almejar ser uma autoridade meramente opressora.

Por meio da revisão de literatura identificamos que os estudos sobre a forma como o Direito Penal são ensinados nas Universidades ainda é muito escassa. Há uma fonte inesgotável de dogmática, sobretudo a literatura mastigada para concursos públicos. Todavia, são poucas as obras que mergulham na profundidade e nos problemas sociais que o circundam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança de paradigma do Direito Penal deve começar nos bancos acadêmicos. A sociedade reproduz a ideologia dominante do Estado, que exclui aqueles que não detêm o capital necessário para consumir e/ou que são dotados de algum grau de vulnerabilidade. Contra essas pessoas oprimidas, o Estado capitalista emprega intensamente todo o seu aparelho repressivo formado pela polícia, os Tribunais e as prisões.

O Direito Penal, portanto, é o cão de guarda do capitalismo. Tem a função de proteger o sistema, aniquilar os estranhos e adestrados a jamais atacar os seus donos.

A Universidade, como aparelho ideológico do Estado, reproduz todo o modo de ser da sociedade capitalista.

Especificamente no tocante ao ensino do Direito Penal, reproduz todo o discurso ideológico ou violência simbólica excludente da elite dominante capitalista.

Não por outra razão, ao se tornarem profissionais do Direito, serão aqueles que, sem qualquer pudor, prenderão, acusarão e condenarão toda uma legião de miseráveis para que o "cidadão de bem" possa passear tranquilamente com a família no shopping.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

O professor de Direito Penal deve ter consciência do papel que desempenha em toda essa engrenagem. Deve ser o primeiro a se libertar do jugo da pedagogia do opressor que predomina nos cursos de Direito e promover a mudança de paradigma (*metanoia*).

O ensino do Direito Penal, portanto, antes de propor que o aluno aprenda que "subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel", constitui o crime de furto, previsto no artigo 155, do Código Penal, deve se preocupar em refletir e questionar o porquê:

1 - As pessoas vasculham comida no lixo?

2 - Autoridades públicas, cultas, estudadas, os "Doutores da Lei"[4] ainda prendem, acusam, condenam e encarceram pessoas que não tem o que comer?

Por outro vértice, a mudança de paradigma somente ocorrerá com o ingresso dos filhos da classe trabalhadora nos cursos de Direito.

Não é de se esperar que, durante um governo de ultradireita, haja a preocupação com os filhos da classe operária. Portanto, no Brasil, admite-se que essa mudança será adiada por um período[5].

O citado governo de ultradireita, aliás, foi gestado por causa do mau uso do Direito Penal!

A volta da esquerda ao poder que, seguramente, ocorrerá com as eleições de 2022, além de trazer de volta a sanidade psiquiátrica perdida, trará de volta a classe operária aos cursos de Direito e, com isso, a humanização do Direito Penal dará o primeiro passo.

A revolução deve ser direcionada contra o sistema de ensino opressor e ocorrer na sala de aula.

[4] No Novo Testamento, os "doutores da lei" foram retratados como os hipócritas que impunham um comportamento ao povo, mas praticavam atos muito piores. Milênios após, nada mudou!

[5] Segundo o ex-Ministro da Educação, a Universidade deveria ser para "poucos" (G1 EDUCAÇÃO, 2021). Posição diametralmente oposto ao do ex-presidente Lula que defende que a "Universidade é direito de todos" (LULA, 2019).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang W. Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaira, 2021.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

ALTHUSSER, Louis. Sobre a Reprodução. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Manual de Direito Penal: partes geral e especial. Salvador: JusPodivm, 2019.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 12. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Revan, 2021

BEAUCLAIR, João. Psicopedagogia: trabalhando competências, criando habilidades. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, 1970.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n. 1.134, de 30 de março de 1853. Dá novos Estatutos aos Cursos Jurídicos do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1853, página 92, Vol. 1. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1134-30-marco-1853-558786-publicacaooriginal-80354-pe.html. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1879, página 196, Vol. 1. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n. 9.360, de 17 de janeiro de 1885. Dá novos Estatutos às Faculdades de Direito. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1885, página 26, Vol. 1. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9360-17-janeiro-1885-543491-publicacaooriginal-53843-pe.html. Acesso em 14 abr. 2021.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

BRASIL, Filipe. Pessoas negras e pardas morreram 4,7 vezes mais do que brancas em ações da polícia no RJ nos últimos 15 anos. 2021. Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/20/pessoas-negras-e-pardas-morreram-47-vezes-mais-do-que-brancas-em-acoes-da-policia-no-rj-nos-ultimos-15-anos.ghtml. Acesso em 20/11/2021.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. Resolução n. 2, de 19 de abril de 2021. Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES n. 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, p. 74, 20 abr. 2021. Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-19-de-abril-de-2021-314909522. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior – Orientações. Brasília, 2020. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/orientacoes. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior – Histórico. Brasília, 2020. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/historico. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria n. 319, de 23 de abril de 2020. Altera o Cronograma do Censo da Educação Superior 2019. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, p. 182, 24 abr. 2020. Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-319-de-23-de-abril-de-2020-253758716. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n. 2.484, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de julho de 1984. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de dezembro de

1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.684, de 30 de maio de 2003. Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.684.htm. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.684.htm. Acesso em 14 abr. 2021.

BRASIL. Senado Federal; Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Relatório Final. Disponível em file:///C:/Users/R%C3%A9gia/OneDrive/Documentos/Relatorio_Final%2026102021%20III%20(1)%20(3).pdf. Acesso em 14 nov. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 682. Relator Ministro Ricardo Lewandowski, 15 de maio de 2020, Processo Eletrônico DJe 124, divulgação 19/05/2020, publicação 20/05/2020. Disponível em https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho1102531/false. Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante n. 24. Sessão Plenária, 02 de dezembro de 2009, DJe 232, de 11 de dezembro de 2009, p. 1, DOU de 11 de dezembro de 2009, p. 1. Disponível em https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula773/false. Acesso em 14 jun. 2021.

CARVALHO, Amilton Bueno de. Direito Penal a marteladas: algo sobre Nietzsche e o Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
CLICKPB. Isabella: peritos usam boneca de US$ 2,5 mil na reconstituição. São Paulo, 2008. Disponível em https://www.clickpb.com.br/brasil/isabella-peritos-usam-boneca-de-us-25-mil-na-reconstituicao-33161.html. Acesso em 17/10/2021.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: parte geral (arts. 1º ao 120). 9. ed. ver. ampl. atual. Salvador:JusPodivm, 2021.

DAROIT, Felipe; ASCOM DPE/RS. DPE/RS atua para assegurar absolvição de homens presos por furtar alimentos vencidos do setor de descarte de supermercado. 2021. Disponível em https://www.defensoria.rs.def.br/dpe-rs-atua-para-assegurar-absolvicao-de-homens-presos-por-furtar-alimentos-vencidos-do-setor-de-descarte-de-supermercado. Acesso em 14 nov. 2021.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Tradução de Raquel Amalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

G1. Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'. 2021. Disponível em https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml. Acesso em 07/12/2021.

G1 RIO. Complexo do Salgueiro: o que se sabe e o que falta esclarecer no caso dos oito corpos encontrados após operação da PM. 2021. Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/23/complexo-do-salgueiro-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer-no-caso-dos-oito-corpos-encontrados-apos-operacao-da-pm.ghtml. Acesso em 01/12/2021

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. Curso de Direito Penal: parte geral (arts. 1º a 120). Salvador: JusPodivm, 2015, v. 1.

GRATELOUP, Léon-Louis. Dicionário filosófico de citações. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

LULA; Partido dos Trabalhadores. Universidade é um direito de todos! 2019. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=C3EuuZS6lLk. Acesso em 07 dez. 2021.

MARTINS, Francisca Claudivânia Gomes *et al*. A Pedagogia do Oprimido e a práxis Pedagógica Libertadora de Paulo Freire. XXII Semana de Educação da Universidade Estadual do Ceará 31 de agosto a 04 de setembro de 2015. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/semanadeeducacaouece/anais/trabalhos_completos/210-13490-21092015-190501.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2021

MARTINS, Daniele Comin. A criação dos cursos jurídicos e a elaboração legislativa do Império. Sequência Revista do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, Florianópolis, SC, v. 23, n. 44, p. 55-76, 2002. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15332/13923. Acesso em 25 mai. 2021.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MARX, Karl. O Capital. Tradução de Albano de Moraes. 3. ed. Bauru: Edipro, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A sagrada família. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Soares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MIRABETE, Julio Fabrini; FABRINI, Renato N. Manual de Direito Penal: parte geral, arts. 1º a 120 do CP. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOLINA, Antonio García-Pablos de. O que é Criminologia? Tradução de Danilo Cymrot. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OAB. Serviços / OAB Recomenda. 2018. Disponível em https://www.oab.org.br/servicos/oabrecomenda. Acesso em 15 jun. 2021.

OAB. Conselho Federal; Fundação Getúlio Vargas. Exame de Ordem em Números. 2020, v. IV. Disponível em https://livroexamedeordem.com.br/wp-content/uploads/2020/03/EOU_EmNumeros_.pdf. Acesso em 14 abr. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Roberto Leal Pereira. São Paulo: Martin Claret, 2010.

RUBINSTEIN, Edith. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico. In: SISTO, Firmino Fernandes; et al. (Org.). Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. Cap. 7, p. 127-129.

SAVIANNI, Dermeval. Escola e Democracia. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SCHUBERT, Daniel. Sofrimento / violência simbólica. In: GRENFELL, Michael (Ed.). Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Social no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Introdução ao Direito Penal – Criminologia, Princípios e Cidadania. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 4.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Maria Aparecida Alves de; FERNANDES, Maria do Perpetuo Socorro Campos; SOUZA, Luzia da Trindade. Análise acerca do livro pedagogia do oprimido de Paulo Freire: uma perspectiva psicopedagógica. CONEDU. Congresso Nacional de Educação. 2018. Disponível em:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID1137_08092018210747.pdf. Acesso em 23 out. 2021.

SOUZA, Kátia Reis de; MENDONÇA, André Luís de Oliveira. A atualidade da Pedagogia do Oprimido nos seus 50 anos: A Pedagogia da Revolução de Paulo Freire. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, 2019; 17(1):e0018819. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/WTSyGbbmypqL7PWfVDKtYvm/?f

TOMAZ, Kleber. PM de SP é afastado ao puxar homem negro algemado a moto e pode responder por tortura, racismo e abuso. 2021. Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/01/pm-de-sp-que-aparece-em-video-puxando-homem-algemado-a-moto-pode-responder-por-tortura-e-abuso-diz-especialista.ghtml. Acessado em 01/12/2021

VALOIS, Luis Carlos. O Direito Penal da Guerra às Drogas. 3. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1.

ZAFFARONI, Eugenio Raul *et al.* Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2019, v. 1.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. O inimigo no Direito penal. Tradução de Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas. Tradução de Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 24 - DOI:10.55232/1082027.24

UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL NA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL EM BARREIRAS-BA.

Marileide Carvalho de Souza , Neila Barbosa Osório , Luiz Sinésio Neto , Neuracy Rosalina da Silva , Marlon Santos de Oliveira Brito , Ludmila Franco , Jane Lúcia Pimentel de Oliveira e Núbia Pereira Brito Oliveira

RESUMO: A distorção idade-série é amplamente discutida pelos sistemas que buscam a qualidade da educação, e o Brasil ainda enfrenta um cenário impactante acerca desta questão. O Brasil é qualificado como um país de desigualdades sociais marcantes, o que influencia de forma significativa o campo da educação. Diante deste cenário e primando por bases que compõem uma sociedade justa e democrática, é de extrema importância abordar os conceitos de igualdade e equidade nos sistemas educacionais. Nessas considerações, apresenta-se aqui uma pesquisa-ação realizada nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barreiras-BA. Teve como lócus de pesquisa 57 escolas da Rede Municipal de Ensino e uma da Rede Estadual de Ensino do Núcleo Territorial 11. As reflexões e pesquisas que permearam as práticas de aplicação do referido trabalho foram focadas em apresentar a temática sobre a Trajetória Escolar dos estudantes da rede municipal de ensino, detectando as possíveis causas do atraso escolar, a vivência social da comunidade pesquisada, permitindo aos profissionais da educação e estudantes refletirem sobre a real situação da educação e os problemas locais que interferem na permanência qualitativa do aluno na escola. O sentimento de pertencimento e prática desse aprendizado transformam a realidade da educação local com otimização e ampliação das políticas públicas para educação pois busca-se incentivar a participação da sociedade envolvida. A troca de aprendizagens no entrosamento durante o período de aplicação e análise da pesquisa possibilitou realizar um debate em torno do contexto histórico-político-social e do papel dos envolvidos enquanto cidadão e agentes transformadores, bem como, viabilizou ações conjuntas frente aos problemas da distorção idade/série no processo de aprendizagem, principalmente focando nas teorias aprendidas e nas descobertas realizadas a partir de um olhar crítico da real situação. Conclui-se então, com os resultados da pesquisa o quanto se faz importante o olhar pedagógico-administrativo e Inter setorial para questões sociais que interferem na vida dos estudantes frente ao processo de sócio construção do ser, especificamente no que diz respeito à distorção idade/série, e, estabelece-se aqui, baseado na interelação das gerações envolvidas, uma proposta de educação intergeracional para ressignificação do processo de ensino-aprendizagem-ensino.

Palavras-chave: Distorção, Educação Intergeracional, Idade-Série.

INTRODUÇÃO

O Brasil é qualificado como um país de desigualdades sociais marcantes, que influenciam de forma significativa o campo da educação. A distorção idade-série é amplamente discutida pelos sistemas que buscam a qualidade da educação. Neste cenário, e primando por bases que compõem uma sociedade justa e democrática, é de extrema importância abordar os conceitos de igualdade e equidade nos sistemas educacionais.

O conceito de equidade considera as diferenças como elemento essencial para a eficácia da igualdade, que além de ter influenciado as reflexões jurídicas contemporâneas, tornou-se um dos fundamentos para a justiça social que ao longo de décadas tem delimitado políticas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 declarou em seu artigo 5º, o princípio da igualdade. É notório que a realidade econômica e social permanece marcada por diferenças gritantes.

A qualidade e equidade são temas que precisam ser discutidos em prol do êxito educativo, propiciando igualdade das oportunidades no acesso, permanência e desempenho dos alunos, visando desenvolver de fato uma educação de qualidade.

De acordo com a avaliação da professora e ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Cleuza Repulhol, o objetivo central da Base Nacional Comum Curricular é garantir que todas as crianças e jovens do país tenham direito a uma educação de qualidade, independente de raça, gênero, classe social ou do lugar onde vivem.

> Visando diminuir a desigualdade que existe no Brasil, garantindo a equidade de oportunidades para todos os estudantes. Independentemente de onde nascem, precisam ter acesso aos mesmos conteúdos, mas sem deixar de lado as questões locais (2016).

Existe, portanto, a busca pela garantia de qualidade e igualdade educacional em todo o país. Uma das maiores inquietações presentes no referido artigo, é a tentativa de levantar propostas para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para diminuir a desigualdade existente no município de Barreiras, que apresenta alto índice de distorção idade-série. Portanto, é preciso oferecer aos alunos oportunidades educacionais e práticas pedagógicas inclusivas que possam reverter a situação do atraso escolar, que marginaliza os estudantes que retardaram na trajetória escolar por alguma razão, seja social, econômica,

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

cultural, entre outras, e não conseguiram acompanhar o processo ensino aprendizagem para promoção da equidade, reconhecendo as diferentes necessidades dos estudantes frente as realidades apresentadas.

METODOLOGIA

Caracterizada como pesquisa-ação com base empírica, o presente trabalho tem caráter descritivo-analítico, com abordagem qualitativa, realizada com a resolução de um problema coletivo com pesquisadores e participantes representativos do problema distorção idade-série no universo pesquisado de modo cooperativo-participativo (THIOLLENT, 1986, p.14). Usando como técnica de coleta de dados, pesquisa documental, entrevistas e, submetendo os dados e informações levantados à análise de conteúdo e apresentação dos resultados de forma organizada em tabelas de resultados representativos que auxiliaram na compreensão dos achados.

Através de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo, objetivou-se respaldar os direitos adquiridos de educação na idade adequada e enriquecer os dados coletados, partindo da realidade vivenciada nas Escolas do Ensino Fundamental da rede Municipal e Estadual de Barreiras-Ba, período 2018-2020. Para garantir a veracidade dos fatos e a cientificidade no decorrer das coletas, o desencadear dos procedimentos obedeceram aos critérios e orientações do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para garantia do Selo de qualidade Ensino Fundamental I e II. Utilizou-se como base para o levantamento dos dados, informações de referência de 2018 do Censo Escolar, dados de trajetória escolar de sucesso realizado pelo Selo Unicef, edição 2017 a 2020, bem como, entrevistas com professores e gestores escolares do município de Barreiras-BA.

Para alcance dos objetivos de igualdade e equidade, os países devem garantir a inclusão e a progressão do aluno por meio de seus sistemas educacionais e programas. Partindo desses pressupostos, apresenta-se a seguir os dados da pesquisa realizada:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Dados da distorção idade-série no município de Barreiras-Bahia 2018:

REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL	
Anos iniciais	Anos finais	Anos finais	Ensino Médio
2.262 (22,85%)	2.795 (35,88%)	37 (25,52%)	2974 (45,82%)

Os números acima representam uma taxa de 33,2% igual a 8.068 estudantes, dentro do universo de 24.324 estudantes matriculados na Educação Básica em Barreiras. Mas a pesquisa vai além, ela traz dados por gênero, cor e localização, representados nos quadros abaixo:

MASCULINO	FEMININO
4.703 (38,58%)	3.365 (27,73%)

NÃO DECLARADA	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDÍGENA
3.677 (28,10%)	464 (31,39%)	337 (47,46%)	3.548 (39,67%)	28 (40%)	14 (36,84%)

RURAL	RUBANA	ÁREA DE ASSENTAMENTO
704 (31,27%)	7.364 (33,36%)	3 (30%)

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sabe-se que ao detectar o fracasso escolar é notório que o primeiro passo é buscar as causas/raízes dos problemas, adequando as práticas técnico-pedagógicas ao que foge do controle cotidiano da práxis. Diante das análises e discussões no âmbito escolar, a partir das pesquisas realizadas, se faz possível apontar um caminho a partir das seguintes causas/consequências da problemática contextual da distorção idade-série no ensino fundamental das escolas em Barreiras-Ba:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

- Evasão escolar;
- Violência no território, na escola, na família;
- Deslocamentos frequentes em função de trabalhos (causa comum na nossa região);
- Trabalho infantil;
- Gravidez na adolescência;
- Falta de documentos;
- Criança ou adolescente em situação de rua;
- Doenças que dificultam a frequência escolar;
- Criança ou adolescente com deficiência;
- Adolescente infrator.

É perceptível que, apesar dos avanços sociais históricos e dos investimentos das esferas federal, estadual e municipal, e, programas complementares para educação, ainda há uma realidade de muitas dificuldades na educação brasileira, em todos os aspectos. Aqui, em especial, o índice de distorção idade-série causado principalmente pelo abandono e pela reprovação. Aspectos relevantes, que também influenciaram no aprendizado em anos anteriores, foram deficiência na alfabetização nas series iniciais, estruturas físicas inadequadas das escolas de toda a rede até o período pesquisado, falta de apoio e falta da participação, interação das gerações e das famílias na vida escolar dos seus filhos. Nesse contexto, também se pode citar a falta de políticas públicas que asseguram a efetividade dos direitos da criança e do adolescente. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, em consonância com a Constituição Federal de 1988, estabeleça uma nova configuração do ponto de vista ético-jurídico em relação aos direitos da infância e da adolescência no Brasil, ainda se presencia a negligência dos direitos a eles, que garantiriam o desenvolvimento pleno e saudável. Contudo, cumprir o dever do Estado na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, previsto na CF e no ECA, e, redimensionar a prática pedagógica com proposta de educação intergeracional são pontos cruciais para diminuir significativo e qualitativamente as consequências da distorção idade-série.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

CONCLUSÃO

Ao analisar os dados gerais das redes municipal e estadual de Barreiras, no que diz respeito ao ensino fundamental, e, a situação de cada escola no âmbito da discussão Distorção Idade-Série, conclui-se que o problema é grave e atinge uma grande parcela do alunado do munícipio. Verificou-se na pesquisa que a população mais atingida em relação a educação tardia, é a dos bairros periféricos e filhos de famílias que vivem na linha de pobreza e abaixo dela, ambas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Indicam ainda a pesquisa, que os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, sexo masculino representam o maior número de atingidos.

A distorção idade/série no município é monitorada quantitativamente pelo sistema Educacenso, alimentado anualmente. Um balanço final do Censo Escolar é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação. O cálculo da distorção idade-série, realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar, revela informações de matrículas dos alunos, e, é capturada, inclusive, a idade de cada um. Não se pode negar que a participação das famílias na vida escolar dos filhos, a formação pedagógica continuada dos profissionais da educação, a parceria com órgãos da administração pública, órgãos de controle como o Ministério Público e outros, bem como Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem atividades educacionais vinculadas à infância e a adolescência, podem contribuir para o enfrentamento da defasagem que consequentemente gera a exclusão escolar. Fundamental se faz assegurar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes no que tange ao desenvolvimento qualitativo, digno, íntegro e integral do ser humano, perpassando aqui em especial pela abordagem da problemática de distorção idade-série que desencadeia outras situações como a evasão/exclusão escolar por falta de um ambiente atrativo e de aprendizagem significativa.

Partindo das análises dessas pesquisas, vale salientar que a Lei **Lei 9.394/1996,** determina que a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio.

No processo realizado pelo Educacenso, depois de calculado em anos e detectado a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando, ou seja, encontrando o aluno com a diferença de dois ou mais anos entre a idade prevista

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

para a série, a **LDB nos artigos 12, 23 e 24,** assegura o avanço do aluno no processo ensino aprendizagem, assim também assegura a **BNCC BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**, que trata da igualdade, da equidade das oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, com o direito de aprender e aprender com significância e qualidade. A **Resolução do Conselho Estadual de Educação nº127, de 1997,** fixa normas visando adaptação da legislação educacional do Sistema Estadual de Ensino na Bahia, o Plano Municipal de Educação e o Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino. Quanto à intervenção no fluxo escolar, a rede adota medidas junto ao Conselho Municipal de Educação de reclassificação de alunos que necessitam e que tenham condições de avançar.

Nesse sentido, as classes de progressão continuada, com uma visão essencial de Educação Intergeracional será uma proposta mais viável, pois é uma estratégia de intervenção pedagógica, cuja metodologia alternativa contribui efetivamente para diminuir a lacuna de aprendizagem e melhorar o desempenho dos alunos de forma significativamente interacionista com outras gerações, abrindo possibilidades para crianças/adolescentes redimensionarem o atraso ao longo da sua trajetória escolar por diversas razões, negligenciadas a época. Entende-se aqui, que a EI, concebida no âmago como promoção de educação ao longo da vida, conduzindo a benefícios para todos, incluindo não apenas as gerações participantes, mas também as sociedades e comunidades que as envolvem, e, sendo a escola o espaço ideal para o desenvolvimento de ações que estimulem essa convivência e produzam conhecimento, a concepção pedagógica proposta, está delineada numa perspectiva interdisciplinar (matemática, língua portuguesa/redação e história), em turno oposto. Sendo uma importante e significativa alternativa de correção do fluxo, para superar a questão do fracasso escolar gerada pela dicotomia idade-série no ensino fundamental, e, adaptar alunos no ensino regular, que tem raízes tanto na desigualdade social, quanto em mecanismos internos de cada escola, bem como no sistema educacional, partir-se-á técnico e pedagogicamente aqui, de estudos teóricos sobre intergeracionalidade, visita a asilos, pesquisa e interações de gerações (docentes/discentes identificados). Assim, a correção do fluxo escolar é uma estratégia entendida como uma questão histórica-político-pedagógica, que depende de planos educacionais específicos como o proposto aqui e de políticas públicas para a equidade educacional.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

REFERÊNCIAS

BNCC: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/, acesso em 16 de dezembro de 2019.

Constituição Federal de 1988.

COSTA, S. Q. B. G. A Educação Intergeracional como Tecnologia Social: uma vivência no âmbito da Universidade da Maturidade - UFT. Palmas: 2015.

http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/536

OSÓRIO, N.B., N. B; SOUSA, D. M. de; NETO, L. S. S. Universidade da maturidade: ressignificando vidas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2013. Maranhão. Anais... Maranhão: UFMA, 2013, v. 4

SILVA NETO, LUIZ S. ; OSORIO, Neila Barbosa . Saber para apoiar. 2013. (Outro).

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986

Trajetória de Sucesso Escolar: https://trajetoriaescolar.org.br/, acesso em 16 de dezembro de 2019.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 25 - DOI:10.55232/1082027.25

TECNOLOGIA AMBIENTAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL RURAL: O CASO DA COMUNIDADE TERAPEUTICA REDENÇÃO.

Jefferson de Queiroz Crispim , Alesson Lopes Soares , Tiago Vinicius da Silva Athaydes , José Antonio da Rocha , Marcos Junio Ferreira de Jesus , Juliano Dias , Tchaykovsky Vilela Santos , Eloisa Paula de Oliveira , Rogério Silveira Tonet

RESUMO: O aprimoramento de técnicas para as práticas de saneamento básico no meio rural é algo que se faz necessário na realidade brasileira, uma vez que, exige práticas alternativas dos métodos empregados no meio urbano, onde os locais que apresentam coleta e tratamento de esgoto doméstico na área urbana se fazem por meio de uma rede centralizada, organizada por uma empresa de saneamento básico. No meio rural, as práticas para coleta e tratamento de esgoto estão sendo desenvolvidas por meio de sistemas individuais em cada propriedade, dado a distância das residências, impossibilitando organizar um sistema central como no meio urbano. Portanto, foi construído um sistema para a coleta e tratamento de esgoto no meio rural em uma propriedade rural no município de Campo Mourão-PR, conhecido como sistema Bacia de Evapotranspiração (BET). Após a construção, foi realizado o monitoramento referente a eficiência no tratamento do esgoto em conformidade com a Resolução 430/2011 do CONAMA, a eficiência foi medida em relação a primeira caixa onde entra o efluente e a caixa de saída. Foram selecionados os parâmetros de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), pH e Turbidez. A DBO apresentou 86,64% de eficiência, DQO apresentou 90,24% de eficiência, o pH neutro e a Turbidez apresentou 88,2% de eficiência. Portanto, o sistema se afirmar como eficiente e pode ser disseminado no espaço rural para universalizar o saneamento básico no meio rural.

Palavras-chave: Coleta e tratamento de esgoto; Educação ambiental; Saneamento Básico rural; Sistema ecológico.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem (que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social), caracterizando o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental. Os serviços de saneamento devem promover a qualidade de vida da população, bem como, proteger os recursos naturais (TEIXEIRA, 2010).

Em relação ao saneamento rural, as dificuldades são significativas, uma vez que a falta de cuidado pode gerar problemas com a qualidade da água e o meio ambiente, representando um risco à saúde das pessoas (TEIXEIRA, 2010). As comunidades rurais utilizam água proveniente de poços artesianos, poços freáticos e nascentes, que muitas vezes são contaminadas com o manejo inadequado do solo, atividades agropecuárias, despejo em fossas negras, entre outras atividades desenvolvidas de maneira prejudicial ao meio hídrico (ABONIZIO, 2017).

Novas tecnologias ecológicas de tratamento de esgoto apresentam uma solução para essa problemática, pois o maior potencial poluidor do esgoto doméstico provém do vaso sanitário e necessita tratamento. A bacia de evapotranspiração (BET) é uma saída e consiste em um tanque impermeabilizado, preenchido com diferentes camadas de material filtrante e com espécies vegetais plantadas na superfície (GALBIATI, 2009). A tecnologia também é conhecida como Ecofossa, Fossa Verde, Fossa Bioséptica, Fossa Evapotranspiradora, Fossa de Bananeira, Canteiro Bio-séptico e Tanque de Evapotranspiração (Tevap) (FIGUEIREDO, SANTOS e TONETTI, 2018).

No interior do sistema ocorrem processos naturais de degradação da matéria orgânica, mineralização e absorção de nutrientes, além da evapotranspiração da água pelas plantas e pelo solo (GALBIATI, 2009). Uma importante vantagem do sistema é propiciar a reciclagem de água e de nutrientes por meio da produção de biomassa (PAMPLONA e VENTURI, 2004).

Desta maneira, a fim de melhorar a situação de saneamento rural, este artigo apresenta o processo de implantação de uma tecnologia de sistema sanitário coletivo para

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

tratamento de esgoto, modelo bacia de evapotranspiração (BET), na Comunidade Terapêutica Redenção no município de Campo Mourão - PR.

A Instituição Comunidade Terapêutica Redenção (CTR), está localizada em área rural na cidade de Campo Mourão/PR, entre as coordenadas geográficas 240 01’ 09” S e 520 30’ 21” W (Figura 1). O clima é do tipo Subtropical - Cfa, conforme a classificação climática de Köppen, com predominância de solo Latossolo Vermelho (EMBRAPA, 2006).

Esta instituição foi fundada em 1998 com o objetivo de realizar tratamento de dependentes químicos. No início o grupo contou com o auxílio de entidades religiosas e com o ajuda de autoridades locais. Esse apoio permitiu a compra de uma área rural, equivalente a 93.170,00 m², localizada na comunidade de São Benedito, onde foi estabelecida a primeira sede da CTR. A sede rural conta com alojamentos, escritório administrativo, refeitório e capela religiosa, com capacidade para 30 pessoas, entre internos alojados e funcionários, podendo aumentar este número aos finais de semana em decorrência de visitas.

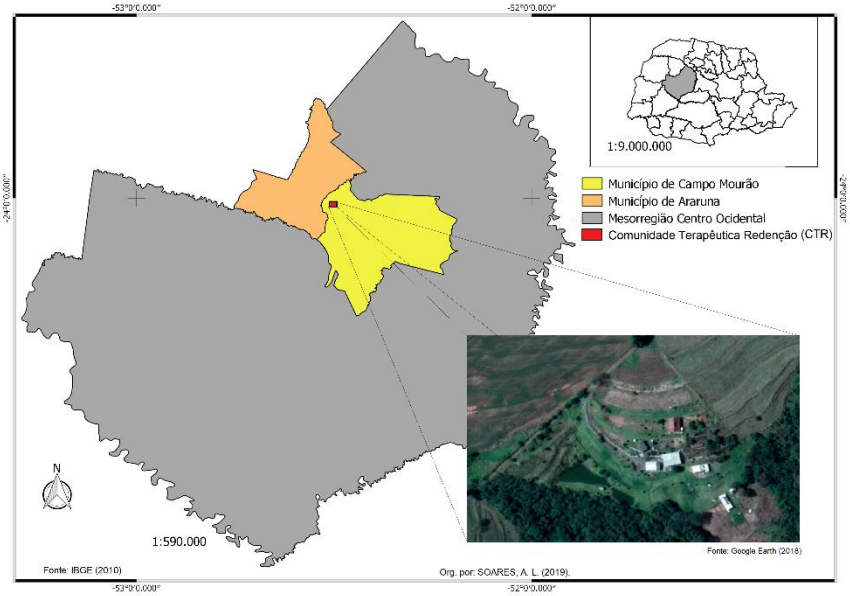


Figura 1: Mapa de localização da CTR.

Fonte: os autores, (2021).

METODOLOGIA

O desenvolvimento de novas tecnologias, visam conservar ou reduzir os danos provocados pelo ser humano ao meio ambiente e com isso, surge novos projetos que buscam melhorar a conservação ambiental trazendo funcionalidades capazes de melhorar, e muito, a vida do ser humano.

Os trabalhos de construção do sistema Comunidade Terapêutica Redenção (CTR), para atender 30 pessoas diariamente e visitantes nos fins de semana ocorreram de junho a agosto de 2019 e foram divididos em quatro fases, sendo elas: tanque séptico, caixa de gordura, e bacia de evapotranspiração (Figura 2).

O acompanhamento de funcionamento do sistema ocorreu durante 12 meses, com monitoramento para avaliar a eficiência da BET iniciado a partir do quarto mês de utilização, resultando em duas coletas quadrimestrais, haja vista que, de acordo com Chernicharo e Borges (1996), pode-se levar de 4 a 6 meses para ocorrer a adaptação dos micro-organismos ao sistema.

Os parâmetros físico-químicos analisados foram: demanda química de oxigênio (DQO), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), pH e turbidez. A eficiência de remoção da DBO e DQO foi calculada a partir da diferença dos valores médios obtidos entre as amostras do tanque séptico e sistema BET. As amostras foram coletadas, armazenadas e preservadas seguindo as recomendações da NBR 9.898/1987 e encaminhadas ao laboratório.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

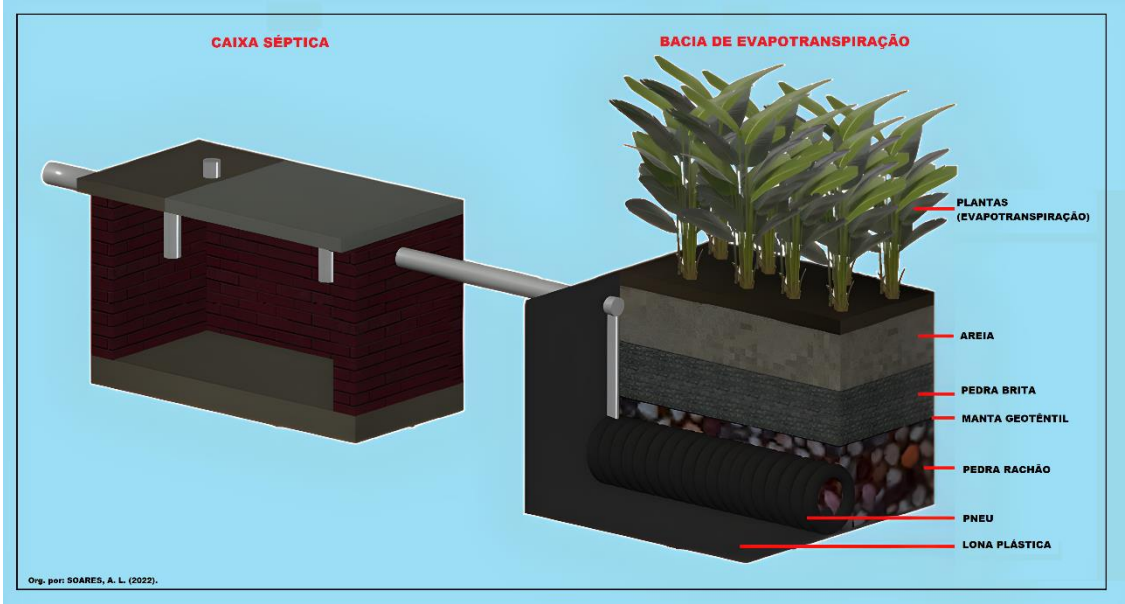


Figura 2: Demonstrativo do modelo de caixa séptica e Bacia de Evapotranspiração.

Fonte: os autores, (2021).

O TANQUE SÉPTICO

Na primeira etapa, foi construído o tanque séptico, para receber os dejetos provenientes dos banheiros (águas negras). O tanque séptico foi escavado mecanicamente no solo, por meio de retroescavadeira, e construído em alvenaria, com revestimento impermeabilizante para evitar infiltrações, observando a norma NBR 7229 de 1993 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Esta norma se refere à projeção, construção e operação de sistema de tanques sépticos. De acordo com a ABNT (1993) “tanque séptico é uma unidade de formato cilíndrico, prismático ou retangular, de fluxo horizontal, para o tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão”. No tanque séptico ocorre a remoção de sólidos em suspensão sedimentáveis e sólidos flutuantes e uma parcela da matéria orgânica em suspensão contida no esgoto fica retida nessa etapa do tratamento. É neste ambiente que ocorre a sedimentação e digestão, onde se realiza o tratamento primário das águas servidas.

Portanto, para o tanque construído na CTR, foi utilizado o seguinte dimensionamento: 5,00 x 1,50 x 1,50 m (11,25 m3), sendo projetado para receber contribuição diária de 3.000 a 4.500 litros e tempo de detenção do afluente de 0,83 dias ou 20 horas, considerando 30 o número de pessoas e mais os visitantes. Sobre o tanque

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

séptico foi confeccionada uma tampa em alvenaria de 0,30m x 0,30m para coletar amostras de efluentes e para limpeza do sistema por equipamentos de auto fossas.

Para a localização do tanque séptico no terreno, considerou-se a literatura de Witkovski e Vidal (2009), que afirmam ser importante que estes tanques não sejam muito próximos as moradias, pois pode vir a causar odor desagradável, e nem muito longe, com intuito de minimizar o custo com tubulações para transportar os despejos. É importante instalar uma tubulação de alívio de gases e que a sua construção seja no nível mais baixo do terreno e longe de qualquer fonte de captação de água, para evitar possíveis contaminações. No caso da CTR, o tanque séptico foi construído a 40 metros do refeitório e 70 metros do alojamento.

O efluente de saída do tanque séptico precisa ser encaminhado para um pós-tratamento, ou unidade de disposição, uma vez que esse efluente ainda apresenta elevado teor de matéria orgânica solúvel (que não sedimenta) e de organismos patogênicos (WITKOVSKI e VIDAL, 2009).

A CONSTRUÇÃO DA BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO – BET

A Bacia e Evapotranspiração (BET) construída na CTR foi implantada em uma área livre da presença de árvores ou construções próximas, para receber o máximo de radiação solar, aumentando a eficiência no processo de evapotranspiração realizada pela vegetação plantada na superfície, além disso, seu posicionamento foi projetado a facilitar o recebimento dos efluentes do tanque séptico. Ela foi escavada mecanicamente no solo, por meio de uma retroescavadeira, e seu dimensionamento foi considerado 2m³ de tanque por usuário, considerando-se pacientes, funcionários e visitantes.

A forma comum de dimensionar a bacia é de 2m de largura e 1m de profundidade, com comprimento variável, de acordo com o número de usuários. Baseando-se na capacidade da CTR, considerando as 30 pessoas e mais os visitantes nos fins de semana, realizou-se o dimensionamento e a construção do sistema BET com capacidade de 86,7m3 (8,5 x 8,5 x 1,20m), suficiente para suportar o acréscimo em até 40 visitantes, sem interferir na eficiência do sistema, visto que a maioria não permanece mais do que 5 horas na visitação.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Como revestimento de impermeabilização da BET, foi utilizada a geomembrana de polietileno de alta densidade (PEAD) de 0,8mm, com a finalidade de evitar contaminação do solo por infiltração de efluente. O fundo da geomembrana foi preparado para receber o restante dos elementos do sistema e para isso foi utilizada uma camada de 0,10m de areia grossa, evitando perfurações na geomembrana.

Feita a preparação do fundo, na estrutura interna da BET, foram utilizados alguns materiais considerados de descarte, como pneus usados (de automóveis) e entulhos, focando na sustentabilidade ambiental. Foram utilizados 74 pneus, encaixados em pé e dispostos em duas linhas paralelas e centrais por todo o comprimento da BET, formando duas câmaras. As laterais entre as linhas de pneus e a parede da BET foram preenchidas com material filtrante: 60 cm de entulhos de construção. Na sequência foi instalada uma manta geotêxtil (Bidim) para evitar que a pedra brita e areia migrassem para o fundo da BET. Sobre a manta foi disposta uma camada de 30 cm de pedra brita no 2, seguida por uma camada de 20 cm areia grossa. Por último, uma camada de 10 cm de terra para o plantio da vegetação.

O efluente proveniente do tanque séptico entra no sistema através de uma tubulação de 100 mm, conectada na tubulação de pneus, onde ocorre a distribuição lateral para a área preenchida com entulhos, pedra brita e areia, local em que os microrganismos realizarão a transformação do material. Na entrada das duas tubulações foram instalados pontos de monitoramento com canos de PVC de 100mm, que servem tanto para coleta de efluentes quanto para verificar o nível no interior do sistema. O nível do efluente no interior da BET foi realizado com uma régua rústica, confeccionada em cabo de vassoura e graduada de cinco em cinco centímetros (Figuras 3a, 3b, 3c, 3d, 3e, 3f).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Figura 3a – Geomembrana e preparo comareia grossa para receber o entulho.

Figura 3b – Instalação dos pneus formando câmaras de recebimento de efluentes.

Figura 3 c – Distribuição da brita sobre a manta geotêxtil. Detalhe para as tubulações.

Figura 3d – Distribuição da areia grossa sobre a pedra brita.

Figura 3e – Bacia de evapotranspiração concluída e camada de solo sobre a areia.

Figura 3f – Plantio de bananeiras no interior do sistema BET.

Figura 3: Sistema bacia de evapotranspiração da CTR.

Fonte: Os autores (2019)

As plantas são parte fundamental do sistema e deve ser dada preferência a espécies de crescimento rápido e alta demanda por água (GALBIATI, 2009; ALCOCER et al., 2015). Dentre as espécies mais recomendadas por Pamplona e Venturi (2004) estão:

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

banana (Musa sp), mamão (Carica papaya), inhame (Dioscorea spp) e taioba (Xanthosoma sagittifolium). Além dessas, outras alimentares e ornamentais também podem ser utilizadas (FIGUEIREDO et al., 2019). Galbiati (2009), cita que as espécies adaptadas para a funcionalidade destes sistemas são as bananeiras (Musa sp), espalhadas ao centro da bacia, e taiobas (Xanthosoma sagittifolium) para o tratamento de águas cinzas. No sistema implantado na CTR, foi introduzida a bananeira da espécie Musa cavendishii, que por meio de suas raízes absorvem a umidade excedente do sistema. Além de serem frutíferas, são plantas de crescimento rápido, com alto poder de evapotranspiração e absorvem parte dos nutrientes disponíveis na BET para seu desenvolvimento.

CAIXA DE GORDURA

Águas cinzas são os efluentes domésticos que não possuem contribuição da bacia sanitária, ou seja, os efluentes gerados pelo uso residencial de chuveiros, lavatórios, máquinas de lavar roupas e pia de cozinha. Para uma boa eficiência no tratamento das águas cinzas, recomenda-se a construção da caixa de gordura para tratamento preliminar. Esta é definida como uma caixa destinada a reter, na sua parte superior, as gorduras, graxas e óleos contidos no esgoto. Formam-se assim, camadas que devem ser removidas periodicamente, evitando que estes componentes escoem livremente pela rede, obstruindo a mesma, conforme disposto na norma NBR 8160 de 1999 da ABNT. Esta norma estabelece ainda o dimensionamento desta caixa para cada imóvel, ou seja, para residências com até duas pias, a caixa precisa ter capacidade mínima para 18 litros. Para a caixa de gordura construída na CTR, foi considerado o dimensionamento utilizado em restaurantes, hospitais e quartéis. Foi construída em alvenaria e dimensionada para reter 80 litros, com localização próxima a BET que recebe o efluente passado pela caixa de gordura (Figura 4).

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Figura 4: Caixa de gordura em alvenaria.

Fonte: os autores (2019)

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A bacia de evapotranspiração entrou em operação em agosto de 2019 e nos 12 meses de acompanhamento do sistema não houve entupimentos, proliferação de odores e de vetores ou extravasamentos, indicando que o dimensionamento adotado para o tanque séptico e BET foi apropriado. Por meio da análise do nível do efluente no interior da BET, foi possível constatar que não ocorreram vazamentos decorrentes de problemas construtivos. O vazamento em BET's é um problema comum, sendo a construção correta do tanque séptico e a sua impermeabilização, os passos mais importantes na execução do sistema. A geomembrana de polietileno de alta densidade empregado no sistema da CTR. É o geossintético mais utilizado, no que condiz a obras que exijam a capacidade de prevenir ou bloquear a migração de fluidos, sejam eles líquidos ou gases, para fora ou para dentro de um sistema (VERTEMATTI, 2004). A partir deste sucesso da BET instalada na CTR, foi possível analisar que realmente as geomembranas suportam esforços decorrentes do peso estocado, esforços por dilatação térmica e efeitos de recalques ou movimentação provocada por entulho de construção, brita e areia, utilizadas na construção da BET.

As plantas utilizadas sobre o sistema estão atuando eficientemente e pode-se dizer que as bananeiras e taiobas se desenvolveram com normalidade, sugerindo que as suas

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

condições nutricionais e hídricas foram satisfatórias. De acordo com Figueiredo et al (2019) um fator importante na estabilidade do nível da fase líquida é a taxa de evapotranspiração das plantas dentro do sistema. A quantidade de água que a bananeira necessita diariamente depende da integração de diferentes fatores, tais como sua fase fenológica, as variáveis físicas da cultura e as condições do ambiente (COELHO et al., 2012), mas o consumo de água em plantas adultas é considerado elevado e constante (BASSOI et al., 2001). Bassoi et al (2001) avaliaram o consumo de água em bananeiras em diferentes ciclos de produção em Petrolina (PE) e encontraram valores de consumo médio diário que variaram de 27,0 a 36,0 litros por planta.

Os resultados dos quatro parâmetros físico-químicos do efluente final analisados na bacia de evapotranspiração da CTR encontram-se organizados no Quadro 1, sendo possível observar pH básico, permanecendo na faixa considerada ideal, entre 6,0 e 8,3, para os processos de digestão anaeróbia, de acordo com (CHERNICHARO, 2007). O pH de águas de vaso sanitário tem características mais básicas devido à degradação de proteínas e ureia em meio anaeróbio, o que gera uma quantidade substancial de amônia ou íon amônio que, em meio aquoso, passa para forma de hidróxido de amônio (SILVA, FAUSTINO e NOVAES, 2007; SILVA, 2014).

Quadro 1 - Parâmetros físicos e químicos amostrados na bacia de evapotranspiração

Parâmetro	Número de coletas	Ponto de entrada	Ponto de saída	Eficiência (%)
DBO (mg O2 L-1)	2	328,6	43,9	**86,64**
DQO (mg O2 L-1)	2	750,5	72,8	**90,29**
pH	2	7,39	7,10	-
Turbidez (UT)	2	1.213	143	**88,2**

Fonte: Dados da pesquisa

A demanda bioquímica de oxigênio (DBO) apresentou eficiência de 86,64% e seguiu a mesma tendência observada para demanda química de oxigênio (DQO), com desempenho de 90,29%. O valor alcançado pela bacia de evapotranspiração apresenta-se superior ao mínimo de 60% exigido pela Resolução CONAMA 430 (CONAMA, 2011), que rege o padrão de lançamento de efluente tratado em corpos d'água. A mesma resolução indica que o valor máximo de DBO permitido para esse tipo de disposição final é de 120 mg O2 L-1. Em estudos realizados por Ávila (2005), a autora obteve média de 91% na DBO e 70% na DQO em tanques sépticos. Sabei (2015) obteve média de 67,19% de DBO e 71,39 de DQO em trabalhos realizados na Região Metropolitana de Curitiba.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Athaydes e Crispim (2016) obtiveram resultados de 69% para DQO e 78% para DBO em BET's instaladas na zona rural do município de Iretama – Paraná.

O valor de turbidez foi elevado no tanque séptico (ponto de entrada) e relativamente menor na BET (ponto de saída), apresentando 88,2% de eficiência relacionada a filtragem física e ação de microrganismos no seu interior, uma vez que a turbidez da água em bacia de evapotranspiração está diretamente relacionada aos sólidos em suspensão. Possíveis odores têm sua fonte nestes sólidos em suspensão e gases dissolvidos. Pesquisas encontraram valores mais baixos tanto na entrada quanto na saída dos sistemas estudados em comparação ao da CTR (Pires, 2012) e (Galbiati, 2009). Já Figueiredo et al. (2019) apresenta valores mais altos na entrada e menores na saída, com eficiência de 98,3% do sistema.

A construção da BET é viável, pois, além do tratamento de efluente apresenta outras atratividades, quando comparada a outros sistemas (sejam eles convencionais ou não) tais como; reutilização de materiais de construção civil e pneus usados; baixo custo de investimento (em média entre R$ 120,00 a R$ 150,00 o metro quadrado, contabilizando a caixa séptica, BET e caixa de gordura); potencial paisagístico, com possibilidade de plantio de frutíferas sobre a BET, tal como bananeiras, que ao gerar frutos podem ser consumidos pelo ser humano (se feitas as análises parasitológicas necessárias), além de contribuírem sobremaneira para a eficiência do sistema, uma vez que auxiliam na evapotranspiração da água e na retirada de nutrientes presentes no efluente do sistema, sendo desta maneira incorporados à sua biomassa, realizando a reciclagem de água e nutrientes e contribuindo grandemente para a preservação do meio ambiente, com um sistema totalmente impermeável e de alta eficiência na redução de contaminantes, além da eliminação de insetos e odores resultantes dos gases produzidos.

CONCLUSÃO

A falta de saneamento básico ainda é visível nos dias de hoje, o que gera preocupações, pois, está diretamente associado a contaminação do meio ambiente e a saúde humana. A criação de uma rede de tratamento de esgotos é um dos caminhos a percorrer para que se possa amenizar essa situação.

Os resultados obtidos nas primeiras análises de qualidade dos efluentes já

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

demonstram um bom funcionamento e eficiência, mas é importante destacar que eles representam apenas uma análise pontual, sem periodicidade, sendo que para se ter uma avaliação mais precisa da eficiência da BET, será necessária uma sequência de coletas, observando algumas variáveis como: fatores meteorológicos, taxas hidráulicas, variações da carga orgânica. Estes fatores podem afetar diretamente a eficiência do sistema.

A importância do tratamento de esgotos na zona rural é imprescindível para a qualidade ambiental e a preservação da saúde humana. Este trabalho é resultado da implantação de tecnologias alternativas de saneamento ambiental em propriedades rurais para pequenos grupos de pessoas, bem como, para famílias de agricultores. Contudo, para a implantação da BET e obtenção de sua boa eficiência, deve-se considerar alguns aspectos físicos, tais como: topografia do terreno, tipo de solo, níveis de incidência solar. Tais aspectos são fundamentais, tendo em vista que o solo do local tem que ser favorável à compactação, para evitar possíveis deformações ao receber materiais pesados (como entulho, areia, pedra brita e terra) e, além disso, a localização em relação à incidência de luz solar é primordial, pois quanto mais iluminação o sistema receber, maior será o processo de evaporação e evapotranspiração.

Os resultados obtidos com a instalação dos sistemas de tratamento de esgotos modelo Bacia de Evapotranspiração na CTR contribuíram para amenizar o problema da falta de saneamento na zona rural e proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas atendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONIZIO, R. M. Saneamento básico no meio rural: um estudo em assentamento rural no interior do Paraná. (Dissertação) - UTFPR, Campo Mourão, PR. 2017.

ÁVILA, R. O. Avaliação do desempenho de sistemas tanque séptico-filtro anaeróbico com diferentes tipos de meio suporte. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ATHAYDES, T. V. S.; CRISPIM, J. Q. Saneamento rural por meio de estação de tratamento de esgoto por zona de raízes modelo bacia de evapotranspiração (BET) no município de Iretama – Paraná. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – EAIC, 2., 2016 2016, Paranavaí. Anais [...]. Paranavaí. 2016. p. 500. Disponível em:

http://www.fecilcam.br/eventos/index.php/eaic/iieaic/paper/viewFile/4176/1094. Acesso em: 18 nov. 2019.

BASSOI, L. H.; TEIXEIRA, A. H. C.; MOURA E SILVA, E. E.; RAMOS, C. M. C.; TARGINO, E. L.; MAIA, J. L. T.; FERREIRA, M. N. L. Comunicado Técnico 108:

Consumo de água e coeficiente de cultura em bananeira irrigada por microaspersão. EMBRAPA Semiárido. 2001. 4 p.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília: 27/04/1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso: 28 maio 2019.

BRASIL. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Brasília, 5 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso: 28 out. 2019.

CHERNICHARO, C. A. L. Reatores Anaeróbios. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 380 p.

CHERNICHARO, Carlos. A. de L.; BORGES, Jorge M. Metodologia utilizada durante a partida de um reator UASB de 477 m3 tratando esgotos tipicamente domésticos. In: CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 25., 1996. Anais [...]. México, DF, 1996.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa Solos. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2a edição. Brasília, 2006.

FIGUEIREDO, Isabel Campos Salles; SANTOS, Barbara; TONETTI, Adriano Luiz. Tratamento de esgoto rural: fossa verde e círculo de bananeiras. Campinas, SP: UNICAMP, 2018.

FIGUEIREDO, Isabel Campos Salles; BARBOSA, Ariane Corrêa; MIYAZAKI, Caroline Kimie; SCHNEIDER, Jerusa; COASACA, Raúl Lima; MAGALHÃES, Taína Martins; TONETTI, Adriano Luiz. Bacia de Evapotranspiração (BET): uma forma segura e ecológica de tratar o esgoto de vaso sanitário. Revista DAE. São Paulo, n. 220, v. 67, 2019.

GALBIATI, A. F. Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

GUIMARÃES, J. R.; NOUR, E. A. A. Tratando nossos esgotos: processos que imitam a natureza. Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola. 2001. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/cadernos/01/esgotos.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

LEMES, J. L. V. B. et al. Tratamento de esgoto por meio de zona de raízes em comunidade rural. 2008. Disponível em: https://sitiocurupira.files.wordpress.com/2014/06/zona-de-raizes.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

PAMPLONA, S.; VENTURI, M. Esgoto à flor da terra: sistema de evapotranspiração é solução simples, acessível e sustentável. Permacultura Brasil, Soluções ecológicas, ano 6, n. 16, 2004.

PIRES, F.J. Construção participativa de sistemas de tratamento de esgoto doméstico no Assentamento Rural Olga Benário- MG. 2012, 118 f. Dissertação (Mestrado em Geotécnica e Saneamento ambiental) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2012.

SABEI, T. R. Educação ambiental não formal voltada para o saneamento ambiental na comunidade rural Colônia Mergulhão, São José dos Pinhais – PR. Dissertação de Mestrado. UTFPR. Curitiba, 2015.

SANTOS, B. S.; CRISPIM, J. Q. Monitoramento de estações de tratamento de esgotos por zona de raízes instaladas no município de Campo Mourão - PR. In: Encontro Anual de Produção Cientifica e tecnológica. Anais [...], 2013. Campo Mourão. Campo Mourão, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CET/GEOGRAFIA/Srutkowiskitrabalhocompleto.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

SILVA, W. T. L. DA; FAUSTINO, A. S.; NOVAES, A. P. DE. Documentos 34: Eficiência

do processo de biodigestão em fossa séptica biodigestora inoculada com esterco de ovino. São Carlos, SP: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 20 p. 2007.

TEIXEIRA, J. B. Saneamento rural no Brasil: perspectivas. Cadernos temáticos. (v. 7). Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

VERTEMATTI, J. C. Manual Brasileiro de Geossintéticos. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2004. 428 p.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

VIEL, R. Estudo do funcionamento da Estação de Tratamento de Esgotos do Campus da Fundação Oswaldo Cruz. 1994. 54 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 1994.

WITKOVSKI, A.; SOUSAVIDAL, C. M. de S. Proposição de um Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário Constituído de Tanque Séptico Seguido de Zona de Raízes para Ser Implementado em Pequenas Comunidades Rurais. Revista Eletrônica Lato Sensu– UNICENTRO, v. 1, p. 1-10. 2009.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 26 - DOI:10.55232/1082027.26

BARREIRAS UM VALE PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL: DA REALIDADE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÕES TENOLÓGICAS

José Marques Batista de Castro, Manuela Araújo Maia, Neila Barbosa Osório, Luiz Sinésio Neto, Marileide Carvalho de Souza, Marlon Santos de Oliveira Brito, Ludmila Franco e Núbia Pereira Brito Oliveira

INTRODUÇÃO: O Município de Barreiras é historicamente reconhecido pelo agronegócio pujante, contudo, é visível a dicotomia entre a agricultura empresarial do cerrado e da agricultura familiar, localizada na região do vale. Esta última, caracterizada por empreendedores rurais familiares com baixa taxa de escolaridade, baixos índices de renda e um sistema produtivo ainda aquém do potencial existente na região, pautado nos cultivos sazonais quase que exclusivamente direcionados para o consumo próprio. Diante deste cenário, o Projeto Barreiras: um Vale Produtivo surge a partir da construção do Plano Plurianual - PPA 2018-2021, e, a partir de oficinas públicas que enfatizaram a necessidade de potencializar e empoderar empreendedores rurais do município realizou ações estruturadas e direcionadas para melhorias e inovações dos processos produtivos, verticalização da produção, expansão de canais de comercialização, turismo de vivência e experiência. Construído e Desenvolvido pelas Secretarias Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o projeto Barreiras: um vale produtivo e sustentável, com objetivo de fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, mediando o acesso ao conhecimento e inovações tecnológicas, promove a formação de agentes de desenvolvimento e assegura parcerias que busca garantir sustentabilidade ao processo socioprodutivo do meio rural. METODOLOGIA: O presente projeto trata-se de uma pesquisa de campo e bibliográfica baseada em eixos estruturados em princípios da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, com ações voltadas à competitividade e a rentabilidade das principais cadeias produtivas e da viabilização de insumos e materiais para produtores cadastrados e assistidos pelo respectivo programa; Sustentabilidade Ambiental, com ações voltadas para a promoção da proteção, preservação e conservação dos recursos naturais de forma sustentável; Formação Continuada de Agentes de Desenvolvimento com ações de integração da ATER, com preservação ambiental e conhecimento científico; E do Fortalecimento da Verticalização e Comercialização de produtores oriundos da agricultura familiar. Dentre os resultados alcançados no eixo da ATER, o projeto beneficiou 3.300 agricultores familiares na região de vale, no município de Barreiras, ressalta-se o acompanhamento técnico de culturas e pequenas criações, análise de solo, recomendação de calagem e adubação, preparo de solo (calagem e adubação), distribuição de materiais e insumos por meio de parcerias público-privada. No eixo de Sustentabilidade Ambiental o projeto beneficiou 172 propriedades rurais com ações de recuperação e preservação de 32 nascentes, construção de barraginhas, desassoreamento de rios e recuperação de mata ciliar. No eixo de formação continuada foram capacitados mais de 1.500 empreendedores rurais e profissionais

ligados ao meio rural. No eixo de fortalecimento da comercialização, 1500 empreendedores foram beneficiados diretamente com a verticalização da produção (implementação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM), criação de novas oportunidades de negócio (Páscoa no Parque, Arraiá do Vale Produtivo, Feirinha Zé Buriti), editais de chamadas públicas e revitalização do Centro de Abastecimento. CONCLUSÃO: O Projeto contemplou os eixos de produtividade, sustentabilidade e inovação e tecnológica, redimensionando o desenvolvimento da agricultura rural, ampliando o empreendedorismo e alavancou significativamente a partir das ações, o cenário econômico na zona rural da região oeste da Bahia.

Palavras-chave: Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica.

Referências Bibliográficas:

Programa Vale Produtivo garante assistência técnica a 500 famílias e aumento da produção no campo, em Barreiras. Prefeitura Municipal de Barreiras, 2018. Disponível em: https://barreiras.ba.gov.br/programa-vale-produtivo-garante-assistencia-tecnica-a-500-familias-e-aumento-da-producao-no-campo-em-barreiras/

BRASIL, Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Governo Federal, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater

Capítulo 27 - DOI:10.55232/1082027.27

O PODER LEGISLATIVO EM IBIRITÉ E O SEU PAPEL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo Cesar De Souza

O Poder Legislativo de Ibirité é representado pela Câmara Municipal composta por quinze membros, escolhidos pelos eleitores, devidamente regularizados, perante à Justiça Eleitoral, por meio de duas zonas, 288 e 351, bem como, as seções eleitorais de Ibirité. Conforme artigo 18 da Constituição da República de 1988, o Município possui plena autonomia político-administrativa, bem como, a independência e a harmonia dos poderes entre Legislativo e Executivo na esfera municipal. Nesse sentido, ensina Bernardo Gonçalves Fernandes (2021, p. 1341) no caso do Poder Legislativo, são típicas a função de legislar As redações dos artigos 59 a 69 da CR/88, descreve a função legislativa e suas variadas possibilidades. A Câmara Municipal de Ibirité possui um papel fundamental na fiscalização e acompanhamento da implementação de políticas públicas pelo Poder Executivo. Em 2021, foi aprovada pela Casa Legislativa e sancionada pelo prefeito a Lei n° 2.299/2021 que proíbe a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário sem a devida comprovação de prestação do serviço no município de Ibirité. A redação do parágrafo segundo do artigo quarto da lei estabelece em possível omissão, o órgão de proteção e defesa do consumidor (PROCON) acionar o representante do Ministério Público para notificar a prestadora de serviço. Os moradores de diversos bairros reclamaram junto aos vereadores que estavam realizando pagamento de fatura sem possuir o serviço. A doutrina majoritária compreende que a confusão na atuação de agentes públicos em diferentes poderes causa embaraço na população, ou seja, não cabe ao membro do legislativo realizar o papel do gestor público, sendo que o legislador estabeleceu os limites de suas competências. Para Maria Sylvia Zanella di Prieto (2020, p. 1512) o Poder Legislativo atua no exercício da soberania, podendo alterar, revogar, criar ou extinguir situações, sem qualquer limitação que não decorre da própria Carta Magna. Percebe-se o papel importante do legislativo por ser um poder autônomo, capaz de contribuir na implementação de políticas públicas, não apenas aprovando leis de interesse coletivo mas, fiscalizando a atuação do Poder Executivo Municipal. Conforme Gilmar Mendes (2020, p. 1248) o poder regulamentar não deriva de delegação legislativa, sendo assim, não é o Poder Legislativo que dá instruções normativas ao Poder Executivo. Assim, legislar e regulamentar leis são funções que o constituinte pôs em normas e competências de um e outro poder. Nessa senda, o Poder Legislativo não se resume apenas em fiscalizar o Poder Executivo local, além de suas funções típicas, segundo Bernardo Gonçalves Fernandes (2021, p. 1342) o Poder Legislativo também exerce funções atípicas, não tradicionais e que não seria de sua alçada mas, sim da competência dos outros poderes, as funções administrativas. Uma das principais maneiras do Legislativo local contribuir na implementação de políticas públicas passa pela presidência em possibilitar juntamente com os representantes das respectivas comissões convidar especialistas relacionados aos projetos de leis submetidos.

Palavras-chave: Executivo, Ibirité, Legislativo

Referências Bibliográficas:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional - 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

IBIRITÉ. Câmara Municipal. Lei n° 2.299, de 27 de maio de 2021. Disponível em < https://www.camaraibirite.mg.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes/materia/984 > Acesso em 11 de maio de 2022.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 15. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

Capítulo 28 - DOI:10.55232/1082027.28

GESTÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Paulo Cesar De Souza

Em 2000, foi aprovada a Lei Complementar n° 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em que estabelece regras de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Um dos objetivos passa pela integração do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com metas anuais, apontando valores relativos a receitas, despesas, resultados e montante da dívida pública. Diz Gilmar Mendes (2020, p. 2118) a Carta Magna previu a edição de lei complementar para dispor sobre finanças públicas (art 163,I) e a aplicabilidade sobre normas gerais da LRF à União, aos Estados e Municípios têm escopo e abrangência diversos e específicos. Conforme Alexandre Mazza (2021, p. 1726) a finalidade foi regulamentar a redação do artigo 163 da Constituição da República de 1988, destacando: finanças públicas; dívida pública interna e externa. Um ponto relevante da LRF é a sua localização, fixando normas gerais sobre finanças públicas, sendo obrigatório para União, os Estados, os Municípios e Distrito Federal. No município de Ibirité/MG, a Lei n° 2.294, de 16 de Dezembro de 2020, estimou as receitas e fixou as despesas do orçamento fiscal do Município de Ibirité para o exercício de 2021. Aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito, a lei estabeleceu receitas e fixou receitas de R$ 416.155.018,12 (quatrocentos e dezesseis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, dezoito reais e doze centavos). Na redação do artigo sexto, autorizou o Poder Executivo municipal a realizar operações de créditos por antecipação da receita por meio de contratos até o limite em lei específica. Assim, o gestor público não pode gastar acima do estabelecido por imposição da lei. Como se pode depreender, a designação Poder Executivo acaba por descrever, de forma acanhada, as funções desempenhadas, transcendem a mera execução da lei. Ensina Bernardo Gonçalves Fernandes (2021, p.1537) o Poder Executivo é o órgão em que se organiza as funções de cunho executivo. Tem como função a execução de políticas públicas, gerenciamento, fomento e desenvolvimento da máquina administrativa. Para Gilmar Mendes (2020, p. 1389) a atuação do Poder Executivo não tem força criadora autônoma, nem parece dotada de condições para inovar decisivamente na ordem jurídica, uma vez que se cuida de atividades, que estão reguladas na ordem jurídica. No artigo oitavo da Lei n° 2.294/2020, permite ao município de Ibirité realizar as medidas adequadas para tornar possível o realinhamento de recursos e a reclassificação das receitas e despesas por fatores conjunturais e a imprevisibilidade.

Palavras-chave: Executivo, Ibirité, Lei

Referências Bibliográficas:

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional - 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

IBIRITÉ. Lei Municipal n° 2.294, de 16 de dezembro de 2020. Disponível em < https://www.camaraibirite.mg.gov.br/docs/legislacao/LEI_2294.pdf > acesso em 11 de maio de 2022.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 15. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 29 - DOI:10.55232/1082027.29

O DECRETO PRESIDENCIAL E A AÇÃO PENAL 1044/DF

Paulo Cesar De Souza

O pleno do Supremo Tribunal Federal julgou em 20 de abril de 2022, a ação penal 1044/DF, demanda oferecida pelo Ministério Público Federal em desfavor de Daniel Lucio da Silveira, deputado federal (PTB/RJ). As acusações elencadas nos inquéritos 4.781/DF e 4.874/DF foram pontos de debates entre órgãos de imprensa e juristas por envolver a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar. Conhecido por suas declarações polêmicas, Daniel Silveira realizou diversos comentários na internet com afronta aos ministros da Suprema Corte. Compreende a literatura que os deputados e senadores, por mais desrespeitosos que sejam, em seus posicionamentos são invioláveis na seara cível e penal, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. A benesse constitucional não se resume em privilégio conferido a quem esteja no exercício do mandato, na verdade, ele objetiva assegurar o pleno desempenho da atividade e prevenir ameaças ao funcionamento do legislativo. Com as modificações da Emenda Constitucional n° 35/2001, os senadores e deputados poderão ser processados independentemente de qualquer deliberação da Câmara dos Deputados ou Senado Federal. A imunidade parlamentar tem sido discutida por inúmeros juristas. O ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal 1044/DF votou pela condenação a oito anos e nove meses de prisão, em regime fechado, perda do mandato e suspensão dos direitos políticos e aplicação de multa. Em seu voto, o ministro apontou que as condutas demonstradas no processo não poderiam ser tratadas como frase jocosa. No voto divergente, o Ministro Nunes Marques compreendeu que o deputado não cometeu crime, disse que a manifestação nas redes sociais, apesar de grosseiras, não eram suficientes para caracterizar ilícito penal. Um dia após a condenação na ação penal 1044/DF, o Presidente da República concedeu graça ao deputado Daniel Silveira. Ocorre que o ato administrativo criou um imbróglio entre juristas. Para alguns pareceristas, o decreto presidencial é prerrogativa do chefe do executivo e o seu descumprimento, em tese, seria inconstitucional. Para outros, o cumprimento do decreto abarca apenas na seara do direito penal, não se aplica no direito eleitoral. Ensina o professor Bernardo Gonçalves Fernandes (2021, p. 1124) a capacidade eleitoral trata-se de suspensão de direitos políticos, não podendo, portanto, o candidato votar e ser votado. O ministro Alexandre de Moraes, no corpo do voto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.874, de relatoria do Ministro Roberto Barroso, discorre que a discricionariedade encontra-se limitada às vedações no texto constitucional, como ocorre nos crimes hediondos afastando as hipóteses do indulto ou graça, inclusive nos crimes contra a humanidade diante de compromissos pactuados pelo Brasil por meio de acordos e tratados internacionais. Outro instituto relevante é a anistia que se dá por meio de lei ordinária, isto é, deve passar pelo Congresso Nacional, está ligada a fatos e têm cunho político. Nessa senda, concedida a anistia, seu efeito apaga todos os efeitos penais, “ex tunc”. O indulto e a graça, são institutos de competência do Presidente da República. Apesar da redação do artigo 84 da CF/88 não ser clara a menção do indulto, a literatura e

juristas pareceristas entendem que o indulto é concedido de maneira coletiva, como exemplo temos o indulto coletivo de natal. Já a graça é concedida de maneira individual.

Palavras-chave: Deputado, Ministro, Presidente

Referências Bibliográficas:

BARCELLOS, Ana Paula de. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AP 1044/DF. Ministro Relator Alexandre de Moraes. ATA Nº 10, de 20.04.2022. DJE nº 81, divulgado em 28/04/2022

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional - 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

Capítulo 30 - DOI:10.55232/1082027.30

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BAIRROS ADJACENTES DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA-CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA

Bruno Zimmer Wendt

A implantação do campus do Instituto Federal em Uruguaiana é algo recente. Com isso, sabemos quem são nossos vizinhos? O que fazem, no que trabalham, onde estudam? Qual é a sua situação de vida? Qual é a sua história de vida? O que almejam para o lugar onde vivem? Estas são algumas das perguntas que o presente projeto de pesquisa veio a sanar. Tal projeto objetivou mapear a atual situação dos componentes das residências circunvizinhas ao IFFar, levando em consideração aspectos como renda, estudo, trabalho, saneamento, luz, entre outros, vislumbrando a possibilidade de estudo futuro destes na instituição. Foram distribuídos questionários às agentes de saúde dos ESFs para que estas convidassem as pessoas que procuravam atendimento nas unidades a responder e contribuir com a pesquisa. Alunos residentes nos bairros incluídos pela pesquisa eram convidados a levar o questionário para casa e trazê-lo de volta respondido. Foram mapeadas no total 811 pessoas, dispostas em 195 questionários, o que representa uma média de 4,16 componentes por domicílio. Das 811, 137 são pais (representante masculino da casa), 187 são mães (representante feminino da casa), 372 são filhos e 115 encaixam-se no segmento de "outros componentes". Entre os pais, a média de idade aferida foi de 48 anos. As profissões com maiores menções foram as de pedreiro, motorista/caminhoneiro e serviços gerais. 43,8% possuem como grau de instrução ensino fundamental incompleto e 58,39% são brancos. Cerca de 2% apenas são estudantes. Entre as mães, a média de idade é de 42 anos. As profissões mais citadas foram as de "do lar", doméstica e aposentada. O grau de instrução preponderante é o ensino fundamental incompleto, representando uma parcela de 34,22% entre elas. 48,13% são brancas e apenas uma a cada dez é estudante, aproximadamente. Os filhos estão presentes em 163 dos 195 domicílios averiguados, o que representa uma média de 2,28 filhos por casa em que estão presentes. Com uma média de idade de 16,5 anos, cerca de 58% destes encontram-se estudando. 38,17% possuem ensino fundamental incompleto e 56,18% são brancos. Outros componentes, segmento representado preponderantemente por avós, netos e irmãos, é responsável por apenas 14,18% do total dos componentes, ficando a maior parcela distribuída entre os segmentos anteriormente citados. A pesquisa contou com uma amostra de 811 pessoas de uma população de 25.000. O erro amostral é de 3,5% e o nível de confiança de 95%. O presente trabalho passou pela aprovação do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) do IFFar.

Palavras-chave: Mapeamento, Renda, Estatística.

Referências Bibliográficas:

FEE. Perfil socioeconômico de Uruguaiana. Disponível em: . Acesso em 5. Jul. 2017.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. 2007. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo:Atlas. ISBN 85-224-4015-8.

GOOGLE MAPS. Uruguaiana. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2017.

Capítulo 31 - DOI:10.55232/1082027.31

ASPECTOS SOBRE O ENSINO E OS PAPÉIS DOS SEUS AGENTES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Wanessa da Silva Paz

A educação é um dos processos que mais valoriza a independência do sujeito e a sua participação na sociedade em que vive, principalmente por direcioná-lo para alcançar o pleno gozo de seus direitos e deveres na contemporaneidade. Conforme SCHMIED-KOWARZIK (1988) e considerando o ensino em sala de aula, a conjuntura supracitada se mostra de grande valia para a construção de uma sociedade sapiente, que se edifica com base no respeito às diferenças, no amor ao aprendizado, na vontade de conhecer e transformar a realidade, bem como olhar criticamente para ela de modo a proporcionar cada vez mais melhorias em quaisquer esferas. Sendo assim, observa-se no contexto educacional que existem processos positivos como o de inclusão, com a valorização das diferenças e promoção da igualdade de condições realizadas pelos professores, mas também negativos que devem ser considerados e, consequentemente, combatidos, como os processos de exclusão que ocorrem entre os próprios alunos. Dessa forma, pode-se notabilizar tanto a relevância do ato de ensinar, quanto o papel do professor enquanto mediador entre o aluno e o conhecimento cientifico como principais ideias enfatizadas. Partindo dessa premissa, é valido destacar que este primeiro aspecto na sala de aula se faz presente e necessário principalmente para que o aluno não se sinta uma máquina reprodutora de conteúdos, tampouco um depósito de assuntos. Dessa maneira, o segundo ponto se faz relevante para evitar a intensificação de pré-conceitos em relação ao papel do professor, que tradicionalmente se caracteriza pela rigidez e superioridade. Analogamente, também é possível mencionar que é de suma relevância os saberes profissionais serem destacados, os quais surgem principalmente mediante conversa com o professor, a título de amostra. Na prática, de acordo com Freire e Nogueira (1989), esse diálogo se dá principalmente por meio do contato e relato de experiências, ação essa que gera construção/intensificação de valores e traz novos sentidos para ideias anteriormente pensadas, como os direitos humanos, sua extensão, a ética pessoal e profissional, a função social da escola, a liberdade, tolerância e intolerância que são tão importantes para a formação inicial, pois são fenômenos que perpassam os muros da instituição de ensino, capazes de transformar o indivíduo e, consequentemente, a sociedade. Seguindo o pensamento de Fillos e Marcon (2011), vale salientar que escutar a opinião de quem está aprendendo é válido, mas fica claro que isso deve ocorrer com atenção, principalmente quando todos os holofotes não estão centrados no aluno, pois são nesses momentos que os mais diversos assuntos são comentados, questões essas que podem ser notadas nos corredores da escola, por exemplo. De maneira análoga existem esses momentos entre os professores, nos quais estes profissionais compartilham experiências, metodologias, entre outras questões que aliviam tensões e medos de modo a criar uma rede de apoio, a qual se faz tão válida para que a dimensão humana do profissional não seja esquecida ou meramente desconsiderada. Conclui-se então que a harmonia entre os agentes em questão é bastante relevante para que o estudante se sinta sujeito de seu processo de ensino, fato este que

favorece ainda mais a sua aprendizagem, a qual também se mostra muito relevante quando significativa, pois possui o poder de desenvolver todas as capacidades daquele que aprende o que é ensinado; e para que o professor consiga facilitar a compreensão da dinâmica da aula, bem como compreender a importância da paciência, repetição, se necessário, clareza nos objetivos e nos métodos a serem utilizados, além de ampliar a visão sobre diversos outros aspectos pedagógicos, tais como a promoção da empatia e a construção de uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: educação. ensino. aprendizagem.

Referências Bibliográficas:

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense; 1988.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria prática em educação popular. Petrópolis: Editora Vozes; 1989.

FILLOS, L. M.; MARCON, L. C. J. Estágio supervisionado em matemática: Significados e saberes sobre a profissão docente. In: X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. 2011.

Capítulo 32 - DOI:10.55232/1082027.32

ANÁLISE LÉXICA DAS FALAS DOS PARTICIPANTES DO PAA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ EM 2020.

Francisca do Nascimento Lima, Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Este texto se origina do capítulo 3 da monografia de Lima (2022) e objetiva analisar a percepção dos participantes do PAA, através de suas falas acerca das contribuições do programa no contexto socioeconômico no município de Quixelô em 2020. As análises ocorreram por análise léxica de textos gerados por entrevistas, através do software Iramuteq, portanto com análise estatística dos dados. Estabelecendo-se como recorte, aqueles sujeitos participantes do segundo edital de credenciamento e seleção de produtores locais sob número 004/2020. Dos 25 agricultores familiares selecionados, 20 participaram da pesquisa, dos demais um está morando em outra cidade, duas pessoas estavam em isolamento pela COVID-19, outro não quis fazer a entrevista e outro estava viajando para tratamento de doença. O PAA é uma ação para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres, tendo atuação direta sobre a segurança alimentar e nutricional. O corpus geral analisado, constituído por vinte textos, se desmembrou em 531 segmentos de texto (ST). Desse corpus emergiram 18.408 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2.018 palavras distintas e 956 com uma única ocorrência. Os resultados da análise, são: dentre as palavras mais citadas, destacam-se programa, produto, produzir, PAA, vender, entregar, comprar, governo, trabalhar; outro aspecto identificado na nuvem de palavras é a ligação das palavras “produto”, “programa” e “produzir”. Entendeu-se que o programa estimula o agricultor a produzir, comprando os produtos diretamente da agricultura familiar; verifica-se que o corpus tem na palavra “programa” a sua centralidade e, em termos numéricos é a palavra mais citada. Significando que o PAA proporcionou maior realização às famílias agricultoras, por demonstração de satisfação na melhoria de renda, valorização dos produtos, melhoria no bem-estar familiar; quando analisado os agrupamentos das falas, os resultados demonstram a divisão em 4 classes. Na principal, correspondendo a 29,3%, a centralidade está nos produtos comercializados por meio do PAA. Apontam os principais produtos comercializados: mel, alface, cheiro verde, melancia, frutas. Bem como, produtos derivados da industrialização da agricultura, fubá de milho, biscoitos e bolo. Que os alimentos adquiridos pelo programa são importantes na composição saudável alimentar, com maior diversidade de alimentos (frutas e legumes), influenciando na criação de novos hábitos alimentares. Bem como sobre o estímulo à produção pelo PAA, relatando aumento na área de produção, diversificação, quantidade, qualidade do produto; o segundo agrupamento de maior destaque, responsável por 26,8% das falas, centraliza que o PAA proporciona um contexto de mudanças em suas estratégias, estimula, fortalece e promove a integração dos agricultores familiares na sociedade, antes ignorada pelos

governos municipal, estadual e federal (corroborando com SANTANA, 2013); o terceiro agrupamento, responsável por 27,5%, trata da produção e suas diversidades no processo de plantio/colheita, incentivo dos agricultores a aumentarem suas plantações em busca de alimentos naturais e com maior qualidade, livres de agrotóxicos; o quarto agrupamento, 16,4%, notabiliza que o PAA contribuiu para mudança na vida dos agricultores familiares, visto que ao entrar no programa o agricultor passou a investir mais em sua produção, aumentando assim a quantidade produzida. O programa possibilitou aos agricultores a garantia de vendas de seus produtos já que antes não tinha a quem os vendê-los; em relação ao impacto do programa sobre a renda, os sujeitos da pesquisa apontaram que o PAA é um complemento de renda. Destarte, resultados mostram que o PAA afetou o crescimento da renda, promoveu a inclusão social e melhorou a qualidade de vida permanente da população do meio rural. A análise do impacto do programa na qualidade de vida dos participantes mostra que os agricultores familiares entrevistados desenvolveram um conceito de melhoria de renda, qualidade de vida e uma alimentação saudável.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos, Análise Léxica, PAA

Referências Bibliográficas:

LIMA, Francisca Nascimento. O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA VISÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ-CE CONTEMPLADOS NO ANO DE 2020. Orientação: Araujo, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus Iguatu, Ceará. (Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas), Iguatu-Ceará, 2022.

SANTANA, L. S. L.; LIMA, F. A. X. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. Revista de Extensão e Estudos Rurais (REVER), Viçosa, V. 7, N. 1, p. 311-336, JAN-JUN, 2018.Disponível em:< http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35373/1/2018_art_lslsantana.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

Capítulo 33 - DOI:10.55232/1082027.33

PERFIL SOCIOECONÔMICO E PRODUÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ.

Francisca do Nascimento Lima, Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Este texto se origina do segundo capítulo da monografia de Lima (2022) e objetiva caracterizar o perfil socioeconômico e produção dos participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Quixelô/CE contemplados em 2020. Estabelecendo-se como recorte, aqueles sujeitos participantes do segundo edital de credenciamento e seleção de produtores locais sob número 004/2020. Dos 25 agricultores familiares selecionados, 20 participaram da pesquisa, dos demais um está morando em outra cidade, duas pessoas estavam em isolamento pela COVID-19, outro não quis fazer a entrevista e outro estava viajando para tratamento de doença. O PAA é uma ação para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres, tendo atuação direta sobre a segurança alimentar e nutricional. No Município de Quixelô o Programa atua na modalidade de compra com doação simultânea, no qual os produtores fornecem/vendem os alimentos via PAA, que são destinados a entidades socioassistenciais. Desses agricultores familiares há predominância de sujeitos com: Idade entre 46/64 anos, com 50% do total (sendo entre 46/54, 25% e entre 55/64, 25%); equilíbrio entre gênero masculino e feminino, 50% cada (considerando a relação de idade e sexo, os homens têm idade média de 43.4, enquanto as mulheres têm 38.4 idade média). Ressalta-se, que, a partir de Lima (2019), a agricultura é predominantemente masculina; cor parda (80%), 15% brancas e 5% pretas. No PAA o que são priorizados são mulheres, relacionados a povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas; são casados (50%) ou mantêm união consensual (20%); com ensino médio completo (40%), seguido de ensino fundamental incompleto (20%); em relação à renda, 40% dos sujeitos tem renda familiar média entre R$ 1.826,00 e R$ 3.052,00 (entre esses uma média de R$ 2.408,13). Também se destaca a faixa de renda entre R$ 600,00 e R$ 1.825,00, um total de 35% (entre esses o rendimento médio familiar são de R$ 1.218,29). Em relação à fonte de renda, seis dos 20 sujeitos tem como principal fonte as vendas obtidas com o PAA (em média 44,94% de seus rendimentos); cinco possuem maior renda vinda da produção agrícola (média de 68,25%); quatro da aposentadoria (média de 60,79%); três do auxílio emergencial (média de 42,52%) e dois do trabalho fora da propriedade (52,62%). Além disso, a média da renda familiar, 69%, vem do agricultor participante da pesquisa. Ou seja, que eles possuem em sua maioria, o maior peso na renda familiar. Já no agregado o maior rendimento médio por fonte de renda é o trabalho fora da propriedade (de R$ 1.375,00 reais), sendo que apenas um sujeito aufere R$ 4.000,00, enquanto os outros três, que também recebem essa fonte de renda, auferem em média R$500,00. Seguido pelos que recebem aposentadoria (quatro sujeitos recebem aposentadoria no valor de 1 salário-mínimo, estes indivíduos normalmente utilizam da aposentadoria como uma fonte de renda extra, pois a não ser que não haja condições

físicas, muitos continuam com suas produções internas complementares; no que se refere à produção, 90% dos integrantes do PAA participam ativamente na produção de milho, enquanto 70% produzem feijão, 40% fazem parte do cultivo de cheiro verde. Sendo o principal cliente dos produtores a rede privada de supermercados com 50% de vendas que realizam. Para as cooperativas vendem 40%. Ademais, observa-se que entre os agricultores a pecuária é bem expressiva, verificando-se que 90% dos sujeitos participantes do PAA possuem de fato uma criação regular de (suíno, bovino, galinha caipira, caprino e ovino); destarte, considerando o perfil traçado, pode-se afirmar que o Programa é relevante política pública para a segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, inclusão social, desenvolvimento local da localidade estudada.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos, agricultores familiares, PAA

Referências Bibliográficas:

LIMA, M. de J. G. de. Análise da sustentabilidade dos agricultores familiares inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: o caso de hortifrutos nos Territórios dos Cocais – PI. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2019.

LIMA, Francisca Nascimento. O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA VISÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ-CE CONTEMPLADOS NO ANO DE 2020. Orientação: Araujo, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus Iguatu, Ceará. (Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas), Iguatu-Ceará, 2022.

Capítulo 34 - DOI:10.55232/1082027.34

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ NO ANO DE 2020.

Francisca do Nascimento Lima, Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Este texto se origina do primeiro capítulo da monografia de Lima (2022). Objetiva descrever o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no contexto geral e local no município de Quixelô no ano de 2020. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental para elaboração. O PAA é uma ação para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres, tendo atuação direta sobre a segurança alimentar e nutricional. Fruto de debates de meados de 1980, e principalmente no começo de 1990, sobre imprescindibilidade de intervenções políticas buscando resgatar brasileiros da fome/miséria. Essa temática conquistou destaque no governo federal com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, e com a elaboração do Fome Zero. Bem como com o reconhecimento do Estado brasileiro da relevância socioeconômica que a agricultura familiar representa. Culminando na implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 (HESPANHOL, 2013). Que deu origem, mediante o art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/06/2003, por meio de proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), através do programa fome zero, ao PAA. Que consiste em viabilizar o alcance à alimentação e fomentar a agricultura familiar. Surgindo com o intuito de ajustar um plano safra respectivo para o público que possue a Declaração de Aptidão ao PRONAF. Do ponto de vista dos consumidores, a agricultura familiar, através do PAA, é incentivada para enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Já do ponto de vista dos produtores, é um incentivo à produção. Deste modo, atua na formação de mercados, tendo uma amplitude de atuação além do princípio econômico. Logo, abrindo novas possibilidades comerciais para os agricultores familiares, uma vez que as compras governamentais propiciam a continuidade e estabilidade da demanda; impulsionando o método de produção familiar; promovendo roteiros locais e regionais assim como as redes de comercialização; ressaltando a diversidade biológica, o produto orgânico e a agricultura de alimentos numa perspectiva ecológica; como também, promove hábitos alimentares saudáveis e incentiva o associativismo; ao mesmo tempo, viabiliza a reprodução social desses agricultores no meio rural, visto que com a participação no PAA, os produtores acabam assegurando a venda de uma porção da sua produção (MACHRY, 2017); nessa perspectiva, no que se refere ao município de Quixelô no ano de 2020, houveram dois editais abertos pela Prefeitura para seleção de produtores locais para fornecimentos de alimentos para o PAA, na modalidade compra com doação simultânea. O primeiro para o primeiro semestre do ano, onde foram selecionados 18 produtores, com limite individual de vende de até 20 mil reais, e o segundo, sob número 004/2020 (foco do estudo aqui descrito), para o segundo semestre do ano, selecionando 25 produtores, com limite individual de vende de até 65 mil reais. Além de editais

para credenciamento e seleção de entidades socioassistenciais locais para participação no PAA, para recebimento de gêneros alimentícios, enquadradas na REDE SUAS e REDE SAN; nas palavras da atual Prefeita da cidade, o PAA Leite é o carro-chefe no município, que tem apresentado, inclusive, crescimento da caprinocultura nos últimos anos (GOMES, 2020). Com destaque para os anos de 2016 e 2017, onde a distribuição, à pessoas em situação de insegurança social e nutricional, alcançou 709.088 litros de leite através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares, assim como também a distribuição de 206.394,8 toneladas de alimentos adquiridos de agricultores familiares, no âmbito do PAA (SEPLAG, 2018); Por fim, destaca-se a relevância dessas iniciativas, através do PAA, para o fortalecimento da agricultura familiar da localidade, com benefícios diretos sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiados, bem como de contribuições socioeconômicas para os produtores.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos, Quixelô, PAA

Referências Bibliográficas:

GOMES, F. Mais Infância Ceará e PAA Leite integrarão banco de dados para atender população mais vulnerável. Ascom SDA: 18 fev. 2020. Entrevista concedida a André Gurjão. Disponível em: < https://www.ceara.gov.br/2020/02/18/mais-infancia-ceara-e-paaleite-integrarao-banco-de-dados-para-atender-populacao-mais-vulneravel/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

HESPANHOL, R. A. de M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Soc. nat., Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, dez. 2013. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2020. https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003.

LIMA, Francisca Nascimento. O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA VISÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ-CE CONTEMPLADOS NO ANO DE 2020. Orientação: Araujo, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus Iguatu, Ceará. (Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas), Iguatu-Ceará, 2022.

MACHRY, A. Políticas públicas e agricultura familiar: análise da distribuição dos recursos do PNAE e do PAA no período de 2003 a 2014. 2017. 84 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2017.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG). Caderno Regional Centro-Sul. Ceará, 2018. Dispónível em: . Acesso em: 11 nov. 2020.

Capítulo 35 - DOI:10.55232/1082027.35

CRÍTICA AO CÁLCULO CONTÁBIL COMO EXPRESSÃO DA RACIONALIDADE ECONÔMICA MODERNA

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo, Francisca Laudeci Martins Souza e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

A modernidade se constitui a partir da pretensão de rejeitar a tradição, submetendo tudo ao exame crítico da razão e à experimentação. A racionalidade econômica, por sua vez, é uma expressão moderna que, através do cálculo contábil, inicia seu pleno desenvolvimento com a centralidade no objetivo de maximizar a geração de riqueza. A introdução do cálculo permitiu e agilizou a troca mercantil e, por consequência, a formação de mercados, delimitando decisões nos eixos fundantes da economia que dizem respeito às decisões de 'o quê', 'como' e 'para quem produzir'. Ou seja, o cálculo contábil através da razão instrumental passa a ser uma premissa para medir a eficiência, permitindo que a racionalidade econômica domine os meios para alcançar seus fins. Deste modo, a partir do exposto, o objetivo desta pesquisa é tecer uma crítica ao cálculo contábil como expressão da racionalidade econômica moderna. Desta forma, esta pesquisa é de natureza bibliográfica, com foco nas obras de André Gorz (Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica - 2007); Lechat (Economia Moral - 2003); Schumacher (O negócio é ser pequeno - um estudo de economia que leva em conta as pessoas - 1982); Marx (O capital: crítica da economia política. Volume I - 2013) e Horkheimer (Eclipse da Razão - 2002). Os resultados obtidos mostram que o cálculo contábil nega o sujeito, eliminando a subjetividade em prol da formalização matemática e da estrutura tecnicista, ou seja sobrepõe-se à reflexão, à crítica e ao julgamento de valor. Isso implica que o valor passa a negligenciar fatores qualitativos e refuta imperativos de autolimitação, objetivando a padronização das satisfações para facilitar as trocas. Para isto, a razão econômica moderna rompe com o valor de uso, fundando-se no valor de troca; insurge-se aos costumes e valores da sociedade tradicional e domina as razões política, social, ambiental e religiosa. Destarte, a razão econômica moderna, através do cálculo contábil, liberta-se de imperativos limitantes da sociedade tradicional, maximizando a geração de riqueza. Para tanto, subordina as estruturas societárias, as atividades humanas e políticas, em favor das relações produtivas do capital.

Palavras-chave: Cálculo Contábil, racionalidade econômica, crítica

Referências Bibliográficas:

GORZ, A. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro, 2002.

LECHAT, N. M. P. Economia moral. In: CATTANI, A. D. (org.). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 68–69, 1982. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/39470. Acesso em: 14 maio. 2022.

ISBN 978-65-997239-9-5 - DOI 10.55232/1082027

Capítulo 36 - DOI:10.55232/1082027.36

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL: O PROCESSO DE MATEMATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E SUA APROPRIAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS.

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo, Francisca Laudeci Martins de Souza e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Este texto se origina de projeto de dissertação aprovado em seleção para mestrado em desenvolvimento regional sustentável na Universidade Federal do Cariri. Realizando pesquisa bibliográfica para discutir de que maneira o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) se constitui como formalização matemática para orientar a tomada de decisões. Assim, o interesse da pesquisa diz respeito às bases filosófico-históricas que sustentam a Ciência moderna no campo do desenvolvimento. Diante o impulso, onde o cálculo permite orientação para a ação, que inicia-se com a ciência moderna a partir dos paradigmas de Galileu, Bacon, Descartes e Isaac Newton, formando um modelo científico baseado no método experimental e analítico, no qual a linguagem matemática propicia a certeza científica (CAPRA, 2012). Postulado pela física, este modelo científico influencia fortemente as demais ciências (CAPRA, 2012), que evoluem afeitas ao impulso da evidência, análise, síntese e a enumeração, permitindo o uso do cálculo, da experimentação, reduzindo e fragmentando problemas e fenômenos. As consequências sobre a ciência econômica traduz-se na aplicabilidade, no uso excessivo do cálculo, substituindo a razão nas decisões sobre ‘o quê’, ‘como’ e ‘para quem produzir’ (GORZ, 2007). Conforme Mirowski (1991) este aspecto é potencializado a partir dos visionários associados à revolução marginalista, e aprofundado no pendor neoclássico que erradicou as relações sociais a alguns determinantes considerados puramente naturais. Para tanto, estes paradigmas sofrem duro impacto com as teorias da relatividade e quântica de Einstein revelando os limites da visão mecanicista e reducionista do mundo, bem como os limites dos postulados das ciências, exigindo paradigmas sistêmicos e integrativos, promovendo intensos debates (CAPRA, 2012). Um desses pontos de inflexão introduz ao debate econômico no decorrer de 1950 o conceito de desenvolvimento, que apesar de inicialmente considerado como sinônimo de crescimento econômico e sendo mensurado a partir do PIB per capita, sofre severas críticas, por exemplo, do intitulado Movimento dos Indicadores Sociais, e rapidamente excede as fronteiras da economia, interdisciplinarizando o conceito (SIEDENBERG, 2003). Em 1954, especialistas das Nações Unidas propõem que além da dimensão monetária, outras dimensões deveriam ser consideradas na avaliação da qualidade de vida das pessoas. Mas, é apenas em 1990 que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança o IDH como uma proposta de dimensionar o desenvolvimento e nortear a tomada de decisões dos gestores públicos, a partir das dimensões: longevidade de vida, educação e renda per capita (GUIMARÃES e JANNUZZI, 2003). Com a notoriedade internacional desta ferramenta para gestão pública, no Brasil a primeira iniciativa de adaptar o

IDH ao nível municipal ocorre nos municípios mineiros em 1996, a partir da Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (GUIMARÃES e JANNUZZI, 2003). Mas é em 1998 que este índice ganha dimensão nacional, contemplando todos os municípios brasileiros, com mudanças metodológicas em 2003 e 2012. Para tanto, o que importa notar neste momento é que o índice, apesar das mudanças metodológicas, sempre integrou as três dimensões do IDH, a longevidade de vida (saúde), o acesso ao conhecimento (educação) e o padrão de vida (renda). Ademais, apesar das críticas quanto suas limitações e falta de especificidades para apontar avanços e retrocessos de determinadas políticas sociais, o IDHM tem o mérito de alertar os gestores públicos que qualidade de vida não se resume à esfera econômica, ou seja, ao crescimento econômico. Introduzindo, no debate, que as condições de saúde e educação são importantes integrantes do processo de desenvolvimento (GUIMARÃES E JANNUZI, 2003).

Palavras-chave: IDH, Políticas Públicas Desenvolvimentistas, Processo de Matematização

Referências Bibliográficas:

CAPRA, F. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 2012.

GORZ, A. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, J. R. S; JANNUZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Vol. 7, n.1, maio 2005, p. 73-90.

MIROWSKI, P. “The When, theHowandtheWhyofMathematical Expression in theHistoryofEconomicAnalysis”. JournalofEconomic Perspectives. Vol. 5, número 1, ano 1991. Pág. 145–157.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Desenvolvimento em questão. Ano 1, vol.1, n.1, jan/jun. 2003. P. 45-71.

Capítulo 37 - DOI:10.55232/1082027.37

SEGUE O CARTÓGRAFO EM SUA BICICLETA RELATANDO OS ACIDENTES VISTOS NA ESTRADA E AS AFIRMAÇÕES DA VIDA NOS TERREIROS DA COMUNIDADE CHICO GOMES (CE).

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo, Francisca Laudeci Martins Souza e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Este texto se origina em dissertação defendida por Araujo (2017). Pesquisa como grande experimentação, ato de afetar e ser afetado. Transmutação, criação de novos universos de referência. Pomo-nos em movimento e incorremos em transformações incorpóreas. Atributos do cartografar. Por outro, provocamos encontros, intervindo nos cumplices da pesquisa, impactando percepções, discursos. Precipitando movimentos afirmativos, conectando-se com o mundo do outro. Instituímos como pesquisável: cartografar as marcas/efeitos impressos e os movimentos de afirmação da vida decorrentes da formação da comunidade Chico Gomes, uma comunidade rural localizada no município de Crato (CE). Perguntamo-nos a respeito dessas marcas e efeitos que resultam da geografia da comunidade, os sintomas palpáveis e intangíveis do poder na vida das pessoas. Mas também sobre os movimentos de afirmação da vida que se produzem na comunidade, gerando alegrias; os resultados apontam que as marcas e efeitos que duram no tempo, tanto no campo psíquico como físico, consequentes da atuação do agenciamento de poder escravocrata-coronelista na comunidade. Atua na produção de corpos submetidos, impotentes, gerando impassibilidade, refreando as ações. Quando não, reproduzindo pesadelos, produzindo fantasmas para assustar e poder controlar, confinar. Tudo isto separa as pessoas do que elas podem, de suas potências, dos fluxos de desejo e criação. Em seu auge o agenciamento de poder gerou marcar físicas submetendo os sujeitos a circunstâncias exploratórias desumanas no trabalho, oferendo acesso à moradia, como medida de amplificação da dependência ao patrão e assujeitamento às circunstâncias para manutenção do emprego. Destaca-se, também, a vontade de violência onde legislavam contra todos que contrariassem suas vontades e condenavam-nos à tortura, morte ou expulsão de sua moradia. Em relação às marcar e efeitos psíquicos desse período: introjeção de impulsos de negatividade através de discursos de vitimização, ressentimentos e constituição de identidades, que repercutem como aspectos paralisantes, diminutivos da capacidade de movimentação que ocorreriam sem estes pesos; além de temores, medo e inseguranças em vigor no inconsciente, com a expectativa que podem se reativar a qualquer momento. O ambiente de ameaça é inconsciente e possível ao mesmo tempo. Outra consequência psíquica está na internalização, em alguns sujeitos, de um sentimento de submissão a regras pelo sentimento de endividamento por parte do “patrão” e reconhecimento aos “favores”; em seu declínio o agenciamento de poder gerou fisicamente abandono social, declínio da agricultura, tudo isso repercutindo por exemplo na ausência de meios de subsistência e inacessibilidade à direitos devido a não propriedade da terra; na dimensão psíquica as principais consequência psíquicas, desse período de declínio, foram:

instauração de processos de drogatização na comunidade, sobretudo por parte da juventude, mediante as ausências de oportunidade e de todo o contexto de histórico de paralisia/sofrimento; isolamento interno entre os agentes da comunidade, bem como com o mundo externo, mediante processos de desilusão. Tendo como consequência um processo de segregação na comunidade; por fim, processo de evasão do local pela observância de ser a única maneira de encontrar oportunidades de sobrevivência; contudo, despontam movimentos de afirmação da vida, constituindo agenciamento de potência, sobretudo, através da criação do Grupo Urucongo, onde lutam e resistem através da arte, dança, música. Construindo territorialidades, ritornelos, percepções outras, suavidades, subjetividades... um movimento de afirmação de vida que afeta toda a comunidade; com paralelo de afirmativo naquele que intitulamos O Filho do Acontecimento, morador da comunidade, uma vida poética que transmutou as marcas de um acidente de moto em uma oportunidade de potencializar seus movimentos poéticos e ampliação das suavidades, imprimindo as marcas de sua existência na comunidade. Destarte, convidamos-lhes à leitura desta dissertação aqui referida.

Palavras-chave: Agenciamento, Comunidade Chico Gomes, Cartografia

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Experimentações de um cartógrafo com sua bicicleta: entre acidentes na estrada e afirmações da vida nos terreiros da comunidade Chico Gomes (CE). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri, PRODER, Juazeiro do Norte-CE, 2017.

Capítulo 38 - DOI:10.55232/1082027.38

FUNÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL DOS QUINTAIS PRODUTIVOS.

Kérmeson Marllon Pedroza de Souza, Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Este trabalho origina de pesquisa desenvolvida no primeiro capítulo da monografia de Souza (2022). Objetiva contextualizar sobre quintais produtivos e sua função social, econômica e ambiental; desenvolvido através de pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam i) quintais produtivos apresentam evolução histórica em sua conceituação, inicialmente associados à agricultura camponesa e à subsistência, para ligação à agricultura familiar, por sua predominância em unidades familiares, e, além da subsistência, comercialização em mercados. Com marco histórico consolidado na constituição de 1988, que realizou transformação incorpórea do agricultor, deixando de ser apenas ator social e passando a ator político dentro do Estado, com profissão outorgada e garantias legais na sua área de atuação. Caracterizado como forma antiga de manejo de terra, ficando nos arredores das casas, os quintais produtivos facilitam o processo de produção por parte das famílias agricultoras que podem gerar produtos que vão desde plantas frutíferas, medicinais, lenha, à criação de animais, variando em áreas de pequeno, médio ou grande porte (CARNEIRO et al, 2013). Surgindo pela busca por alimentos para a família, usando o espaço para produzir e suprir todas as necessidades. Com a evolução histórica sendo usado para vendas dos produtos, exigindo maior planejamento dos agricultores (CAVALCANTI JUNIOR et al, 2018); ii) em sua função ambiental, identificou-se como principal papel preservar os solo, pela não utilização de agrotóxico ou componentes químicos, desenvolvendo princípios agroecológicos; garantir consumo de produtos com qualidade, com benefício para saúde da família (FERREIRA, 2018); atuação ambiental, desenvolvendo conhecimento do histórico e análise do solo, das fontes de águas e lençol freático, utilizados para produção, se: contaminados por produtos químicos; serviram de depósitos de embalagens de pesticidas; estão situados em áreas que foram depósitos de lixos em fase de fermentação (CAVALCANTI JUNIOR et al, 2018); conservarem alta a diversidade de plantas na composição, garantir variabilidade genética de espécies. Contribuindo para estabelecimento da etnobotânica, ao manter relação intensa do homem com o meio ambiente, tanto com as plantas alimentícias quanto medicinais, e relação cultural, que repassa a relação etnobotânica entre gerações, bem como conhecimentos advindos da prática de cura pelas plantas. Tudo isso relacionado à diversidade cultural praticada nos quintais produtivos; iii) quanto à função econômica: uma forma adotada pelas famílias para superar crises econômicas, tanto de maneira pontual como macroeconômica, a exemplo dos impactos da pandemia (SOUZA, 2022); usados para subsistência e fins lucrativos através do comércio do excedente produzido, garantindo consumo próprio e renda extra para família. Também com ganhos indiretos, por economia na aquisição de remédios farmacêuticos e alimentos em supermercados (FERREIRA, 2018); criação de mercados para comercialização, por exemplo, através de feiras agroecológicas (SILVA et al., 2018); contribuição para o crescimento econômico local (CARNEIRO et al,

2013); provocar a assistência governamental por políticas públicas de combate à pobreza pelo incentivo dos pequenos produtores; iv) em relação à função social: garantem segurança alimentar e nutricional. Fortalecimento cultural de valores, técnicas de produção e conhecimentos, além de lazer e, mesmo, terapia ocupacional; soberania alimentar na escolha do que produzir e como; consolidação da participação feminina, historicamente estabelecida no processo produtivo. Ganhos em independência financeira, para esse segmento, o que representa algum grau de empoderamento; assume uma discussão de gênero, permitindo valorização do trabalho feminino, na medida que passam a ser protagonistas ou dividem a gestão agroecológica e a comercialização em feiras. Nesse sentido, polo promotor de relações justas e igualitárias (SILVA et al, 2018); desestímulo ao êxodo rural, pela juventude, que encontra nos quintais produtivos formas de vínculos de pertencimento.

Palavras-chave: Quintais Produtivos, Agricultor Familiar, Sítio Parelhas

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, M. G. R.et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE. Revista Brasileira de Agroecologia, n.8, v.2, 2013.

CAVALCANTI JUNIOR, A. T. et al. Boas práticas agrícolas (BPA) em quintais produtivos. Embrapa Agroindústria Tropical-Documentos (INFOTECA-E), 2018.

FERREIRA, Ortelina Maiara Farias. O uso dos quintais produtivos pela agricultura familiar na comunidade rural João Ferreira no município de Ribeirópolis-SE. 2018.

SILVA, Mylena et al. Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, p. 1-5, 2018.

SOUZA, K . M. P. CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DOS QUINTAIS PRODUTIVOS PARA AS FAMÍLIAS DO SÍTIO PARÊLHAS EM 2021 E 2022. Orientação: ARAUJO, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), unidade descentralizada de Iguatu (UDI). Iguatu/CE. 88 páginas.

Capítulo 39 - DOI:10.55232/1082027.39

CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA PRODUÇÃO EM QUINTAIS PRODUTIVOS NO SÍTIO PARELHAS/JUCÁS CEARÁ EM 2021.

Kérmeson Marllon Pedroza de So, Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Esta pesquisa se origina do capítulo 3 da monografia de Souza (2022). Objetiva analisar a fala dos sujeitos participantes da pesquisa sobre as contribuições socioeconômicas e ambientais provocadas pela produção em quintais produtivos no Sítio Parelhas no ano de 2022. Desenvolvida através de pesquisa de campo, entrevista e análise estatística léxica através do software Iramuteq. O local de estudo possui 157 famílias, 40 com quintais produtivos. Desses, 31 dos responsáveis pelos quintais aceitaram participar da pesquisa, contudo, mediante adoecimentos por covid-19, no ato das entrevistas, a pesquisa realizou-se com 26 sujeitos. Esta quantidade representa a população, contudo, caso fosse uma amostra, teria nível de confiança de 90% nos resultados, com erro de estimação de 10%, com proporção de interesse conservadora de 50%, para variáveis qualitativas. Portanto, significativa para desenvolvimento do estudo. O conjunto das respostas à entrevista deu origem a um corpus geral constituído por 26 textos, desmembrado em 391 segmentos de texto (ST), de onde emergiram 13747 ocorrências (formas, vocábulos ou palavras), sendo 1204 palavras distintas e 455 com uma única ocorrência; das palavras mais citadas se destacam: quintal, casa, produzir, plantar, dar, vender, planta, comprar e cuidar. Quintal e casa apresentando contexto de localização e referenciação da produção; produzir, vender, dar e cuidar, denotando a utilidade na venda dos produtos, doação do excedente para vizinhos ou familiares e o cuidado com os produtos; o principal agrupamento de palavras, responsável pela concentração de 21,7% das falas, trata do consumo e da venda praticada nos quintais produtivos, com destaque para a palavra “vender”, que indica relação econômica com grandes benefícios aos agricultores, gerando renda extra à família. De acordo com os sujeitos participantes seu plantio é dedicado a venda, mas também busca suprir as necessidades da família quando se consome uma parte dessa produção. Sobre as vendas a prioridade é vendê-las para atravessadores ou vizinhos (que atuam, inclusive, revendendo na busca de um maior lucro para si); sobre a análise de similitude entre os termos, observou-se 8 grupos que tiveram relações entre as palavras: quintal-produzir; quintal-dar, quintal-planta, quintal-plantar, quintal-cuidar, quintal-galinha, planta-ambiente, produzir-vender. Relações indicativas da utilidade dos quintais produtivos, com forte vínculo nas dimensões econômicas da produção, consumo e distribuição, na ajuda recíproca entre vizinhos e familiares, relação etnobotânica da relação entre homem e plantas, dimensão do cuidado ambiental e vínculos com a criação de animais; no agregado os resultados indicam que no Sítio Parelhas os quintais produtivos são um modo de produção que ajudam tanto o crescimento pessoal quanto o desenvolvimento local da comunidade, mostrando assim avanços tanto no âmbito social, econômico e ambiental. Impactos positivos para as famílias do Sítio Parelhas a

nível ambiental quando não se utiliza agrotóxicos em sua produção, respeita os ciclos naturais, implementa práticas sustentáveis de manejo; social quando a família ajuda na manutenção dos quintais, cria vínculos de pertencimento, pratica valores como a solidariedade com os vizinhos, familiares e economicamente ajudando as famílias, tanto indiretamente ao garantir um consumo próprio de qualidade, ao mesmo tempo que diminui custos com compras de produtos em supermercado e farmácias, quanto diretamente, sendo uma fonte de renda para as famílias. Além de ser um importante polo na criação de mercado em feiras agroecológicas e indutor de demanda, bem como oferta para pessoas situação de vulnerabilidade. Concomitantemente, no contexto estudado, observa-se a falta de organização em associações, cooperativas e mesmo apoio governamental ou acesso a políticas públicas.

Palavras-chave: Quintais Produtivos, Análise Léxica, Agricultor Familiar

Referências Bibliográficas:

SOUZA, K . M. P. CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DOS QUINTAIS PRODUTIVOS PARA AS FAMÍLIAS DO SÍTIO PARÊLHAS EM 2021 E 2022. Orientação: ARAUJO, Yure Emanuel de Melo Feitosa. Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), unidade descentralizada de Iguatu (UDI). Iguatu/CE. 88 páginas.

Capítulo 40 - DOI:10.55232/1082027.40

PERFIL DOS AGRICULTORES DO SÍTIO PARELHAS/JUCÁS CEARÁ EM 2021 QUE PRODUZEM EM QUINTAIS PRODUTIVOS

Kérmeson Marllon Pedroza de Souza, Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo e Di Vládia de Melo Feitosa Araujo

Esta pesquisa se origina do segundo capítulo da monografia de Souza (2022). Objetiva caracterizar os sujeitos do Sítio Parelhas, localizado no município de Jucás no Ceará, que produzem em quintais produtivos no ano de 2021. Desenvolvida através de pesquisa de campo, formulário e estatística descritiva. O local de estudo possui 157 famílias, sendo 40 com quintais produtivos. Desses, aplicados formulários com 31 sujeitos, que aceitaram participação. Da caracterização pessoal dos sujeitos, predomina: gênero masculino (68% do total); idade média de 51 anos; número médio de 3 pessoas por moradia. Em contraponto, Rocha (2017) constatou mulheres como majoritárias nos quintais produtivos. No sítio parelhas a predominância masculina justifica-se pela produção no campo ser mais lucrativa do que buscar emprego em outros setores; no total de 31 moradias pesquisadas, somam-se 101 pessoas. Na maioria, 31% são estudantes e 24% aposentados; destaca-se que 10% possuem emprego não agrícola (por ser mais lucrativo produzir em suas terras mediante a escassez fora do campo), em contraposição ao trabalho de Lucas (2019), com maioria dos sujeitos de sua pesquisa possuindo trabalho não agrícola; sobre intervalos de idades, 37% possuem idade de até 30 anos, seguido de 22% com mais de 60 anos. Com 81% morando na localidade a mais de 20 anos; observando-se, em consonância a Ferreira (2018), que os agricultores pesquisados originam da agricultura por ser descendente de agricultor; na maioria são formados por casal que se ajuda na manutenção, tendo auxílio dos filhos. 84% dos 31 sujeitos são casados; 52% possuem ensino fundamental incompleto, 10% alfabetizados sem escolaridade e 6% analfabetos [padrão semelhante em Lucas (2019)]. Justificados por escassez de oportunidades de emprego e opção por vida no campo para sustento da família; todos possuem casa própria, com quintais manejados como desejar, garantindo maior segurança alimentar; da caracterização do trabalho e renda dos sujeitos participantes, destaca-se: a maior fonte de renda advêm do quintal produtivo (41%), seguido da aposentadoria (34%). Enquanto outros membros das casas, que não foram entrevistados, 61% não tem renda (justificado por característica de serem estudantes e terem menos de 30 anos). Dados que corroboram a importância dos quintais produtivos nesse estudo empírico, divergente em Lucas (2019), com maioria obtendo renda fora da propriedade; 61% ganham 1 salário mínimo ou menos (32% um salário mínimo e 29% menos que isso). Resultados semelhantes em Rocha (2017). Alguns aposentados que plantam para consumo, outros vendendo os produtos obtendo pouca renda; denota-se que 47% dos membros da casa não ajudam na manutenção do quintal (estudantes ou que trabalham fora da propriedade), os 53% que ajudam são agricultores, pessoas do lar e os que dedicam parte de seu tempo voluntariamente); da caracterização da produção e manejo da terra, destaca-se: predominância

de área acima de 500 m² em 55% dos sujeitos [permitindo manter a diversidade da produção e comercialização. Resultado semelhante em Lucas (2019)], seguido de 26% com menos de 100 m² (maioria com o quintal destinado para consumo); dos produtos, 32% produzem banana, 26% feijão e goiaba, 19% milho. De origem animal, destaca-se que 52% relataram produzir ovos, 13% criar vacas, 6% ovelhas e porcos. Ainda, 35% relataram possuir plantas medicinais; referente à comercialização: 45% não comercializam [padrão apontado por Lucas (2019)], 39% vendem para atravessadores e 16% permutam (ovos/leite na maioria) ou doam para vizinhos; quanto ao manejo da terra: 32% utilizam sementes compradas e 100% realizam capina manual. Tendência encontrada no trabalho de Sousa (2019); destarte, se estabelece como hipótese: com pouca disponibilidade de emprego, baixa população e fraca atuação do mercado ou do Estado, como no caso do Sítio Parelhas, os quintais produtivos são fundamentais na segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Quintais Produtivos, Sítio Parelhas, Agricultores Familiares

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Ortelina Maiara Farias. O uso dos quintais produtivos pela agricultura familiar na comunidade rural João Ferreira no município de Ribeirópolis-SE. 2018.

LUCAS, Lizandra Evylyn Freitas et al. Contribuição a segurança alimentar e caracterização físicoquímica do solo em quintais produtivos. 2019.

ROCHA, F. R. F. Quintais produtivos e horta escolar: conservação ambiental, segurança alimentar e educação para saúde em Mossoró (RN). 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2017.

SOUSA, Elaine Patricia de Oliveira et al. Quintais produtivos na agricultura familiar: caracterização e participação nas compras governamentais no município de Apodi/RN. 2019.

SOUZA, K . M. P. CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DOS QUINTAIS PRODUTIVOS PARA AS FAMÍLIAS DO SÍTIO PARÊLHAS EM 2021 E 2022. Orientação: ARAUJO, Yure Emanuel de Melo Feitosa.Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), unidade descentralizada de Iguatu (UDI). Iguatu/CE. 88 páginas.

Capítulo 41 - DOI:10.55232/1082027.41

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

Marileide Carvalho de Souza, Neila Barbosa Osório, Luiz Sinésio Neto, Neuracy Rosalina da Silva, Marlon Santos de Oliveira Brito, Ludmila Franco, Jane Lúcia Pimentel de Oliveira e Núbia Pereira Brito Oliveira

As condições básicas e suplementares estruturais da vida do ser humano, desde o bem-estar físico-sócio-cultural-mental-psicológico, às condições sociais de acesso aos bens públicos sejam de ordem cultural, ambiental, educacional, indicam o nível de qualidade de vida de uma população. A saúde considerada como uma das áreas fundamental nesse patamar é um dos parâmetros que afeta diretamente a vida. Entende-se que para alcançá-la é necessário de cuidados integrais. O trabalho aqui explicitado, objetiva detectar e refletir sobre as evidências dos problemas de saúde pública no Bairro Vila Brasil em Barreiras, oeste da Bahia. Nesse contexto, priorizou-se os de ordem sócio ambientais, como a poluição do Rio Grande, ratificado conforme pesquisa, número elevado de moradores do bairro com problemas de saúde constantemente detectados, dentre eles os surtos de dengue, disenteria bacteriana, esquistossomose, febres constantes, parasitoides, além do agravamento de outras epidemias. Junto a instituições governamentais e não governamentais buscou-se solucionar os problemas causadores a fim de proporcionar a qualidade digna de vida dos moradores do bairro e entorno do rio na zona urbana. Faz-se necessário ratificar o trabalho de pesquisa realizada por estudantes do Ensino Fundamental e estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em parceria entre as instituições: Escola Municipal Paulo Freire, Universidade Federal da Bahia – UFOB, Câmara Municipal de Vereadores de Barreiras, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, Ministério Público do Estado da Bahia bem como, Organização não Governamental, Agência 10envolvimento que cuida das Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural Sustentável e Meio Ambiente. O objeto de estudo girou em torno de duas lagoas de decantação – vulgo Bostão – mantido pelo órgão de saneamento básico estadual. O trabalho foi inicialmente desenvolvido com práticas pedagógicas em sala de aula e observações in-loco com alunos e técnicos ambientais, estudos de campo, experiências de vida na comunidade/bairro. Primou-se pela visão crítica dos problemas ambientais em que os moradores da comunidade vivenciam com a ausência de saneamento básico, falta de arborização urbana, o falso tratamento do esgoto na lagoa de decantação - vulgo Bostão - criada para tratamento do esgoto de quase 50% da cidade onde abriga uma população com cerca de 180.000 habitantes. Detectou-se que a dita lagoa de decantação não foi instalada com a mínima adequação para o tratamento do esgoto onde o mesmo era despejado com todas as impurezas no Rio Grande que corta toda a cidade de Barreiras e deságua no Rio São Francisco. Portanto, foi indispensável compreender os diversos processos envolvidos focados no objetivo de formar cidadãos e cidadãs que transformem de forma positiva aspectos insatisfatórios da realidade, tendo em vista a importância da educação ambiental para o desenvolvimento de valores sociais, políticos e econômicos que tiveram como

resultado a desativação da lagoa, a ampliação da rede de esgoto e um trabalho de arborização urbana com plantas nativas.

Palavras-chave: Agente transformador, meio ambiente, cidadania.

Referências Bibliográficas:

BGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Barreiras-Bahia: IBGE, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: O Desafio para a Educação do Século 21. In: TRIGUEIRO, A. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.